



MANUAL

DA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA



IGREJA
ADVENTISTA®
DO SÉTIMO DIA

Manual da Igreja Igreja Adventista do Sétimo Dia ®

Revisão
2015
Atualizado 2016
19ª Edição

Tradução
João Belo dos Santos

Publicadora SerVir, S. A.
Sabugo – Portugal



Manual da Igreja Adventista do Sétimo Dia

Título Original: *Seventh-Day Adventist Church Manual*
(Revised 2015, Updated 2016, 19th Edition)

Copyright © 2016 by Secretariat,
General Conference of Seventh-Day Adventists ®

Editado em Portugal por: PUBLICADORA SERVIR, S.A.
Rua da Serra, 1
Sabugo
2715-398 ALMARGEM DO BISPO
Tel.: 219 62 62 00
Fax.: 219 62 62 01
Email: publicadora@P. SerVir.pt

Diretor de Redação: Paulo Sérgio Macedo
Tradução: João Belo dos Santos
Revisão e Adaptação de Texto: Corpo Redatorial da Publicadora SerVir
Diagramação: Departamento de Arte da Publicadora SerVir

Direitos de Tradução e Publicação em Língua Portuguesa reservados para a
Publicadora SerVir S.A..

Não é permitida a reprodução total ou parcial deste livro, ou a sua cópia transmitida, transcrita, armazenada, num sistema de recuperação, ou traduzido em qualquer linguagem humana, ou de computador, sob qualquer forma ou por qualquer meio eletrónico, mecânico, manual, fotocópia ou outro, ou divulgado a terceiros, sem autorização prévia por escrito dos titulares do *Copyright*.

3ª Edição em Portugal

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1

Porquê um <i>Manual da Igreja</i>?	17
Autoridade e Função do <i>Manual da Igreja</i>	18
Fazer Alterações	19
Onde Obter Aconselhamento	20
Termos Usados no <i>Manual da Igreja</i>	21
<i>Igreja</i>	21
<i>Associação, Missão, Secção, Delegação, Campo, União de Igrejas</i>	21
<i>Pastor e Ministro</i>	21
<i>Citações da Escritura</i>	21

CAPÍTULO 2

A Igreja do Deus Vivo	22
Nenhuma Parede de Separação	22
Objeto da Suprema Atenção de Cristo	23
Perfeita em Cristo	24

CAPÍTULO 3

Organização e Autoridade	26
Base Bíblica da Organização	26
Importância da Organização	27
Objetivos da Organização	28
Modelo do Novo Testamento	28
Organização da Igreja Hoje	29
Esboço da Organização Denominacional	30
<i>Igreja local</i>	30
<i>Associação local</i>	30
<i>União de igrejas</i>	30
<i>União</i>	30
<i>Conferência Geral e suas divisões</i>	30
Papel das Instituições	31
Autoridade na Igreja Primitiva	31
A Conferência Geral como a Mais Alta Autoridade	32

CAPÍTULO 4

Pastores e Outros Funcionários da Igreja	33
Um Ministério Divinamente Designado	33
<i>Presidente da Associação</i>	33
<i>Diretores Departamentais da Associação</i>	33
<i>Pastores Ordenados</i>	34
<i>Ministros Licenciados</i>	35
<i>Instrutores Bíblicos</i>	36
<i>A Associação Dirige os Funcionários da Igreja</i>	36
Credenciais e Licenças	36
<i>Credenciais e Licenças Caducas</i>	37
<i>Funcionários Reformados</i>	37
<i>Antigos Pastores Sem Credenciais</i>	37

CAPÍTULO 5

Organização, União e Dissolução de Igrejas e Grupos	38
Organização de uma Igreja	38
Organização de um Grupo	39
União de Igrejas	41
Dissolução ou Expulsão de Igrejas	42
<i>Perda de Membros</i>	42
<i>Disciplina</i>	43
Cuidados a Ter com Membros, Registos e Fundos	44

CAPÍTULO 6

Membros da Igreja	46
Batismo	46
<i>Um Pré-requisito da Condição de Membro</i>	46
<i>O Modo de Batismo</i>	47
<i>Instrução Cuidadosa e Exame Público Antes do Batismo</i>	47
Voto Batismal e Compromisso	48
<i>Voto Batismal</i>	48
<i>Voto</i>	48
<i>Voto Alternativo</i>	49
<i>Aliança Batismal</i>	50
<i>Compromisso</i>	50
<i>Votação de Aceitação Dependente do Batismo</i>	51
<i>Receção de Membros Desconhecidos</i>	52
<i>Preparativos para o Batismo</i>	52
Rebatismo	52

<i>Indivíduos Vindos de Outras Denominações Cristãs</i>	52
<i>Apostasia e Rebatismo</i>	53
<i>Rebatismo Inadequado</i>	53
Profissão de Fé	54
Transferência de Membros	55
<i>Método de Concessão de Cartas de Transferência</i>	55
<i>O Secretário Prepara a Carta</i>	56
<i>Carta Válida por Seis Meses</i>	56
<i>Método Alternativo para a Transferência de Membros</i>	56
<i>Condição do Membro Durante a Transferência</i>	56
<i>Receção de Membros sob Condições Díficeis</i>	57
<i>Contagem em Relatórios Estatísticos</i>	57
<i>Se o Membro Não For Aceite</i>	57
<i>Cartas Concedidas Só Àqueles que Estão em Situação Regular</i>	57
<i>Nenhuma Carta é Passada sem Aprovação do Membro</i>	58
<i>O Conselho de Igreja Não Pode Passar Cartas</i>	58
<i>Ser Membro da Igreja da Associação</i>	58
<i>Registo de Membros</i>	59

CAPÍTULO 7

Disciplina	60
Princípios Gerais	60
<i>Tratar com Membros em Transgressão</i>	60
<i>O Plano de Deus</i>	61
<i>A Autoridade da Igreja</i>	62
<i>A Responsabilidade da Igreja</i>	62
<i>Os Não-consagrados Opõem-se à Disciplina</i>	63
<i>Proteger a Unidade da Igreja</i>	63
<i>Reconciliação de Divergências</i>	64
<i>Resolução de Queixas de Membros Contra a Igreja</i>	65
<i>Resolução de Queixas da Igreja Contra Membros</i>	66
<i>Razões para Disciplina</i>	66
Processo de Disciplina	67
<i>Disciplina por Censura</i>	67
<i>Disciplina por Exclusão do Membro</i>	68
<i>Sem Outros Testes Adicionais de Comunhão</i>	68
<i>A Ocasão Para a Disciplina</i>	69
<i>Prudência em Julgar o Caráter e a Motivação</i>	69
<i>Em Reunião Devidamente Convocada</i>	69
<i>Por Voto da Maioria</i>	70

<i>O Conselho de Igreja Não Pode Excluir Membros</i>	70
<i>Direitos Fundamentais dos Membros</i>	70
<i>Membros Não Podem Ser Representados por Advogados</i>	70
<i>Transferência de Membros Sob Censura</i>	71
<i>Os Membros Não Podem Ser Excluídos por Falta de Frequência</i>	71
<i>Membros que Mudam de Residência Sem o Comunicar</i>	71
<i>Os Membros Não Podem Ser Excluídos por Razões Pecuniárias</i>	71
<i>Exclusão de Membros a Seu Pedido</i>	72
<i>Notificação Aos Membros Excluídos</i>	72
<i>Reintegração de Membros Anteriormente Excluídos</i>	72
<i>Direito de Apelo à Reintegração</i>	73

CAPÍTULO 8

Oficiais e Organizações da Igreja Local	74
Qualificações Gerais	74
<i>Aptidão Moral e Religiosa</i>	74
<i>Alimentar e Proteger a Igreja</i>	75
<i>Respeito por Pastores e Oficiais</i>	75
<i>Não Postos Demasiado Depressa em Cargos</i>	76
<i>Opositores à Unidade São Inaptos para Cargos</i>	76
<i>O Perigo de Escolher Quem se Recusa a Cooperar</i>	76
<i>Membros Locais</i>	77
<i>Dar Exemplo no Dízimo</i>	77
<i>Não São Delegados Ex Officio</i>	77
<i>Distribuição de Responsabilidades</i>	77
<i>Exclusão e Readmissão</i>	77
Duração de Funções	78
Anciãos	78
<i>Dirigentes Religiosos da Igreja</i>	78
<i>Ordenação de Anciãos</i>	78
<i>Relacionamento com o Pastor</i>	79
<i>A Atividade dos Anciãos É Local</i>	80
<i>Direção dos Serviços Religiosos da Igreja</i>	80
<i>Cerimónia Batismal</i>	80
<i>Cerimónia de Casamento</i>	80
<i>Promover o Dízimo</i>	81
<i>Promover Estudo da Bíblia, Oração e Relacionamento com Jesus</i>	81
<i>Promover Todas as Linhas de Atuação</i>	81
<i>Cooperar com a Associação</i>	81

<i>Promover a Obra Mundial.</i>	82
<i>Formação e Apetrechamento dos Anciãos</i>	82
<i>Livres para Atuar Eficazmente.</i>	82
<i>O Primeiro Ancião</i>	82
<i>Limitação de Autoridade.</i>	83
Diretores de Igreja	83
Diaconos	83
<i>Conselho de Diaconos</i>	84
<i>Os Diaconos Devem Ser Ordenados</i>	85
<i>Diaconos Não Estão Autorizados a Presidir</i>	85
<i>Deveres dos Diaconos</i>	85
<i>Ajuda nos Serviços e Reuniões</i>	85
<i>Visitação a Membros.</i>	85
<i>Preparação das Cerimônias Batismais.</i>	86
<i>Ajuda no Serviço de Comunhão</i>	86
<i>Cuidado dos Doentes e Ajuda aos Pobres e Desafortunados.</i>	86
<i>Cuidado e Manutenção da Propriedade.</i>	86
Diaconisas	86
<i>Conselho de Diaconisas</i>	86
<i>Cerimônia de Ordenação de Diaconisas</i>	87
<i>Diaconisas Não Estão Autorizadas a Presidir</i>	87
<i>Deveres das Diaconisas.</i>	87
<i>Saudar e Visitar Visitas e Membros.</i>	87
<i>Ajuda nos Batismos</i>	87
<i>Preparativos para o Serviço de Comunhão.</i>	88
<i>O Cuidado dos Doentes e dos Pobres</i>	88
<i>Cuidado e Manutenção da Propriedade.</i>	88
Secretário.	88
<i>Não Acrescenta nem Exclui Nomes Sem um Voto</i>	88
<i>Transferência de Membros</i>	89
<i>Correspondência com Membros.</i>	89
<i>Envio do Nome dos Delegados às Assembleias Administrativas da Associação</i>	89
<i>Os Relatórios Devem Ser Enviados Atempadamente</i>	89
<i>Registos da Igreja</i>	89
Tesoureiro	89
<i>O Tesoureiro É Depositário de Todos os Fundos.</i>	90
<i>Fundos da Associação</i>	90
<i>Fundos da Escola Sabatina.</i>	90
<i>Fundos da Igreja Local.</i>	91

<i>Fundos de Organizações Auxiliares</i>	91
<i>Salvaguarda do Propósito dos Fundos</i>	91
<i>Dinheiro para Encomendas Pessoais de Literatura</i>	92
<i>Método Adequado de Entrega de Dinheiro pelos Membros</i>	92
<i>Entrega de Recibos aos Membros</i>	92
<i>Método Adequado de Envio de Fundos para a Associação</i>	92
<i>Preservação de Documentos Financeiros</i>	93
<i>Os Livros Devem Ser Verificados</i>	93
<i>Relacionamento com os Membros é Confidencial</i>	93
O Coordenador de Interessados	94
Departamentos e Outras Organizações	94
Ministérios da Criança	95
<i>Coordenador e Conselho dos Ministérios da Criança</i>	95
<i>Recursos</i>	96
Comunicação	96
<i>Secretário de Comunicação</i>	97
<i>Conselho de Comunicação</i>	97
<i>Comissão Central de Comunicação</i>	97
Educação	98
<i>Secretário de Educação</i>	98
<i>Associação Lar e Escola</i>	98
<i>Conselho da Escola de Igreja</i>	99
Ministérios da Família	100
<i>Diretor(es) dos Ministérios da Família</i>	101
<i>Conselho dos Ministérios da Família</i>	102
<i>Recursos</i>	102
Ministérios da Saúde	102
<i>Diretor dos Ministérios da Saúde</i>	102
<i>Conselho dos Ministérios da Saúde</i>	103
<i>Associação de Saúde e/ou de Temperança</i>	103
<i>Oferta Mundial do Sábado dos Ministérios da Saúde</i>	103
<i>Recursos</i>	103
Música	103
<i>A Escolha de Coordenadores de Música</i>	103
<i>A Escolha de Músicos</i>	104
Assuntos Públicos e Liberdade Religiosa	104
<i>Diretor da Liberdade Religiosa</i>	104
<i>Delegações da Liberdade Religiosa</i>	104
<i>Recursos</i>	105
Ministérios das Publicações	105

<i>Venda Através da Colportagem</i>	105
<i>Distribuição Gratuita (Partilha) por Membros de Igreja</i>	105
<i>Coordenador dos Ministérios das Publicações</i>	105
<i>Conselho dos Ministérios das Publicações</i>	105
<i>Recursos</i>	106
Escola Sabatina e Ministérios Pessoais	106
Escola Sabatina	106
<i>Oficiais da Comissão da Escola Sabatina</i>	106
<i>Diretor e Outros Oficiais da Escola Sabatina</i>	107
<i>Diretores das Divisões da Escola Sabatina</i>	108
<i>Dinamizadores da Escola Sabatina</i>	108
<i>Ofertas da Escola Sabatina</i>	109
<i>Recursos</i>	110
Ministérios Pessoais	110
<i>Conselho dos Ministérios Pessoais</i>	110
<i>Oficiais dos Ministérios Pessoais</i>	110
<i>Homens Adventistas</i>	111
<i>Coordenador da Escola Bíblica</i>	111
<i>Diretor(a) dos Serviços à Comunidade/Sociedade de Dorcas</i>	111
<i>Ministério a Favor de Pessoas Com Deficiência</i>	112
<i>Recursos</i>	112
Ministérios da Mordomia	112
<i>Diretor dos Ministérios da Mordomia</i>	113
<i>Recursos</i>	113
Ministérios da Mulher	113
<i>Diretora e Conselho dos Ministérios da Mulher</i>	113
<i>Recursos</i>	114
Ministérios da Juventude Adventista	114
<i>Ministérios da Juventude Adventista (MJA)</i>	114
<i>Conselho dos Ministérios da Juventude Adventista</i>	116
<i>Conselho dos Ministérios dos Jovens Seniores</i>	116
<i>Ministérios nos Campus Públicos</i>	116
<i>Diretor/Coordenador dos Ministérios nos Campus Públicos</i>	117
<i>Ministério dos Companheiros</i>	117
<i>Conselho dos Companheiros</i>	117
<i>Clube dos Desbravadores</i>	117
<i>Conselho dos Desbravadores</i>	118
<i>Clube dos Tições</i>	118
<i>Conselho dos Tições</i>	118

<i>Oficiais da JA</i>	119
<i>Conselheiro da JA</i>	119
<i>Recursos</i>	120
Cerimônia de Posse.	120

CAPÍTULO 9

Nomeações	121
Comissão de Nomeações e Processo de Escolha.	121
<i>Quando e Como É Escolhida a Comissão de Nomeações</i>	121
<i>Como Funciona o Processo</i>	122
<i>Quem Deve Ser Membro da Comissão de Nomeações</i>	123
<i>O Trabalho da Comissão de Nomeações</i>	123
<i>A Comissão de Nomeações Deve Obter o Assentimento dos Prováveis</i> <i>Oficiais</i>	123
<i>Os Membros Podem Comparecer Perante a Comissão de Nomeações</i>	123
<i>As Discussões na Comissão de Nomeações São Confidenciais</i>	124
<i>Apresentação de Relatório à Igreja</i>	124
<i>Objções ao Relatório da Comissão de Nomeações</i>	124
<i>Preenchimento de Vagas Entre Nomeações</i>	125
Delegados à Assembleia Administrativa da Associação Local	125
<i>Escolha dos Delegados</i>	125
<i>Dever dos Delegados</i>	126
<i>Responsabilidade dos Oficiais da Associação</i>	126
<i>Conselho Diretor da Associação</i>	127

CAPÍTULO 10

Serviços Religiosos e Outras Reuniões	128
Princípios Gerais	128
<i>Propósito dos Serviços Religiosos e Reuniões</i>	128
<i>Reverência pela Casa de Culto</i>	128
<i>Ensino de Reverência às Crianças</i>	129
<i>Decoro e Silêncio no Lugar de Culto</i>	129
<i>Hospitalidade</i>	130
Lugar da Música no Culto	130
<i>O Poder da Música</i>	130
<i>Cantar com Espírito e Entendimento</i>	130
O Púlpito Não É um Fórum	131
<i>Pôr à Prova Nova Luz</i>	131
A Importância de Manter a Unidade	132
<i>Oradores Não Autorizados</i>	133

A Escola Sabatina e O Culto Solene	133
<i>Escola Sabatina</i>	133
<i>Anúncios e Promoções Departamentais</i>	134
O Culto Solene	134
<i>São Requeridos Aptidão, Estudo e Planeamento</i>	134
<i>Formato do Culto Solene</i>	135
<i>Culto Missionário da Igreja</i>	135
<i>Oração Pública</i>	135
<i>Fornecimento de Literatura no Sábado</i>	136
O Serviço da Comunhão	136
<i>Rito do Lava-Pés</i>	136
<i>A Santa Ceia</i>	137
<i>Pão Sem Fermento e Sumo de Uva</i>	137
<i>Um Memorial da Crucificação</i>	138
<i>Uma Proclamação da Segunda Vinda</i>	138
<i>Anúncio do Serviço da Comunhão</i>	138
<i>Celebração do Serviço da Comunhão</i>	139
<i>Duração do Serviço</i>	139
<i>Preliminares</i>	139
<i>Lava-pés</i>	139
<i>O Pão e o Vinho</i>	139
<i>Celebração</i>	139
<i>Quem Pode Participar</i>	139
<i>Todos os Membros Devem Participar</i>	140
<i>Quem Pode Dirigir o Serviço de Santa Ceia</i>	140
<i>Santa Ceia Para Quem Não Pode Estar Presente</i>	140
Reunião de Oração	141
<i>As Reuniões de Oração Devem Ser Interessantes</i>	141
Reuniões Administrativas	141
O Conselho de Igreja e as Suas Reuniões	142
<i>Definição e Função</i>	142
<i>Cuidado Espiritual</i>	143
<i>Discipulado</i>	143
<i>Membros</i>	144
<i>Oficiais</i>	145
<i>Reuniões</i>	145
<i>O Trabalho do Conselho de Igreja</i>	145
<i>Comissões do Conselho de Igreja</i>	146
Comissão de Finanças	147

Reuniões do Conselho Escolar	147
Reuniões da Associação Lar e Escola	147
Reuniões da Juventude..	148
<i>Reuniões Ministérios dos Jovens Seniores (Companheiros e Jovens Seniores)</i>	148
<i>Reuniões dos Ministérios nos Campus Públicos</i>	148
<i>Reuniões dos Ministérios dos Juvenis (Tições e Desbravadores)</i>	148

CAPÍTULO 11

Finanças	149
Mordomia	150
Dízimo	151
<i>Benevolência Sistemática e Unidade</i>	151
<i>Como Deve Ser Usado o Dízimo</i>	151
<i>Como Deve Ser Tratado o Dízimo</i>	152
<i>Oficiais da Igreja e da Associação Devem Dar o Exemplo</i>	152
Ofertas..	152
<i>Ofertas da Escola Sabatina</i>	152
<i>Outras Ofertas</i>	153
<i>Ofertas Especiais para os Campos</i>	153
<i>Assistência aos Pobres e Necessitados</i>	153
<i>Orçamento da Igreja para Despesas Locais</i>	154
Aconselhamento Financeiro em Geral	154
<i>Regulamentação da Solicitação de Fundos</i>	154
<i>Métodos Questionáveis para Recolha de Fundos</i>	155
<i>Dízimos e Ofertas Não São Fundo de Reserva Pessoal</i>	156
<i>Financiamento de Planos de Construção</i>	156
<i>Movimentação e Prestação de Contas dos Fundos</i>	156
<i>Auditoria</i>	156

CAPÍTULO 12

Normas de Vida Cristá	157
Sublime Chamado de Deus em Cristo Jesus	157
Estudo da Bíblia e Oração	158
Relacionamento com a Comunidade	158
Guarda do Sábado	159
Reverência no Lugar de Culto	160
Saúde e Temperança	161
Vestuírio..	162

Simplicidade..	163
Meios de Comunicação Modernos..	164
Recreação e Entretenimento	165
Música..	166
Conclusão	166

CAPÍTULO 13

Casamento, Divórcio e Novo Casamento..	167
Relacionamentos Sociais	167
Acompanhamento de Jovens por Adultos.	169
Namoro	169
Casamento..	171
<i>Ideal Divino a Ser Restaurado em Cristo</i>	172
<i>Unidade e Igualdade a Ser Restauradas em Cristo</i>	173
<i>Graça Disponível para Todos</i>	173
<i>Papel da Igreja</i>	173
Divórcio	173
A Posição da Igreja Sobre Divórcio e Novo Casamento.	174
Ministério da Igreja Local Junto das Famílias.	178

CAPÍTULO 14

Crenças Fundamentais dos Adventistas do Sétimo Dia.	180
--	------------

NOTAS

Notas do CAPÍTULO 8	193
<i>Cerimónia de Casamento</i>	193
<i>Formação e Apetrechamento de Anciãos</i>	193
<i>Cuidado e Manutenção da Propriedade da Igreja</i>	193
<i>O Secretário Mantém os Registos</i>	194
<i>Correspondência com os Membros</i>	194
<i>Dinheiro para Encomendas Pessoais de Literatura</i>	194
<i>A Salvaguarda de Crianças</i>	195
<i>Norma dos Dois Adultos</i>	195
<i>Porta Aberta</i>	195
<i>Inspecção Rigorosa de Voluntários</i>	195
<i>Norma dos Seis Meses</i>	195
<i>Formação</i>	195
<i>Recursos dos Ministérios da Criança</i>	196
<i>Recursos dos Ministérios da Família</i>	196

<i>Recursos dos Ministérios da Saúde</i>	196
<i>Recursos dos Assuntos Públicos e da Liberdade Religiosa</i>	196
<i>Recursos dos Ministérios das Publicações</i>	197
<i>Recursos da Escola Sabatina e dos Ministérios Pessoais</i>	197
<i>Serviços Adventistas à Comunidade</i>	197
<i>Recursos dos Ministérios da Mordomia</i>	198
<i>Recursos dos Ministérios da Mulher</i>	198
<i>Plano Organizacional da Juventude Adventista</i>	198
<i>Recursos dos Ministérios da Juventude</i>	198
 Notas do CAPÍTULO 9	 199
<i>Lista Exemplificativa de Dirigentes da Igreja</i>	199
 Notas do CAPÍTULO 10	 200
<i>Escola Sabatina</i>	200
<i>Formatos do Serviço de Culto</i>	200
<i>Formas do Serviço de Culto</i>	201
<i>Horas das Reuniões</i>	202
<i>Lava-Pés</i>	203
<i>Pão e Sumo de Uva</i>	203
<i>Reuniões Administrativas</i>	204
<i>Outras Comissões do Conselho de Igreja</i>	205
<i>Recursos da Juventude Adventista</i>	206
 Notas do CAPÍTULO 11	 206
<i>Recursos dos Ministérios da Mordomia</i>	206
<i>Exemplo de Orçamento Anual</i>	206

CAPÍTULO 1

Porquê um Manual da Igreja?

Porque é que a Igreja Adventista do Sétimo Dia tem um *Manual da Igreja*?

Deus é um Deus de ordem, como é evidente nas Suas obras de criação e redenção. Consequentemente, a ordem faz parte da essência da Sua Igreja. A ordem consegue-se através de princípios e regulamentos que orientam a Igreja nos seus procedimentos internos e no cumprimento da sua missão no mundo. A fim de ser uma organização eclesiástica bem-sucedida ao serviço do Senhor e da humanidade, ela precisa de ordem, de regras e de disciplina. A Escritura afirma que “faça-se tudo decentemente e com ordem” (I Cor. 14:40).

Ellen G. White chamou a atenção para essas necessidades em 1875: “A Igreja de Cristo está em perigo constante. Satanás está a procurar destruir o povo de Deus, e a mente de um só homem, o seu discernimento, não é suficiente para se confiar. Cristo gostaria que os Seus seguidores fossem unidos na qualidade de Igreja, observando ordem, tendo regras e disciplina, e todos sujeitos uns aos outros, considerando ‘os outros superiores a si’ mesmos. (Fil. 2:3).” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 3, p. 445.

Contudo, os dirigentes da Igreja não criaram de imediato um livro de regras para governo da Igreja, embora, nos primeiros anos da Igreja, a Assembleia da Conferência Geral se reunisse anualmente e os delegados votassem sobre questões de ordem e de vida eclesiástica. Finalmente, em 1882, a Assembleia da Conferência Geral votou a preparação de “instrução para os oficiais de igreja, a ser impressa na *Review and Herald* ou em forma de folheto”. – *Review and Herald*, 26 dez, 1882. Isto revelou a crescente compreensão de que a ordem era um imperativo para que a organização funcionasse eficazmente e de que a uniformidade nessa ordem requeria que os seus princípios orientadores fossem divulgados em forma impressa.

No entanto, quando a proposta para que os artigos fossem apresentados em forma permanente como Manual da Igreja foi apresentada perante a Assembleia da Conferência Geral de 1883, os delegados rejeitaram a ideia. Receavam que um manual pudesse formalizar a Igreja e retirar aos pastores a liberdade individual para lidar com questões de ordem conforme desejassem.

No entanto, esse receio – refletindo, sem dúvida, a oposição que existira 20 anos antes a qualquer tipo de organização – foi-se reduzindo rapidamente. As Assembleias anuais da Conferência Geral continuaram a tomar decisões sobre questões de procedimento.

Embora a Igreja declinasse oficialmente a adoção de um manual, os dirigentes foram compilando ao longo do tempo, em formato de livro ou de folheto, as regras geralmente aceites para a vida da Igreja. Talvez o mais notório tenha sido um livro de 184 páginas, publicado em 1907 pelo pioneiro J. N. Loughborough, intitulado *A Igreja, a Sua Organização, Ordem e Disciplina*, o qual tratava de muitos dos tópicos agora incluídos neste *Manual da Igreja*.

À medida que a Igreja cresceu rapidamente em todo o mundo no início do século XX, reconheceu cada vez mais a necessidade de um manual para uso em todo o mundo pelos seus pastores e membros leigos. Em 1931, o Conselho da Conferência Geral votou publicar um Manual da Igreja. J. L. McElhany, mais tarde presidente da Conferência Geral, preparou o manuscrito, o qual foi publicado em 1932.

A frase de introdução no prefácio dessa primeira edição observava que “se tem tornado cada vez mais evidente que é necessário um manual sobre administração da igreja para estabelecer e preservar as práticas e a regulamentação denominacionais”.

Repare-se na palavra *preservar*. Não se tratou de uma tentativa de criar repentinamente e impor à Igreja todo um esquema de administração eclesiástica. Foi, sim, um esforço, antes de mais, para *preservar* todas as boas decisões tomadas ao longo de anos e acrescentar, depois, as regras requeridas pelo crescente desenvolvimento e complexidade da Igreja.

Autoridade e Função do *Manual da Igreja*

O *Manual da Igreja* existe no seu formato atual desde 1932. Descreve o funcionamento e as funções das igrejas locais e o seu relacionamento com as estruturas denominacionais de que são membros. O *Manual da Igreja* também expressa a compreensão da Igreja sobre a vida cristã, a governação da igreja e a disciplina com base em princípios bíblicos e na autoridade das Assembleias da Conferência Geral devidamente reunidas. “Deus ordenou que os representantes da Sua Igreja de todas as partes da Terra, quando reunidos numa Conferência Geral, devam ter autoridade.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 9, p. 261.

O *Manual da Igreja* divide-se em dois tipos de material. O conteúdo de cada capítulo é válido para todo o mundo e é aplicável a todas as organizações da igreja, congregações e membros. Reconhecendo a necessidade de variações nalgumas secções, há material explicativo adicional, que aparece sob a forma de orientação e exemplos, o qual é apresentado como notas no final do *Manual da Igreja*. As notas têm subtítulos correspondentes aos subtítulos do capítulo e a numeração da página do texto principal.

As normas e as práticas da Igreja baseiam-se nos princípios das Sagradas Escrituras. Estes princípios, sublinhados pelo Espírito de Profecia, estão explanados neste *Manual da Igreja*. Devem ser observados em todas as questões que dizem respeito à administração e ao funcionamento das igrejas locais. O *Manual da Igreja* define também o relacionamento existente entre a congregação local e a Associação ou outras entidades da organização denominacional Adventista do Sétimo Dia. Não deve ser feita qualquer tentativa de estabelecer padrões para a condição de membros nem estabelecer, ou tentar impor, regras ou regulamentos para as operações da igreja local que sejam contrários às decisões adotadas pela Conferência Geral em Assembleia e que estão explanados neste *Manual da Igreja*.

Fazer Alterações

A Conferência Geral votou, ao longo dos anos, importantes alterações ao *Manual da Igreja*. Compreendendo a importância de conduzir a obra mundial da Igreja “decentemente e em ordem”, a Assembleia da Conferência Geral de 1946 votou que “todas as alterações ou revisões de regulamentação que devam ser feitas no *Manual* devem ser autorizadas pela Assembleia da Conferência Geral”. – *Relatório da Conferência Geral*, N.º 8, p. 197 (14 de Junho de 1946).

Em 1948, reconhecendo que as condições locais requerem, por vezes, decisões especiais, o Conselho da Conferência Geral votou que “cada divisão do campo mundial, incluindo a Divisão Norte-Americana, prepare um ‘Aditamento’ ao novo *Manual da Igreja*, não o modificando de maneira nenhuma, mas contendo matéria adicional que seja de aplicação conveniente às condições e circunstâncias prevaletentes nessa divisão; os manuscritos desses Aditamentos devem ser submetidos ao Conselho da Conferência Geral para endosso antes de serem impressos”. – *Autumn Council Actions* (Decisões do Conselho de Outono), 1948, p. 19.

A Assembleia da Conferência Geral de 2000 autorizou que algum do material existente no *Manual da Igreja* fosse reclassificado e constasse da secção das Notas, como orientação e exemplos e não tanto como material obrigatório, e aprovou o processo para a realização de alterações. As alterações no *Manual da Igreja*, exceto nas Notas e alterações editoriais, só podem ser feitas por decisão de uma Assembleia da Conferência Geral, na qual os delegados da Igreja mundial têm voz e voto. Se uma igreja local, uma Associação, ou uma União pretender propor uma revisão do *Manual da Igreja*, deve submeter a sua proposta ao nível organizativo denominacional logo acima para aconselhamento e análise. Se esse nível aprovar a proposta, submete a revisão sugerida ao nível seguinte para avaliação adicional. Se os vários níveis aprovarem a proposta, esta acabará por chegar à Comissão do *Manual da Igreja* da Conferência Geral, que analisa todas as recomendações. Se a Comissão do *Manual da Igreja* aprovar a revisão, prepara-a para apresentação a um Conselho Anual e/ou a uma Assembleia da Conferência Geral.

Qualquer revisão de uma Nota segue o mesmo procedimento. O Conselho Executivo da Conferência Geral tem competência para aprovar alterações às Notas em qualquer Conselho Anual.

A Comissão do *Manual da Igreja* apresenta alterações editoriais não fundamentais do conteúdo principal do *Manual da Igreja* a um Concílio Anual do Conselho Executivo da Conferência Geral, o qual poderá dar a aprovação final. Contudo, no caso do Conselho Anual concluir, por voto de um terço, que a alteração editorial modifica fundamentalmente o significado de qualquer passagem, a alteração proposta terá de ir à Assembleia da Conferência Geral.

No último Conselho Anual de um quinquénio, o Conselho Executivo da Conferência Geral revê todas as alterações às Notas e coordena essas alterações com quaisquer emendas propostas ao conteúdo principal do *Manual da Igreja*.

Uma nova edição do *Manual da Igreja* é publicada após cada Assembleia da Conferência Geral. A edição mais recente é a que deve ser sempre utilizada. A presente edição incorpora as emendas feitas na Assembleia da Conferência Geral de 2015.

Onde Obter Aconselhamento

Os oficiais e dirigentes de igreja, os pastores e os membros devem

consultar a sua Associação para obter conselhos sobre o funcionamento da respetiva congregação ou sobre dúvidas surgidas do *Manual da Igreja*. Se não chegarem a um entendimento mútuo, devem consultar a sua União para clarificação.

Termos Usados no *Manual da Igreja*

Igreja – Por uma questão de economia editorial e de impressão, o termo “Igreja”, com I maiúsculo, é usado em lugar do termo completo “Igreja Adventista do Sétimo Dia” e refere-se à organização da Igreja em geral, e não a uma igreja ou congregação local, com exceção dos casos em que seja mencionado numa citação.

Associação, missão, secção, delegação, campo e união de igrejas – Por uma questão de economia editorial e de impressão, o termo “Associação” nestas páginas significa “associação, missão, secção, delegação, ou união de igrejas”, consoante o que o contexto administrativo indicar. Em geral, cada congregação é membro da irmandade de igrejas conhecida como uma Associação, mas, até que a organização local atinja esse estatuto de Associação, conforme os Procedimentos Operacionais (*Working Policy*) da Conferência Geral, aquela pode ser identificada como uma missão, secção, delegação ou campo. Nalgumas divisões mundiais, uniões de igrejas de algum país específico funcionam como uma Associação para efeitos da igreja local, e como sendo uma União para outros efeitos organizacionais da Igreja. (Ver Capítulo 3, “Organização e Autoridade”.)

Pastor e ministro – Na maioria das regiões da Igreja mundial o termo “pastor” é usado para identificar um membro do clero, por isso o termo é usado nestas páginas em vez de “ministro”, independentemente das responsabilidades atribuídas pela Associação local. O uso do termo neste *Manual* não tem a intenção de impor esse uso onde seja habitual usar o termo “ministro”. Os pastores referidos neste manual são aqueles que foram nomeados pela Associação para supervisionar as questões da igreja local ou do distrito.

As citações da Bíblia são retiradas da versão de João Ferreira de Almeida, edição revista e corrigida, da Sociedade Bíblia de Portugal, a menos que seja indicado de maneira diferente, à exceção dos casos em que sejam referidas numa citação do Espírito de Profecia.

CAPÍTULO 2

A Igreja do Deus Vivo

As Escrituras usam várias expressões para descrever a Igreja, tais como “a igreja de Deus” (Atos 20:28), “o corpo de Cristo” (Efé. 4:12) e “a igreja do Deus vivo” (I Tim. 3:15).

Pertencer à Igreja de Deus é um privilégio único capaz de satisfazer a alma. É propósito de Deus congregar um povo dos mais remotos cantos da Terra para os unir num só corpo, o corpo de Cristo, do qual Ele é a cabeça viva. Todos os que são filhos de Deus em Cristo Jesus são membros deste corpo, e neste relacionamento podem desfrutar de comunhão uns com os outros e também da comunhão com o seu Senhor.

A Bíblia usa a palavra *igreja* pelo menos em dois sentidos: um sentido geral, que se aplica à Igreja em todo o mundo (Mat. 16:18; I Cor. 12:28), e num sentido particular, que se aplica à igreja numa cidade ou numa região, como eram os casos em Roma (Rom. 1:6 e 7), em Corinto (I Cor. 1:2), em Tessalônica (I Tes. 1:1) e na Galácia (I Cor. 16:1), na Ásia (I Cor. 16:19), na Síria e na Cilícia (Atos 15:41).

Cristo, como cabeça da Igreja e seu Senhor vivo, tem um profundo amor pelos membros do Seu corpo. Na Igreja, deve Ele ser glorificado (Efé. 3:21). Por meio da Igreja, revelará Ele “a multiforme sabedoria de Deus” (Efé. 3:10). Dia após dia, Ele alimenta e sustenta a Sua Igreja (Efé. 5:29), e o Seu profundo desejo é torná-la “igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga, nem coisa semelhante, mas santa e irrepreensível” (Efé. 5:27).

Nenhuma Parede de Separação

Cristo procurou, por preceito e exemplo, ensinar a verdade de que, com Deus, não devia haver nenhuma parede divisória entre Israel e as outras nações (João 4:4-42, 10:16; Lucas 9:51-56; Mat. 15:21-28). O apóstolo Paulo escreve: “Os gentios são coherdeiros, e de um mesmo corpo, e participantes da promessa, em Cristo, pelo evangelho” (Efé. 3:6).

Também não deve haver entre os seguidores de Cristo qualquer preferência de casta, nacionalidade, raça ou cor, pois todos são do mesmo sangue. Os eleitos de Deus são uma irmandade universal, uma nova Humanidade, todos “um em Cristo Jesus” (Gál. 3:28).

“Cristo veio à Terra com uma mensagem de misericórdia e perdão. Lançou o fundamento de uma religião pela qual judeus e gentios, negros e brancos, livres e escravos, são ligados numa irmandade comum, reconhecidos como iguais à vista de Deus. O Salvador tem ilimitado amor por cada ser humano.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 7, p. 225.

“Deus não reconhece distinção alguma de nacionalidade, raça ou casta. Ele é o Criador de toda a raça humana. Todos os homens são de uma família pela criação, e todos são um pela redenção. Cristo veio para demolir todas as paredes de separação e abrir todos os compartimentos do templo a fim de que toda a alma possa ter livre acesso a Deus.... Em Cristo não há nem judeu nem grego, nem servo nem livre. Todos são aproximados pelo Seu precioso sangue.” – *Parábolas de Jesus*, p. 386 (traduzido do original inglês).

Objeto da Suprema Atenção de Cristo

Aqueles que, no serviço de Cristo, são chamados à liderança devem ter “cuidado da igreja de Deus” (I Tim. 3:5), “apascentar a igreja de Deus” (Atos 20:28) e demonstrar “cuidado de todas as igrejas” (II Cor. 11:28).

“Testifico aos meus irmãos e irmãs que a Igreja de Cristo, por débil e defeituosa que seja, é o único objeto sobre a Terra a que Ele confere a Sua suprema atenção. Enquanto a todos dirige o convite para irem a Ele e serem salvos, comissiona os Seus anjos para prestar divino auxílio a toda a alma que a Ele se achega com arrependimento e contrição; e, pessoalmente, por meio do Seu Espírito Santo, está no meio da Sua Igreja.” – *Testemunhos para Ministros*, p. 15.

Como esposa de Cristo e como objeto da Sua suprema atenção, espera-se que a Igreja, em todas as suas funções, represente a ordem e o caráter do divino.

“Na época atual, a Igreja precisa de vestir as suas belas vestes – ‘Cristo, justiça nossa’. Há distinções claras e precisas a serem restauradas e expostas ao mundo, exaltando-se acima de tudo os mandamentos de Deus e a fé de Jesus. A beleza da santidade deve aparecer no seu brilho natural, em contraste com a deformidade e trevas dos que são desleais, daqueles que se revoltam contra a lei de Deus. Assim reconhecemos Deus e a Sua lei – fundamento do Seu governo no Céu e em todos os Seus domínios terrestres. A Sua autoridade deve ser conservada distinta e clara perante o mundo; e não ser reconhecida lei alguma que esteja em oposição às leis

de Jeová. Se, em desafio às disposições divinas, for permitido ao mundo influenciar as nossas decisões ou ações, o propósito de Deus será frustrado. Se a Igreja vacilar aqui, por mais especioso que seja o pretexto apresentado para tal, contra ela haverá, registrada nos livros do Céu, uma quebra da mais sagrada confiança, uma traição ao reino de Cristo. A Igreja tem que manter os seus princípios perante todo o Universo celeste e os reinos deste mundo, de maneira firme e decidida; uma inabalável fidelidade na manutenção da honra e da santidade da lei de Deus despertará a atenção e a admiração do mundo, e muitos, pelas boas obras que contemplarem, serão levados a glorificar o nosso Pai celestial.” – *Testemunhos para Ministros*, pp. 16 e 17 (traduzido do original inglês).

O apóstolo Pedro escreve: “Mas vós sois a geração eleita, o sacerdócio real, a nação santa, o povo adquirido, para que anuncieis as virtudes daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz” (I Pedro 2:9).

Perfeita em Cristo

“O Senhor proveu a Sua Igreja de capacidades e bênçãos para que apresentasse ao mundo uma imagem da Sua própria suficiência, e n’Ele se aperfeiçoasse, como uma contínua representação de outro mundo, eterno, onde há leis mais elevadas que as terrestres. A Sua Igreja deve ser um templo construído segundo a semelhança divina, e o anjo arquiteto trouxe do Céu a sua vara de ouro para medir, a fim de que cada pedra seja lavrada e ajustada pela medida divina, e polida para brilhar como um emblema do Céu irradiando em todas as direções os refulgentes e luminosos raios do Sol da Justiça....

O Senhor Jesus está a provar os corações humanos por meio da concessão da Sua misericórdia e graça abundante. Está a efetuar transformações tão admiráveis que Satanás, com toda a sua vanglória de triunfo, com toda a sua confederação do mal reunida contra Deus e contra as leis do Seu governo, fica a olhá-las como a uma fortaleza inexpugnável aos seus sofismas e enganos. São para ele um mistério incompreensível. Os anjos de Deus, serafins e querubins, potestades encarregadas de cooperar com as forças humanas, veem, com admiração e alegria, que homens caídos, que eram filhos da ira, estão, por meio do ensino de Cristo, a formar caracteres segundo a semelhança divina, para serem filhos e filhas de Deus, e desempenharem um papel importante nas ocupações e prazeres do Céu.

À Sua Igreja deu Cristo amplas possibilidades, para que viesse a receber da Sua possessão resgatada e comprada um grande tributo de glória. A Igreja, revestida da justiça de Cristo, é Sua depositária, na qual as riquezas da Sua misericórdia, amor e graça, se hão de, por fim, revelar plenamente....

Na imaculada pureza e perfeição deles, Cristo olha para o Seu povo como sendo a recompensa de todos os Seus sofrimentos, humilhação e amor, e como suplemento da Sua glória – sendo Ele o grande centro de que irradia toda a glória. ‘Bem-aventurados aqueles que são chamados à ceia das bodas do Cordeiro’. (Apoc. 19:9)” – *Testemunhos para Ministros*, pp. 17-19 (traduzido do original inglês).

A igreja está comprometida com os princípios da unidade espiritual da Igreja de Cristo apresentados acima. Pela paz e poder que a justiça de Cristo traz, a Igreja assume o compromisso de ultrapassar todas as barreiras que o pecado ergueu entre os seres humanos.

CAPÍTULO 3

Organização e Autoridade

A organização da Igreja fundamenta-se em princípios divinos: “Nunca permitam que as ideias de alguém perturbem a vossa fé, com relação à ordem e harmonia que deve existir na igreja.... O Deus do Céu é um Deus de ordem e exige que todos os Seus seguidores tenham regras e regulamentos, e que preservem essa ordem.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 5, p. 274 (traduzido do original inglês).

Base Bíblica da Organização

Quando Deus chamou os filhos de Israel para fora do Egito e os escolheu como Seu povo peculiar, preparou-lhes um impressionante sistema de organização para dirigir a sua conduta tanto nas questões civis como nas religiosas.

“O governo de Israel caracterizou-se pela organização mais completa e maravilhosa, tanto pela perfeição como pela simplicidade. A ordem, tão admiravelmente demonstrada na perfeição e organização de todas as obras criadas por Deus, era evidenciada na economia hebraica. Deus era o centro da autoridade e do governo, o Soberano de Israel. Moisés desempenhava o papel do seu chefe visível, em virtude de indicação divina, a fim de administrar as leis em Seu nome. Dos anciãos das tribos foi mais tarde escolhido um grupo de setenta, para auxiliar Moisés nos negócios gerais da nação. Vinham em seguida os sacerdotes, que consultavam o Senhor no santuário. Chefes ou príncipes governavam as tribos. Abaixo destes estavam os capitães de mil, capitães de cem, capitães de cinquenta e capitães de dez e, por último, oficiais que poderiam ser usados no desempenho de deveres especiais. Deut. 1:15.” – *Patriarcas e Profetas*, p. 331, ed. P. SerVir.

A Igreja do Novo Testamento demonstrou a mesma perfeição na sua organização. O próprio Cristo, que formou a Igreja (Mat. 16:18), “colocou os membros no corpo, cada um deles como quis” (I Cor. 12:18). Dotou-os com dons e talentos adequados às funções que lhes eram confiadas e organizou-os num corpo vivo e atuante, do qual Ele é a cabeça.

“Porque assim como, num corpo, temos muitos membros, e nem todos os membros têm a mesma operação, assim nós, que somos muitos, somos

um só corpo em Cristo, mas, individualmente, somos membros uns dos outros” (Rom. 12:4 e 5). “E Ele [Cristo] é a cabeça do corpo da igreja, é o princípio e o primogênito de entre os mortos, para que em tudo tenha a preeminência” (Col. 1:18).

“Ora, há diversidade de dons, mas o Espírito é o mesmo. E há diversidade de ministérios, mas o Senhor é o mesmo” (I Cor. 12:4 e 5). “Porque, assim como o corpo é um, e tem muitos membros, e todos os membros, sendo muitos, são um só corpo, assim é Cristo também” (I Cor. 12:12). “Ora vós sois o corpo de Cristo, e seus membros em particular. E a uns pôs Deus na igreja, primeiramente apóstolos, em segundo lugar profetas, em terceiro, doutores, depois milagres, depois dons de curar, socorros, governos, variedades de línguas” (I Cor. 12:27 e 28).

Importância da Organização

Assim como não é possível haver nenhum corpo humano vivo e ativo a menos que os seus membros estejam organicamente unidos e a funcionar conjuntamente, também não pode haver nenhuma Igreja viva, a desenvolver-se e a progredir a menos que os seus membros estejam organizados num corpo espiritual unido, todos realizando os seus deveres e funções atribuídos por Deus, sob a direção de uma autoridade divinamente constituída. Sem organização nenhuma instituição ou movimento pode prosperar. Uma nação sem um governo organizado seria um caos. Uma empresa comercial sem organização seria um fracasso. Uma Igreja sem organização desintegrar-se-ia e pereceria.

Para um desenvolvimento saudável da Igreja e para a realização da sua tarefa de levar o evangelho da salvação a todo o mundo, Cristo deu-lhe um sistema de organização simples, mas eficaz. O sucesso nos seus esforços para cumprir a sua missão depende da adesão leal a este modelo divino.

“Alguns têm apresentado o pensamento de que, ao nos aproximarmos do fim do tempo, todo o filho de Deus agirá independentemente de qualquer organização religiosa. Mas fui instruída pelo Senhor de que nesta obra não há coisa que se assemelhe a cada homem ser independente.” – *Testemunhos para Ministros*, p. 489.

“Oh, como se regozijaria Satanás se pudesse ter êxito nos seus esforços para se insinuar entre este povo e desorganizar o trabalho num tempo em que uma completa organização é essencial e será o maior poder para manter

afastados os movimentos espúrios e para refutar declarações não endossadas pela Palavra de Deus! Queremos conservar firmes as nossas fileiras, para que não haja quebra no sistema de organização e ordem que foi construído por um trabalho sábio e cuidadoso. Não se deve dar permissão a elementos perturbadores que desejam dominar a obra neste tempo.” – *Testemunhos para Ministros*, p. 489 (traduzido do original inglês).

Objetivos da Organização

“Aumentando o nosso número, tornou-se evidente que, sem alguma forma de organização, haveria grande confusão, e a obra não seria levada avante com êxito. A organização era indispensável para prover a manutenção do ministério, para levar a obra a novos campos, para proteger dos membros indignos tanto as igrejas como o ministério, para a conservação das propriedades da Igreja, para a publicação da verdade pela imprensa e para muitos outros fins.” – *Testemunhos para Ministros*, p. 26 (traduzido do original inglês).

“Como membros da Igreja visível e obreiros na vinha do Senhor, todos os cristãos professos devem fazer tanto quanto possível para preservar a paz e a harmonia e o amor na igreja. Notem a oração de Cristo: ‘Para que todos sejam um, como Tu, ó Pai, o és em Mim, e Eu em Ti; que também eles sejam um em Nós, para que o mundo creia que Tu Me enviaste.’ (João 17:21) A unidade da Igreja é a prova convincente de que Deus enviou Jesus ao mundo para o salvar.” – *Testemunhos Para a Igreja*, Vol. 5, pp. 619 e 620.

Modelo do Novo Testamento

O mandado do Salvador para que a Igreja levasse o evangelho a todo o mundo (Mat. 28:19 e 20; Marcos 16:15) significou não só pregar o evangelho, mas também assegurar o bem-estar daqueles que aceitassem a mensagem. Isto envolvia o cuidado pastoral bem como a acomodação do rebanho, e também a resolução de problemas relacionais. Uma tal situação requeria organização.

Inicialmente, os apóstolos constituíram um conselho que dirigia as atividades da Igreja a partir de Jerusalém (Atos 6:2; 8:14). Quando o grupo se tornou tão grande que a administração das suas questões práticas se tornou um problema, a Igreja nomeou diáconos para atenderem às suas atividades (Atos 6:2-4).

Mais tarde, desenvolveram-se outras congregações, não só na Ásia, mas também na Europa, e isso requereu novos passos organizacionais. Na Ásia

Menor, foram ordenados anciãos “em cada igreja” (Atos 14:23). A expansão da obra pelas várias províncias do Império Romano exigiu a organização de igrejas no que poderia ser chamado associações (Gál. 1:2). Desta forma, passo a passo, a organização desenvolveu-se na igreja primitiva. À medida que surgia a necessidade, Deus orientava os dirigentes da Sua obra de modo a que, em consulta com a Igreja, eles desenvolvessem uma forma de organização que salvaguardasse os interesses da obra.

Organização da Igreja Hoje

A forma de governo Adventista do Sétimo Dia é representativa, a qual reconhece que a autoridade assenta nos membros e se expressa mediante representantes devidamente eleitos em cada nível da organização, delegando a responsabilidade executiva em corpos e oficiais representativos, tendo em vista a governação da Igreja em cada nível distinto. O *Manual da Igreja* aplica este princípio de representação ao funcionamento da congregação local. As questões de representação em organizações com estatuto missionário são definidas pelas normas de funcionamento e em organizações com estatuto de Associação, pela sua constituição e estatutos. Esta forma de governo reconhece também que a ordenação para o ministério é reconhecida pela Igreja em todo o mundo.

“Cada membro da igreja tem participação na escolha dos oficiais da igreja. Esta escolhe os oficiais das conferências estaduais [conhecidas hoje por Associações]. Os delegados escolhidos pelas Associações escolhem os oficiais das Uniões; e os delegados escolhidos por estas escolhem os oficiais da Conferência Geral. Por meio deste sistema, cada associação, instituição, igreja e pessoa, quer diretamente, quer por meio de representantes, participa na eleição dos homens que assumem as responsabilidades principais na Conferência Geral.” – *Testemunhos Para a Igreja*, Vol. 8, pp. 236 e 237.

O atual sistema organizacional da Igreja resultou da compreensão teológica cada vez maior da missão da Igreja, do crescimento do número de membros e da propagação geográfica da Igreja. Representantes das Associações reuniram-se em 1863 para organizarem a Conferência Geral dos Adventistas do Sétimo Dia.

Há vários níveis organizacionais na Igreja que vão desde o membro individual até à organização mundial da obra. As unidades constituídas por membros em cada um destes níveis convocam periodicamente

sessões administrativas formais, conhecidas como reuniões ou assembleias constituintes. (A reunião ou assembleia constituinte numa igreja local é geralmente referida como uma reunião administrativa.) Na estrutura da Igreja Adventista do Sétimo Dia, nenhuma organização determina o seu próprio estatuto, nem funciona como se não tivesse quaisquer obrigações para com a família da Igreja fora das suas fronteiras.

Esboço da Organização Denominacional

1. Igreja Local – Um grupo de membros numa localidade específica a quem foi concedida, pelo conjunto de membros de uma Associação em Assembleia, o estatuto oficial de igreja.

2. Associação Local – Um grupo de igrejas locais, dentro de uma área geográfica definida, a que foi concedida, por decisão de um Conselho Executivo de uma Divisão em reunião a meio do ano, ou no final do ano, ou numa reunião do Conselho Anual da Divisão, estatuto oficial como associação/missão/campo local Adventista do Sétimo Dia, e que foi subsequentemente aceite, numa assembleia geral de uma união, na irmandade de associações/missões. (Ver p. 21.)

3. União de Igrejas – Um grupo de igrejas, numa área geográfica definida, a que foi concedido, por uma Assembleia Administrativa da Conferência Geral, estatuto oficial como união de igrejas com estatuto de associação ou de missão.

4. União – Um grupo de Associações, numa área geográfica definida, a que foi concedido, por uma Assembleia Administrativa da Conferência Geral, estatuto oficial como União /Missão.

5. Conferência Geral e Suas Divisões – A Conferência Geral representa a expressão mundial da Igreja. O conjunto dos seus membros constituintes está definido nos seus Estatutos. A fim de facilitar a sua atividade mundial, a Conferência Geral estabeleceu repartições regionais, conhecidas como divisões da Conferência Geral, às quais foi atribuída, por decisão do Conselho Executivo da Conferência Geral reunido em Concílios Anuais, a supervisão administrativa geral de grupos de uniões designados ou de outras unidades da Igreja dentro de áreas geográficas específicas.

A Bíblia é o fundamento e a fonte de crença e prática; nesta base, a Conferência Geral reunida em Assembleia Administrativa determina a declaração das crenças fundamentais da Igreja. A Conferência Geral em Assembleia Administrativa também autoriza o estabelecimento de

União a junção de unidades do campo, revê o *Manual de Igreja*, nomeia a liderança da Conferência Geral e das divisões, desempenha outras funções conforme delineadas nos seus Estatutos e Regulamentos, e analisa assuntos que lhe sejam dirigidos pelo Conselho Executivo. O Conselho Executivo da Conferência Geral entre assembleias está mandatado pelos Estatutos e Regulamentos a agir em nome dos seus constituintes. As organizações da Igreja ao redor do mundo reconhecem a Conferência Geral em Assembleia Administrativa como a voz da Igreja.

Papel das Instituições

Os níveis organizacionais da Igreja têm em funcionamento uma variedade de instituições educacionais, de saúde, publicadoras e outras que trabalham em nome de Cristo para atender às necessidades de um mundo em desespero. Na teologia e na filosofia Adventista do Sétimo Dia, estas instituições têm sido, desde o seu início, instrumentos indispensáveis para cumprir a missão espiritual da Igreja de servir a pessoa no seu todo e para levar o evangelho a todo o mundo.

Nenhuma organização ou instituição assume responsabilidade por compromissos financeiros, dívidas, atos ou omissões de qualquer outra organização da Igreja com base simplesmente na sua filiação na Igreja.

Autoridade na Igreja Primitiva

Como Criador, Redentor e Mantenedor, Senhor e Rei de toda a criação, só Deus é a fonte de autoridade para a Igreja. Ele delegou autoridade nos Seus profetas e apóstolos (II Cor. 10:8). Estes, por conseguinte, ocuparam uma posição crucial e única na transmissão da Palavra de Deus e na edificação da Igreja (Efé. 2:20).

A Igreja primitiva teve a responsabilidade da pureza na doutrina e na prática. Os anciãos (ou bispos) detinham grande autoridade. Uma das suas principais funções era a do cuidado pastoral e da supervisão em geral (Atos 20:17-28; Heb. 13:17; I Pedro 5:1-3), com tarefas especiais como transmitir instrução na sã doutrina e refutar aqueles que a contradiziam (I Tim. 3:1 e 2; Tito 1:5 e 9). Foram instruídos a provar “se os espíritos são de Deus” (I João 4:1) ou, segundo as palavras de Paulo, a examinar “tudo” e a reter “o bem” (I Tes. 5:21).

O mesmo era verdadeiro quanto ao exercício de disciplina (Mat. 18:15-17), a qual ia da admoestação privada e prudente (cf. Mat. 18:16; Gál. 6:1) até à exclusão do membro (Mat. 18:18; I Cor. 5:11 e 13; II Cor. 2:5-11).

A Igreja tem, portanto, autoridade para estabelecer as regras do seu próprio governo.

A Conferência Geral como a Mais Alta Autoridade

Na Igreja de hoje, a Assembleia Administrativa da Conferência Geral, e o Conselho Executivo da Conferência Geral entre assembleias, é a mais alta autoridade eclesiástica na administração da Igreja. O Conselho Executivo da Conferência Geral está autorizado pelos seus Estatutos a criar organizações subordinadas com autoridade para realizar as respectivas funções. Por conseguinte, todas as organizações e instituições subordinadas em toda a Igreja reconhecerão a Assembleia Administrativa da Conferência Geral, e o Conselho Executivo da Conferência Geral entre assembleias, como a mais alta autoridade eclesiástica, abaixo de Deus, entre os Adventistas do Sétimo Dia.

Sempre que surjam divergências nas ou entre igrejas e Associações ou instituições, as questões não resolvidas de comum acordo podem ser levadas ao nível organizacional imediatamente acima. Se o assunto não ficar resolvido a esse nível, a entidade ofendida pode apelar sucessivamente para níveis superiores de organização. Uma organização para a qual foi enviado um apelo pode decidir não ouvir o assunto, caso em que a decisão da mais alta organização envolvida na disputa será final. Quando organizações reveem decisões de outras organizações, não assumem a responsabilidade por compromissos financeiros de qualquer outra organização.

“Fui muitas vezes instruída pelo Senhor de que o juízo de homem algum deve estar sujeito ao juízo de outra pessoa. Nunca deve a mente de um homem ou de uns poucos homens ser considerada suficiente em sabedoria e autoridade para controlar a obra, e dizer quais os planos que devem ser seguidos. Mas quando, numa assembleia geral, é exercido o juízo dos irmãos reunidos de todas as partes do campo, independência e juízo particulares não devem obstinadamente ser mantidos, mas renunciados. Nunca deve um obreiro considerar virtude a persistente conservação da sua atitude de independência, contrariamente à decisão do corpo geral.” – *Testemunhos Para a Igreja*, Vol. 9, p. 260.

CAPÍTULO 4

Pastores e Outros Funcionários da Igreja

Um Ministério Divinamente Designado

“Deus tem uma Igreja, e ela tem um ministério designado por Ele. ‘E Ele mesmo deu uns para apóstolos, e outros para profetas, e outros para evangelistas, e outros para pastores e doutores, querendo o aperfeiçoamento dos santos, para a obra do ministério, para a edificação do corpo de Cristo; até que todos cheguemos à unidade da fé, e ao conhecimento do Filho de Deus, a varão perfeito, à medida da estatura completa de Cristo (Efé. 4:11-13).’...”

Homens designados por Deus foram escolhidos para vigiar com zeloso cuidado, com vigilante perseverança, a fim de que a Igreja não seja subvertida pelos malignos ardis de Satanás, mas que ela esteja no mundo para promover a glória de Deus entre os homens.” – *Testemunhos para Ministros*, pp. 52 e 53.

Presidente de Associação – O presidente da Associação deve ser um pastor ordenado com experiência e boa reputação. Ele está à frente do ministério evangélico na Associação e é o primeiro ancião, ou supervisor, de todas as igrejas. Trabalha para o bem-estar espiritual das igrejas e aconselha-as a respeito das suas atividades e planos. Tem acesso a todas as igrejas e respetivos serviços, reuniões administrativas e conselhos, sem direito a voto a menos que lhe seja concedido pela igreja, ou a menos que seja membro dessa congregação. Pode, por virtude do seu cargo, presidir a qualquer reunião de qualquer igreja quando necessário. Tem acesso a todos os registros da igreja.

O presidente da Associação não tem autoridade para afastar os oficiais da igreja devidamente nomeados, mas trabalhará em cooperação com eles. Estes, por sua vez, estão obrigados, em reconhecimento dos laços de comunhão na Associação, a aconselharem-se com ele sobre tudo o que diz respeito ao bem-estar da igreja. Não devem procurar excluí-lo do desempenho apropriado dos seus deveres.

Diretores Departamentais da Associação – Os diretores departamentais da Associação promovem linhas importantes do trabalho denomi-

nacional, sob a direção geral do Conselho da Associação e em consulta com o presidente da Associação. A fim de executarem com sucesso o trabalho que lhes é atribuído, estes funcionários devem ter acesso às igrejas de modo a poderem apresentar e desenvolver os seus planos. Deverão ter consideração e simpatia para com todos os planos da igreja, mesmo que estranhos aos seus respetivos departamentos.

Os diretores departamentais não estão investidos de autoridade administrativa ou executiva, pelo que a sua relação com as igrejas locais é consultiva. O seu trabalho não tem a mesma relação com as igrejas que o do Conselho ou que o do presidente da Associação. Na promoção dos seus tipos específicos de trabalho, a sua atuação estende-se a toda a Associação. Contudo, não se espera que aconselhem as igrejas a respeito de nomeações e de outros deveres administrativos nem de quaisquer outras áreas de serviço, a menos que lhes seja especialmente solicitado fazê-lo pelo presidente da Associação.

Pastores Ordenados – Os pastores ordenados nomeados pelo Conselho da Associação para atuarem como pastores ou dirigentes distritais não ocupam o lugar do presidente nos seus respetivos campos. Não estão imbuídos de poderes administrativos como está o presidente, mas cooperam com ele na execução dos planos e das políticas da Associação.

Ao ser colocado numa igreja local, o pastor ordenado é assistido pelos anciãos locais. Em virtude da ordenação, o pastor está qualificado para dirigir todos os ritos e cerimónias. O pastor deve ser o dirigente e conselheiro espiritual da congregação. Os pastores devem instruir os oficiais nos seus deveres e fazer planos com eles em todas as áreas de trabalho e de atividade da igreja.

O pastor é membro do Conselho da igreja e atua como seu presidente. Se o pastor desejar ser dispensado da responsabilidade de atuar como presidente do Conselho, um ancião atua como presidente do Conselho em cooperação com o pastor. (Ver p. 79.) Espera-se que o pastor, assistido pelos anciãos, planeie e dirija todos os serviços e cerimónias espirituais, como o culto na manhã de Sábado e a reunião de oração, devendo officiar na santa ceia e no batismo. Os pastores não devem rodear-se de qualquer corpo especial de conselheiros por si escolhidos, mas devem cooperar sempre com os oficiais nomeados.

Quando um evangelista é convidado a realizar um esforço evangelístico onde há uma igreja, a Associação deve convidar o pastor a ajudar o

evangelista, dando assim oportunidade ao pastor de se familiarizar com possíveis novos membros.

Os pastores ou pastores assistentes não são nomeados nem eleitos pela igreja para essas posições. A sua ligação à igreja é por nomeação do Conselho da Associação, e essas nomeações podem ser mudadas em qualquer momento. (Ver p. 79.)

Um pastor pode ser removido do cargo por decisão do Conselho da Associação sem que a condição de membro de igreja do indivíduo seja afetada. Quando, porém, um pastor é excluído da lista de membros da igreja e subsequentemente restaurado à condição de membro como leigo, essa restauração do pastor como membro não significa restauração no ministério.

Ministros Licenciados – A fim de dar a alguns homens oportunidade de demonstrarem o seu chamado para o ministério, sobretudo na área da conquista de almas, são concedidas pela Associação licenças ministeriais aos candidatos em perspectiva. A concessão dessas licenças confere a oportunidade de desenvolvimento do dom ministerial.

Os ministros licenciados estão autorizados a pregar, a envolverem-se em evangelismo, a dirigirem o trabalho missionário e a colaborarem em todas as atividades da igreja.

Há circunstâncias, no entanto, em que é necessário a Associação nomear um ministro licenciado para desempenhar a responsabilidade de pastor ou pastor assistente numa igreja ou num grupo de igrejas. A fim de abrir o caminho para o ministro licenciado realizar certas funções pastorais, a igreja ou o grupo de igrejas onde ele atua deve nomeá-lo como ancião local. Nessa altura, uma vez que o direito de autorizar o alargamento da autoridade de um ministro licenciado pertence primeiramente ao Conselho Executivo da Divisão, este deve aprovar esse alargamento definindo específica e claramente quais as funções adicionais que esse ministro licenciado pode realizar. As funções alargadas limitam-se unicamente à igreja ou grupo de igrejas para onde o pastor foi designado e onde é ancião. Depois da decisão do Conselho da Divisão, o Conselho da Associação pode atuar. (Ver p. 79.)

O Conselho da Associação não alargará as funções de um ministro licenciado para lá do que tiver sido autorizado pelo Conselho da Divisão. Também não autorizará um ministro licenciado a realizar as suas funções alargadas em qualquer igreja além do local para onde o ministro licenciado está designado e onde é ancião.

Nenhuma decisão do Conselho da Associação pode substituir-se à nomeação da igreja ou à ordenação ao ministério do evangelho.

Instrutores Bíblicos—A Associação pode empregar instrutores bíblicos e nomeá-los para trabalharem em esforços evangelísticos ou em congregações locais. Embora os instrutores trabalhem sob a direção geral da Associação, um instrutor nomeado para um esforço evangelístico trabalha sob a direção do evangelista que conduz a campanha, e um instrutor nomeado para uma igreja trabalha sob a direção do pastor. Nenhum instrutor deve ser, exceto por arranjo especial com a Associação, solicitado a assumir um cargo de igreja, mas deve ser deixado livre para fazer trabalho de conquista de almas.

A Associação Dirige os Funcionários da Igreja – O presidente da Associação, em consulta com o Conselho da Associação, dirige todos os funcionários da Associação, tais como pastores, instrutores bíblicos e diretores departamentais, que recebem as respectivas credenciais da Associação e são responsáveis perante a Associação, e não perante a igreja local. Qualquer igreja pode pedir ao presidente da Associação os serviços ou a ajuda de empregados da Associação, mas as colocações em todos os casos cabem ao Conselho da Associação. O Conselho da Associação pode mudar as colocações de funcionários sempre que creia que isso é necessário. O funcionário ou a igreja pode apelar para o Conselho da Associação a fim de ser ouvido sobre a decisão de retirada do funcionário, e o Conselho analisará cuidadosamente o apelo à luz das necessidades de toda a Associação. Se o funcionário recusar cooperar com o Conselho e declinar trabalhar em harmonia com as suas decisões, o Conselho pode considerar a conduta desse funcionário como insubordinação e pode atuar em conformidade. Em caso nenhum deve o funcionário apelar para a igreja no que respeita a essas decisões. Se qualquer igreja local apoiar a recusa do funcionário em cooperar, também ela pode ficar sujeita à disciplina da Associação.

Credenciais e Licenças

A obra de Deus deve ser zelosamente salvaguardada por dirigentes responsáveis desde a igreja local até à Conferência Geral. São emitidas credenciais e licenças oficiais para todos os funcionários autorizados da Igreja a tempo inteiro, sendo as mesmas concedidas por comissões de controlo e por períodos limitados.

Numa Associação local, o Conselho confere autoridade a indivíduos para representarem a Igreja como pastores e obreiros evangélicos. Esta autoridade é materializada pela concessão de credenciais e licenças, que são autorizações escritas, devidamente datadas e assinadas pelos oficiais da Associação. A autoridade assim atribuída não é pessoal nem inerente ao indivíduo, mas é inerente ao corpo que a concede, o qual pode retirar as credenciais por qualquer causa a qualquer momento. As credenciais e licenças concedidas a funcionários não são propriedade pessoal e devem ser devolvidas quando o emprego termina ou a pedido da organização que as emitiu.

Ninguém deve ser autorizado a falar a qualquer congregação a menos que tenha sido convidado pelo pastor da igreja local de acordo com as orientações dadas pela Associação.* Reconhece-se, no entanto, que, por vezes, há ocasiões em que oficiais do governo ou dirigentes cívicos poderão falar a congregações; mas todas as pessoas não autorizadas devem ser excluídas do púlpito. (*Ver “Termos usados no Manual da Igreja”, p. 21.) (Ver pp. 131-133.)

Credenciais e Licenças Caducas – As credenciais e licenças são concedidas com a duração do prazo determinado pelos Estatutos e Regulamentos ou pelos Procedimentos Operacionais da Associação e são renovadas por voto da Associação em Assembleia Administrativa ou pelo Conselho Diretor. A posse de uma credencial ou licença caduca não confere à pessoa qualquer autoridade seja de que tipo for.

Funcionários Reformados – Os funcionários reformados merecem honra e consideração por terem ajudado a edificar a Igreja de Deus. Podem continuar a ser, por meio de nomeação para qualquer cargo, uma bênção e uma ajuda nas congregações de que são membros. Podem também exercer funções pastorais sob a direção do Conselho da Associação.

Antigos Pastores Sem Credenciais – Indivíduos anteriormente ordenados como pastores, mas que já não possuem credenciais válidas, podem ser nomeados como anciãos e, se a sua ordenação não tiver sido invalidada, não necessitam de ser ordenados como anciãos. Os seus serviços limitam-se às funções de um ancião local.

CAPÍTULO 5

Organização, União e Dissolução de Igrejas e Grupos

Organização de uma Igreja

Uma igreja é organizada por um pastor ordenado com base na recomendação do Conselho Diretor da Associação. (Sobre o procedimento para a organização de um grupo, ver p. 39) Uma vez que está tanta coisa envolvida na organização de uma igreja, o presidente da Associação local deve ser convidado a estar presente.

Quando um grupo de crentes batizados está preparado para assumir as responsabilidades de uma igreja organizada, deve consultar o presidente da Associação e obter a aprovação do Conselho Diretor da Associação antes de ser marcada uma data para que se realize a organização.

Quando os crentes batizados se reúnem no dia marcado, o indivíduo oficiante deve apresentar primeiro uma breve recapitulação das Crenças Fundamentais dos Adventistas do Sétimo Dia.

Depois, aquele que preside deve fazer um apelo pedindo a todos os que estão de acordo com aqueles princípios, e que desejam unir-se em comunhão de igreja, para virem à frente. Deve então ser registrado o nome de cada pessoa. Se qualquer dessas pessoas já é membro da igreja da Associação ou de outra congregação, o oficiante deve apresentar as cartas de transferência entretanto obtidas. Estes membros transferidos formam o núcleo da congregação.

Se, no entanto, não houver membros transferidos, então três membros (de preferência observadores do Sábado confirmados entre os presentes) devem ser escolhidos como núcleo. Podem ser-lhes feitas estas perguntas: Aceitam Cristo como vosso Salvador pessoal? Estão em total harmonia com os princípios de fé que acabaram de ser apresentados? Foram batizados por imersão? Estão em situação regular e têm a confiança uns dos outros?

Se responderem afirmativamente a estas perguntas, os três são declarados o núcleo da nova igreja. Depois, são chamados, um a um, os nomes que foram registrados, fazendo-se a cada pessoa as perguntas mencionadas no parágrafo anterior, e a pessoa que preside pede um voto entre os membros

do núcleo para receber cada um daqueles indivíduos na comunhão da igreja. Cada pessoa assim recebida torna-se membro da igreja e fica qualificada para votar o nome seguinte. Deve haver o cuidado de verificar que existe plena comunhão e amor fraternal entre os que são recebidos como membros. Na eventualidade de surgir alguma dificuldade em qualquer dos casos, seja sobre uma questão de doutrina seja de comunhão, o voto deve ser adiado, a menos que a questão possa ser acertada com bondade e tato.

Após o núcleo ter votado todos os potenciais membros, a igreja é uma entidade completa e está pronta para a nomeação de oficiais. Os membros devem então escolher uma Comissão de Nomeações, com o pastor oficiante a servir de presidente. A Comissão de Nomeações apresenta nomes para preencher os vários cargos da igreja. Depois destes terem sido nomeados, os anciãos devem ser ordenados, a menos que já tenham sido ordenados como anciãos. Uma cerimónia similar, mas mais breve, deve ter lugar para a ordenação de diáconos e diaconisas. Nessa altura, a igreja está plenamente organizada e pronta para o serviço.

Antes da reunião de organização terminar, os membros devem votar o pedido à Associação para que, na próxima Assembleia da Associação, esta receba na irmandade de igrejas a igreja agora acabada de organizar.

A fim de promover ao máximo o sucesso da nova congregação, os dirigentes da Associação e os locais devem ver que todos os oficiais estejam plenamente instruídos a respeito dos respetivos deveres. A igreja deve também possuir os materiais necessários para a cerimónia de Santa Ceia, a qual, se possível, devia ser celebrada como parte da reunião organizacional. O tesoureiro, o secretário e outros oficiais devem receber todos os registos ou equipamento necessários para o desempenho das suas responsabilidades.

Organização de um Grupo

Quando vários crentes isolados residem perto uns dos outros ou quando pertencem a um pequeno grupo, a uma igreja no lar, ou a um grupo nuclear de implantação de igrejas, devem considerar a hipótese de formação de um grupo de crentes para comunhão, adoração e missão com o objetivo de virem a desenvolver-se numa igreja organizada ou a multiplicarem-se em igrejas em lares nessa área geográfica.

O estatuto de grupo é aprovado por voto do Conselho da Associação,

o qual, se for necessário, pode subsequentemente dissolver o grupo. A Divisão e/ou a Associação devem ter diretrizes escritas para a organização de grupos no seu território.

Membros de igreja que fazem parte de pequenos grupos ou de grupos que se reúnem em lares podem constituir o núcleo de um novo grupo. Todos aqueles que desejam fazer parte de um grupo devem estar registrados como membros na igreja da Associação ou numa igreja local (igreja mãe). Se aqueles que desejam fazer parte de um grupo tiverem de ser membros da igreja da Associação, o Conselho da Associação votará a sua transferência para a igreja da Associação e indicará que passam a fazer parte do novo grupo.

Quando o Conselho da Associação der aprovação à formação de um grupo, deve ser nomeada uma equipa de liderança, incluindo um diretor, um secretário e um tesoureiro. A nomeação deve ser levada a efeito pelo pastor distrital, ou por outro pastor nomeado pelo Conselho da Associação, em consulta com as pessoas que se vão constituir em grupo.

Todas as outras nomeações do grupo devem ser feitas por voto daquelas pessoas que se vão constituir em grupo. O pastor distrital ou outra pessoa autorizada pelo Conselho da Associação deverá presidir a essa reunião. Só deverão ser nomeados membros da Igreja Adventista do Sétimo Dia em situação regular.

O diretor de um grupo não deverá ser ordenado para esse cargo e não tem autoridade para realizar as funções que são atribuídas a um ancião de uma igreja. Contudo, onde circunstâncias excepcionais o justifiquem, o Conselho da Associação poderá nomear uma pessoa de experiência na igreja e com aptidão de liderança para servir como ancião do grupo.

O secretário do grupo deverá manter o registo de todas as atividades e reuniões do grupo e deverá enviar regularmente relatórios estatísticos para a igreja mãe ou para o secretário da Associação. Esses relatórios devem incluir estatísticas sobre o número de pessoas que assistem e sobre as atividades do grupo, incluindo atividades missionárias realizadas durante a semana ou no Sábado.

O tesoureiro do grupo deverá manter o registo de todo o dinheiro recebido e desembolsado e deverá, nas datas determinadas pela Associação, enviar prontamente ao tesoureiro da Associação, que é também tesoureiro da igreja da Associação, todos os dízimos e ofertas, e outros que não sejam fundos recolhidos para propósitos locais.

Se os membros de um grupo organizado são membros da igreja da Associação, o grupo não tem o direito de administrar disciplina ou de transferir ou aceitar membros. Todos esses assuntos devem ser transmitidos ao Conselho da Associação, que constitui o Conselho da igreja da Associação. O presidente da Associação é o ancião da igreja da Associação.

Se a Associação organizar um grupo por meio de uma igreja-mãe próxima, em vez de por meio da igreja da Associação, as funções enumeradas acima (tais como relatórios e registo de membros) devem ser tratadas pela/através da igreja-mãe.

Uma vez que um grupo deve querer desenvolver-se e chegar a ser reconhecido como uma igreja, a sua liderança deve preparar os membros para o estatuto de igreja promovendo todas as atividades geralmente realizadas por uma igreja.

União de Igrejas

Quando for aconselhável unir duas igrejas, o Conselho da Associação deve recomendar esse procedimento. Numa reunião devidamente convocada, presidida pelo presidente da Associação ou pelo pastor ou por outro pastor ordenado, cada uma das igrejas deve votar sobre a questão da união. Depois de ter sido votada favoravelmente por ambas as igrejas, deve ser marcada uma reunião conjunta das duas igrejas, com o presidente da Associação a presidir ou, na sua ausência, com um pastor ordenado nomeado pela Associação.

Deve ser redigida cuidadosamente uma declaração do acordo delineando as razões para a unificação e explicando quaisquer assuntos ou condições especiais envolvidos, tais como a alienação de bens imóveis e a responsabilidade de obrigações financeiras. A declaração deve determinar o novo nome da igreja unida, bem como a desobrigação do serviço de todos os oficiais das duas igrejas.

A adoção do acordo por parte do corpo unificado consuma a união das duas igrejas. Os membros da nova congregação devem então escolher uma comissão de nomeações para nomear oficiais que sirvam durante o restante do ano em curso.

Deve ser arquivada na Associação uma cópia do acordo.

A totalidade dos membros de ambas as igrejas une-se na nova organização. Não é permitido excluir quaisquer membros por não os incluir na lista dos membros no momento da união. O corpo unido torna-se responsável pela

ordem e pela disciplina de todos os membros. Membros que estejam sob disciplina devem ser tratados de acordo com o determinado noutra parte deste manual.

Todos os registos de ambas as igrejas tornam-se parte dos registos do corpo unido. A Associação local deve ser notificada de modo a poder fazer os votos convenientes na sua Assembleia Administrativa seguinte.

Dissolução ou Expulsão de Igrejas

“Cristo amou a igreja, e a si mesmo Se entregou por ela, para a santificar, purificando-a com a lavagem da água, pela palavra. Para a apresentar a si mesmo, igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga, nem coisa semelhante, mas santa e irrepreensível.... Porque nunca ninguém aborreceu a sua própria carne; antes a alimenta e sustenta, como, também, o Senhor à igreja; porque somos membros do seu corpo” (Efé. 5:25-30).

Este espírito deve permear todos os esforços para ajudar uma igreja em erro e todos os aspetos de qualquer disciplina que possa vir a ser aplicada – sempre com o propósito de ajudar e salvar para a causa de Deus.

O estatuto de igreja não é necessariamente perpétuo. Uma igreja pode ser dissolvida ou expulsa da irmandade de igrejas pelas seguintes razões:

1. **Perda de Membros** – Ocasionalmente, apesar dos esforços para preservar uma igreja, perdem-se tantos membros por transferência, por morte ou por apostasia que a existência da igreja fica ameaçada. Nestas circunstâncias, o Conselho da Associação deve recomendar a possível dissolução da igreja.

Antes de uma igreja fazer o voto final para a dissolução, os membros que ainda restam devem ser convidados a transferir a sua condição de membros para outras igrejas.

Se ainda houver membros suficientes, a congregação pode convocar uma reunião administrativa, presidida pelo presidente da Associação ou por um pastor designado por ele, para serem votadas cartas a pedir a transferência de todos os membros em situação regular com vista a juntarem-se a outras igrejas. Desta maneira, a igreja dissolve-se por recomendação do Conselho da Associação, e o caminho fica aberto para o Conselho da Associação fazer um voto que registre a dissolução da igreja.

Se, no entender do Conselho da Associação, houver muito poucos membros disponíveis para convocar uma reunião administrativa, o

Conselho da Associação terá autoridade para recomendar a transferência de membros em situação regular para outras igrejas ou para a igreja da Associação. Desta maneira a igreja fica dissolvida.

Se, na altura da dissolução, houver membros que estejam sob disciplina e, por conseguinte, não for possível conceder-lhes cartas dizendo que estão em situação regular, a sua condição de membros ficará provisoriamente retida na igreja da Associação, enquanto a administração da Associação envidará todos os esforços para que, tão rapidamente quanto possível, esses membros sejam ajudados a ter uma experiência cristã satisfatória. Se esses esforços forem bem-sucedidos, a sua condição de membros pode então ser confirmada na igreja da Associação ou ser-lhes-ão concedidas cartas para se transferirem para outras igrejas. Se não for possível recuperá-los, devem ser excluídos da condição de membros por voto do Conselho da Associação.

2. Disciplina – São raras as ocasiões para a expulsão de igrejas por razões disciplinares, pois a missão da igreja é buscar e salvar. Onde persistam problemas graves como apostasia, recusa em funcionar em harmonia com o *Manual de Igreja*, ou rebelião contra a Associação, devem ser feitos esforços fervorosos para evitar a necessidade de expulsão. O pastor deve procurar aprofundar a vida espiritual da igreja por meio dos ministérios de pregação e de visitação pessoal. A Associação deve apoiar uma série de reuniões de reavivamento para levar os membros a renovarem a sua aliança com o Senhor. Se estas tentativas não tiverem sucesso, o pastor, em colaboração com o Conselho da Associação, deve falar com a igreja e com a sua liderança, tentando chegar à reabilitação e reconciliação e preservar a igreja.

Estas medidas terapêuticas são preferíveis a permitir a deterioração dos relacionamentos, a qual poderia conduzir à expulsão da igreja.

Contudo, se falharem todos os esforços para preservar a igreja, o Conselho da Associação deve estudar cuidadosamente a questão da expulsão. Se esta medida for decidida, a Associação deverá avançar com o seguinte procedimento:

a. A decisão de recomendar a expulsão, com as razões que a fundamentam, deverá ser apresentada à própria igreja numa reunião administrativa, para sua informação e reflexão.

b. Se a igreja não aceitar a recomendação, pode reagir de uma das seguintes maneiras:

1) Eliminar as causas que justificam a disciplina e aceitar as

especificações da Associação, e solicitar à Associação que anule a recomendação de dissolução ou expulsão.

2) Apelar para o Conselho Diretor da União, ou para o da Divisão, no caso de se tratar de uma União de igrejas, para que aquele arbitre a favor da igreja.

c. Se a igreja continuar em rebelião, o Conselho Diretor da Associação fará uma recomendação a uma Assembleia Administrativa regular ou especialmente convocada, no sentido de a igreja ser dissolvida.

d. Se a Assembleia Administrativa votar a expulsão, a Associação fará cumprir a decisão.

Cuidados a Ter com Membros, Registos e Fundos

Os membros leais de uma igreja dissolvida ou expulsa podem desejar manter a sua condição de membros na Igreja. Para garantir o seu bem-estar, a sua condição de membros será provisoriamente mantida durante um ano na igreja da Associação, a fim de dar a oportunidade àqueles que desejem ver confirmada a sua condição de membros na igreja da Associação ou transferida para uma outra igreja. A situação destes membros será avaliada pelo Conselho da Associação e, se satisfatória, o Conselho da Associação poderá recomendar a sua inscrição como membros na igreja da Associação ou nas igrejas que os membros tenham escolhido.

Os nomes dos membros de uma igreja dissolvida ou expulsa, que estejam sob disciplina, serão comunicados ao secretário da Associação para imediata atenção por parte do Conselho da Associação, tal como exposto acima na “Perda de Membros”.

Com a dissolução ou expulsão de uma igreja por perda de membros ou por razões disciplinares, todas as ofertas, contas financeiras e todos os pertences reais ou pessoais, quer detidos em nome da igreja local, ou no da Associação ou no de outra instituição legal denominacional, serão conservados em custódia pela Associação. A Associação terá, por conseguinte, o direito, a autoridade e o dever de administrar, proteger ou alienar esses pertences e fundos. Todos os registos da igreja serão conservados em custódia pelo secretário e/ou tesoureiro da Associação.

Nos casos em que não esteja envolvida disciplina, uma alternativa para a dissolução ou expulsão de uma igreja é passá-la de novo para o estatuto de grupo. Essa decisão será tomada por voto maioritário do Conselho da

Associação, depois de consulta com o pastor distrital e com os membros, e será transmitida à igreja pelo pastor ou por um representante da Associação.

Numa Reunião Administrativa (ver p. 43), poderão ser votadas cartas de transferência a todos os restantes membros em situação regular para a igreja da Associação ou para outras igrejas, nos casos de quaisquer membros que queiram transferir-se. Nesta mesma reunião, o pastor, em consulta com os membros locais, nomeará, dentre os membros do novo grupo, uma equipa de liderança, incluindo um diretor, um secretário e um tesoureiro. Sobre pormenores de outros assuntos organizacionais relacionados com um grupo, ver “Organização de um Grupo” na p. 39.

CAPÍTULO 6

Membros da Igreja

As solenes obrigações inerentes a ser membro no corpo de Cristo devem ser inculcadas em todos os que desejam ser membros da Igreja. Só aqueles que dão provas de terem passado pela experiência do novo nascimento e de possuírem uma experiência espiritual no Senhor Jesus é que estão preparados para ser aceites como membros. Os pastores devem instruir os candidatos nos ensinamentos fundamentais e nas práticas da Igreja com eles relacionadas, de modo a que esses membros entrem para a Igreja com um sólido fundamento espiritual. Embora não haja nenhuma idade determinada para o batismo, recomenda-se que crianças muito novas que expressem o desejo de ser batizadas sejam encorajadas e incluídas num programa de instrução que possa levar ao batismo.

O apóstolo Paulo escreve: “Ou não sabeis que, todos quantos fomos batizados em Jesus Cristo, fomos batizados na Sua morte? De sorte que fomos sepultados com Ele, pelo batismo, na morte; para que, como Cristo ressuscitou dos mortos, pela glória do Pai, assim andemos nós, também, em novidade de vida” (Rom. 6:3 e 4).

Lucas também escreve: “E disse-lhes Pedro: Arrependei-vos, e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo.... De sorte que foram batizados os que, de bom grado, receberam a sua palavra; e naquele dia agregaram-se quase três mil almas” (Atos 2:38-41).

“É aos membros da Igreja, a quem Ele chamou das trevas para a Sua maravilhosa luz, que compete manifestar a Sua glória. A Igreja é a depositária das riquezas da graça de Cristo e através dela, no momento próprio, manifestada, mesmo aos ‘principados e potestades do Céu’ (Ef. 3:10), a última e total demonstração do amor de Deus.” – *Atos dos Apóstolos*, p. 9, ed. P. SerVir.

Batismo

Um Pré-requisito para Ser Membro – “Cristo fez do batismo o sinal de entrada para o Seu reino espiritual. Ele tornou-o numa condição clara à qual têm de atender os que desejam ser reconhecidos como estando sob a jurisdição do Pai, do Filho e do Espírito Santo....

O batismo é uma soleníssima renúncia ao mundo. Os que são batizados em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo declaram publicamente, no início da sua carreira cristã, que renunciaram o serviço de Satanás e se tornaram membros da família real, filhos do Rei celestial. Obedeceram à ordem: ‘Saí do meio deles e apartai-vos... e não toqueis nada imundo.’ Cumpriu-se em relação a eles a promessa divina: ‘E Eu vos receberei; e Eu serei para vós Pai e vós sereis para Mim filhos e filhas, diz o Senhor Todo-poderoso.’ II Cor. 6:17 e 18.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 6, p. 91 (traduzido do original inglês).

O batismo é a via de entrada na Igreja. É fundamentalmente o sinal de ingresso na aliança redentora de Cristo e deve ser considerado como umas solenes, mas jubilosas, boas-vindas à família de Deus.

A filiação como membro da Igreja só é possível nas igrejas incluídas na irmandade de igrejas reconhecidas por uma Associação.

O Modo de Batismo – A Igreja acredita no batismo por imersão e aceita como membros unicamente aqueles que foram batizados desta maneira. (Ver Capítulo 14, “Crenças Fundamentais dos Adventistas do Sétimo Dia.”) Os que reconhecem o seu estado de perdição como pecadores, que sinceramente se arrependem dos seus pecados e passam pela experiência da conversão podem, após instrução apropriada, ser aceites como candidatos ao batismo e a ser membros da Igreja.

Instrução Cuidadosa e Exame Público Antes do Batismo – Os candidatos, quer individualmente quer numa classe batismal, devem ser instruídos, com base nas Escrituras, a respeito das crenças fundamentais e das práticas da Igreja, bem como das responsabilidades inerentes à condição de membros. Um pastor deve provar à igreja, mediante um exame público, que os candidatos estão bem instruídos, que estão decididos a dar este passo importante e que, por prática e conduta, demonstram uma aceitação voluntária das doutrinas da Igreja e dos princípios de conduta que são a expressão exterior dessas mesmas doutrinas, pois “pelos seus frutos os conhecereis” (Mat. 7:20).

Se o exame público for impraticável, então os candidatos devem ser examinados pelo Conselho ou por uma comissão nomeada pelo Conselho, como por exemplo o Conselho de Anciãos, cujo relatório deve depois ser apresentado à igreja antes do batismo.

“Os candidatos ao batismo não têm sido tão cuidadosamente examinados em relação ao seu discipulado como deviam ser. Deveria ficar claro se meramente estão a adotar o nome de Adventistas do Sétimo Dia, ou se estão a tomar posição ao lado do Senhor, renunciando ao mundo e separando-se, e estando dispostos a não tocar nada imundo. Antes do batismo, devem ser feitas perguntas minuciosas relativas à experiência dos candidatos. Mas essas perguntas devem ser feitas não de modo frio e distante, e sim com mansidão e bondade, orientando os novos conversos para o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo. Que os requisitos do evangelho sejam aplicados aos candidatos ao batismo.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 6, pp. 95 e 96 (traduzido do original inglês).

Voto Batismal e Compromisso

Voto Batismal – Os candidatos ao batismo e os que vão ser recebidos na comunidade por profissão de fé devem reafirmar, na presença da congregação local ou de outro corpo devidamente nomeado, a sua aceitação das crenças fundamentais. (Ver p. 47.)

O pastor ou o ancião devem dirigir as seguintes perguntas ao(s) candidato(s), cuja(s) respostas podem ser por assentimento verbal, mão levantada ou por outro método culturalmente apropriado.

Voto

1. Crê que há um só Deus: Pai, Filho e Espírito Santo, uma unidade de três Pessoas coeternas?

2. Aceita a morte de Jesus Cristo no Calvário como sacrifício expiatório pelos seus pecados e acredita que, pela graça de Deus por meio da fé no Seu sangue derramado, está salvo do pecado e da sua punição?

3. Aceita Jesus Cristo como seu Senhor e Salvador pessoal, crendo que Deus, em Cristo, perdoou os seus pecados e lhe concedeu um novo coração, e renuncia aos caminhos pecaminosos do mundo?

4. Aceita pela fé a justiça de Cristo, seu Intercessor no santuário celestial, e aceita a Sua promessa de graça transformadora e de poder para viver uma vida amorável, centrada em Cristo no lar e diante do mundo?

5. Acredita que a Bíblia é a Palavra inspirada de Deus, a única regra de fé e prática para o cristão? Compromete-se a dedicar regularmente tempo à oração e ao estudo da Bíblia?

6. Aceita os Dez Mandamentos como uma transcrição do caráter de Deus e uma revelação da Sua vontade? É seu propósito, pelo poder da presença de Cristo, guardar esta Lei, incluindo o quarto mandamento, que requer a observância do sétimo dia da semana como Sábado do Senhor e como memorial da Criação?

7. Anseia pela vinda de Jesus em breve e pela bendita esperança, quando “isto que é mortal se revestir da imortalidade” [I Cor. 15:54]? Enquanto se prepara para o encontro com o Senhor, compromete-se a dar testemunho da Sua amorosa salvação usando os seus talentos num esforço pessoal de conquista de almas para ajudar outros a estarem preparados para o Seu glorioso aparecimento?

8. Aceita o ensino bíblico dos dons espirituais e acredita que o dom de profecia é uma das marcas identificadoras da Igreja remanescente?

9. Acredita na organização da Igreja? É seu propósito adorar Deus e apoiar a Igreja por meio dos seus dízimos e ofertas e pelo seu esforço e influência pessoais?

10. Crê que o seu corpo é o templo do Espírito Santo; e compromete-se a honrar Deus cuidando do corpo, evitando o uso do que é nocivo e abstendo-se de todos os alimentos imundos; abstendo-se do uso, fabrico ou venda de bebidas alcoólicas; abstendo-se do uso, fabrico ou venda de tabaco em qualquer das suas formas para consumo humano; e abstendo-se do fabrico, uso ou tráfico de narcóticos e do uso inapropriado de outras substâncias adictivas?

11. Conhece e compreende os princípios bíblicos fundamentais tal como são ensinados pela Igreja Adventista do Sétimo Dia? Propõe-se, pela graça de Deus, cumprir a Sua vontade ordenando a sua vida de harmonia com esses princípios?

12. Aceita o ensino do Novo Testamento acerca do batismo por imersão e deseja ser assim batizado como manifestação pública de fé em Cristo e do perdão dos seus pecados?

13. Aceita e acredita que a Igreja Adventista do Sétimo Dia é a igreja remanescente da profecia bíblica e que pessoas de todas as nações, raças e línguas são convidadas e aceites na sua comunhão? Deseja ser membro desta congregação local da Igreja mundial?

Voto Alternativo

1. Aceita Jesus Cristo como seu Senhor e Salvador pessoal e deseja viver a sua vida num relacionamento salvador com Ele?

2. Aceita os ensinamentos da Bíblia como expressos na Declaração das Crenças Fundamentais da Igreja Adventista do Sétimo Dia, e compromete-se, pela graça de Deus, a viver de harmonia com esses ensinamentos?

3. Deseja ser batizado como manifestação pública da sua fé em Jesus Cristo, ser aceite na comunhão da Igreja Adventista do Sétimo Dia e apoiar a Igreja e a sua missão como mordomo fiel, por meio da sua influência pessoal, dos dízimos e ofertas e de uma vida de serviço?

Aliança Batismal— A Igreja adotou, como Aliança batismal, as suas 28 Crenças Fundamentais, juntamente com o voto batismal e o Certificado de Batismo e Compromisso.

A todos os que são aceites como membros pelo batismo, deve ser entregue uma cópia impressa desta Aliança, com o Certificado de Batismo e Compromisso devidamente preenchido. Deve também ser entregue um certificado apropriado aos que são aceites por profissão de fé.

O Certificado de Batismo e Compromisso contém um espaço onde o novo membro deve assinar como confirmação de compromisso. Após o batismo, o Certificado de Batismo e Compromisso deve ser entregue ao candidato como um documento da Aliança. O compromisso diz o seguinte:

Compromisso

1. Creio que há um só Deus: Pai, Filho e Espírito Santo, uma unidade de três Pessoas coeternas.

2. Aceito a morte de Jesus Cristo no Calvário como sacrifício expiatório pelos meus pecados e acredito que, pela graça de Deus por meio da fé no Seu sangue derramado, estou salvo do pecado e da sua punição.

3. Aceito Jesus Cristo como meu Senhor e Salvador pessoal, e creio que Deus, em Cristo, perdoou os meus pecados e me concedeu um novo coração, e renuncio aos caminhos pecaminosos do mundo.

4. Aceito pela fé a justiça de Cristo, meu Intercessor no santuário celestial, e aceito a Sua promessa de graça transformadora e de poder para viver uma vida amorável, centrada em Cristo no lar e diante do mundo.

5. Acredito que a Bíblia é a Palavra inspirada de Deus, a única regra de fé e prática para o cristão. Comprometo-me a dedicar regularmente tempo à oração e ao estudo da Bíblia.

6. Aceito os Dez Mandamentos como uma transcrição do caráter de Deus e uma revelação da Sua vontade. É meu propósito, pelo poder da presença de Cristo, guardar esta Lei, incluindo o quarto mandamento, que requer a observância do sétimo dia da semana como Sábado do Senhor e como memorial da Criação.

7. Anseio pela vinda de Jesus em breve e pela bendita esperança, quando “isto que é mortal se revestir da imortalidade” [I Cor. 15:54]. Enquanto me preparo para o encontro com o Senhor, comprometo-me a dar testemunho da Sua amorosa salvação usando os meus talentos num esforço pessoal de conquista de almas para ajudar outros a estarem preparados para o Seu glorioso aparecimento.

8. Aceito o ensino bíblico dos dons espirituais e acredito que o dom de profecia é uma das marcas identificadoras da Igreja remanescente.

9. Acredito na organização da Igreja. É meu propósito adorar Deus e apoiar a Igreja por meio dos meus dízimos e ofertas e pelo meu esforço e influência pessoais.

10. Creio que o meu corpo é o templo do Espírito Santo; e comprometo-me a honrar Deus cuidando do meu corpo, evitando o uso do que é nocivo e abstendo-me de todos os alimentos imundos; abstendo-me do uso, fabrico ou venda de bebidas alcoólicas; abstendo-me do uso, fabrico ou venda de tabaco em qualquer das suas formas para consumo humano; e abstendo-me do fabrico, uso ou tráfico de narcóticos e do uso inapropriado de outras substâncias adictivas.

11. Conheço e compreendo os princípios bíblicos fundamentais tal como são ensinados pela Igreja Adventista do Sétimo Dia. Proponho-me, pela graça de Deus, cumprir a Sua vontade ordenando a minha vida de harmonia com esses princípios.

12. Aceito o ensino do Novo Testamento acerca do batismo por imersão e desejo ser assim batizado como manifestação pública de fé em Cristo e do perdão dos meus pecados.

13. Aceito e acredito que a Igreja Adventista do Sétimo Dia é a igreja remanescente da profecia bíblica e que pessoas de todas as nações, raças e línguas são convidadas e aceites na sua comunhão. Desejo ser membro desta congregação local da Igreja mundial.

A Votação de Aceitação Está Dependente do Batismo – Depois de os candidatos terem respondido afirmativamente às perguntas do voto, na

presença dos membros da igreja ou de outro corpo devidamente nomeado, ou de ter sido garantido à igreja que já o haviam feito, a igreja deve votar a sua aceitação como membros dependente do batismo, o qual não deve ser injustificadamente adiado.

Receção de Membros Desconhecidos – Na preparação de conversos para o batismo, o evangelista deve convidar o pastor ou ancião a visitar a classe batismal a fim de se familiarizar com os candidatos. Esses contactos permitirão à igreja estar melhor preparada para receber os novos membros.

Preparativos para o Batismo – Na cerimónia batismal, os diáconos devem fazer os preparativos necessários e ajudar também os candidatos a entrar e a sair da água. As diaconisas devem ajudar as candidatas.

Deve ser tido o devido cuidado para assegurar que roupas apropriadas são distribuídas aos candidatos, de preferência batas de tecido grosso adequado. Se não houver batas disponíveis, os candidatos devem vestir-se com modéstia.

O batismo deve ser seguido de uma breve cerimónia de boas-vindas.

Rebatismo

O rebatismo só é especificamente mencionado em Atos 19:1-7, onde o apóstolo Paulo o aprovou para um grupo de crentes cujo anterior batismo de arrependimento tinha sido realizado por João. Além do arrependimento, o batismo cristão está associado à compreensão do evangelho e a um compromisso para com ele e para com os ensinamentos de Jesus e com a receção do Espírito Santo. Tendo esta compreensão e compromisso acrescidos, o rebatismo é aceitável.

Indivíduos Vindos de Outras Denominações Cristãs – Com base bíblica, indivíduos vindos de outras denominações cristãs, que aceitaram as crenças Adventistas do Sétimo Dia e que tenham anteriormente sido batizados por imersão, podem pedir o rebatismo.

Os exemplos que se seguem sugerem, porém, que o rebatismo pode não ser necessário. É evidente que o caso de Atos 19 foi especial, pois é referido que Apolo tinha recebido o batismo de João (Atos 18:25), e não há registo de ele ter sido rebatizado. Aparentemente, alguns dos próprios apóstolos

receberam o batismo de João (João 1:35-40), mas não há registro de terem sido rebatizados.

Se um crente novo tiver aceitado verdades novas importantes, Ellen G. White apoia o rebatismo quando o Espírito leva o novo crente a pedi-lo. Esta prática segue o modelo de crescimento espiritual de Atos 19. Uma pessoa que tenha anteriormente passado pela experiência do batismo por imersão deve avaliar a sua nova experiência religiosa e decidir se deseja o rebatismo. Não deve haver incitamento.

“Isto [o rebatismo] é um assunto em que cada indivíduo precisa conscienciosamente de tomar a sua atitude no temor de Deus. Deve ser cuidadosamente apresentado no espírito de benignidade e de amor. Portanto, o dever de insistir não pertence a ninguém senão a Deus; dai-Lhe oportunidade de operar por meio do Seu Espírito Santo na mente, de modo que o indivíduo fique perfeitamente convencido e satisfeito no que respeita a esse passo avançado.” – *Evangelismo*, p. 373.

Apostasia e Rebatismo – Embora existisse apostasia na Igreja apostólica (Heb. 6:4-6), as Escrituras não abordam a questão do rebatismo. Ellen G. White apoia o rebatismo quando os membros apostataram e depois são reconvertidos e desejam voltar a unir-se à Igreja. (Ver pp. 72 e 73, 177.)

“O Senhor requer decidida reforma. E quando uma alma está verdadeiramente reconvertida, seja ela rebatizada. Renove ela o seu concerto com Deus, e Deus renovará o Seu concerto com ela.” – *Evangelismo*, p. 375.

Rebatismo Inadequado – Com base no ensino bíblico e na orientação de Ellen G. White, o rebatismo só deve ocorrer em circunstâncias especiais e deve ser relativamente raro. Administrar o batismo repetidamente ou com um fundamento emocional diminui o seu significado e representa uma compreensão incorreta da seriedade e da importância que as Escrituras lhe atribuem. Um membro cuja experiência espiritual se tenha tornado fria precisa de um espírito de arrependimento que leve a reavivamento e reforma. Esta experiência será seguida de participação no serviço de Santa Ceia para demonstrar purificação renovada e comunhão no corpo de Cristo, tornando o rebatismo desnecessário.

Profissão de Fé

Os indivíduos que tenham aceitado as Crenças Fundamentais da Igreja Adventista do Sétimo Dia e que desejem ser membros da Igreja por profissão de fé podem ser aceites sob qualquer uma das seguintes quatro circunstâncias:

1. Um cristão consagrado vindo de outra denominação cristã que já tenha sido batizado por imersão conforme praticado pela Igreja Adventista do Sétimo Dia. (Ver p. 47.)

2. Um membro da Igreja Adventista do Sétimo Dia que, devido a condições mundiais, seja incapaz de obter uma carta de transferência da sua igreja de origem. (Ver p. 57.)

3. Um membro da Igreja Adventista do Sétimo Dia cujo pedido de transferência de membro não tenha obtido qualquer resposta da igreja onde é membro. Neste caso, a igreja procurará obter a assistência da Associação ou Associações envolvida(s).

4. Qualquer indivíduo que tenha sido membro, mas cujo registo de membro se transviou ou tenha sido retirado por ser de um membro ausente, e se tenha, no entanto, mantido fiel ao seu compromisso cristão.

Deve exercer-se o máximo cuidado na receção de membros se estes foram anteriormente membros de uma outra congregação. Quando uma pessoa requer a condição de membro por profissão de fé, devem ser feitas averiguações a respeito da experiência anterior do requerente. Os oficiais da igreja devem procurar conselho e ajuda do presidente da Associação. Deve ser tomado tempo suficiente para se investigarem os factos.

Quando uma pessoa requer a condição de membro por profissão de fé e se descobre que ela é ainda membro de uma outra congregação, nenhum passo deve ser dado para receber essa pessoa como membro até que a igreja onde consta como membro lhe conceda uma carta de transferência. Se, depois de o processo de transferência ter sido seguido (ver p. 55), uma igreja recusar conceder a carta de transferência e o membro achar que a carta lhe é negada injustamente, esse membro pode apelar para o Conselho da Associação. A observação deste procedimento resultará num apreço mais elevado pela santidade da condição de membro da Igreja e na correção de erros cometidos. Nenhuma igreja tem o direito de reter uma transferência a menos que a pessoa esteja sob disciplina.

Quando um indivíduo, cuja condição de membro lhe foi retirada,

solicita readmissão como membro da igreja, essa readmissão é normalmente precedida de rebatismo. (Ver pp. 72 e 73.)

Transferência de Membros

Quando os membros se mudam para uma região diferente, o secretário da igreja que detém os registros da sua condição de membros deve escrever ao secretário da Associação relevante pedindo que um pastor na nova localidade visite esses membros e ajude a facilitar a transferência como membros para a nova congregação.

O secretário da igreja que detém os registros desses membros deve notificar também os membros que vão transferir-se da intenção de dar o seu novo endereço à Associação.

Membros que mudem para outra localidade por mais de seis meses devem fazer de imediato o pedido de cartas de transferência. Membros que se mudem para uma área isolada, sem nenhuma igreja numa distância razoável, devem solicitar a sua inscrição na igreja da Associação.

Método para a Concessão de Cartas de Transferência – Os membros devem solicitar as respectivas cartas de transferência ao secretário da igreja à qual os membros desejam unir-se (a igreja recetora). Este secretário envia o pedido ao secretário da igreja de onde os membros desejam ser transferidos (a igreja concessora). (Para um método alternativo, ver p. 56.)

Quando o secretário da igreja concessora recebe o pedido, leva-o ao pastor ou ancião, que, por sua vez, o apresenta ao Conselho. Depois da devida análise, o Conselho vota recomendar, favoravelmente ou doutro modo, o pedido à igreja. (Ver pp. 38-42 e 43, 51-59, 71-73, 89.) O pastor ou o ancião levam, então, a recomendação à atenção da igreja para uma primeira leitura. A decisão final é tomada na semana seguinte, quando o pedido é apresentado à igreja para ser votado.

O objetivo do intervalo de uma semana é dar aos membros uma oportunidade para apresentarem qualquer objeção à concessão da carta. Normalmente, as objeções não devem ser feitas publicamente, mas apresentadas ao pastor ou ancião, que então as leva ao Conselho para análise. O Conselho deve dar a cada objetor oportunidade de comparecer para apresentar a sua objeção. Se a objeção não se fundamentar em bases válidas, a pessoa que levanta a objeção deve ser admoestada no sentido de a retirar. Se a objeção estiver fundamentada em bases válidas, é dever do

Conselho investigar. A decisão final sobre a concessão da carta é adiada até o assunto ter sido satisfatoriamente resolvido.

Se a objeção envolver relacionamentos pessoais, devem ser envidados todos os esforços com vista a uma reconciliação. Se estiverem envolvidas ofensas públicas, podem ser necessárias medidas disciplinares. Se houver algum lapso espiritual, devem ser feitos esforços para reabilitar o membro.

O Secretário Prepara a Carta – Depois de a igreja conceder a carta de transferência, o secretário preenche o formulário de transferência regular e remete-o para o secretário da igreja que vai receber o membro. O secretário da igreja recetora passa então a carta ao pastor ou ao ancião, que a apresenta primeiramente ao Conselho para recomendação, após o que o pedido é apresentado à igreja no serviço religioso seguinte. O voto de aceitação da pessoa como membro é normalmente feito uma semana mais tarde no serviço religioso regular. O secretário da igreja recetora acrescenta então ao registo de membros o nome do membro e a data de admissão. Cabe também a este secretário preencher a parte a devolver da carta de transferência, certificando que o membro foi aceite, e enviá-la ao secretário da igreja que concedeu o voto de transferência. (Ver p. 89.)

Carta Válida por Seis Meses – Uma carta de transferência é válida por seis meses a partir da data da emissão.

Método Alternativo para a Transferência de Membros – Uma Divisão pode aprovar métodos alternativos para a transferência de membros entre igrejas dentro do território da Divisão, mas quando há membros que pedem transferência para uma igreja noutra Divisão, deve ser seguido o “Método para a Concessão de Cartas de Transferência” acima apresentado.

A Condição de Membro Durante a Transferência – Em circunstância nenhuma deve o secretário da igreja que concede a transferência remover do registo de membros o nome do membro, até que seja recebida a parte de retorno da carta de transferência, certificando que o membro foi aceito por voto na comunhão da igreja recetora. Fazê-lo privaria a pessoa da condição de membro durante o processo de transferência. O secretário, os anciãos, o pastor e o presidente da Associação são todos responsáveis por assegurarem que todas as igrejas aderem a este procedimento.

Receção de Membros sob Condições Díficeis – As condições mundiais impedem, por vezes, as comunicações respeitantes à transferência de membros. Nessas condições, a igreja recetora, em conselho com a Associação, deve dar-se por satisfeita quanto à situação do requerente e aceitá-lo posteriormente como membro com base em profissão de fé. Se, mais tarde, for aberta a via de comunicação com a igreja que concede a transferência ou com a Associação onde a mesma está localizada, a igreja recetora deve enviar uma carta declarando o que foi feito.

Contagem em Relatórios Estatísticos – Quando são feitos os relatórios de estatísticas trimestrais e anuais, um membro a quem foi concedida uma carta de transferência, mas cujo certificado de aceitação ainda não foi recebido, é contado como membro da igreja que concedeu a transferência. Depois de recebido o certificado de aceitação, o nome é, então, removido do registo de membros da igreja que concedeu a transferência e já não será incluído em relatórios subsequentes.

Se o Membro Não For Aceite – A igreja recetora deve receber o membro, a não ser que saiba de alguma razão válida para não lhe conceder esse privilégio. Se uma igreja não receber o membro, o secretário deve devolver à igreja que concedeu a transferência a carta com uma explicação cabal das razões. A condição de membro dessa pessoa permanece então na igreja que concedeu a transferência, a qual deve cooperar com o membro para resolver a questão.

Cartas Concedidas Só Àqueles que Estão em Situação Regular – As cartas de transferência só são concedidas a membros em situação regular, e nunca a membros sob disciplina. Não são aceitáveis declarações qualificativas, a menos que o pastor ou o Conselho da igreja que concede a transferência tenha conhecimento factual ou comprovado de que o membro esteve envolvido como perpetrador em abuso de menor. Nesse caso, para segurança das crianças, o pastor ou o ancião deve fornecer uma declaração confidencial alertando o pastor ou o ancião da congregação para onde o membro está a ser transferido.

Se um membro que se mudou para uma nova localidade se tiver tornado indiferente para com a igreja, o pastor ou o ancião da igreja que concede

a transferência pode, para que tudo se esclareça antes de ser concedida a transferência, abordar a questão com o pastor ou o ancião da igreja recetora.

Nenhuma Carta é Passada sem Aprovação do Membro – Em caso nenhum deve uma igreja votar uma carta de transferência contra a vontade do membro, e nenhuma igreja deve aceitar qualquer membro mediante carta concedida sob tais circunstâncias. A condição de membro é o relacionamento pessoal de um indivíduo com o corpo de Cristo, e a igreja tem a obrigação de reconhecer esse relacionamento e evitar qualquer ação que possa ser tida como arbitrária.

Por outro lado, qualquer membro está sob a obrigação de reconhecer o bem-estar da igreja e de realizar todos os esforços para aliviar a igreja de problemas ligados a membros ausentes. Sempre que um membro muda de localidade, deve requerer prontamente uma carta de transferência.

Quando uma igreja é expulsa da irmandade de igrejas por voto de uma Assembleia Administrativa da Associação, a condição de membros de todos os membros leais, exceto daqueles que se recusem a isso, considera-se transferida provisoriamente para a igreja da Associação. A igreja da Associação deve então emitir cartas de transferência dos membros leais e lidar com outras condições de membros conforme seja necessário. (Ver pp. 42-45.)

O Conselho de Igreja Não Pode Passar Cartas – Um Conselho não tem autoridade para votar cartas de transferência ou para receber membros por meio de cartas. A autoridade do Conselho limita-se a fazer recomendações à igreja. A decisão sobre todas as transferências de membros, favoráveis ou outras, deve ser tomada pela igreja. (Ver p. 55.) O secretário não tem autoridade para remover nomes ou para acrescentar nomes ao registo de membros exceto mediante um voto da igreja, a menos que um membro peça por escrito para lhe ser retirada a sua condição de membro, caso em que o Conselho de igreja deve tratar do pedido. Devem ser feitos esforços para restaurar a pessoa à família da igreja. Quando um membro morre, o secretário regista a data da morte no registo de membros, não sendo necessária qualquer ação por parte da igreja.

Ser Membro da Igreja da Associação – Os membros isolados devem unir-se à igreja da Associação, a qual é um corpo organizado para benefício

de crentes que, de outro modo, estariam sem os privilégios da igreja. Membros idosos ou enfermos que vivem perto de uma igreja, bem como oficiais da Associação e outros funcionários, incluindo pastores, devem ser membros de uma igreja local, e não da igreja da Associação.

O presidente da Associação é o primeiro ancião da igreja da Associação, sendo o trabalho que normalmente cabe ao secretário e ao tesoureiro realizado pelo secretário e pelo tesoureiro da Associação. Uma vez que esta igreja não tem Conselho, todos os assuntos normalmente tratados pelo Conselho de uma igreja local são tratados pelo Conselho da Associação, o qual nomeia também delegados da igreja da Associação à Assembleia Administrativa da Associação.

Registo de Membros – A igreja deve ter um registo de membros. Os nomes são acrescentados ou removidos unicamente por voto da igreja ou por morte. (Ver p. 88.) Em circunstância nenhuma deve a igreja manter uma lista de membros eliminados.

CAPÍTULO 7

Disciplina

Princípios Gerais

A Bíblia e o Espírito de Profecia estabelecem, em linguagem clara e inequívoca, a solene responsabilidade que cai sobre o povo de Deus de manter a sua pureza, integridade e fervor espiritual. Se os membros se tornam indiferentes ou se afastam, a igreja deve procurar recuperá-los para o Senhor.

Tratar com Membros em Transgressão – “Ora, se teu irmão pecar contra ti, vai, e repreende-o entre ti e ele só; se te ouvir, ganhaste teu irmão; mas, se não te ouvir, leva ainda contigo um ou dois, para que pela boca de duas ou três testemunhas, toda a palavra seja confirmada. E, se não as escutar, di-lo à igreja; e, se também não escutar a igreja, considera-o como um gentio e publicano. Em verdade vos digo que tudo o que ligardes na terra será ligado no céu, e tudo o que desligardes na terra será desligado no céu” (Mat. 18:15-18).

“Ao tratar com membros que cometem faltas, o povo de Deus deve seguir estritamente as instruções dadas pelo Salvador no décimo oitavo capítulo de Mateus.

Os seres humanos são propriedade de Cristo, resgatados por preço infinito e estão vinculados a Ele pelo amor que Ele e o Pai lhes têm manifestado. Que cuidado devemos, por isso, exercer no nosso relacionamento uns com os outros! Os homens não têm o direito de pensar mal do seu semelhante. Os membros da igreja não têm o direito de seguir os seus próprios impulsos e inclinações no trato com outros irmãos que cometeram faltas. Nem sequer devem manifestar os seus preconceitos em relação a eles, porque assim fazendo implantam no espírito de outros o fermento do mal....

‘Se o teu irmão pecar contra ti,’ disse Cristo, ‘vai e repreende-o entre ti e ele só.’ ... Não contem a outros o mal. Conta-se o caso a uma pessoa, a outra e mais outra; e o relatório cresce continuamente, e o mal aumenta até que toda a igreja acaba por sofrer. Resolve o caso ‘entre ti e ele só.’ Esse é o plano divino.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 7, p. 260 (traduzido do original inglês).

O Plano de Deus – “Seja qual for a natureza da ofensa, isso não altera o plano divino para a resolução de mal-entendidos e ofensas pessoais. Falar a sós, e no espírito de Cristo, com a pessoa que praticou a falta bastará, geralmente, para remover a dificuldade. Vá ter com a pessoa que cometeu a falta, com o coração cheio do amor e da simpatia de Cristo, e procure resolver a questão. Converse com ela com calma e mansidão. Não deixe que palavras iradas saiam dos seus lábios. Fale de modo a apelar ao seu bom senso. Lembre-se das palavras: ‘Aquele que fizer converter do erro do seu caminho um pecador salvará da morte uma alma, e cobrirá uma multidão de pecados.’ (Tiago 5:20)....

Todo o Céu se interessa pela entrevista entre o ofendido e o ofensor. Se este aceita a repreensão ministrada no amor de Cristo, e reconhece a sua falta, pedindo perdão a Deus e ao seu irmão, a luz celestial inundar-lhe-á o coração.... O Espírito de Deus une os corações e há música nos Céus pelo restabelecimento da união....

‘Mas se não te ouvir, leva ainda contigo um ou dois, para que pela boca de duas ou três testemunhas toda a palavra seja confirmada.’ (Mat. 18:16)... Leve consigo irmãos espiritualmente empenhados, e fale com o que está em erro acerca da sua falta... Ao ver que eles concordam em relação a esse assunto, talvez a sua mente se ilumine.

‘E, se não as escutar’, que deverá fazer-se então? Deverão uns poucos reunidos em conselho tomar a responsabilidade de excluir o faltoso? ‘Se não as escutar, di-lo à igreja’ (Mat. 18:17)... Que seja a igreja a tomar a decisão a respeito dos seus membros.

‘Se também não escutar a igreja, considera-o como um gentio e publicano.’ (Mat. 18:17)... Se não atender à voz da igreja, se rejeitar todos os esforços feitos para o reconquistar, cabe à igreja a responsabilidade de o excluir da sua comunhão. O seu nome deve, então, ser riscado dos livros.

Nenhum oficial de igreja deve aconselhar, nenhuma comissão recomendar, e igreja alguma deve votar, a eliminação dos livros da igreja do nome de um faltoso, sem que as instruções de Cristo tenham sido fielmente cumpridas. Quando essas instruções tiverem sido seguidas, a igreja estará limpa diante de Deus. O mal tem que aparecer tal como é e ser removido, para que não se espalhe cada vez mais. O bem-estar e a pureza da igreja devem ser salvaguardados, para que esta possa estar sem mancha diante de Deus, coberta com as vestes da justiça de Cristo....

‘Em verdade vos digo’, prosseguiu Jesus, ‘que tudo o que ligardes na terra será ligado no céu, e tudo o que desligardes na terra será desligado no céu.’ (Mat. 18:18)...

Esta afirmação conserva a sua autoridade em todas as épocas. À igreja foi conferido o poder de agir em lugar de Cristo. Ela é o instrumento de Deus para a conservação da ordem e da disciplina entre o Seu povo. O Senhor delegou-lhe o poder de resolver todas as questões relativas à sua prosperidade, pureza e ordem. Sobre ela repousa a responsabilidade de excluir da sua comunidade os que são indignos, os que, pelo seu procedimento não cristão, trariam desonra à causa da verdade. Tudo quanto a igreja fizer em conformidade com as instruções dadas na Palavra de Deus será ratificado no Céu.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 7, pp. 261-263 (traduzido do original inglês).

A Autoridade da Igreja – “O Redentor do mundo conferiu grande poder à Sua igreja. Ele declara as regras a serem aplicadas em casos de litígio com os seus membros. Depois de dar orientações explícitas quanto à direção a seguir, diz: ‘Em verdade vos digo que tudo o que ligardes na terra será ligado no céu, e tudo o que [em matéria de disciplina de igreja] desligardes na terra será desligado no céu.’ Assim, quando tiver sido seguida a regra bíblica, até a autoridade celestial ratifica a disciplina da igreja com relação aos seus membros.

A Palavra de Deus não dá licença para que um homem ponha o seu julgamento em oposição ao da igreja, nem lhe é permitido insistir nas suas opiniões contra as opiniões da igreja.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 3, p. 428 (traduzido do original inglês).

A Responsabilidade da Igreja – “Deus considera o Seu povo, como um corpo, responsável pelos pecados que existem em indivíduos no seu meio. Se os dirigentes da igreja negligenciam buscar com diligência os pecados que trazem o desagrado de Deus sobre o corpo, tornam-se responsáveis por esses pecados.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 3, p. 269.

“Caso não houvesse disciplina e governo eclesiásticos, a igreja fragmentar-se-ia; não poderia manter-se unida como um corpo.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 3, p. 428.

Os Não-consagrados Opõem-se à Disciplina – “Há muitos que não têm a discrição de Josué e que não têm dever especial de expor erros e de agir prontamente com os pecados que existem entre o povo. Que tais pessoas não ponham entraves àqueles que têm sobre si a responsabilidade desta obra; não se interponham no caminho dos que têm este dever. Alguns insistem em questionar, em duvidar e pôr defeitos porque outros fazem o trabalho que Deus não colocou sobre eles. Intrrometem-se diretamente no caminho para impedir aqueles sobre os quais Deus colocou a responsabilidade de reprovare corrigir pecados que prevalecem, de modo a que o Seu desagrado seja afastado do Seu povo. Se houvesse entre nós um caso como o de Acã, há muitos que acusariam aqueles que fazem o papel de Josué em expor o erro, de ter um espírito ímpio e crítico. Deus não pode ser escarnecido e as Suas advertências desatendidas impunemente por um povo perverso....

Aqueles que trabalham no temor de Deus para livrar a igreja de empecilhos e corrigir erros graves, a fim de que o povo de Deus possa ver a necessidade de aborrecer o pecado e de crescer em pureza, e para que o nome de Deus seja glorificado, sempre enfrentarão resistentes influências da parte dos não-consagrados.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 3, pp. 270 e 271 (traduzido do original inglês).

Proteger a Unidade da Igreja – Os cristãos devem fazer todos os esforços para evitar tendências que os dividam e tragam desonra à sua causa. “É propósito de Deus que haja unidade entre os Seus filhos. Não esperam viver juntos no mesmo Céu? ... Os que se recusam a trabalhar em boa harmonia desonram grandemente Deus.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 8, p. 240. A igreja deve desencorajar ações que ameacem a harmonia entre os seus membros e deve encorajar consistentemente a unidade.

Ainda que todos os membros tenham direitos iguais dentro da igreja, nenhum membro individualmente nem nenhum grupo de membros deve dar início a um movimento, nem formar uma organização, nem procurar estimular a constituição de seguidores com vista a alcançar qualquer objetivo ou a espalhar o ensino de qualquer doutrina ou mensagem que não esteja em harmonia com os objetivos e os ensinamentos religiosos fundamentais da Igreja. Tal conduta resultaria na promoção de um espírito divisivo, na fragmentação do testemunho da Igreja e, conseqüentemente, na obstrução do desempenho das obrigações da Igreja para com o Senhor e para com o mundo.

Reconciliação de Divergências – Devem ser feitos todos os esforços para resolver diferenças entre membros de igreja e para conter a controvérsia dentro do círculo mais pequeno possível. A reconciliação de diferenças na igreja deve, na maior parte dos casos, ser possível sem recurso quer a processos de conciliação realizados pela Igreja quer a litigação civil.

“Se as dificuldades existentes entre irmãos não fossem expostas a outros, mas francamente tratadas entre eles mesmos, no espírito do amor cristão, quanto mal seria evitado! Quantas raízes de amargura pelas quais muitos são contaminados seriam destruídas, e quão íntima e ternamente poderiam os seguidores de Cristo ser unidos no Seu amor!” – *O Maior Discurso de Cristo*, p. 56, ed. P. SerVir. (Ver pp. 65, 66.)

“Contendas, discórdias e processos judiciais entre irmãos são uma vergonha para a causa da verdade. Os que enveredam por esse procedimento expõem a Igreja ao ridículo dos seus inimigos e fazem que triunfe a causa dos poderes das trevas. Abrem de novo as feridas de Cristo, expondo-O à ignomínia. Desprezando a autoridade da Igreja, mostram desprezo por Deus, que conferiu essa autoridade à Igreja.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 5, pp. 242 e 243 (traduzido do original inglês).

A litigação civil é frequentemente realizada num espírito de contenda resultante e revelador do egoísmo humano. É este tipo de procedimento antagonista que deve ser desencorajado por uma igreja que pretende revelar o espírito de Cristo. A abnegação cristã levará seguidores de Cristo a preferirem ser eles próprios defraudados (I Cor. 6:7) de preferência a irem “a juízo perante os injustos, e não perante os santos” (I Cor. 6:1).

Embora haja, no mundo moderno, oportunidades para procurar decisões de tribunais civis, os cristãos devem preferir uma resolução no seio da autoridade da Igreja e devem limitar a procura dessas decisões a casos que sejam claramente da jurisdição dos tribunais civis e não do contexto da autoridade da Igreja ou para os quais a Igreja concorde que não possui um procedimento adequado para uma resolução pacífica. Estes processos diante dos tribunais civis não devem nunca tornar-se procedimentos antagonistas vingativos, mas devem partir do desejo de procurar mediação e de resolver diferenças amigavelmente.

Exemplos de tais casos civis poderão incluir, mas não se limitar a, resolução de reivindicações de seguros, a emissão de sentenças que definam

limites e posse de bens imóveis, decisões de algumas questões envolvendo a administração de propriedades, e a atribuição da custódia de filhos menores.

Embora a Igreja deva estabelecer procedimentos dentro dos limites da prática legal a fim de evitar a litigação referida em I Coríntios 6, ela deve ter o cuidado constante de não se desviar da sua missão evangélica para assumir as obrigações de um magistrado civil. (Ver Lucas 12:13 e 14 e *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 9, pp. 216-218.)

O ideal de Deus para os membros da Sua Igreja é que eles devam, tanto quanto possível, ter “paz com todos os homens” (Rom. 12:18). A Igreja deve recorrer ao seu processo prontamente acessível e razoavelmente célere através do qual muitas diferenças entre membros poderão ser resolvidas. Caso a Igreja não consiga dar resposta a um pedido de ajuda na reconciliação de uma diferença, ou se a Igreja reconhecer que a natureza do caso é tal que não cabe no âmbito da sua autoridade, deve ser reconhecido que o membro esgotou as possibilidades do procedimento bíblicamente delineado para a resolução de diferenças e que aquilo que esse membro deva fazer a partir de então é uma questão da sua consciência. (Ver *O Comentário Bíblico ASD*, vol. 6, p. 698.)

Todavia, quando a Igreja, esforçando-se por prestar assistência na resolução oportuna e amigável de discórdias entre membros seus, recomenda uma solução, os membros não devem rejeitar sumariamente essa recomendação. Como indica I Coríntios 6:7, não é uma questão de somenos importância um membro, pondo de lado os métodos ordeiros da Igreja, levar a tribunal uma queixa contra outro membro.

Os membros que revelam impaciência e egoísmo pela sua indisponibilidade para esperar e aceitar recomendações da Igreja na resolução de queixas contra outros membros de igreja podem apropriadamente ficar sujeitos à disciplina da igreja (ver pp. 62 e 63) devido ao efeito perturbador sobre a Igreja e à sua recusa em reconhecer a autoridade da Igreja devidamente constituída.

Resolução de Queixas de Membros Contra a Igreja – Os mesmos princípios usados na resolução de diferenças entre membros aplicam-se à resolução de queixas de membros contra organizações e instituições da Igreja.

Os membros não devem instigar a abertura de processos judiciais contra qualquer entidade da Igreja, exceto em circunstâncias em que a Igreja não

tenha providenciado um processo adequado para a resolução ordeira da queixa ou em que a natureza do caso seja tal que está claramente fora da autoridade da Igreja resolvê-lo.

Resolução de Queixas da Igreja Contra Membros – Pode acontecer, por vezes, que organizações e instituições da Igreja tenham queixas contra membros. Em tais circunstâncias, os administradores da Igreja devem, em espírito de tolerância cristã, ter em mente o conselho bíblico para a resolução de disputas entre cristãos e aplicá-lo à resolução de queixas da Igreja contra os seus membros. A Igreja deve, de preferência a pleitear as questões num tribunal secular, fazer todos os esforços razoáveis, em cooperação com o membro, para prover um processo pelo qual a resolução pacífica do problema possa ser conseguida.

A Igreja reconhece a necessidade do exercício de grande cuidado para proteger os mais elevados interesses espirituais dos seus membros, para garantir um tratamento justo e para salvaguardar o nome da Igreja. Ela não pode dar-se ao luxo de lidar de forma ligeira com os pecados ou permitir que considerações pessoais afetem as suas decisões, e deve, ao mesmo tempo, esforçar-se por recuperar e restaurar aqueles que erram.

“Se a pessoa que errou se arrepende e se submete à disciplina de Cristo, deve ter uma nova oportunidade. E mesmo que não se arrependa, mesmo que esteja fora da igreja, os servos de Deus ainda têm uma obra a fazer por ela. Devem procurar sinceramente levá-la ao arrependimento. Se se render à influência do Espírito Santo, dando prova de arrependimento através da confissão e abandono do seu pecado, por mais grave que este seja, deve ser perdoada e ser de novo bem-vinda ao aprisco. Os irmãos devem encorajá-la da forma adequada, tratando-a como desejariam ser tratados no seu lugar, olhando por si mesmos para que não sejam também tentados.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 7, p. 263 (traduzido do original inglês).

Razões para Disciplina

As razões pelas quais os membros serão sujeitos a disciplina são:

1. Negação da fé nos fundamentos do evangelho e nas Crenças Fundamentais da Igreja ou ensino de doutrinas contrárias aos mesmos.
2. Violação da Lei de Deus, como adoração de ídolos, homicídio, roubo, linguagem baixa, jogos de azar, transgressão do Sábado e falsidade habitual e propositada.

3. Violação do mandamento da Lei de Deus que diz “Não adulterarás” (Êxo. 20:14; Mat. 5:27 e 28), no respeitante à instituição matrimonial, ao lar cristão e aos padrões bíblicos de conduta moral, e a quaisquer atos de intimidade sexual fora do relacionamento matrimonial e/ou atos não consensuais de conduta sexual dentro do casamento, quer esses atos sejam legais ou ilegais. Esses atos incluem, mas não se limitam a, abuso sexual de menores, incluindo abuso dos mais vulneráveis. O casamento é definido como uma relação pública, legalmente vinculativa, monogâmica, heterossexual entre um homem e uma mulher.

4. Fornicação, que inclui, entre outras coisas, promiscuidade, práticas homossexuais, incesto, sodomia e bestialidade

5. Produção, uso ou distribuição de material pornográfico.

6. Novo casamento de uma pessoa divorciada, exceto o do cônjuge que permaneceu fiel ao voto matrimonial num caso de divórcio por adultério ou por perversões sexuais.

7. Violência física, incluindo a violência no seio da família.

8. Fraude ou deliberado comportamento enganoso em negócios.

9. Conduta desregrada causadora de vergonha para a igreja.

10. Adesão ou participação em movimento ou organização separatista ou desleal. (Ver p. 63.)

11. Persistente recusa em reconhecer a autoridade da igreja devidamente constituída ou em se submeter à ordem e disciplina da igreja.

12. Uso, fabrico ou venda de bebidas alcoólicas.

13. Uso, fabrico ou venda de tabaco em qualquer das suas formas para consumo humano.

14. Consumo ou fabrico de drogas ilícitas, ou uso, abuso ou venda de narcóticos ou de medicamentos sem uma causa médica e sem autorização médica apropriadas.

Processo de Disciplina

Quando estão envolvidos pecados graves, a igreja tem duas maneiras de aplicar medidas disciplinares:

1. Por um voto de censura.
2. Por um voto de exclusão.

Disciplina por Censura – Nos casos em que a ofensa não é considerada pela igreja como demasiado grave de modo a justificar a medida extrema de exclusão do membro, a igreja pode expressar a sua desaprovação por um voto de censura.

A censura tem dois objetivos:

1. Permitir à igreja expressar a sua desaprovação de uma ofensa grave que trouxe descrédito à causa de Deus.

2. Impressionar os membros transgressores com a necessidade de uma mudança de vida e de uma reforma no comportamento, concedendo-lhes um período de graça e prova, durante o qual essas mudanças deverão ser realizadas.

O voto de censura é para um período determinado, desde um mínimo de um mês a um máximo de 12 meses. Esse voto faz cessar a escolha ou nomeação do membro faltoso para todos os cargos e retira-lhe o privilégio de ser nomeado enquanto o voto estiver em efeito. Os membros sob censura não têm direito a participar por voz ou por voto nos assuntos da igreja nem a dirigir atividades na igreja, como seja o ensino numa classe da Escola Sabatina. Não ficam, porém, privados do privilégio de desfrutar das bênçãos da Escola Sabatina, do culto ou do serviço da comunhão. Durante o período de censura os membros não podem ser transferidos.

Os votos de censura não devem incluir qualquer provisão que envolva a exclusão de membro em caso de incumprimento de qualquer condição que tenha sido imposta. Deve ser feita uma avaliação depois de expirado o período de censura a fim de se determinar se os membros disciplinados alteraram o seu procedimento. Se o comportamento destes for satisfatório, podem então ser considerados em situação regular sem qualquer outro passo, devendo ser notificados de que a censura terminou. Se o comportamento não for satisfatório, a igreja deve estudar uma medida de disciplina apropriada. Qualquer retoma de cargo de igreja deve ser por nomeação.

Disciplina por Exclusão do Membro – A exclusão de indivíduos da condição de membros na Igreja, o corpo de Cristo, é a medida máxima de disciplina que a igreja pode aplicar. Só depois de seguidas as instruções dadas neste capítulo, depois de aconselhamento do pastor ou da Associação quando não haja pastor disponível, e depois de feitos todos os esforços possíveis para recuperar e voltar a colocar esses membros no caminho certo é que qualquer indivíduo deve ser excluído de membro.

Sem Outros Testes Adicionais de Comunhão – A autoridade para estabelecer testes de comunhão cabe à Assembleia Administrativa da Conferência Geral. Qualquer pessoa que procure aplicar testes além dos

aqui explanados não representa, portanto, devidamente a Igreja (Ver *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 1, p. 207.)

A Ocasão Para a Disciplina – A igreja deve dar atenção ao processo disciplinar dentro de um período de tempo razoável e comunicar depois com bondade e celeridade as suas decisões. A demora na aplicação de disciplina pode aumentar a frustração e o sofrimento do membro e da própria igreja.

Prudência em Julgar o Caráter e a Motivação – “Cristo ensinou claramente que aqueles que perseveram em pecado declarado devem ser desligados da igreja, mas não nos confiou a tarefa de julgar o caráter e os motivos. Conhece demasiado bem a nossa natureza para nos delegar esta obra. Se tentássemos desarreigar da igreja os que supomos serem cristãos espúrios, certamente cometeríamos erros. Muitas vezes consideramos casos perdidos justamente aqueles que Cristo está a atrair a Si. Se devêssemos proceder com essas almas segundo o nosso parecer imperfeito, extinguir-se-ia talvez a sua última esperança. Muitos que se julgam cristãos serão finalmente achados em falta. Haverá muitos no Céu, os quais os seus vizinhos supunham que lá não entrariam. O homem julga segundo a aparência, mas Deus vê o coração. O joio e o trigo devem crescer juntos até à ceifa; e a colheita é o fim do tempo da graça. Há nas palavras do Salvador ainda outra lição, uma lição de maravilhosa longanimidade e terno amor. Como o joio tem as raízes entrelaçadas com as do bom trigo, assim falsos irmãos podem estar na igreja, intimamente ligados com os discípulos verdadeiros. O verdadeiro caráter desses pretensos crentes não é plenamente manifesto. Caso fossem desligados da congregação, outros poderiam ser induzidos a tropeçar, os quais, se não fosse isso, permaneceriam firmes.” – *Parábolas de Jesus*, pp. 71 e 72.

Em Reunião Devidamente Convocada – Os membros podem ser disciplinados por motivo justificado, mas unicamente numa Reunião Administrativa da igreja devidamente convocada (ver pp. 145) e depois de o Conselho da igreja ter analisado o caso. A reunião deve ser presidida por um pastor ordenado, ou pastor licenciado que esteja ordenado como ancião local da igreja em questão, ou, na ausência do pastor e em conselho com o pastor ou com o presidente da Associação, por um ancião da igreja local.

Por Voto da Maioria – Os membros podem ser excluídos da condição de membros ou disciplinados de qualquer outra forma unicamente por voto da maioria dos membros presentes e votantes numa reunião convocada devidamente. “A maioria da igreja é uma força que deve controlar os seus membros.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 5, p. 107.

O Conselho da Igreja Não Pode Excluir Membros – O Conselho pode recomendar a uma reunião administrativa da igreja a exclusão de membros, mas em circunstância nenhuma tem o Conselho o direito de tomar a decisão final. O secretário só pode excluir qualquer nome dos registos depois de um voto da igreja numa reunião administrativa, exceto no caso de morte de membros.

Direitos Fundamentais dos Membros – Os membros têm o direito fundamental de ser notificados antecipadamente da reunião disciplinar e o direito de serem ouvidos em sua própria defesa, de apresentarem provas e testemunhas. Nenhuma igreja deve votar a exclusão de um membro em circunstâncias que privem esse membro destes direitos. A notificação escrita deve ser entregue pelo menos duas semanas antes da reunião e deve incluir as razões da audiência disciplinar.

Membros Não Podem Ser Representados por Advogados – O trabalho da Igreja na administração de ordem e disciplina é uma função eclesiástica que, em sentido nenhum, tem a ver com procedimentos civis ou legais. Por conseguinte, a Igreja não reconhece o direito de os membros apresentarem advogados para os representarem em qualquer reunião convocada para administração de ordem ou disciplina ou para ajuste de qualquer outro assunto da igreja. Os membros que pretendam fazer-se acompanhar de advogado numa reunião devem ser informados de que não serão ouvidos se insistirem em trazer um advogado.

Todos os que não sejam membros também devem ser excluídos pela igreja de qualquer reunião administrativa convocada para aplicação de ordem ou disciplina eclesiástica, exceto quando essas pessoas sejam convocadas como testemunhas.

Transferência de Membros Sob Censura – Nenhuma igreja deve receber como membros pessoas que estejam sob censura numa outra congregação, pois dessa forma estaria a tolerar as ofensas pelas quais aquelas pessoas estão a ser disciplinadas. A aceitação na condição de membro de qualquer pessoa que está sob disciplina é uma violação tão grave dos regulamentos da Igreja que uma igreja transgressora pode ficar sujeita a disciplina pela Assembleia Administrativa da Associação.

Os Membros Não Devem Ser Excluídos por Falta de Frequência – Os dirigentes da igreja têm o dever de fielmente visitar os membros ausentes e animá-los a recomençar a frequentar a igreja, de modo a desfrutarem das bênçãos da adoração com a congregação.

Se, devido à idade, enfermidade ou outra causa inevitável, alguns membros não tiverem a possibilidade de frequentar com regularidade os serviços de culto, devem esses membros manter-se em contacto com os dirigentes da igreja por carta ou por outro meio. No entanto, enquanto esses membros forem leais às doutrinas da Igreja, a não frequência não será considerada causa suficiente para a exclusão da condição de membros.

Membros que Mudam de Residência Sem o Comunicar – Quando os membros mudam de residência, devem comunicar ao secretário ou ao ancião o seu novo endereço. Enquanto se mantiverem como membros dessa mesma igreja, devem manter contacto e enviar os dízimos e ofertas pelo menos uma vez por trimestre. Se, porém, os membros mudam de residência sem indicar o novo endereço e não fazem qualquer esforço para contactar ou comunicar com a igreja, e a igreja não puder localizá-los pelo menos durante dois anos, então a igreja pode declarar que tentou sem sucesso localizar esses membros, e os mesmos poderão ser excluídos por voto da igreja. O secretário deve assinalar no registo de membros: “Paradeiro desconhecido. Votado ser designado como desaparecido.”

Os Membros Não Devem Ser Excluídos por Razões Pecuniárias – Embora seja dever dos membros apoiar a obra da Igreja, na medida das suas possibilidades, nunca devem ser excluídos devido à sua incapacidade ou falta de contribuição financeira para a Igreja.

Exclusão de Membros a Seu Pedido – Deve-se exercer grande prudência no tratamento com membros que pedem para ser excluídos do registo de membros da igreja.

A Igreja reconhece o direito de os membros escolherem pertencer ou não à Igreja. As cartas de demissão devem ser apresentadas ao Conselho de igreja, que registrará a demissão com data efetiva segundo a carta de demissão. Por consideração cristã para com os indivíduos envolvidos, o voto será tomado sem discussão pública. Devem ser feitos esforços para restaurar a pessoa à família da igreja.

Notificação aos Membros Excluídos – A igreja que exclui membros deve notificá-los por escrito da decisão tomada, assegurando-lhes, porém, o interesse espiritual por eles e preocupação pessoal permanentes. Esta comunicação deve, sempre que possível, ser entregue pessoalmente pelo pastor ou por alguém designado pelo Conselho de igreja. Os antigos membros devem ficar com a certeza de que a igreja espera o seu regresso e de que um dia desfrutarão juntos a comunhão eterna no reino de Deus.

Reintegração de Membros Anteriormente Excluídos – Quando pessoas tiverem sido excluídas por razões disciplinares, a igreja deve, sempre que possível, manter o contacto com elas e manifestar-lhes espírito de amizade e amor, esforçando-se por as trazer de volta ao Senhor.

Aqueles que foram anteriormente excluídos podem ser recebidos de novo como membros, depois de confessados os erros cometidos e de terem sido dadas provas de verdadeiro arrependimento e mudança de vida, quando esta estiver conforme as normas cristãs e for notório que o membro se submeterá totalmente à ordem e à disciplina da Igreja. A reintegração deve ocorrer preferencialmente na igreja de onde o membro foi excluído. Contudo, quando isso não for possível, a igreja onde a pessoa está a solicitar reintegração deve procurar obter informação da antiga igreja sobre as razões que levaram à exclusão desse membro.

Ao lidar com culpados de abusos sexuais, deve ser recordado que a restauração como membro não remove todas as consequências de uma violação tão grave. Ainda que a presença em atividades da igreja possa ser permitida sob diretrizes adequadamente estabelecidas, uma pessoa condenada ou disciplinada por abusos sexuais não deve ser integrada em

qualquer função que implique contacto com crianças, jovens e outros indivíduos vulneráveis. Também não lhe deve ser confiada qualquer posição que estimule indivíduos vulneráveis a confiar nela implicitamente.

Uma vez que a exclusão de membro é a forma mais grave de disciplina, o período de tempo até que se dê a reintegração deve ser suficiente para demonstrar que as questões que levaram à exclusão estão, sem qualquer dúvida, ultrapassadas. Espera-se que a readmissão como membro se faça em associação com o rebatismo.

Direito de Apelo à Reintegração – Ainda que seja um direito da igreja aplicar disciplina, isso não exclui os direitos dos membros de pretenderem justiça. Se os membros estiverem convictos de que foram tratados injustamente pela igreja local, ou não lhes tiver sido concedido o direito de serem ouvidos com equidade, e a igreja se mostrar indisponível para reconsiderar o caso ou se os oficiais se recusarem a atender aos seus pedidos de reintegração, os antigos membros têm o direito de apelar por escrito para a igreja a fim de serem ouvidos. A igreja não deve negligenciar ou recusar a concessão dessa audiência. Se o fizer, ou se os antigos membros continuarem a sentir-se tratados injustamente pela igreja depois do apelo, têm direito a um apelo final de audiência junto do Conselho Diretor da Associação.

Se, após uma audiência plena e imparcial, o Conselho da Associação estiver esclarecido quanto a ter sido cometida uma injustiça pela igreja, o Conselho poderá recomendar a reintegração dos membros. Se, porém, a reintegração como membro continuar a ser recusada pela igreja, então o Conselho da Associação poderá recomendar a integração do membro numa outra igreja. Por outro lado, se o Conselho perceber fundamentos para manter a recusa da igreja em reintegrar os antigos membros, registrará em conformidade a sua decisão.

CAPÍTULO 8

Oficiais e Organizações da Igreja Local

É importante para a prosperidade da igreja a escolha de oficiais de qualidade, e ela deve exercer o máximo cuidado ao chamar homens e mulheres para posições de responsabilidade sagrada.

Qualificações Gerais

Aptidão Moral e Religiosa – “E tu, dentre todo o povo, procura homens capazes, tementes a Deus, homens de verdade, que aborreçam a avareza; e põe-nos sobre eles por maiores de mil, maiores de cem, maiores de cinquenta, e maiores de dez” (Êxo. 18:21).

“Escolhei, pois, irmãos, de entre vós, sete varões de boa reputação, cheios do Espírito Santo e de sabedoria, aos quais constituamos sobre este importante negócio” (Atos 6:3).

“Convém, também, que tenha bom testemunho dos que estão de fora, para que não caia em afronta e no laço do diabo” (I Tim. 3:7).

“E o que de mim, entre muitas testemunhas, ouviste, confia-o a homens fiéis, que sejam idôneos, para também ensinarem os outros” (II Tim. 2:2).

“Convém, pois, que o bispo [o ancião] seja irrepreensível, marido de uma mulher, vigilante, sóbrio, honesto, hospitaleiro, apto para ensinar, não dado ao vinho, não espancador, não cobiçoso de torpe ganância, mas moderado; não contencioso, não avaro; que governe bem a sua própria casa, tendo os seus filhos em sujeição com toda a modéstia; (Porque se alguém não sabe governar a sua própria casa, terá cuidado da igreja de Deus?) Não neófito, para que, ensoberbecendo-se, não caia na condenação do diabo. Convém, também, que tenha bom testemunho dos que estão de fora, para que não caia em afronta e no laço do diabo.

Da mesma sorte, os diáconos sejam honestos, não de língua dobre, não dados a muito vinho, não cobiçosos de torpe ganância, guardando o mistério da fé, numa consciência pura; e também estes sejam primeiro provados, depois sirvam, se forem irrepreensíveis. Da mesma sorte, as mulheres sejam honestas, não maldizentes, sóbrias e fiéis em tudo. Os diáconos sejam maridos de uma mulher, e governem bem os seus filhos e as suas próprias casas. Porque os que servirem bem como diáconos

adquirirão para si uma boa posição e muita confiança na fé que há em Cristo Jesus” (I Tim. 3:2-13; ver também Tito 1:5-11; 2:1, 7 e 8).

“Ninguém despreze a tua mocidade; mas sê exemplo dos fiéis, na palavra, no trato, no amor, no espírito, na fé, na pureza. Persiste em ler, exortar e ensinar, até que eu vá.... Tem cuidado de ti mesmo e da doutrina, persevera nestas coisas; porque, fazendo isto, te salvarás, tanto a ti mesmo como aos que te ouvem” (I Tim. 4:12-16).

Alimentar e Proteger a Igreja – O apóstolo Paulo convocou “os anciãos da igreja” e aconselhou-os: “Olhai, pois, por vós, e por todo o rebanho, sobre que o Espírito Santo vos constituiu bispos, para apascentardes a Igreja de Deus, que ele resgatou com o Seu próprio sangue. Porque eu sei isto, que, depois da minha partida, entrarão no meio de vós lobos cruéis, que não perdoarão ao rebanho; e que, de entre vós mesmos, se levantarão homens que falarão coisas perversas, para atraírem os discípulos após si. Portanto, vigiai, lembrando-vos de que, durante três anos, não cessei, noite e dia, de admoestar com lágrimas a cada um de vós” (Atos 20:17, 28-31; ver também I Pedro 5:1-3).

Respeito por Pastores e Oficiais – “E rogamos-vos, irmãos, que reconheçais os que trabalham entre vós, e que presidem sobre vós no Senhor, e vos admoestam; e que os tenhais em grande estima e amor, por causa da sua obra. Tende paz entre vós” (I Tes. 5:12 e 13; ver também I Tim. 5:17; Heb. 13:7, 17).

“Os crentes de Tessalônica foram muito incomodados por homens que chegaram junto deles com opiniões e doutrinas fanáticas. Alguns andavam ‘desordenadamente, não trabalhando, antes fazendo coisas vãs’. II Tes. 3:11. A igreja tinha sido devidamente organizada, com os seus oficiais designados para atuarem como pastores e diáconos. Porém havia alguns rebeldes e impetuosos, que recusavam sujeitar-se aos que exerciam os cargos de autoridade na igreja. Não só se arrogavam o direito de exercer o juízo pessoal, mas o de impor publicamente as suas opiniões à igreja. Perante isto, Paulo chamou a atenção dos crentes para o respeito e a consideração devidos aos que tinham sido escolhidos para ocupar os cargos de autoridade na igreja.” – *Atos dos Apóstolos*, p. 187, ed. P. SerVir.

“Os que ocupam posição de responsabilidade na igreja podem ter faltas semelhantes às de outras pessoas, e podem errar nas suas decisões; não

obstante, a Igreja de Cristo na Terra deu-lhes uma autoridade que não pode ser avaliada de forma leviana.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 4, p. 17 (traduzido do original inglês).

Não Postos Demasiado Depressa em Cargos – “Encontramos em muitos lugares homens que foram postos à pressa em cargos de responsabilidade como anciãos da igreja, quando não se achavam habilitados para ocupar tal posição. Não têm o devido domínio de si mesmos. A influência que exercem não é boa. A igreja é continuamente perturbada em consequência do caráter defeituoso do dirigente. As mãos foram impostas muito precipitadamente sobre esses homens.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 4, pp. 406 e 407. (Ver também *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 5, p. 617 e I Tim. 5:22.)

Opositores à Unidade São Inaptos para Cargos – “Têm ultimamente surgido entre nós homens que professam ser servos de Cristo, mas cuja obra se opõe àquela unidade que nosso Senhor estabeleceu na igreja. Têm planos e métodos de trabalho originais. Desejam introduzir mudanças na igreja que estejam de acordo com as suas ideias de progresso, e imaginam que, desse modo, se consigam obter grandes resultados. Esses homens precisam de ser discípulos em vez de mestres na escola de Cristo. Estão sempre desassossegados, aspirando realizar alguma grande obra, fazer algo que lhes traga honra a si mesmos. Precisam de aprender a mais proveitosa de todas as lições: a humildade e a fé em Jesus....

Professores da verdade, missionários, oficiais da igreja, podem efetuar boa obra pelo Mestre, se tão-somente purificarem o seu próprio coração pela obediência à verdade.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 5, p. 238 (traduzido do original inglês).

O Perigo de Escolher Quem se Recusa a Cooperar – “Deus pôs na Igreja, como Seus auxiliares indicados, homens de talentos diferentes para que, mediante a sabedoria de muitos, seja feita a vontade do Espírito. Os homens que agem em conformidade com os seus próprios fortes traços de caráter, recusando aliar-se a outros que têm uma longa experiência na obra de Deus, ficarão cegos pela confiança própria, incapazes de discernir entre o falso e o verdadeiro. Não é seguro escolher essas pessoas para líderes

na Igreja, pois seguirão os seus próprios juízos e planos, sem consideração pela forma como os irmãos veem o assunto. É fácil para o inimigo agir por intermédio dos que, necessitando, eles próprios, de conselho a cada passo, se encarregam do cuidado das almas na sua própria força, sem terem aprendido a mansidão de Cristo.” – *Atos dos Apóstolos*, p. 199, ed. P. SerVir. (Ver pp. 34 e 35.)

Membros Locais – Os membros em situação regular são elegíveis para posições de liderança na igreja de onde são membros. (Ver pp. 121-125.) Podem abrir-se exceções para os seguintes casos:

1. Estudantes que são membros em situação regular, mas que, por motivos educacionais, estão a viver longe de casa e frequentam regularmente uma igreja na zona da sua residência temporária.

2. Um funcionário da Associação apontado pela Associação como pastor/dirigente de duas ou mais congregações. (Ver pp. 122 e 123.)

3. Um ancião que, quando necessário e com a recomendação do Conselho da Associação, pode ser eleito para servir em mais do que uma igreja no mesmo distrito. (Ver p. 80.)

Outras exceções poderão ser analisadas pelo Conselho da Associação.

Dar Exemplo no Dízimo – Todos os oficiais devem dar o exemplo na questão da entrega de um dízimo fiel à Igreja. Qualquer pessoa que não dê este exemplo não deverá ser nomeada para cargos na igreja.

Não São Delegados Ex Officio – Nenhum oficial de igreja é delegado *ex officio* a uma Assembleia Administrativa da Associação. Se uma igreja desejar que um oficial seja delegado, deve nomeá-lo como tal.

Distribuição de Responsabilidades – A igreja não deve atribuir demasiadas responsabilidades a um pequeno grupo de oficiais de boa vontade, enquanto outros ficam subaproveitados. A menos que as circunstâncias o tornem necessário, deve ser desencorajada a nomeação de um mesmo indivíduo para vários cargos.

Exclusão e Readmissão – Quando um oficial é excluído de membro e subsequentemente readmitido, a readmissão não o restabelece no cargo que detinha anteriormente.

Duração de Funções

A duração de funções dos oficiais, tanto da igreja como das suas organizações auxiliares, é de um ano, exceto quando a igreja, em reunião administrativa, vota ter nomeações de dois em dois anos, a fim de facilitar a continuidade e o desenvolvimento de dons espirituais e de eliminar o trabalho envolvido com as nomeações anuais.

Embora não seja aconselhável uma pessoa servir indefinidamente numa dada função, os oficiais podem ser reeleitos.

Anciãos

Dirigentes Religiosos da Igreja – Os anciãos devem ser reconhecidos pela igreja como dirigentes espirituais competentes e devem ter boa reputação tanto na igreja como na comunidade. Na ausência de um pastor, os anciãos são os dirigentes espirituais da igreja e, por preceito e exemplo, devem procurar conduzir a igreja a uma experiência cristã mais profunda e mais completa.

Os anciãos devem ser capazes de dirigir os serviços religiosos da igreja e ministrar tanto na palavra como na doutrina quando o pastor nomeado não está disponível. No entanto, os anciãos não devem ser escolhidos principalmente pela sua posição social ou pela aptidão como oradores, mas devido à vida consagrada e às aptidões de liderança.

Os anciãos podem ser reeleitos, mas não é aconselhável que sirvam indefinidamente. A igreja não tem qualquer obrigação de os renomear e pode escolher outros sempre que as mudanças pareçam aconselháveis. Ao serem nomeados novos anciãos, os anteriores deixam as funções de anciãos, mas podem ser nomeados para outros cargos na igreja.

Ordenação de Anciãos – A nomeação para o cargo de ancião não qualifica só por si alguém como ancião. É necessária a ordenação antes de o ancião ter autoridade para atuar. Entre a nomeação e a ordenação, o ancião nomeado pode atuar como dirigente da igreja, mas não dirigir as ordenanças da igreja.

A cerimónia de ordenação deve ser realizada unicamente por um pastor ordenado com credencial válida da Associação. Num gesto de cortesia, um pastor ordenado que esteja de visita pode ser convidado a participar. Contudo, só a pedido específico dos oficiais da Associação é que um pastor

ordenado que esteja de visita ou um pastor ordenado aposentado podem realizar a ordenação.

O rito sagrado da ordenação deve ser realizado de forma simples na presença da igreja e poderá incluir um breve esboço das funções do ancião, das qualidades requeridas e dos principais deveres que o ancião está autorizado a desempenhar. Após a exortação, o pastor ordenado, assistido por outros pastores ordenados e/ou pelos anciãos locais, que estejam a participar na cerimónia, ordenarão os novos anciãos por meio da oração e da imposição das mãos. (Ver p. 39.)

Uma vez ordenados, os anciãos não precisam de ser ordenados de novo se forem renomeados, ou se forem nomeados anciãos doutras igrejas, desde que mantenham o estatuto regular de membros. Também ficam qualificados para servir como diáconos ou diaconisas.

Relacionamento com o Pastor – Se o Conselho da Associação nomear um pastor ou pastores para a congregação, o pastor, ou o pastor principal, caso haja mais do que um, deve ser considerado o dirigente de mais elevada posição, sendo os anciãos seus assistentes. Uma vez que o seu trabalho está estreitamente relacionado, devem trabalhar juntos em harmonia. O pastor não deve assumir todos os níveis de responsabilidade, mas deve partilhá-los com os anciãos e outros oficiais. O pastor que serve regularmente a igreja atua como presidente do Conselho. (Ver pp. 34, 145.) Pode, no entanto, haver circunstâncias em que seja aconselhável um ancião atuar como presidente. O trabalho pastoral da igreja deve ser partilhado pelo pastor e os anciãos. Os anciãos, em conselho com o pastor, devem visitar membros, atender aos doentes, promover os ministérios da oração, organizar ou dirigir cerimónias de unção e de dedicação de crianças, encorajar os desanimados e auxiliar noutras responsabilidades pastorais. Os anciãos devem manter, como subpastores, uma vigilância constante sobre o rebanho.

Se o pastor for um ministro licenciado, a igreja ou igrejas que ele serve devem nomeá-lo como ancião. (Ver p. 35.)

Uma vez que o pastor é nomeado pela Associação para o cargo que tem na igreja, o pastor serve a igreja como funcionário da Associação, é responsável perante o Conselho da Associação e mantém um relacionamento de simpatia e cooperação e trabalha em harmonia com

todos os planos e estratégias da igreja local. Os anciãos, que são nomeados pela igreja, respondem perante ela e perante o seu Conselho. (Ver abaixo.)

A Atividade dos Anciãos É Local – A autoridade e o trabalho dos anciãos estão confinados à igreja onde se deu a sua nomeação. Não é permitido ao Conselho da Associação conferir, por meio de voto, a um ancião o estatuto que é concedido a um pastor ordenado para servir noutras igrejas como ancião. Se surgir essa necessidade, o Conselho da Associação poderá recomendar à igreja necessitada de ancião que esta convide e nomeie um ancião de uma igreja próxima para a servir. Assim, um indivíduo pode, por meio de nomeação e quando necessário, servir mais do que uma igreja. Um tal arranjo só deve ser feito em consulta com o Conselho da Associação. A autoridade para nomear anciãos é inerente à igreja local e não ao Conselho da Associação. A única maneira de alguém poder ser qualificado para servir a Igreja em geral é mediante a ordenação para o ministério evangélico. (Ver pp. 34, 78 e 79.)

Direção de Serviços Religiosos da Igreja – Sob orientação do pastor, ou na ausência do pastor, um ancião é responsável pelos serviços religiosos da igreja e deve dirigi-los ou convidar alguém para o fazer. O serviço de Santa Ceia deve ser sempre dirigido por um pastor ordenado/comissionado ou pelo ancião local. O pastor normalmente preside à Reunião Administrativa. Na ausência do pastor, e com a aprovação deste ou do presidente da Associação, um ancião pode atuar como presidente.

Cerimónia Batismal – Na ausência de um pastor ordenado, um ancião pode solicitar ao presidente da Associação que faça os arranjos necessários para o batismo daqueles que desejam unir-se à igreja. (Ver pp. 48-52.) Um ancião não deve officiar na cerimónia sem obter primeiramente autorização do presidente da Associação.

Cerimónia de Casamento – Numa cerimónia de casamento, a exortação, os votos e a declaração de casamento são apresentados unicamente por um pastor ordenado, exceto nas regiões onde os Conselhos de Divisão tenham aprovado que pastores licenciados ou comissionados e escolhidos para isso, e que tenham sido ordenados como anciãos locais, possam

realizar a cerimónia. (Ver p. 34.) As leis locais podem exigir que as pessoas que dirigem as cerimónias de casamento tenham também uma licença ou permissão do estado para o fazer. Um pastor ordenado, um pastor licenciado ou comissionado, ou um ancião podem fazer a prédica, a oração e pedir a bênção. (Ver Notas, n.º 1, p. 193.)

O Dever de Promover o Dízimo – Ao entregarem fielmente o seu dízimo, os anciãos contribuem muito para que outros membros devolvam um dízimo fiel. (Ver pp. 150 e 151, 188.) Os anciãos podem promover a fidelidade na entrega do dízimo mediante apresentação pública do privilégio e da responsabilidade da mordomia segundo as Escrituras e mediante o trabalho pessoal junto dos membros, de maneira discreta e esclarecedora.

Os anciãos devem considerar como confidenciais todos os assuntos financeiros relacionados com membros, não passando essa informação a pessoas não autorizadas.

Promover Estudo da Bíblia, Oração e Relacionamento com Jesus – Como dirigentes espirituais, os anciãos têm a responsabilidade de animar os membros a desenvolverem um relacionamento pessoal com Jesus, reforçando os hábitos pessoais de estudo da Bíblia e de oração. Os anciãos devem ser um exemplo de dedicação ao estudo da Bíblia e à oração. Uma vida efetiva de oração pessoal por parte de cada membro, apoiando os ministérios e os programas da igreja local, reforçará a missão da igreja. Os anciãos podem solicitar ao Conselho que nomeie uma Comissão que colabore nesta função de desenvolvimento e encorajamento.

Promover Todas as Linhas de Atuação – Sob direção do pastor e em cooperação com ele, os anciãos são dirigentes espirituais da igreja e são responsáveis pela promoção de todos os departamentos e atividades da obra. Os anciãos devem manter um relacionamento mutuamente prestativo com os demais oficiais.

Cooperar com a Associação – O pastor, os anciãos e todos os oficiais devem cooperar com os oficiais e diretores departamentais da Associação na realização dos planos aprovados. Devem informar a igreja de todas as

ofertas regulares e especiais, promover todos os programas e atividades da igreja e animar todos os oficiais a apoiarem os planos e orientações da Associação.

Os anciãos devem trabalhar em estreita colaboração com o tesoureiro e verificar que todos os fundos da Associação são enviados com prontidão para o tesoureiro da Associação nas datas que esta marcar. Os anciãos devem verificar se o relatório do secretário é enviado com prontidão para o secretário da Associação no final de cada trimestre.

Os anciãos devem considerar como importante toda a correspondência vinda do escritório da Associação. As cartas com anúncios devem ser apresentadas no devido tempo.

Na ausência do pastor, o primeiro ancião (ver p. 125) deve certificar-se de que a igreja nomeia delegados às Assembleias Administrativas da Associação e que o secretário comunica ao escritório da Associação os nomes desses delegados.

Promover a Obra Mundial – Os anciãos devem também promover o trabalho missionário no mundo, estudando cuidadosamente a obra mundial e estimulando os membros a apoiarem pessoalmente o trabalho missionário. A atitude delicada e discreta que os anciãos assumam estimulará a liberalidade dos membros tanto nos serviços religiosos da igreja como na Escola Sabatina.

Formação e Apetrechamento dos Anciãos – A Associação Ministerial, em cooperação com os departamentos, promove a formação e o apetrechamento dos anciãos. Contudo, cabe ao pastor a responsabilidade principal da formação de anciãos. (Ver Notas, n.º 2, p. 193.)

Livres para Atuar Eficazmente – Os anciãos, em especial, devem ser libertados de outras responsabilidades a fim de realizarem eficazmente as suas muitas obrigações. Pode ser aconselhável, nalguns casos, pedir aos anciãos que dirijam o trabalho missionário da igreja, mas mesmo isto deve ser evitado se outra pessoa com talento para isso estiver disponível.

O Primeiro Ancião – Pode ser aconselhável, devido ao tamanho da igreja, escolher mais do que um ancião quando as responsabilidades do

cargo sejam demasiado grandes para uma pessoa só. Se a igreja nomear mais do que um ancião, um deles deve ser designado como “primeiro ancião”. O trabalho deve ser dividido entre os anciãos de acordo com a experiência e aptidão de cada um deles.

Limitação de Autoridade – Os anciãos não têm autoridade para aceitar ou excluir membros. Isto só é feito por voto da igreja. Só o Conselho da igreja pode recomendar à igreja o voto de aceitação ou exclusão de membros. (Ver pp. 51, 56 e 57.)

Diretores de Igreja

Pode acontecer que ninguém possua experiência nem qualificações para servir como ancião. Nestas circunstâncias, a igreja deve nomear uma pessoa que será conhecida como “diretor”. Na ausência do pastor, ou de um pastor designado pela Associação, o diretor é responsável pelos serviços da igreja, incluindo reuniões administrativas. O diretor deve ou dirigir esses serviços ou fazer arranjos para que outra pessoa o faça. Se o diretor da igreja não conseguir dirigir a Reunião Administrativa, deve ser contactada a Associação, pedindo ajuda.

Um diretor de igreja, que não seja ancião ordenado, não pode realizar a cerimónia batismal, dirigir a Santa Ceia, realizar a cerimónia de casamento, nem presidir a reuniões administrativas em que membros sejam disciplinados. Deve ser dirigido um pedido ao presidente da Associação para que um pastor ordenado presida a essas reuniões.

Diáconos

O Novo Testamento identifica o cargo de diácono com a palavra grega *diakonos*, de que deriva em português o termo “diácono”. A palavra grega é interpretada de várias maneiras, como “servo, ministro, escritor, assistente” e, nos círculos cristãos, adquiriu o significado especializado que se atribui atualmente a “diácono”.

Os homens que vieram a ser conhecidos como os sete diáconos da igreja apostólica foram escolhidos e ordenados para atenderem aos assuntos da Igreja. (Ver Atos 6:1-8.) As qualificações que deviam ter, ligeiramente menos exigentes do que as dos anciãos, são enumeradas em I Timóteo 3:8-13.

“O facto de esses irmãos terem sido ordenados para a obra especial de olhar pelas necessidades dos pobres, não os excluía do dever de ensinar a fé. Pelo contrário, foram amplamente qualificados para instruir outros na verdade e empenharem-se nesta obra com grande fervor e sucesso.” – *Atos dos Apóstolos*, pp. 62 e 63, ed. P. SerVir.

“A designação dos sete para tomarem a direção de ramos especiais da obra mostrou ser uma grande bênção para a Igreja. Estes oficiais tomaram em cuidadosa consideração as necessidades individuais, bem como os interesses financeiros gerais da Igreja; e, pela sua gestão cuidadosa e o seu exemplo piedoso, foram, para os seus colegas, um auxílio importante em conjugar os vários interesses da Igreja num todo unido.” – *Atos dos Apóstolos*, p. 62, ed. P. SerVir.

A designação, hoje em dia, de diáconos, mediante nomeação, resulta em bênçãos semelhantes na administração da igreja, libertando pastores, anciãos e outros oficiais de outras obrigações que os diáconos podem realizar bem.

“O tempo e a força dos que, na providência de Deus, foram colocados em posições de autoridade e responsabilidade na Igreja, devem ser empregados na resolução de assuntos mais importantes, que exijam uma capacidade especial e grandeza de coração. O plano de Deus não é que esses homens sejam chamados para solucionar assuntos de pequena monta, que outros são bem qualificados para resolver.” – *Atos dos Apóstolos*, p. 65, ed. P. SerVir.

A Associação Ministerial, em ligação com os departamentos, promove a formação e o apetrechamento dos diáconos. No entanto, o pastor, juntamente com o(s) ancião(s), tem a principal responsabilidade na formação dos diáconos. (Ver Notas, nº 3, p. 193)

Conselho de Diáconos – Onde a igreja tiver muitos diáconos, deve ser organizado um Conselho de diáconos presidido pelo primeiro diácono, servindo como secretário um outro diácono. Este sistema proporciona um meio de distribuição de responsabilidades e de coordenação das respectivas contribuições para o bem-estar da congregação. Proporciona também um campo de treino onde os novos diáconos são instruídos acerca dos seus deveres.

Os Diáconos Devem Ser Ordenados – Os diáconos nomeados pela primeira vez não podem preencher o cargo antes de serem ordenados por um pastor ordenado normalmente credenciado pela Associação.

O rito sagrado da ordenação deve ser caracterizado pela simplicidade e realizado na presença da igreja. O pastor pode apresentar uma breve síntese do cargo bíblico de diácono, as qualidades requeridas para o serviço e os deveres principais que o diácono está autorizado a realizar. Depois de uma breve exortação à fidelidade no serviço, o pastor, assistido por um ancião quando tal for apropriado, faz a ordenação dos diáconos mediante a oração e a imposição de mãos. (Ver p. 39.)

Os diáconos, enquanto se mantiverem como membros da igreja, uma vez ordenados, não têm de ser ordenados de novo caso se transfiram como membros para outras igrejas. Depois de expirado o prazo para que foram nomeados, devem ser nomeados de novo, caso devam continuar a servir como diáconos.

Os anciãos que, posteriormente, são nomeados como diáconos não precisam de ser ordenados como diáconos, uma vez que a ordenação como ancião inclui aquela função.

Diáconos Não Estão Autorizados a Presidir – Os diáconos não estão autorizados a presidir à Santa Ceia, ao batismo ou a reuniões administrativas, não podendo também realizar a cerimônia matrimonial nem officiar na recepção ou transferência de membros.

Se a igreja não tiver ninguém autorizado para realizar esses deveres, deve contactar a Associação com um pedido de assistência.

Deveres dos Diáconos – O trabalho dos diáconos envolve uma vasta gama de serviços em favor da igreja, incluindo:

1. *Ajuda nos Serviços Religiosos e Reuniões* – Os diáconos são habitualmente responsáveis por dar as boas-vindas a membros e visitantes quando estes chegam à igreja, e por os ajudar, quando necessário, a encontrarem lugar. Colaboram também com o pastor e os anciãos com vista a um desenrolar tranquilo de todas as reuniões.

2. *Visitação a Membros* – Em muitas igrejas, a visitação é organizada mediante a distribuição dos membros por zonas e pela atribuição de um diácono a cada zona, com a expectativa de que esse diácono visite cada lar pelo menos uma vez por trimestre.

3. *Preparação dos Serviços Batismais* – Os diáconos fazem os preparativos necessários para os serviços batismais. (Ver p. 52.)

4. *Ajuda no Serviço de Comunhão* – Na celebração do lava-pés, os diáconos ou diaconisas preparam tudo o que é necessário para o serviço, como sejam as toalhas, bacias, água e baldes. Depois do serviço, encarregam-se de ver que os utensílios e as toalhas sejam lavados e devidamente guardados.

O pão e o vinho *abençoados* que sobram não devem ser consumidos, mas, após a Santa Ceia, devem ser destruídos, de forma respeitosa, pelos diáconos e diaconisas.

5. *Cuidado dos Doentes e Ajuda aos Pobres e Desafortunados* – Os diáconos e diaconisas têm o encargo de ajudar os doentes, os pobres e os desafortunados, devendo manter a igreja informada das suas necessidades e procurar obter o apoio dos membros. Deve ser destinado dinheiro do fundo de pobres e necessitados para este trabalho. O tesoureiro, após recomendação do Conselho, entregará aos diáconos e diaconisas o que for necessário para uso em casos de necessidade.

6. *Cuidado e Manutenção da Propriedade* – Nas igrejas onde a responsabilidade do cuidado e manutenção da propriedade da igreja não está confiada a uma Comissão de construção, os diáconos e diaconisas têm esta responsabilidade. (Ver Notas, n.º 3, p. 193.)

Diaconisas

As diaconisas faziam parte do pessoal oficial das igrejas cristãs primitivas.

“Recomendo-vos, pois, Febe, nossa irmã, a qual serve [é diaconisa] na igreja que está em Cencreia, para que a recebais no Senhor, como convém aos santos, e a ajudeis em qualquer coisa que de vós necessitar; porque tem hospedado a muitos, como também a mim mesmo” (Rom. 16:1 e 2).

As diaconisas devem ser escolhidas pela sua consagração e outras qualificações que as tornem aptas para os deveres deste cargo.

A Associação Ministerial, em ligação com os departamentos, promove a formação e o apetrechamento das diaconisas. No entanto, o pastor, juntamente com o(s) ancião(s), tem a principal responsabilidade na formação das diaconisas. (Ver Notas, n.º 3, p. 193)

Conselho de Diaconisas – Se uma igreja nomear várias diaconisas, deve organizar um Conselho de diaconisas presidido pela primeira diaconisa, servindo como secretária uma outra diaconisa. Este Conselho

está autorizado a distribuir deveres a diaconisas individualmente e trabalha em estreita cooperação com o Conselho de diáconos, sobretudo nas boas-vindas a membros e visitas e na visitação nos lares. (Ver pp. 85 e 86.) Proporciona também um campo de treino onde as novas diaconisas são instruídas acerca dos seus deveres.

Cerimónia de Ordenação de Diaconisas – Esta cerimónia, tal como a de ordenação de diáconos, deve ser realizada por um pastor ordenado portador de credencial válida passada pela Associação. A cerimónia de ordenação deve caracterizar-se pela simplicidade e ser realizada na presença da igreja.

Enquanto se mantiverem como membros de igreja, as diaconisas não têm de ser ordenadas de novo, caso se transferiram como membros para outras igrejas. Depois de expirado o prazo para que foram nomeadas, devem ser renomeadas caso devam continuar a servir como diaconisas.

As anciãs posteriormente nomeadas como diaconisas não devem ser ordenadas como diaconisas, porque a ordenação como anciãs cobre essa função.

Diaconisas Não Estão Autorizadas a Presidir – As diaconisas não estão autorizadas a presidir a nenhum dos serviços religiosos da igreja ou a reuniões administrativas, não podendo também realizar a cerimónia matrimonial nem officiar na receção ou transferência de membros.

Se a igreja não tiver ninguém autorizado para realizar esses deveres, deve contactar a Associação com um pedido de assistência.

Deveres das Diaconisas – As diaconisas servem a igreja numa grande variedade de atividades, incluindo:

1. ***Saudar e Visitar Visitas e Membros*** – Em muitas igrejas, as diaconisas colaboram nas reuniões dando as boas-vindas a visitas e membros e na visitação a membros nos lares, quando estes não têm possibilidade de assistir aos serviços da igreja.

2. ***Ajuda nos Batismos*** – As diaconisas asseguram que as candidatas ao batismo sejam atendidas tanto antes como depois da cerimónia. Também aconselham e ajudam na medida do necessário quanto às roupas adequadas para o batismo. Devem ser providenciadas batas de tecido apropriado. Onde são utilizadas batas, as diaconisas devem ter o cuidado de ver que estas são, depois, lavadas e devidamente arrumadas. (Ver p. 52.)

3. *Preparativos para o Serviço de Comunhão* – As diaconisas e os diáconos tratam de tudo o que é necessário para este serviço, vendo que tudo o que é utilizado é depois devidamente tratado. (Ver p. 139.)

Antes de começar o Serviço de Comunhão, as diaconisas preparam a mesa da comunhão, incluindo a preparação do pão e do vinho, servindo o vinho, pondo os pratos com o pão sem fermento e cobrindo a mesa com a toalha preparada para o efeito.

As diaconisas ajudam na ordenança do lava-pés, prestando auxílio especial às visitas e aos membros recentes.

4. *O Cuidado dos Doentes e dos Pobres* – As diaconisas colaboram com os diáconos no cuidado dos doentes, necessitados e desafortunados. (Ver p. 86.)

5. *Cuidado e Manutenção da Propriedade* – Nas igrejas onde a responsabilidade do cuidado e manutenção da propriedade da igreja não está confiada a uma Comissão de construção, os diáconos e diaconisas têm esta responsabilidade. (Ver Notas, n.º 4, p. 193)

Secretário

Muito do funcionamento eficiente da igreja depende do trabalho do secretário. Considerando as funções importantes e especializadas deste cargo, é sensato escolher alguém que possa ser renomeado de modo a dar continuidade à conservação dos registos e ao envio dos relatórios. As igrejas grandes podem, se necessário, nomear vice-secretários. Quando o secretário não possa estar presente, como secretário, numa reunião administrativa, deve fazer arranjos para que um dos vices esteja presente e faça a ata. (Ver Notas, n.º 5, p. 194.)

Não Acrescenta nem Exclui Nomes Sem um Voto – O secretário não tem autoridade para acrescentar ou excluir nomes do registo de membros sem ter um voto da igreja, a qual tem sempre de votar acrescentar ou excluir um nome, exceto no caso de morte do membro. Quando um membro morre, o secretário anota no registo de membros a data do falecimento. (Ver p. 59.)

Quando um membro envia ao Conselho de igreja, por escrito, um pedido para ser desligado da igreja, o secretário regista a decisão do Conselho. (Ver p. 72.)

Transferência de Membros – O secretário trata da correspondência entre membros e igrejas relativamente à transferência de membros. (Ver pp. 55-58.)

Correspondência com Membros – O secretário deve procurar manter-se em contacto com membros ausentes. (Ver Notas, n.º 6, p. 194.)

Envio do Nome dos Delegados às Assembleias Administrativas da Associação – O secretário, com autorização do Conselho de igreja e usando os formulários ou impressos fornecidos pela Associação, envia de imediato para a Associação a lista dos delegados nomeados para representar a igreja na Assembleia Administrativa da Associação. (Ver p. 126.)

Os Relatórios Devem Ser Enviados Atempadamente – O secretário deve fornecer atempadamente os relatórios requeridos pela Associação. Alguns são trimestrais, outros anuais. É fundamental que os relatórios sejam enviados ao secretário da Associação nas datas especificadas, uma vez que são importantes para a exatidão dos relatórios preparados por outras organizações da Igreja mundial. O secretário recolhe, junto de outros oficiais ou dirigentes de departamento, a informação para estes relatórios.

Registos da Igreja – O secretário conserva os registos da igreja, os quais devem ser cuidadosamente preservados. Todos os registos e livros de contabilidade de todos os oficiais são propriedade da igreja e devem ser entregues, no final do mandato do secretário anterior, ao secretário recém-nomeado, ou ser entregues à igreja, a pedido do pastor ou dos anciãos, em qualquer momento durante o mandato.

Tesoureiro

Considerando as importantes funções do tesoureiro, é sensato escolher alguém que possa ser renomeado, de modo a dar continuidade à conservação dos registos e ao envio de relatórios. As igrejas grandes podem nomear vice-tesoueiros, se for necessário.

O tesoureiro pode estimular grandemente a fidelidade na entrega do dízimo, bem como aprofundar o espírito de liberalidade por parte dos membros. Uma palavra de aconselhamento dada no espírito do Mestre ajudará os membros a entregar fielmente a Deus o dízimo que já Lhe pertence e as ofertas, mesmo em tempos de crise financeira.

O Tesoureiro É Depositário de Todos os Fundos – O tesoureiro é o depositário de todos os fundos da igreja. Nestes estão incluídos: 1. Fundos da Associação, 2. Fundos da igreja local, 3. Fundos pertencentes a organizações auxiliares da igreja local.

Todos os fundos (da Associação, da igreja local e das organizações auxiliares da igreja local) são depositados em nome da igreja pelo tesoureiro numa conta bancária ou numa conta numa instituição financeira, a menos que a Associação local autorize um outro sistema.

Todos os excedentes dos fundos da igreja podem ser depositados em contas poupança, após autorização do Conselho de igreja. Quando haja grandes saldos para projetos de construção ou especiais, o Conselho de igreja poderá autorizar contas bancárias separadas. Estas contas, porém, serão operadas pelo tesoureiro e relatadas à igreja juntamente com todos os outros fundos da igreja.

Todas as contas bancárias da igreja são exclusivamente para fundos da igreja e nunca devem estar associadas a qualquer conta pessoal ou a quaisquer fundos pessoais.

Fundos da Associação – Os fundos da Associação, que incluem o dízimo, todos os fundos missionários regulares, bem como todos os fundos para projetos e instituições especiais da Associação, são fundos em custódia. No final de cada mês, ou mais frequentemente se pedido pela Associação, o tesoureiro deverá enviar para o tesoureiro da Associação todo o montante de fundos da Associação recebidos durante esse período de tempo. A igreja local não poderá tomar por empréstimo, utilizar ou reter esses fundos da Associação seja para que propósito for.

Fundos da Escola Sabatina – Todas as ofertas da Escola Sabatina devem ser entregues semanalmente ao tesoureiro pelo secretário-tesoureiro da Escola Sabatina, devendo o tesoureiro da igreja manter um registo cuidadoso de todas essas ofertas. Estes fundos missionários são remetidos para o escritório da Associação, tal como delineado no parágrafo anterior. Os fundos para despesas da Escola Sabatina são retidos em custódia, e estão à ordem do Conselho da Escola Sabatina (ver pp. 109) para fazer face às despesas de rotina da Escola Sabatina.

Fundos da Igreja Local – Nos fundos da igreja local estão incluídos o das despesas da igreja, os fundos de construção e reparação, bem como os fundos de pobres e necessitados. Estes fundos pertencem à igreja local e são desembolsados pelo tesoureiro unicamente depois de autorização do Conselho de igreja ou de uma reunião administrativa. Contudo, o tesoureiro deverá pagar do fundo de despesas todas as contas de despesas locais que tenham sido autorizadas pelo Conselho de igreja.

Fundos de Organizações Auxiliares – Os fundos de organizações auxiliares incluem fundos como o dos programas missionários da igreja, vida familiar, Ministérios da Juventude Adventista, Serviços Comunitários Adventistas/Sociedade de Dorcas, despesas da Escola Sabatina e a parte dos fundos dos Ministérios da Saúde pertencentes à igreja, podendo incluir fundos da escola da igreja. Todo o dinheiro recebido por e para estas organizações deve ser entregue prontamente ao tesoureiro da igreja pelo secretário da respetiva organização, pelos diáconos ou por quem tenha recebido esses fundos. Estes fundos pertencem às organizações auxiliares da igreja. Só podem ser gastos por ordem da organização auxiliar a que pertencem.

O tesoureiro deverá passar recibos de todos os fundos recebidos. Ao receber qualquer quantia do tesoureiro de igreja, o secretário da organização auxiliar entregará um recibo apropriado ao tesoureiro.

Salvaguarda do Propósito dos Fundos – Quando é recolhida uma oferta para as missões mundiais ou para qualquer empreendimento geral ou local, todo o dinheiro colocado no saco das ofertas (a menos que seja indicado de outro modo pelo doador) deverá ser considerado parte dessa oferta específica. Todas as ofertas e dádivas entregues por quaisquer pessoas para um fundo específico ou para um determinado objetivo devem ser aplicadas nesse propósito. Nem o tesoureiro nem o Conselho de igreja têm autoridade para desviar quaisquer fundos do objetivo para que foram dados.

Os fundos de organizações auxiliares, muitas vezes dádivas feitas com vista a propósitos específicos, são recolhidos com destino à parte especial da obra da igreja para a qual essa organização auxiliar foi criada. Esses fundos são conservados em custódia pelo tesoureiro da igreja, e também não

podem ser emprestados ou de qualquer modo desviados, pelo tesoureiro ou pelo Conselho, do objetivo para o qual foram recolhidos.

Quando uma organização auxiliar deixa de existir, a igreja, numa reunião administrativa regular, pode fazer um voto indicando o destino a dar a qualquer saldo dos fundos na conta dessa organização.

Dinheiro para Encomendas Pessoais de Literatura – O dinheiro para encomendas pessoais de literatura, livros, folhetos, revistas e assinaturas de publicações periódicas é confiado ao tesoureiro da igreja em zonas onde não exista nenhuma livraria adventista. (Ver Notas, n.º 7, p. 194.)

Método Adequado de Entrega de Dinheiro pelos Membros – O tesoureiro deve insistir no sentido de todo o dinheiro entregue pelos membros, além da recolha regular de ofertas na igreja, ser colocado em envelopes de dízimo e ofertas, a menos que um método alternativo, aprovado pela Associação, como os pagamentos eletrónicos, tenha sido implementado. Os membros devem mencionar no envelope os vários itens e quantias conforme pretendido e assegurar-se de que o dinheiro incluído equivale ao total. Devem também assinar, indicar o respetivo endereço pessoal e colocar os envelopes na bandeja das ofertas ou entregá-los ao tesoureiro, o qual deve conservar os envelopes para servirem de comprovativos até que todas as contas tenham sido auditadas pelo verificador da Associação.

Os membros que entregam o dízimo e as ofertas por meio de cheque ou vale postal, onde for legalmente possível, devem emitir esses cheques ou vales em nome da igreja, em vez de em nome de qualquer indivíduo.

Entrega de Recibos aos Membros – Devem ser emitidos com prontidão recibos correspondentes a todo o dinheiro recebido dos membros, por muito pequena que seja a quantia, e o tesoureiro deve manter uma contabilidade rigorosa de todos os recibos e dos pagamentos feitos. Todas as ofertas gerais não metidas em envelopes devem ser contadas pelo tesoureiro na presença de outro oficial da igreja, de preferência um diácono ou diaconisa, devendo um recibo ser entregue a esse oficial da igreja.

Método Adequado de Envio de Fundos para a Associação – Ao fazer-se o envio de valores para o tesoureiro da Associação, todos os cheques,

transferências bancárias ou vales postais devem ser pagáveis à organização, onde isso seja legalmente possível, e não ser passados em nome de qualquer indivíduo. O envio deve ser acompanhado de uma cópia dos registos do tesoureiro correspondentes ao período em causa. Os impressos para o envio são fornecidos pela Associação. (Ver pp. 150, 151.)

Preservação de Documentos Financeiros – Documentos financeiros, faturas ou recibos, devem ser obtidos para todos os fundos recebidos e despendidos, de acordo com o sistema autorizado pela Associação local.

Os Livros Devem Ser Verificados – O tesoureiro da Associação, ou outra pessoa nomeada pelo Conselho da Associação, faz a verificação dos registos financeiros da igreja, normalmente uma vez por ano.

Os livros da tesouraria e outros registos financeiros relacionados com o trabalho do tesoureiro da igreja, o tesoureiro da escola da igreja e o tesoureiro de qualquer outra organização podem ser pedidos e inspecionados a qualquer momento pelo verificador da Associação ou pelo pastor, pelo dirigente distrital, pelo primeiro ancião, ou por quaisquer outros autorizados pelo Conselho da igreja, mas não devem estar acessíveis a pessoas não autorizadas. (Ver p. 156.)

Relatórios de todos os fundos recebidos e despendidos devem ser apresentados nas reuniões administrativas regulares da igreja. Uma cópia desses relatórios deve ser entregue aos oficiais dirigentes da igreja.

Quando é referido o número de pessoas que entregam o dízimo à igreja, o cônjuge e filhos menores que não têm trabalho remunerado, mas que são membros de igreja, devem ser contados nesse grupo, além daquele que, na família, obtém rendimentos do trabalho.

Relacionamento com os Membros é Confidencial – O tesoureiro deve lembrar-se sempre de que o relacionamento com membros individualmente é rigorosamente confidencial. O tesoureiro nunca deve fazer comentários sobre o dízimo entregue por qualquer membro nem sobre os seus rendimentos, ou sobre qualquer outra coisa com isso relacionada, a não ser com aqueles que partilham a responsabilidade da obra. O desrespeito por esta regra pode provocar graves problemas.

O Coordenador de Interessados

Deve ser eleito um coordenador de interessados a fim de assegurar que os interessados que surjam através do trabalho missionário da igreja sejam atendidos com prontidão. A pessoa nomeada é membro do Conselho da igreja e do Conselho dos Ministérios Pessoais e trabalha diretamente com o pastor e com o presidente desse Conselho.

Entre os deveres deste cargo incluem-se:

1. Manter uma lista organizada de todos os interessados recebidos pela igreja.

2. Auxiliar o pastor e o presidente do Conselho dos Ministérios Pessoais na escolha e recrutamento de membros qualificados para o trabalho de acompanhamento desses interessados.

3. Apresentar ao Conselho da igreja um relatório mensal do número de interessados recebidos e acompanhados. Quando já está suficientemente desenvolvido o trabalho com um interessado, esse interessado deve ser partilhado com o pastor.

Departamentos e Outras Organizações

A estrutura da igreja, sob a orientação do Espírito Santo, é vital para o desenvolvimento dos membros e para o cumprimento da missão da Igreja. Ela é o esqueleto do corpo eclesial. E “todo o corpo, bem ajustado, e ligado pelo auxílio de todas as juntas, segundo a justa operação, de cada parte, faz o aumento do corpo, para sua edificação em amor” (Efé. 4:16).

Os elementos mais importantes da estrutura e da organização são os oficiais (ver pp. 78-94) e os departamentos e outras organizações. Esta seção descreve os seus objetivos, liderança e funções.

O trabalho dos departamentos e organizações auxiliares está intimamente ligado ao trabalho do pastor, porque todos estão igualmente envolvidos na atividade missionária do evangelho. O pastor serve como conselheiro destas organizações, e estas, por sua vez, ajudam nos programas missionários da igreja em geral. Em caso de emergência, ou quando as circunstâncias o exigirem, o pastor pode convocar uma reunião de qualquer comissão ou organização.

Todas as igrejas devem recorrer aos serviços dos departamentos e organizações a fim de cuidar dos seus membros e de realizar a missão dada por Cristo (ver Mat. 28:19; Apoc. 10:11; 14:6).

Ministérios da Criança

Os Ministérios da Criança desenvolvem a fé das crianças desde que nascem até à idade de 14 anos, levando-as a unirem-se à Igreja. Procuram prover múltiplos ministérios que conduzam as crianças a Jesus e façam delas discípulas na sua comunhão diária com Ele. Cooperam com a Escola Sabatina e com outros departamentos para proporcionar educação religiosa às crianças e cumprem a sua missão mediante o desenvolvimento de uma variedade de ministérios voltados para as crianças e com ênfase na graça, abrangentes, orientados para o serviço, formadores de líderes, seguros e evangelísticos.

“Nunca será de mais acentuar a importância da educação ministrada à criança nos seus primeiros anos. As lições que a criança aprende durante os primeiros anos de vida têm mais a ver com a formação do seu caráter do que tudo o que ela aprenda em anos posteriores.” – *Orientação da Criança*, p. 193.

“É ainda verdade que as crianças são as pessoas mais suscetíveis de receber os ensinamentos do Evangelho; o seu coração acha-se aberto às influências divinas, e forte para reter as lições recebidas. Os pequeninos podem ser cristãos, tendo uma experiência de acordo com a sua idade. Precisam de ser educados nas coisas espirituais e os pais devem proporcionar-lhes todas as vantagens, para que formem caracteres à semelhança do de Cristo.” – *O Desejado de Todas as Nações*, pp. 436 e 437, ed. P. SerVir.

“As crianças de oito, dez ou doze anos, já têm idade suficiente para se lhes falar do tema da religião individual.... Caso sejam devidamente instruídas, as crianças muito jovens podem ter ideias corretas quanto ao seu estado de pecadoras e ao caminho da salvação por meio de Cristo.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 1, p. 400 (traduzido do original inglês).

“Quando Jesus disse aos discípulos para não impedirem as crianças de virem a Ele, falava a todos os Seus seguidores em todos os tempos – aos oficiais da igreja, aos ministros, auxiliares e a todos os cristãos. Jesus está a atrair as crianças, e ordena-nos: Deixai os meninos, e não os estorveis de vir a Mim (Lucas 18:16); como se quisesse dizer: Eles virão, se não os impedirdes.” – *O Desejado de Todas as Nações*, p. 438, ed. P. SerVir.

Coordenador e Conselho dos Ministérios da Criança – A igreja nomeia um coordenador dos Ministérios da Criança para desenvolver

ministérios que alimentem a fé das crianças. Esse coordenador deve possuir capacidade de liderança, bem como experiência e paixão pelo trabalho com crianças.

O coordenador dos Ministérios da Criança trabalha com o pastor e com o Conselho da igreja a fim de criar um Conselho dos Ministérios da Criança que providencie ministérios para as crianças. Esse Conselho deve ser composto de pessoas com interesse e experiência no trabalho com crianças. Em geral, os membros do Conselho incluem os diretores das divisões da Escola Sabatina, o diretor da Escola Cristã de Férias, os diretores dos Juvenis Adventistas e dois ou três outros que sintam uma paixão pelo ministério em favor das crianças.

Se a igreja tiver um departamento dos Ministérios da Criança, a Escola Cristã de Férias, as escolas sabatinas filiais das crianças, os Clubes da Bíblia da Vizinhança e a “Hora das Histórias”, ficarão sob a direção dos Ministérios da Criança. (Ver p. 95, 106 e 107.)

Todos os que se envolvem em trabalho com crianças devem preencher os padrões e os requisitos legais e da Igreja, como sejam, a verificação de antecedentes ou a certificação. Os dirigentes da igreja local devem consultar a Associação, a qual averiguará e aconselhará o que há de disponível e/ou de exigido quanto a verificação de antecedentes e certificação. (Ver Notas, n.º 8, pp. 195 e 196.)

Recursos – Sobre recursos para os Ministérios da Criança, ver Notas, n.º 9, p. 196.

Comunicação

O ministério da Comunicação requer o apoio de todos os leigos, funcionários e instituições da Igreja. O Departamento de Comunicação promove o uso de um programa idóneo de relações públicas e de todas as técnicas de comunicação atuais, de tecnologias sustentáveis e de meios de comunicação na promulgação do evangelho. A igreja deve nomear um secretário de Comunicação e, onde necessário, um Conselho de Comunicação.

“Precisamos de empregar todos os meios razoáveis de levar a luz ao povo. Que a imprensa seja usada, e que se utilizem todos os meios de publicidade para chamar a atenção para o trabalho.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 6, p. 36 (traduzido do original inglês).

“Serão preparados meios para alcançar os corações. Alguns métodos usados nesta obra serão diferentes dos que foram usados na mesma no passado.” – *Evangelismo*, p. 105 (traduzido do original inglês).

Secretário de Comunicação – O secretário de Comunicação deve ter capacidade para se encontrar com pessoas e representar corretamente a Igreja, ter bom discernimento, boa organização, aptidões de escrita eficientes e disposição para cumprir obrigações.

O secretário recolhe e divulga notícias junto dos meios de comunicação locais, coopera com o diretor de Comunicação da Associação e apresenta com regularidade relatórios nas reuniões administrativas. O Departamento de Comunicação da Associação proporciona a instrução adequada e auxilia os secretários de Comunicação.

O pastor, que é o primeiro responsável pelo programa de comunicação da igreja, trabalhará em estreita colaboração com o secretário ou com o Conselho de Comunicação, na qualidade de conselheiro.

Qualquer departamento ou organização poderá nomear uma pessoa para fornecer ao secretário ou ao Conselho de Comunicação informação sobre acontecimentos dignos de serem noticiados.

Conselho de Comunicação – Numa igreja grande, o Conselho de Comunicação poderá tratar mais adequadamente das muitas facetas das relações públicas e do programa de comunicação. A igreja nomeia o Conselho, e o secretário de Comunicação atua como presidente. Podem ser atribuídas aos membros do Conselho responsabilidades específicas na comunicação, como seja o contacto com a imprensa, com os produtores de meios de comunicação e com pessoal das novas tecnologias, e com os meios de comunicação internos da igreja. Se houver nas proximidades alguma instituição da Igreja, um membro da sua equipa de relações públicas ou de comunicação deve ser convidado a ter assento no Conselho.

Comissão Central de Comunicação – Se várias igrejas da mesma zona organizarem uma Comissão Central de Comunicação, o secretário de comunicação de cada uma das igrejas deverá ser membro dessa Comissão e trabalhará em harmonia com qualquer plano geral que melhor coordene, nas igrejas cooperantes, o tratamento de notícias e de outras atividades dos meios de comunicação. A constituição desta

Comissão partirá da iniciativa do diretor de Comunicação da Associação. As reuniões da Comissão Central serão convocadas e presididas por um presidente escolhido pelo grupo.

Educação

As entidades da Igreja têm em atividade escolas, que vão desde o nível do jardim-de-infância até ao da universidade, com o propósito de transmitir aos alunos os ideais, crenças, atitudes, valores, hábitos e costumes da Igreja. O verdadeiro conhecimento de Deus, a comunhão e o companheirismo com Ele no estudo e no serviço, e a semelhança com Ele no desenvolvimento do caráter são a fonte, os meios e o objetivo da educação adventista.

Secretário de Educação – A igreja nomeia um secretário de educação para promover e criar apoios para a educação cristã. O secretário é membro do Conselho Diretor da Associação Lar e Escola e atua em cooperação com esta associação.

Associação Lar e Escola – Uma igreja que tenha uma escola deverá criar uma Associação Lar e Escola, cujo propósito é proporcionar educação aos pais e unir o lar, a escola e a igreja em esforços para promoverem a educação das crianças. Os pais dos alunos, os apoiantes da escola e os membros da igreja devem ser encorajados a ser membros ativos da associação.

Os oficiais da Associação Lar e Escola serão um diretor, um vice-diretor, um tesoureiro, um bibliotecário e o secretário de educação. (Ver p. 199 e 200.) A fim de manter a continuidade, alguns dos oficiais deviam ser nomeados para segundos mandatos. Todos devem ser membros da igreja.

O diretor da associação deve ser um membro com sucesso na instrução de crianças, que tenha espírito aberto a novas ideias e que acredite na importância da educação cristã.

O secretário-tesoureiro conserva os registos da associação e apresenta, no início e no final de cada ano escolar, relatórios ao diretor do Departamento de Educação da Associação. Os fundos desta associação são canalizados através do tesoureiro da igreja/escola, devem ser mantidos numa conta separada e verificados segundo a regulamentação denominacional.

O diretor da escola é membro *ex officio* do Conselho da Associação Lar e Escola.

Conselho da Escola de Igreja – O órgão administrativo de todas as escolas do primeiro ciclo e de parte das do segundo ciclo mantidas por uma só igreja deve ser um Conselho de Escola de igreja nomeado pela igreja ou uma Comissão escolar nomeada pelo Conselho da igreja. Assim, este corpo pode ser um conselho escolar distinto, ou o Conselho da igreja, ou uma Comissão escolar do Conselho da igreja nomeada para este efeito. Os Procedimentos Operacionais da Divisão explicam as funções dos conselhos escolares.

Os membros do Conselho escolar devem ser escolhidos pela sua consagração, a sua crença e a sua lealdade aos princípios da educação cristã, pelo seu bom senso e tato, pela sua experiência em questões escolares e pelo seu discernimento e aptidão financeiros. Devem acreditar e estar prontos a seguir os regulamentos educacionais e as recomendações da denominação.

Se duas ou mais igrejas se unirem para manter uma escola coletiva, o órgão administrativo será formado por membros dessas várias igrejas.

Um ou mais membros do Conselho escolar devem ser escolhidos entre os membros do Conselho da igreja, de modo a que o Conselho escolar possa manter uma relação próxima com o Conselho da igreja.

O pastor deve ser membro do Conselho escolar. Se a escola for mantida por mais do que uma igreja, normalmente os pastores das igrejas participantes são membros desse Conselho.

Nas escolas do primeiro e segundo ciclos, o diretor ou o professor principal deve ser membro do Conselho escolar.

Alguns dos membros do Conselho podem ser pais de crianças que frequentam a escola, para que o Conselho escolar tire proveito dos pontos de vista e dos pareceres dos pais, resultantes da experiência e observação diretas.

Os oficiais do Conselho escolar serão um presidente e um secretário. Se a escola for mantida por uma só igreja, esta igreja nomeia o presidente.

No caso de um Conselho escolar de uma escola mantida por mais de uma igreja, devem ser incluídos outros oficiais, como um tesoureiro, um vice-presidente e um vice-secretário. Na primeira reunião depois da nomeação, o Conselho escolar coletivo escolhe o seu presidente dentre os seus membros. Quando não for possível um acordo entre as igrejas, a nomeação será feita pelo Conselho de Educação da Associação ou pelo Conselho da Associação. O diretor da escola é normalmente nomeado como secretário desse Conselho.

Qualquer decisão do Conselho escolar de uma escola mantida por mais de uma igreja, envolvendo as igrejas patrocinadoras em obrigações financeiras, deverá ser submetida aos respectivos Conselhos de igreja para aprovação.

Se for nomeado um Conselho escolar separado, pode ser seguido um de dois planos para determinar o momento da nomeação e a duração do cargo: 1. Todos os membros podem ser nomeados no final do ano civil ou do ano fiscal e atuar durante um ano; 2. Os membros do primeiro Conselho escolar podem ser escolhidos para mandatos de um, dois e três anos, respetivamente, com os membros substituintes a serem, escolhidos em cada ano subsequente para mandatos de três anos. O propósito deste plano é ter no Conselho escolar um núcleo de membros experimentados, a fim de garantir a continuidade das políticas implementadas. Sempre que surja uma vaga a meio do mandato, o novo membro serve durante o restante do mandato original.

O Conselho escolar ou a Comissão escolar devem reunir-se em data e lugar fixados, pelo menos uma vez por mês durante o ano escolar.

O presidente do Conselho escolar convoca as reuniões, preside e certifica-se de que as decisões do Conselho são cumpridas, assinando todas as ordens financeiras emitidas pelo secretário. O presidente é membro *ex officio* da Comissão de inspeção da escola primária e da secundária, a qual vistoria e avalia a escola e o seu trabalho.

O secretário mantém um registo permanente das reuniões, emite ordens para o pagamento de contas e obrigações e encarrega-se da correspondência do Conselho.

Quando uma única igreja mantém uma escola, o trabalho do tesoureiro é habitualmente exercido pelo tesoureiro da igreja ou por um vice-tesoureiro da igreja, o qual recebe as mensalidades e outras quantias, faz pagamentos por ordem do secretário (assinada pelo presidente), mantém uma contabilidade cuidadosa de todas as transferências e, na reunião mensal, apresenta ao Conselho um relatório pormenorizado. Num Conselho de escola mantida por mais de uma igreja, o tesoureiro é nomeado pelo Conselho conjunto.

Ministérios da Família

O objetivo dos Ministérios da Família é fortalecer o matrimónio e a família. A família foi estabelecida por criação divina, tendo o casamento como centro.

Como primeiro contexto em que são aprendidos valores e desenvolvida a capacidade de relacionamentos íntimos com Deus e com os outros, o seu bem-estar é vital para a missão que a Igreja tem de fazer discípulos.

Os Ministérios da Família defendem o ensino bíblico sobre a família e enaltecem os ideais de Deus para a vida familiar. Ao mesmo tempo, ajudam a compreender o quebrantamento sofrido por indivíduos e famílias num mundo caído. Este departamento contribui para a compreensão, a unidade e o amor no lar e na família de Deus. Promove a aproximação entre gerações prometida na mensagem de Elias em Malaquias 4:5 e 6 e traz esperança e apoio àqueles que foram magoados por maus tratos, por disfunção familiar e por relacionamentos quebrados. Oportunidades de desenvolvimento relacional são proporcionadas mediante educação e enriquecimento da vida familiar. Orienta indivíduos, casais e famílias a recorrerem a aconselhamento profissional quando este for necessário.

A nível da igreja local, o ministério em favor das famílias foca-se na orientação pré-matrimonial dos casais, em programas de fortalecimento do casamento e na educação de pais. O ministério em favor das famílias também presta atenção às necessidades especiais de pais solteiros e de famílias de adoção, ou de segundas núpcias, e provê instrução para o evangelismo de família para família.

“A nossa obra para Cristo deve começar com a família, no lar.... Não existe campo missionário mais importante do que esse... Muitos têm vergonhosamente descuidado este campo do lar, e é tempo de que sejam apresentados recursos e remédios divinos para corrigir esse mal.” – *O Lar Adventista*, p. 35.

“Deus pretende que as famílias da Terra sejam um símbolo da família do Céu. Os lares cristãos, estabelecidos e dirigidos conforme o plano de Deus, contam-se entre os Seus meios mais eficazes para a formação do carácter cristão e para o avanço da Sua obra.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 6, p. 430 (traduzido do original inglês).

“A missão do lar estende-se para além do círculo dos seus membros.... Muito mais poderosa do que qualquer sermão que se possa pregar é a influência de um verdadeiro lar no coração e na vida dos seres humanos.” – *A Ciência do Bom Viver*, p. 265, ed. P. Servir.

Diretor(es) dos Ministérios da Família – Uma pessoa ou um casal (ver pp. 171-173, para a definição de casamento dada pela Igreja)

pode(m) ser nomeado(s) para servir como diretor(es) dos Ministérios da Família. Deve(m) dar exemplo de relacionamentos familiares firmes e em desenvolvimento e manifestar um interesse sincero na promoção do bem-estar de todas as famílias. A fim de ser(em) eficiente(s), o(s) diretor(es) deve(m) possuir compreensão do plano redentor de Deus para lidar com a rotura que o pecado trouxe aos relacionamentos. O(s) diretor(es) deve(m) também manter confidencialidade apropriada e saber quando e como encorajar pessoas em situações críticas a procurarem aconselhamento profissional.

Conselho dos Ministérios da Família – O Conselho de igreja poderá criar um Conselho dos Ministérios da Família, a ser presidido pelo(s) diretor(es) dos Ministérios da Família.

Recursos – Sobre recursos para os Ministérios da Família, ver Nota, n.º 10, p. 196.

Ministérios da Saúde

A Igreja acredita que a sua responsabilidade de tornar Cristo conhecido no mundo inclui a obrigação moral de preservar a dignidade humana mediante a promoção dos melhores níveis de saúde física, mental e espiritual.

Além de atender às necessidades dos que estão doentes, esta responsabilidade abrange a prevenção da doença mediante educação eficiente para a saúde e liderança na promoção da melhor saúde, livre de tabaco, álcool e outras drogas, bem como de alimentos imundos. Sempre que seja possível, os membros devem ser animados a seguir principalmente uma alimentação vegetariana.

Diretor dos Ministérios da Saúde – Para planejar e implementar um programa eficaz, a igreja nomeia um diretor dos Ministérios da Saúde e, se necessário, um diretor associado. O diretor deve ser uma pessoa orientada para a saúde e interessada na promoção dos padrões da Igreja para um viver saudável, entre os membros e na comunidade, através de programas realizados pelos Ministérios da Saúde da igreja. O diretor deve ser capaz de selecionar programas e informação representativos dos ideais e da filosofia da Igreja, integrando-os num testemunho físico e espiritual eficaz.

Conselho dos Ministérios da Saúde – A igreja pode nomear, onde for útil, um Conselho dos Ministérios da Saúde para prover liderança, tanto a membros como à comunidade, na área do viver saudável e para colaborar em atividades ganhadoras de almas através de um programa viável de saúde e temperança e de ênfase espiritual. Este Conselho, em colaboração com o Conselho dos Ministérios Pessoais, deverá orientar na preparação de um calendário de atividades dos Ministérios da Saúde, que inclua programas como planos para deixar de fumar, aulas de culinária, cursos de saúde, programas de controlo do stress e outros eventos relacionados. Caso não atue como presidente deste Conselho, o pastor deve ser membro *ex officio*.

Associação de Saúde ou de Temperança – Nalgumas zonas, poderá ser criada uma Associação dos Ministérios da Saúde ou de Temperança como entidade separada e distinta das organizações da Igreja. O diretor dos Ministérios da Saúde da Associação deverá estar envolvido na criação dessa entidade.

Oferta Mundial no Sábado dos Ministérios da Saúde – A oferta mundial no Sábado dos Ministérios da Saúde deve ser enviada na sua totalidade para a Associação, a fim de ser distribuída de acordo com o regulamento. A pedido da igreja dirigido à Associação, até 25 por cento da oferta recebida na igreja poderão reverter a favor desta para programas dos Ministérios da Saúde.

Recursos – Sobre recursos para os Ministérios da Saúde, ver Notas, n.º 11, pp. 196.

Música

A Escolha de Coordenadores de Música – A igreja deve exercer o máximo cuidado na seleção de diretores da música, escolhendo unicamente aqueles que são totalmente consagrados e que providenciam música apropriada para todos os serviços de culto e para outras reuniões. Música secular ou de natureza questionável não deve nunca ser introduzida nos nossos serviços religiosos.

Os diretores da música devem colaborar estreitamente com o pastor ou com os anciãos para que as escolhas musicais se harmonizem com o

tema do sermão. O diretor da música está sob a direção do pastor ou dos anciãos e não atua de maneira independente. O diretor da música deve aconselhar-se com eles quanto à música a ser apresentada e à seleção de cantores e músicos.

A Escolha de Músicos – A música sacra é uma parte importante do culto público. A igreja deve exercer o máximo cuidado na seleção de membros do coro e de outros músicos que representem de forma correta os princípios da Igreja. Os músicos devem ser membros da igreja, da Escola Sabatina ou dos Ministérios da Juventude Adventista. Dado que ocupam um lugar notório nos serviços religiosos da igreja, devem ser exemplos de modéstia e decoro na sua apresentação e modo de vestir. O uso de uniforme de coro é opcional.

As igrejas podem ter mais do que um coro. Um coro de crianças é um meio de cuidado espiritual, de união à família da igreja e de trabalho missionário.

Assuntos Públicos e Liberdade Religiosa

O Departamento de Assuntos Públicos e Liberdade Religiosa promove e defende a liberdade religiosa, com particular ênfase na liberdade de consciência. A liberdade religiosa inclui o direito humano de ter ou adotar a religião de escolha pessoal, de mudar de crença religiosa de acordo com a consciência pessoal, de manifestar a religião individualmente ou em comunidade com outros crentes, através do culto, da observância, da prática, do testemunho e do ensino, desde que se respeitem os direitos equivalentes dos outros.

Diretor da Liberdade Religiosa – O diretor da Liberdade Religiosa nomeado coopera tanto com o pastor como com o Departamento de Assuntos Públicos e Liberdade Religiosa da Associação ou da União. O diretor deve ter uma influência espiritual positiva, ser capaz de enfrentar o público em geral, estar interessado em assuntos públicos, ser proficiente como correspondente e sentir preocupação com a preservação da liberdade para o povo de Deus.

Delegações da Liberdade Religiosa – Cada igreja é considerada uma delegação informal de Liberdade Religiosa, e cada membro de igreja é considerado um membro dessa delegação informal. O pastor ou um ancião é o presidente da mesma.

Recursos – Sobre recursos para os Assuntos Públicos e Liberdade Religiosa, ver Nota, n.º 12, p. 196.

Ministérios das Publicações

Os Ministérios das Publicações coordenam e promovem o evangelismo por meio de literatura, sob a supervisão do Conselho dos Ministérios das Publicações e da organização de publicações correspondente para o seu território. Prestam auxílio a outros departamentos na promoção, venda e distribuição de revistas de assinatura e de outra literatura missionária. O Departamento trabalha com o pastor e com outros departamentos no planeamento de modos sistemáticos de envolver os membros em ministérios das publicações.

“Há muitos lugares em que a voz do pastor não pode ser ouvida, lugares que só podem ser alcançados pelas nossas publicações – livros, revistas e folhetos repletos das verdades bíblicas de que o povo necessita.” – *O Colporteur-Evangelista*, p. 4.

A missão dos Ministérios das Publicações é o evangelismo e alimentar espiritualmente os membros de igreja. Ellen G. White animava os membros a “vender ou dar a nossa literatura.” – *O Colporteur-Evangelista*, p. 91.

Venda Através da Colportagem – “Deus convida a obreiros de cada igreja entre nós, para que entrem no Seu serviço como colportores evangelistas.” – *O Colporteur-Evangelista*, p. 20.

Distribuição Gratuita (Partilha) por Membros de Igreja – “Que cada crente espalhe abundantemente panfletos, folhetos e livros contendo a mensagem para este tempo.” – *O Colporteur-Evangelista*, p. 21 (traduzido do original inglês.)

Coordenador dos Ministérios das Publicações – A igreja nomeia um coordenador dos Ministérios das Publicações para liderar em atividades de evangelismo pela literatura.

Conselho dos Ministérios das Publicações – O Conselho de igreja nomeia o Conselho dos Ministérios das Publicações, o qual trabalha sob a direção do Conselho de igreja. O coordenador dos Ministérios das Publicações preside ao Conselho. O pastor, o diretor dos Ministérios

Pessoais e o secretário dos Ministérios Pessoais participam como membros *ex officio*. Os membros deste Conselho devem ter interesse e experiência em colportagem (evangelismo pela literatura).

Recursos – Sobre recursos para os Ministérios das Publicações, ver Notas, n.º 13, p. 197.

Escola Sabatina e Ministérios Pessoais

Escola Sabatina

A Escola Sabatina, o principal programa de educação religiosa da Igreja, tem quatro objetivos: estudo das Escrituras, comunhão, trabalho missionário na comunidade e ênfase na missão mundial. O Departamento da Escola Sabatina e Ministérios Pessoais da Conferência Geral distribui as Lições da Escola Sabatina para todos os níveis etários, providencia modelos para a programação da Escola Sabatina dentro do contexto das várias culturas das divisões mundiais, fornece recursos e sistemas de formação para dinamizadores da Escola Sabatina e promove as ofertas missionárias da Escola Sabatina para a missão mundial.

“A Escola Sabatina é um importante ramo do trabalho missionário, não só porque proporciona a jovens e idosos um conhecimento da Palavra de Deus, mas por despertar neles o amor pelas suas sagradas verdades e o desejo de as estudar por si mesmos; ensina-os, sobretudo, a regular a sua vida pelos seus santos ensinamentos.” – *Conselhos Sobre a Escola Sabatina*, pp. 10 e 11 (traduzido do original inglês).

“A Escola Sabatina, se corretamente dirigida, é um dos grandes instrumentos de Deus para levar almas ao conhecimento da verdade.” – *Conselhos Sobre a Escola Sabatina*, p. 115 (traduzido do original inglês).

Oficiais do Conselho da Escola Sabatina – A igreja nomeia os oficiais da Escola Sabatina e os membros do Conselho da Escola Sabatina. Entre os oficiais incluem-se o diretor e os vice-diretores (se os houver); o secretário e os vice-secretários (se os houver), um diretor de cada divisão, incluindo as divisões dos Adultos e de Extensão, o coordenador dos Ministérios da Criança e/ou o diretor da Escola Cristã de Férias e o secretário do Fundo de Investimento.

Os oficiais, os dinamizadores e todos os membros da Escola Sabatina devem cooperar com os outros departamentos em todo o trabalho missionário, bem como envolver-se no evangelismo da Escola Sabatina por meio das classes regulares da Escola Sabatina e de outras atividades como Dias de Decisão, classe bíblica do pastor, Dias das Visitas, Escolas Cristãs de Férias, Escolas Sabatinas Filiais, incluindo Clubes da Bíblia na Vizinhança e Hora das Histórias.

O Conselho da Escola Sabatina é o órgão administrativo da Escola Sabatina. Compõe-se do diretor (que atua como presidente), os vice-diretores (se os houver), o secretário (que atua como secretário), os vice-secretários (se os houver), os diretores das divisões, o secretário do Fundo de Investimento, o diretor dos Ministérios Pessoais, o coordenador dos Ministérios da Criança e/ou o diretor da Escola Cristã de Férias, um ancião (nomeado pelo Conselho de igreja ou pelo Conselho de anciãos) e o pastor.

Logo que possível, após a nomeação dos oficiais, o diretor convoca uma reunião do Conselho para nomear, consoante as necessidades das várias divisões, outros oficiais que não atuam como membros deste Conselho. Entre estes podem incluir-se vice-diretores de divisão, secretários de divisão, diretores de música, pianistas e/ou organistas e rececionistas.

Além dos oficiais nomeados enumerados acima, o Conselho analisa a necessidade de todas as divisões e grupos e nomeia dinamizadores cujos nomes são apresentados ao Conselho de igreja para aprovação. A fim de conservar tanto a integridade do currículo da lição da Escola Sabatina como a qualidade do ensino, o Conselho da Escola Sabatina deve ter muito cuidado na escolha dos dinamizadores. Sobretudo ao escolher dinamizadores para as divisões das crianças, o Conselho deve consultar os dirigentes das divisões. Todos os dinamizadores devem ser membros da igreja em situação regular.

O Conselho, através do diretor, é responsável pelo bom funcionamento de toda a Escola Sabatina. O Conselho deve reunir-se regularmente, conforme as necessidades. O Conselho deve assegurar-se de que os auxiliares e materiais dos programas, incluindo as Lições da Escola Sabatina preparadas pela Conferência Geral, são fornecidos em quantidades suficientes.

Diretor e Outros Oficiais da Escola Sabatina – O diretor é o principal oficial da Escola Sabatina e deve começar a planejar o seu funcionamento normal e eficaz logo que é nomeado. O diretor deve apoiar os planos e

recomendações do Departamento da Escola Sabatina da Associação e deve implementar as decisões do Conselho da Escola Sabatina no que respeita ao funcionamento da mesma. A igreja pode nomear um ou mais vice-diretores.

O secretário deve preencher o relatório trimestral no impresso próprio imediatamente a seguir ao último Sábado do trimestre e enviá-lo antes da data limite para os diretores da Escola Sabatina e dos Ministérios Pessoais da Associação. Deve também conservar uma cópia no arquivo permanente do secretário, entregar cópias ao diretor e ao pastor e apresentá-lo na Reunião Administrativa.

O secretário do Fundo de Investimento promove em todas as divisões o plano de Investimento para apoio das missões e, à medida que o programa progride, mantém informados todos os membros.

O diretor da Escola Cristã de Férias (ECF) dirige a organização, promoção e lançamento do evangelismo comunitário por meio da ECF. A igreja poderá entregar esta responsabilidade ao coordenador dos Ministérios da Criança.

O Conselho da Escola Sabatina pode nomear um diretor de música para a Escola Sabatina, em consulta com os diretores das divisões. Como expressão de adoração, a música deve glorificar Deus. Os cantores e outros músicos devem ser tão cuidadosamente escolhidos como são os diretores de outras partes do serviço da Escola Sabatina e devem ser avaliados pelos mesmos padrões. (Ver pp. 103 e 104.) O Conselho da Escola Sabatina também pode nomear pianistas e organistas para as divisões.

Diretores das Divisões da Escola Sabatina – O Conselho de igreja nomeia um diretor para cada divisão. O Conselho da Escola Sabatina poderá nomear vice-diretores de divisão de acordo com as necessidades. O livro *Manual da Escola Sabatina*, disponível nas livrarias de igreja ou no Departamento da Escola Sabatina da Associação, contém informação sobre todas as divisões, desde os principiantes até aos adultos e à Divisão de Extensão, que dá assistência a quem está impossibilitado de frequentar a Escola Sabatina.

Dinamizadores da Escola Sabatina – O Conselho da Escola Sabatina escolhe e o Conselho de igreja aprova os dinamizadores da Escola Sabatina. Estes devem ter aptidão para o ensino e estar dispostos a estudar meios

de melhorar as suas capacidades de ensino. Devem ser diligentes na preparação, regulares e pontuais na presença e exemplos no estudo diário das Lições da Escola Sabatina.

O Conselho da Escola Sabatina deve fazer um esforço especial para escolher dinamizadores para as crianças e jovens que tenham interesse nesses níveis etários e habilidade para atender às suas necessidades. Todos os que se envolvem em trabalho com as divisões das crianças devem preencher os padrões e os requisitos legais e da Igreja, como sejam verificação de antecedentes ou certificação. Os dirigentes da igreja local devem consultar a Associação, a qual averiguará e aconselhará o que há de disponível e/ou de exigido quanto a verificação de antecedentes e certificação. (Ver Notas, n.º 8, pp. 195.) Todos os dinamizadores devem ser incentivados a participar nos cursos de formação de dinamizadores disponíveis através do Departamento da Escola Sabatina da Associação.

Todas as Escolas Sabatinas devem ter semanalmente uma reunião de dinamizadores.

Compreendendo que “apenas os que fortaleceram o espírito com as verdades da Escritura poderão resistir no último grande conflito (*O Grande Conflito*, p. 495, ed. P. SerVir), os dirigentes da Escola Sabatina devem incentivar fortemente o estudo sistemático regular da Palavra. As Lições da Escolas Sabatina estão projetadas para incentivar um festim diário com a Palavra, uma prática que tem sido muito eficaz na manutenção da unidade em toda a Igreja. Todos os membros devem ter acesso às Lições da Escola Sabatina do nível etário apropriado publicadas pela Conferência Geral e/ou pela Divisão. De igual modo, todos os dirigentes e dinamizadores devem ter acesso aos auxiliares preparados para as várias divisões da Escola Sabatina pela Conferência Geral e/ou Divisão.

Os dinamizadores devem ter pelo menos 30 minutos para passar a lição.

Ofertas da Escola Sabatina – O secretário da Escola Sabatina deve registar com exatidão as ofertas da Escola Sabatina e entregá-las ao tesoureiro logo que possível. As ofertas da Divisão de Extensão devem ser adicionadas às ofertas regulares da Escola Sabatina. Há muitas Escolas Sabatinas que recolhem ofertas para as despesas da Escola Sabatina. Com exceção deste fundo de despesas, todas as ofertas da Escola Sabatina destinam-se a apoiar os campos missionários e devem ser enviadas na totalidade pelo tesoureiro para a Associação. Estas ofertas incluem a oferta regular semanal da Escola

Sabatina, a Oferta do Décimo Terceiro Sábado, o Fundo de Investimento da Escola Sabatina e a Oferta de Gratidão de Aniversariantes. Cada uma delas deve ser identificada como fundo separado no sistema financeiro da igreja. Os fundos para as missões são distribuídos de acordo com os regulamentos. Nenhum fundo para as missões pode ser retido pela igreja ou pela Associação.

A oferta para as despesas da Escola Sabatina e a oferta missionária, onde é utilizado o calendário de ofertas, não deverão ser recolhidas como uma só oferta e divididas de acordo com uma fórmula ou percentagem acordada. As ofertas poderão ser recolhidas como oferta combinada onde a igreja esteja a funcionar sob um plano de ofertas combinadas aprovado pela Divisão.

Recursos – Sobre recursos para a Escola Sabatina e Ministérios Pessoais, ver Notas, n.º 14, p. 197.

Ministérios Pessoais

Os Ministérios Pessoais provêm recursos e preparam os membros para que unam os seus esforços com os do pastor e dos oficiais no serviço de ganhar almas. Também têm a responsabilidade principal nos programas de assistência aos necessitados.

Conselho dos Ministérios Pessoais – O Conselho dos Ministérios Pessoais orienta os esforços missionários da igreja e trabalha sob a direção do Conselho de igreja. O Conselho dos Ministérios Pessoais deve reunir-se pelo menos uma vez por mês e deve ser constituído pelo pastor, um ancião, o tesoureiro e os diretores dos outros departamentos e serviços auxiliares em funcionamento nessa congregação. O Conselho dos Ministérios Pessoais pode nomear subcomissões para tarefas especializadas. Todas as subcomissões respondem perante o Conselho dos Ministérios Pessoais. O Conselho e o diretor dos Ministérios Pessoais são responsáveis pela organização de ministérios de pequenos grupos.

Oficiais dos Ministérios Pessoais – A igreja nomeia os oficiais dos Ministérios Pessoais, incluindo o diretor, os assistentes (quando necessários) e o secretário.

O diretor prepara e dirige os membros em trabalho missionário e preside ao Conselho dos Ministérios Pessoais. O diretor apresenta um relatório

sobre todas as atividades missionárias da congregação, tanto no Sábado do culto mensal de trabalho missionário da igreja como nas reuniões administrativas. Podem ser nomeados assistentes para coordenar a Escola Bíblica por correspondência, o evangelismo bíblico, a distribuição de literatura, a Campanha das Missões (ou apelos equivalentes), o ministério dos pequenos grupos, a formação de membros e outros programas de conquista de almas.

O secretário atua como representante da Livraria para todos os departamentos da igreja e coopera com o diretor no desenvolvimento dos programas missionários da igreja.

Homens Adventistas – Homens Adventistas é um grupo subsidiário do Departamento dos Ministérios Pessoais. Inclui atividades de pregação por leigos, ministério nas prisões e serviços comunitários.

Coordenador da Escola Bíblica – O coordenador da Escola Bíblica organiza e coordena o ministério missionário da Escola Bíblica da igreja junto da comunidade. O coordenador deve colaborar muito de perto com o pastor, com o coordenador de interessados e com o diretor dos Ministérios Pessoais.

Diretor(a) dos Serviços Adventistas à Comunidade/Sociedade de Dorcas – A igreja nomeia o/a diretor(a) dos Serviços Adventistas à Comunidade, os/as vice-diretores(as) (se necessários) e o secretário-tesoureiro (nalgumas áreas, os Serviços Adventistas à Comunidade são conhecidos como Sociedade de Dorcas). (Ver Notas, nº 15, p. 197). Esta organização recolhe e prepara vestuário, alimentos e outras provisões para os necessitados e trabalha em estreita colaboração com os Homens Adventistas, com os diáconos e diaconisas e com outros departamentos da igreja no trabalho junto da comunidade. O ministério dos Serviços Adventistas à Comunidade ou Sociedade de Dorcas inclui, porém, mais do que conceder ajuda material. Foca-se na identificação das necessidades e em responder com serviços baseados nessas necessidades específicas. Exemplos são: seminários de formação, desenvolvimento comunitário, visitação, aconselhamento e outros serviços importantes para a comunidade.

O diretor dos Serviços Adventistas à Comunidade ou da Sociedade de Dorcas é membro do Conselho dos Ministérios Pessoais e do Conselho de igreja.

Se a igreja tiver em funcionamento um Centro de Serviços à Comunidade, o Conselho dos Ministérios Pessoais é o seu Conselho diretor. Este Conselho nomeia o diretor do centro, que é membro do dito Conselho, assim como do Conselho de igreja.

Ministério a Favor de Pessoas Com Deficiência – Este ministério funciona sob a direção do Conselho dos Ministérios Pessoais e desenvolve programas para membros e outros com deficiências. Deve criar programas de testemunho, recomendar formas de tornar as instalações da igreja mais acessíveis, ajudar a solucionar problemas com transportes e recomendar meios de envolvimento de membros com deficiências. O coordenador do Ministério a Favor de Pessoas com Deficiência serve como elo de ligação com organizações que prestam serviços a pessoas com deficiência, como os Serviços Cristãos de Gravação, e promove os programas dos Serviços Cristãos de Gravação.

Recursos – Sobre recursos para a Escola Sabatina e Ministérios Pessoais, ver Notas, n.º 14, p. 197.

Ministérios da Mordomia

Os Ministérios da Mordomia animam os membros a responder à graça de Deus dedicando-Lhe tudo o que têm. A responsabilidade da mordomia envolve mais do que simplesmente dinheiro. Inclui, sem se limitar a, o cuidado e o uso adequados do corpo, da mente, do tempo, dos talentos, dos dons espirituais, dos relacionamentos, da influência, da linguagem, do ambiente e das posses materiais. O Departamento presta assistência aos membros na parceria que estes estabelecem com Deus para terminar a Sua missão mediante uma utilização apropriada de todas as Suas dádivas e recursos.

Quando o Espírito de Deus toma posse da vida, “aqueles cujo coração transborda com o amor de Cristo seguirão o exemplo d’Aquele que, por nos amar, Se tornou pobre, para que pela Sua pobreza enriquecêssemos. Dinheiro, tempo, influência – todos os dons que receberam das mãos de Deus – só serão apreciados quando forem usados como meio de fazer avançar a obra evangélica”. – *Atos dos Apóstolos*, p. 49, ed. P. SerVir.

Diretor dos Ministérios da Mordomia – O diretor dos Ministérios

da Mordomia deve praticar os princípios da mordomia cristã e deve ter noção do ministério espiritual e financeiro da Igreja. O diretor trabalhará em cooperação com o diretor dos Ministérios da Mordomia da Associação, com o pastor e com o Conselho de igreja. O diretor atua como elo de ligação entre o Departamento dos Ministérios da Mordomia da Associação e a congregação.

Recursos – Sobre recursos para os Ministérios da Mordomia, ver Notas, n.º 16, p. 198.

Ministérios da Mulher

Os Ministérios da Mulher apoiam, animam e desafiam as mulheres na sua experiência diária como discípulas de Jesus Cristo e como membros da Sua igreja.

Os seus objetivos são: promover o crescimento e a renovação espirituais; reafirmar que as mulheres são de valor inestimável em virtude da sua criação e redenção, apetrechá-las para o serviço e contribuir com perspectivas das mulheres para as questões da igreja; ministrar em favor do amplo espectro das necessidades das mulheres, tendo em conta as perspectivas multiculturais e multiétnicas; cooperar com outros departamentos de modo a facilitar o ministério em favor das mulheres e o das mulheres; fomentar a boa vontade entre as mulheres de modo a encorajar o apoio mútuo e a troca criativa de ideias; aconselhar e encorajar as mulheres e criar vias para o seu envolvimento na igreja; e encontrar modos e meios de desafiar cada mulher a usar os seus dons para o avanço da missão global.

Diretora e Conselho dos Ministérios da Mulher – A diretora dos Ministérios da Mulher nomeada desenvolve ministérios específicos para apoiar mulheres e apetrechá-las para o serviço. Atua como presidente do Conselho dos Ministérios da Mulher e estimula ideias e planos que maximizem a contribuição das mulheres para a missão da Igreja.

A diretora auxilia o Conselho de igreja a integrar atividades e programas para mulheres no programa mais amplo da igreja. Mantém a igreja informada da contribuição dos Ministérios da Mulher na vida da igreja. O elo de ligação da diretora para a obtenção de formação e material de recursos é a diretora dos Ministérios da Mulher da Associação.

A diretora dos Ministérios da Mulher deve ser uma mulher sensível, atenciosa, com preocupação pelo ministério e interesses das mulheres, com

perspetivas equilibradas, com capacidade para encorajar outras mulheres a cultivarem os seus dons espirituais e com aptidão para trabalhar bem com mulheres na igreja, com o pastor e com o Conselho.

O Conselho dos Ministérios da Mulher promove o ministério às mulheres na igreja. Este Conselho deve ser formado por pessoas interessadas no amplo espectro das necessidades e serviços das mulheres e por pessoas com variados talentos e experiência.

Recursos – Sobre os recursos para os Ministérios da Mulher, ver Notas, n.º 17, p. 198.

Ministérios da Juventude Adventista

As várias organizações da juventude da igreja devem trabalhar em estreita ligação com o Departamento dos Ministérios da Juventude da Associação.

Ministérios da Juventude Adventista (MJA) – A igreja trabalha em favor dos e com os seus jovens através dos MJA. Sob a orientação do diretor dos MJA, os jovens devem trabalhar juntos, em cooperação com a comunidade alargada da igreja, para o desenvolvimento de um forte ministério de jovens, o qual inclui o desenvolvimento espiritual, mental e físico de cada indivíduo, a interação social cristã e um programa ativo de testemunho, que dê apoio aos planos da igreja para a conquista de almas. O objetivo da MJA deve ser o envolvimento de todos os jovens em atividades que os levem a ser membros ativos na igreja e que os preparem para o serviço cristão.

Missão dos MJA – Levar os jovens a um relacionamento salvador com Jesus Cristo e ajudá-los a aceitar o Seu chamado ao discipulado.

Lema dos MJA – O amor de Cristo nos constrange.

Alvo dos MJA – A mensagem do advento a todo o mundo nesta geração.

O programa dos ministérios da juventude da igreja compreende três amplas categorias, nomeadamente: Juvenis (Tições: dos 6-9 anos, e Desbravadores: dos 10-15 anos), Jovens (Companheiros: dos 16-21 anos e Seniores: dos 22-30+ anos) e os Estudantes dos Campus Públicos: dos 16-30+ anos.

Deus disse a Moisés: “E estas palavras, que hoje te ordeno, estarão no teu coração; e as intimarás aos teus filhos, e delas falarás assentado, em tua

casa, e andando pelo caminho, e deitando-te e levantando-te. Também as atarás por sinal na tua mão e te serão por testilhas entre os teus olhos. E as escreverás nos umbrais da tua casa, e nas tuas portas” (*Deut.* 6:6-9).

O apóstolo Paulo acrescentou: “Ninguém despreze a tua mocidade; mas sê o exemplo dos fiéis, na palavra, no trato, no amor, no espírito, na fé, na pureza” (I Tim. 4:12).

“Temos hoje um exército de jovens que podem fazer muito se forem apropriadamente dirigidos e animados.... Queremos que eles sejam abençoados por Deus. Queremos que eles desempenhem uma parte em planos bem organizados para auxílio a outros jovens.” – *General Conference Bulletin*, 29 e 30 de jan. de 1893, p. 24.

“Quando os jovens entregam o coração a Deus, não cessa a nossa responsabilidade por eles. Devem ser levados a interessar-se pela obra do Senhor, e a ver que Ele espera que façam alguma coisa para o avanço da Sua causa. Não basta mostrar quanto precisa de ser feito, e insistir com a mocidade para participar. É mister ensinar-lhes a maneira de trabalhar para o Mestre. Devem ser instruídos, disciplinados, adestrados nos melhores métodos de ganhar almas para Cristo. Ensinem-nos a tentar, de forma calma e desprentensiva, auxiliar os seus jovens companheiros. Preparem-se sistematicamente vários ramos de trabalho missionário, nos quais eles possam tomar parte, e dêem-se-lhes instrução e auxílio. Assim aprenderão a trabalhar para Deus.” – *Obreiros Evangélicos*, p. 210 (traduzido do original inglês).

“Com tal exército de obreiros como o que poderia fornecer a nossa juventude devidamente preparada, quão depressa a mensagem de um Salvador crucificado, ressuscitado e prestes a vir poderia ser levada ao mundo todo!” – *Mensagens aos Jovens*, p. 196.

Embora deva haver um MJA ativo em todas as igrejas, é importante que o programa da juventude não esteja isolado do resto da igreja. Além da participação que têm nos MJA, os jovens devem ser integrados numa liderança responsável e em todas as linhas do trabalho da igreja. Como jovens anciãos, diáconos e diaconisas, por exemplo, os jovens podem colaborar e aprender com oficiais experientes.

“Para que a obra possa avançar em todos os ramos, Deus pede vigor, zelo e coragem próprios da juventude. Ele escolheu a juventude para ajudar no progresso da Sua causa. Planejar com clareza de espírito e executar com mãos valorosas exige energias novas e não debilitadas. Homens e mulheres

jovens são convidados a consagrar a Deus a força da sua juventude, a fim de que, pelo exercício das suas faculdades, mediante vivacidade de pensamento e vigor de ação, possam glorificá-l'O e levar a salvação aos seus semelhantes.” – *Obreiros Evangélicos*, p. 67 (traduzido do original inglês).

Conselho dos Ministérios da Juventude Adventista – O Conselho dos Ministérios da Juventude Adventista é, na igreja, a organização tutelar para o planejamento geral do programa dos Ministérios da Juventude. (Ver pp. 149, 150.) Dele fazem parte os seguintes oficiais nomeados: diretor dos Seniores, diretor/coordenador dos Ministérios em Campus Públicos; diretor dos Companheiros, diretor dos Desbravadores, Diretor dos Tições mais o diretor dos Ministérios Pessoais, o diretor da divisão dos Jovens da Escola Sabatina, o diretor dos Ministérios das Crianças, o diretor dos Ministérios da Saúde, o diretor da escola da igreja, o conselheiro e o pastor.

Se, na igreja, não houver um ministério distinto de Companheiros ou de Seniores, ou até ao momento em que estes sejam estabelecidos, o Conselho dos MJA fará planos para que o ministério dos jovens seniores inclua os dois grupos etários.

O diretor dos MJA, que é membro do Conselho de igreja, preside a este Conselho dos MJA. O Conselho deve reunir-se consoante as necessidades, a fim de desenvolver objetivos e planos a curto e a longo prazo com vista a um ministério bem-sucedido. (Ver Notas, n.º 18, p. 198.)

Conselho dos Ministérios dos Jovens Seniores – O Conselho dos Ministérios dos Jovens Seniores é responsável pelas atividades da juventude senior e atua em coordenação com o Conselho dos Ministérios da Juventude Adventista.

A igreja nomeia os seguintes oficiais dos Ministérios dos Jovens Seniores: diretor, vice-diretor, secretário-tesoureiro e diretor de música. Este grupo forma o núcleo do Conselho dos Ministérios dos Jovens Seniores, que nomeia outros oficiais para as respetivas atividades.

Ministérios nos Campus Públicos – Fortalecendo os Ministérios da Juventude da igreja, os Ministérios nos Campus Públicos (MCP), em colaboração com o Ministério Adventista a Estudantes Universitários (AMiCUS), proporciona visão e planejamento estratégico para o ministério em favor dos e apoio para os estudantes Adventistas do Sétimo Dia (com

16-30+ anos) que frequentam instituições de ensino superior não operadas pela Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Diretor/Coordenador dos Ministérios nos Campus Públicos – A igreja pode nomear um diretor/coordenador dos Ministérios nos Campus Públicos para desenvolver um ministério intencional com o propósito de cuidar das necessidades especiais dos estudantes do ensino superior nas instituições não operadas pela Igreja Adventista do Sétimo Dia, em consulta e com o apoio do Conselho dos Ministérios da Juventude Adventista.

Ministério dos Companheiros – O Ministério dos Companheiros providencia um programa especializado para responder às necessidades dos jovens dos 16 aos 21 anos de idade. Oferece organização e estrutura aos jovens nesta faixa etária, e promove o seu envolvimento ativo na igreja, local e globalmente. O ministério tem o propósito de fortalecer o atual ministério de jovens seniores da Igreja. Desafia-os a experimentar e partilhar um relacionamento pessoal com Cristo, ajuda-os a desenvolver um estilo de vida consistente com o sistema Adventista do Sétimo Dia de crenças, proporciona formação em diversas áreas de interesse vocacional e proporciona-lhes um ambiente seguro para o desenvolvimento saudável de amizades duradouras. As suas atividades devem ser realizadas segundo as práticas da Associação e em coordenação com o Conselho dos MJA da igreja local.

Conselho dos Companheiros – O Conselho dos Companheiros é responsável pelas atividades e trabalha em coordenação com o Conselho dos Ministérios da Juventude Adventista (MJA).

A igreja nomeia os seguintes oficiais dos Companheiros: o diretor, o vice-diretor, o secretário-tesoureiro, o vice-secretário-tesoureiro, o diretor de música. Este grupo forma o Conselho dos Companheiros, que nomeia outros oficiais para as suas respetivas atividades.

O Clube de Desbravadores – O Clube de Desbravadores proporciona uma saída centrada na igreja para o espírito de aventura e exploração, no contexto do desenvolvimento espiritual e do ganho de almas, para as idades dos 10 aos 15 anos. As atividades são cuidadosamente planeadas de forma a incluírem vida ao ar livre, exploração da Natureza, artes, passatempos ou

especialidades.

Conselho dos Desbravadores – O diretor do Clube de Desbravadores e os vice-diretores são nomeados pela igreja. (Ver pp. 116, 199.) Se forem nomeados dois vice-diretores, deve haver um rapaz e uma rapariga. Um dos vice-diretores pode também atuar como secretário e como tesoureiro do clube. O diretor é membro do Conselho de igreja e do Conselho dos Ministérios da Juventude Adventista (MJA) local.

Outros elementos do Clube de Desbravadores poderão ser os instrutores das classes progressivas e de Natureza e os conselheiros, sendo cada um deles responsável por uma unidade de seis a oito desbravadores.

Encontram-se disponíveis recursos materiais junto do diretor dos Ministérios da Juventude da Associação.

Todos os que estejam envolvidos em trabalho com crianças devem preencher os padrões e os requisitos legais e da Igreja, como sejam verificação de antecedentes ou certificação. Os dirigentes da igreja local devem consultar a Associação, a qual averiguará e aconselhará o que há de disponível e/ou de exigido quanto a verificação de antecedentes e certificação. (Ver Notas, n.º 8, p. 195.)

Clube de Tições – O Clube de Tições oferece aos pais com filhos entre os 6 e 9 anos programas para o lar e para a igreja. O clube destina-se a estimular a curiosidade das crianças e inclui atividades específicas para a sua idade, envolvendo tanto os pais como a criança em atividades recreativas, artes simples, apreço pela criação divina e outras atividades que são interessantes para essa idade. Tudo é realizado com um foco espiritual, preparando o caminho para a participação na igreja como desbravador.

Conselho dos Tições – A igreja nomeia o diretor do clube e os seus associados. (Ver pp. 116, 199.) Outros membros dirigentes são escolhidos pelo pessoal administrativo do clube. O diretor é membro do Conselho dos Ministérios da Juventude Adventista local (MJA).

Encontram-se disponíveis recursos materiais junto do diretor dos Ministérios da Juventude da Associação.

Todos os que estejam envolvidos em trabalho com crianças devem preencher os padrões e os requisitos legais e da Igreja, como sejam verificação de antecedentes e/ou certificação. Os dirigentes da igreja local devem consultar a Associação, a qual averiguará e aconselhará o que há

de disponível e/ou de exigido quanto a verificação de antecedentes e certificação. (Ver Notas, n.º 8, p. 195.)

Oficiais da Juventude Adventista – Os diretores dos quatro ministérios da juventude devem dar o exemplo das graças cristãs e ter preocupação com a conquista de almas, além de um entusiasmo contagiante. Ao ajudarem os jovens a trabalhar juntos e a aceitarem responsabilidades, os diretores ficarão em segundo plano – orientando, aconselhando e encorajando os jovens, ajudando-os a ganharem experiência e a terem a alegria dos resultados obtidos. Os diretores devem estudar o perfil da igreja no que respeita aos jovens e procurar envolver todos os jovens elegíveis nos Ministérios da Juventude Adventista.

Os diretores devem manter-se em contacto com o pastor, com os respetivos conselheiros e com o diretor dos Ministérios da Juventude da Associação, aproveitando as oportunidades para formação em serviço e levando o seu respetivo ministério a um relacionamento de colaboração com a igreja e com a Associação.

Os vice-diretores (se necessário) prestarão ajuda aos diretores e, sempre que os diretores estejam ausentes e desempenharão os deveres de liderança. Os conselhos respetivos podem confiar responsabilidades adicionais aos vice-diretores.

Os secretários-tesoureiros conservarão um registo das atividades dos seus respetivos ministérios, apresentarão relatórios mensais nos formulários fornecidos pelo diretor dos Ministérios da Juventude da Associação e animarão os jovens a relatarem, no período dos dez minutos dos Ministérios Pessoais, as respetivas atividades de testemunho.

Os vice-secretários-tesoureiros respetivos (se necessário) prestarão ajuda no trabalho do secretário-tesoureiro conforme lhes seja distribuído.

O Conselheiro da Juventude Adventista – O conselheiro dos Ministérios da Juventude Adventista (MJA) pode ser um ancião ou outra pessoa pertencente ao Conselho de igreja que compreenda os objetivos dos MJA, simpatize com os jovens e com o seu envolvimento nos ministérios da igreja, e que atue como um conselheiro valioso junto dos jovens. O conselheiro atua como um orientador ou conselheiro dos oficiais dos MJA e junta-se a eles regularmente nas reuniões do Conselho dos MJA. O conselheiro colabora com o diretor dos MJA na apresentação ao Conselho da igreja das necessidades do ministério.

O conselheiro deve travar conhecimento com o diretor dos Ministérios da Juventude da Associação, mantendo-o informado de alterações no grupo de oficiais e de outros assuntos dos MJA. O conselheiro, juntamente com os oficiais dos MJA, deve assistir a programas de formação de jovens promovidos pela Associação, a fim de se manter informado sobre desenvolvimentos nos Ministérios da Juventude.

Por razões de continuidade, o conselheiro deve, se possível, cumprir vários mandatos.

Todos os que estejam envolvidos em trabalho com crianças devem preencher os padrões e os requisitos legais e da Igreja, como sejam verificação de antecedentes ou certificação. Os dirigentes da igreja local devem consultar a Associação, a qual averiguará e aconselhará o que há de disponível e/ou de exigido quanto a verificação de antecedentes e certificação. (Ver Notas, n.º 8, p. 195.)

Recursos – Sobre recursos para os Ministérios da Juventude, ver Notas, n.º 19, p. 198.

Cerimónia de Tomada de Posse

Todos os oficiais da igreja local que foram nomeados poderão ser incluídos numa cerimónia de tomada de posse dirigida por um pastor com credencial ou licença válida. Se não houver nenhum pastor disponível, um ancião da igreja poderá dirigir a cerimónia destinada a oficiais que não sejam anciãos, diáconos e diaconisas. Se a igreja realizar uma cerimónia de tomada de posse para os oficiais nomeados, deverá incluir também os diretores de todos os departamentos e outras organizações.

CAPÍTULO 9

Nomeações

A nomeação dos oficiais da igreja, que vão desempenhar os seus deveres em espírito de oração, com seriedade e competência, é uma tarefa importante. Este capítulo explica o procedimento das nomeações, desde a escolha da Comissão de Nomeações até ao preenchimento de vagas entre nomeações anuais.

Comissão de Nomeações e Processo de Escolha

Os oficiais de igreja são nomeados anualmente ou de dois em dois anos (ver p. 78) por uma Comissão de Nomeações escolhida. Esta comissão apresenta o seu relatório à igreja, a qual vota então os nomes apresentados. Este procedimento permite à igreja fazer, antes da nomeação, um estudo cuidadoso de cada nome e evita o elemento competitivo que pode surgir quando as nomeações são feitas diretamente pela assistência.

A Comissão de Nomeações deverá analisar as necessidades da igreja e averiguar a aptidão de membros para servir nos diferentes cargos. Esta é mais uma razão para que os oficiais não sejam nomeados pela assistência ou por sufrágio geral.

O número de membros na Comissão de Nomeações irá de cinco membros, numa igreja pequena, até um número maior numa igreja grande. O número a ser determinado é deixado ao critério de cada igreja e deve ser analisado pelo Conselho de igreja. Este apresentará então uma recomendação adequada à igreja, usando um tempo mínimo da hora de culto no Sábado.

Quando e Como É Escolhida a Comissão de Nomeações – A Comissão de Nomeações deverá ser escolhida no início do último trimestre do ano eclesástico e deve apresentar o seu relatório pelo menos três semanas antes do último Sábado desse ano.

O pastor ou o dirigente distrital ou, na ausência destes, o ancião deve levar o assunto à atenção da igreja. Esta nomeará então uma comissão preparatória com a responsabilidade de nomear a Comissão de Nomeações. Esta comissão preparatória poderá ser escolhida de uma de duas maneiras:

1. Por nomeação direta, verbal ou escrita, da assistência. Se a nomeação for verbal, nenhum membro poderá nomear mais do que uma pessoa. É reprovável a tentativa, por parte de um indivíduo ou de um pequeno grupo, de impor a sua vontade a todo o conjunto dos membros. Devem ser feitos todos os esforços para garantir uma representação equitativa na composição da comissão preparatória. Tudo o que seja de natureza política deve ser evitado. O pastor ou o dirigente distrital atuará como presidente da comissão preparatória. Se não tiver sido nomeado ainda um pastor ou um dirigente distrital para servir como dirigente da igreja, o presidente desta comissão preparatória será nomeado pelo Conselho de igreja entre os membros da comissão preparatória. O tamanho da comissão preparatória deve ser de cinco a sete membros mais do que o número dos membros do Conselho de igreja.

2. Por autorização da congregação conferida ao Conselho de igreja, juntamente com mais cinco a sete pessoas escolhidas pela congregação (ver parágrafo anterior), para atuar como comissão preparatória. Se este método for adotado, o presidente do Conselho de igreja atuará como presidente da comissão preparatória (ver p. 34).

Como Funciona o Processo – Os passos do processo de nomeações são:

1. A igreja, por meio de um dos dois métodos acima mencionados, nomeia por voto uma comissão preparatória.

2. A comissão preparatória recomenda à igreja nomes para a Comissão de Nomeações, sugerindo alguém para secretário. Devem ser feitos todos os esforços para garantir uma representação justa na composição da Comissão de Nomeações.

3. A igreja nomeia, por voto, a Comissão de Nomeações e o respectivo secretário.

4. O pastor ou o dirigente distrital é membro *ex officio* e atua como presidente da Comissão de Nomeações. No caso de o pastor ou o dirigente distrital decidir não atuar como presidente, ou se não tiver sido nomeado para a igreja nenhum pastor ou dirigente distrital, a comissão preparatória deverá recomendar, dentre a Comissão de Nomeações proposta, o nome para atuar como presidente desta.

5. A Comissão de Nomeações reúne-se para preparar a lista de oficiais que apresentará à igreja para aprovação.

6. A igreja, por voto, nomeia os oficiais para o ano que se segue.

Quem Deve Ser Membro da Comissão de Nomeações – Devem ser escolhidos unicamente membros em situação regular para fazer parte da Comissão de Nomeações. Devem ser pessoas de bom senso e com boa capacidade de avaliação, que se preocupam com o bem-estar e a prosperidade da igreja

O Trabalho da Comissão de Nomeações – O presidente desta comissão deve convocar uma reunião logo que possível após a sua escolha. Em espírito de fervorosa oração, a comissão deve começar a preparar uma lista de nomeados para todos os cargos. Os nomeados devem ser membros em situação regular na igreja que os está a escolher. A lista de nomeados será apresentada à igreja num culto de Sábado ou numa reunião administrativa especialmente convocada. Ao fazer as suas escolhas, a comissão poderá consultar outras pessoas que estejam bem informadas. Esta comissão não nomeia nem o pastor nem o(s) pastor(es) assistente(s), os quais são designados pela Associação.

A lista de oficiais a ser analisada pela Comissão de Nomeações poderá variar com o número de membros da igreja. Uma igreja maior pode decidir que precisa de mais oficiais. Uma igreja mais pequena pode ter menos. A comissão ocupa-se de todas as posições de liderança exceto as dos dinamizadores da Escola Sabatina, os quais são recomendados pelo Conselho da Escola Sabatina e aprovados pelo Conselho de igreja. Sobre uma lista de possíveis oficiais, ver Notas, n.º 1, p. 199.

A Comissão de Nomeações Deve Obter o Assentimento dos Prováveis Oficiais – Depois de nomear pessoas que são membros fiéis e leais da igreja local, a não ser quando a Associação tenha aprovado alguma exceção (ver p. 80, “A Atividade dos Anciãos É Local”), os membros da comissão para isso escolhidos devem informar essas pessoas da respetiva nomeação e obter delas o assentimento para assumirem esse trabalho.

Os Membros de Igreja Podem Ir à Presença da Comissão de Nomeações – Os membros de igreja que desejem comparecer perante a comissão, a fim de apresentar sugestões ou objeções, devem ter oportunidade de o fazer. Depois de esses membros terem falado à comissão e saído da sala, a comissão deve analisar os comentários que fizeram e em seguida apresentará o seu relatório à igreja.

As Discussões na Comissão de Nomeações São Confidenciais – Toda a recolha de informações e as discussões da comissão são confidenciais. É uma violação da ética cristã e do espírito da regra áurea qualquer membro da comissão dar a conhecer, fora da comissão, qualquer informação pessoal ou sensível que ali tenha sido tratada. Qualquer infração a este respeito é motivo suficiente para que o membro em causa seja excluído da participação futura no trabalho de uma Comissão de Nomeações. Caso surja a necessidade de obtenção de informações fora da comissão, é o presidente quem as deve procurar obter.

Apresentação do Relatório à Igreja – O relatório da Comissão de Nomeações é apresentado à igreja em plenário e não ao Conselho da igreja, o qual não tem jurisdição neste processo. O relatório deve ser apresentado num culto de Sábado ou numa Reunião Administrativa especialmente convocada.

Quando a Comissão de Nomeações estiver preparada para apresentar o relatório, o presidente deve dirigir à igreja algumas observações apropriadas. Poderá ser distribuída aos membros uma cópia do relatório ou lida em voz alta pelo secretário da Comissão. O presidente deverá anunciar que a igreja votará o relatório uma ou duas semanas mais tarde.

Todos os membros devem votar na nomeação de oficiais. A nomeação faz-se por voto maioritário dos presentes e votantes.

Objecções ao Relatório da Comissão de Nomeações – Os membros de igreja podem fazer objeções ao relatório da Comissão e devem apresentá-las pessoalmente à Comissão antes da segunda leitura do relatório, marcando com o presidente da Comissão ou com o pastor uma reunião para o efeito. Ou, por ocasião da segunda leitura do relatório, um membro pode pedir que o relatório na totalidade seja devolvido sem discussão à Comissão para análise mais aprofundada. O procedimento habitual é o presidente aceitar esse pedido. Contudo, se o pedido pessoal passar a proposta, esta não fica sujeita a debate e é de imediato decidida por voto maioritário.

O presidente deve anunciar quando e onde a Comissão se vai reunir para ouvir objeções. É nessa altura que os membros que tenham objeções, ou qualquer outro membro que deseje fazê-lo, devem comparecer perante a Comissão. Se a nomeação tiver sido adiada devido a objeções, seria uma questão grave aqueles que as levantaram não comparecerem perante a Comissão.

Depois de dar a devida atenção às objeções apresentadas, a Comissão deve exercer o seu juízo e decidir se alguma mudança deve ou não ser feita na recomendação da Comissão à Reunião Administrativa da igreja. Quando o relatório voltar a ser apresentado, a igreja prossegue com a sua votação sobre o relatório da Comissão.

Nunca devem ser levantadas objeções triviais ou infundadas contra qualquer nome, mas se houver razões sérias para que qualquer nomeação seja alterada, essas razões devem ser declaradas à Comissão de Nomeações.

Preenchimento de Vagas Entre Nomeações – Se, durante o período do mandato, um cargo da igreja ficar vago devido a morte, destituição, renúncia ou qualquer outra razão, o Conselho de igreja nomeia um sucessor para preencher a vaga durante o restante período do mandato e submete essa nomeação à igreja para votação.

Delegados à Assembleia Administrativa da Associação Local

Numa Associação, a autoridade administrativa emana dos seus membros. As igrejas da Associação nomeiam delegados à Assembleia Administrativa da Associação, os quais as representam nas comissões da Assembleia. A Assembleia Administrativa da Associação nomeia os responsáveis da Associação, concede credenciais e licenças (a menos que os Estatutos da Associação atribuam ao seu Conselho Diretor essa responsabilidade), faz alterações aos Estatutos e Regulamentos se necessárias, e trata de outras questões administrativas. Um dos seus atos mais importantes é a nomeação do Conselho Diretor, o qual atua, entre assembleias, em representação dos membros. A este Conselho é atribuído o poder e a autoridade por delegação de todas as igrejas da Associação.

Escolha de Delegados – É plano de Deus que os membros escolhidos como delegados sejam dignos de confiança, experimentados e provados, “capazes de raciocinar da causa para o efeito”, porque são eles que “devem fazer planos que serão adotados para o progresso da obra.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 9, p. 262.

O número de delegados de cada igreja a uma Assembleia Administrativa da Associação é determinado pelos Estatutos da Associação. Quando chega o momento de escolher delegados, o pastor, ou o primeiro ancião

em cooperação com o pastor, apresenta o assunto à igreja. Poderá ser designada uma comissão para nomear os delegados, ou poderá ser pedido ao Conselho de igreja que os nomeie. Não deve ser permitido que nada de natureza política se intrometa nesta tarefa. Devem ser nomeados como delegados homens e mulheres de comprovada piedade e lealdade e que tenham a possibilidade de estar presentes na Assembleia. (Ver p. 89.)

Quando a comissão ou o Conselho de igreja tiver concluído o seu trabalho, apresenta à igreja o seu relatório com os nomes que propõe. A igreja então vota essas nomeações. Nenhum oficial da igreja é delegado *ex officio*. Depois da nomeação, o secretário da igreja preenche os formulários das credenciais dos delegados e devolve-os ao secretário da Associação. Os delegados tornam-se os representantes da igreja, unindo-se aos delegados de outras igrejas para tratar de todas as questões administrativas que sejam trazidas à Assembleia Administrativa da Associação.

Os delegados à Assembleia Administrativa de uma União são escolhidos pela Associação, e não pelas igrejas. Os delegados à Assembleia Administrativa da Conferência Geral são escolhidos pelas Divisões e pelas Uniãos.

Dever dos Delegados – Os delegados a uma Assembleia Administrativa da Associação não são escolhidos para representar meramente a igreja ou a Associação. Devem ver a obra como um todo, lembrando-se da responsabilidade que têm no bem-estar da obra mundial da Igreja. Não é permissível que as delegações de uma igreja ou Associação se organizem para ou tentem dirigir o sentido dos respetivos votos. Também não é permissível que os delegados de uma igreja grande ou da Associação pretendam preeminência na direção dos assuntos numa Assembleia Administrativa da Associação. Cada delegado deve estar aberto a receber a direção do Espírito Santo e votar de acordo com as suas convicções pessoais. Qualquer oficial ou dirigente de igreja ou da Associação que procure controlar os votos de um grupo de delegados deve ser considerado desqualificado para o exercício de qualquer cargo.

Responsabilidade dos Oficiais da Associação – A igreja local não tem qualquer autoridade fora do conjunto dos seus membros. Ela une-se a outras igrejas da Associação para delegar autoridade e responsabilidade

nos oficiais da Associação e no seu Conselho Diretor para a realização do trabalho da Associação entre assembleias. Os oficiais da Associação respondem perante a Associação no seu todo e não perante qualquer igreja local.

Conselho Diretor da Associação – Os membros do Conselho Diretor da Associação são nomeados para representar o trabalho em toda a Associação, não o de uma igreja, distrito ou instituição. Cada membro deve promover todos os interesses da obra em todas as partes do campo e tomar decisões unicamente após uma análise cuidadosa e em espírito de oração. As decisões do Conselho não devem ser controladas nem influenciadas por qualquer igreja, grupo ou indivíduo.

CAPÍTULO 10

Serviços Religiosos e Outras Reuniões

Princípios Gerais

O apóstolo João declarou que “os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em espírito e em verdade; porque o Pai procura a tais que assim O adorem” (João 4:23).

“Embora Deus não habite em templos feitos por mãos humanas, Ele honra, com a Sua presença, as assembleias do Seu povo. Ele prometeu que, quando se reunissem para O buscar, reconhecendo os seus pecados, e para orarem uns pelos outros, reunir-Se-ia com eles por meio do Seu Espírito. Mas os que se reúnem para O adorar devem afastar de si tudo aquilo que é mau. A menos que O adorem em espírito e em verdade e na beleza da Sua santidade, o seu encontro não terá nenhum valor.” – *Profetas e Reis*, p. 31, ed. P. SerVir.

Propósito dos Serviços Religiosos e Reuniões – O propósito de todos os serviços religiosos e reuniões é adorar Deus pela Sua obra criadora e pelos benefícios da Sua salvação; é compreender a Sua Palavra, os Seus ensinamentos e os Seus propósitos; é comungar em fé e amor; é testemunhar sobre a nossa fé pessoal no sacrifício expiatório de Cristo na cruz; e é aprender como cumprir a missão evangélica de fazer discípulos em todo o mundo (Mat. 28:19 e 20).

Reverência pela Casa de Culto – “Para a alma crente e humilde, a casa de Deus na Terra é a porta do Céu. Os cânticos de louvor, a oração, as palavras proferidas pelos embaixadores do Senhor são os meios que Deus proveu para preparar um povo para a Igreja lá do alto, para aquele sublime culto de adoração no qual coisa nenhuma que contamine poderá ser admitida.

Da santidade que estava ligada ao santuário terrestre, os cristãos podem aprender como devem encarar o lugar onde o Senhor deseja encontrar-Se com o Seu povo.... Deus mesmo deu instruções para o Seu culto, elevando-o acima de tudo quanto é de natureza temporal.

A casa é o santuário da família; e o aposento particular ou o bosque o

lugar mais recôndito para a adoração individual; mas a igreja é o santuário da congregação. Deve haver normas quanto ao tempo, lugar e maneira de adorar. Nada do que é sagrado, nada do que está ligado à adoração a Deus deve ser tratado com negligência ou indiferença.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 5, p. 491 (traduzido do original inglês).

Ensino de Reverência às Crianças – “Pais, exaltem o padrão do cristianismo na mente dos vossos filhos; ajudem-nos a entretecer a pessoa de Jesus na sua experiência pessoal; ensinem-nos a ter o maior respeito pela casa de Deus e a compreender que, quando ali entram, devem fazê-lo com o coração abrandado e dominado por pensamentos como estes: ‘Deus está aqui; esta é a Sua casa. Devo ter pensamentos puros e os mais santos motivos. Não devo albergar no coração orgulho, inveja, ciúme, suspeita, ódio ou engano, porque estou a entrar na presença do Deus santo. Este é o lugar onde Deus vem encontrar-Se com o Seu povo e o abençoa. O Altíssimo e Santo, que habita na eternidade, vê-me, sonda o meu coração e lê os mais secretos pensamentos e atos da minha vida.’” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 5, p. 494 (traduzido do original inglês).

Decoro e Silêncio no Lugar de Adoração – “Quando os adoradores entram no local de reunião devem fazê-lo com decoro, dirigindo-se silenciosamente para os seus lugares.... Conversas vulgares, sussurros e risos não devem ser permitidos na casa de adoração, nem antes nem depois do serviço religioso. Uma piedade ardente e ativa deve caracterizar os adoradores.

Se faltam alguns minutos para o começo da reunião, mantenham eles um verdadeiro espírito de devoção mediante meditação silenciosa, elevando a alma em oração a Deus a fim de que o serviço religioso possa ser especialmente benéfico para o seu coração e leve à convicção e à conversão de outras pessoas. Devem lembrar-se de que estão presentes ali mensageiros do Céu.... Se, ao entrarem na casa de adoração, as pessoas tiverem verdadeira reverência para com o Senhor, lembrando-se de que estão na Sua presença, haverá uma suave eloquência no silêncio. Os sussurros, risos e conversas, que não seriam pecado num lugar normal, não devem ser permitidos na casa onde Deus é adorado. A mente deve estar preparada para ouvir a Palavra de Deus, a fim de que esta possa exercer a devida

influência e impressionar adequadamente o coração.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 5, p. 492 (traduzido do original inglês).

Hospitalidade – “Não vos esqueçais da hospitalidade, porque por ela, alguns, não o sabendo, hospedaram anjos” (Heb. 13:2). Todas as igrejas devem cultivar o espírito da hospitalidade, um elemento essencial da vida e da experiência cristãs. Nada é mais destruidor para a vida espiritual de uma igreja do que um ambiente formal e frio que exclui a hospitalidade e o companheirismo cristão. Rececionistas especialmente escolhidos devem dar cordialmente as boas-vindas às visitas, que também podem receber as boas-vindas no momento do culto solene.

O Lugar da Música na Adoração

O Poder da Música – “A música pode ser uma grande força para o bem, mas não aproveitamos ao máximo esse aspeto da adoração. O canto é feito, em geral, por impulso ou para atender a casos especiais, e, outras vezes, é permitido que os cantores continuem a cometer erros, e a música perde o devido efeito na mente dos presentes. A música deve ter beleza, suavidade e poder. Ergam-se as vozes em hinos de louvor e devoção. Peçam a ajuda, se possível, de música instrumental e deixem ascender a Deus a gloriosa harmonia, como oferta aceitável.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 4, p. 71 (traduzido do original inglês).

Cantar com Espírito e Entendimento – “Nos seus esforços para alcançar as pessoas, os mensageiros de Deus não devem seguir os métodos do mundo. Nas reuniões que realizam, não devem depender de cantores do mundo nem de exhibições teatrais para despertar o interesse. Como é que se pode esperar que aqueles que não têm interesse na Palavra de Deus, que nunca leram a Sua Palavra com o sincero desejo de compreender as suas verdades, cantem com espírito e entendimento? ... Como pode o coro celestial tomar parte numa música que é apenas uma formalidade? ...

Nem sempre o canto deve ser interpretado apenas por alguns. Sempre que possível, permita-se que toda a congregação participe.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 9, pp. 143 e 144 (traduzido do original inglês).

O Púlpito Não É um Fórum

A Igreja não confere a nenhum pastor, ancião ou outra pessoa o direito de fazer do púlpito um fórum para defesa de pontos controversos de doutrina ou de procedimentos da igreja.

Pôr à Prova Nova Luz – Os membros que pensam ter nova luz contrária aos pontos de vista estabelecidos da Igreja devem procurar conselho junto de dirigentes responsáveis.

“Existem mil tentações disfarçadas preparadas para os que têm a luz da verdade; e a única segurança para qualquer de nós está em não recebermos nenhuma nova doutrina, nenhuma interpretação nova das Escrituras sem antes as submeter à consideração de irmãos de experiência. Apresentem-na a eles, com espírito humilde e disposto a aprender, fazendo fervorosa oração; e, se eles não virem luz nisso, atendam ao seu juízo, porque ‘na multidão de conselheiros há segurança’. Prov. 11:14.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 5, p. 293. (Ver também Atos 15:1-32.)

Este plano foi seguido na igreja primitiva. Quando surgiu em Antioquia uma diferença de opinião sobre uma questão importante, os crentes enviaram representantes a Jerusalém para submeterem o assunto aos apóstolos e anciãos. Os crentes em Antioquia aceitaram jubilosamente a decisão do Concílio de Jerusalém, preservando dessa forma a unidade e o amor fraternal.

O conselho para que se ponha à prova a nova luz não deve ser considerado como desencorajando qualquer pessoa de estudar diligentemente as Escrituras, mas, sim, como uma proteção contra a infiltração de falsas teorias e de doutrinas errôneas na Igreja. Deus quer que os Seus filhos investiguem fielmente a Sua Palavra em busca de luz e verdade, mas não deseja que eles sejam desviados por falsos ensinamentos.

Vimos somente o cintilar da glória divina e do infinito conhecimento e sabedoria; temos estado a trabalhar, por assim dizer, à superfície da mina, enquanto ricos filões de ouro estão sob a superfície, para recompensar aquele que cavar em busca dos mesmos. É preciso cavar cada vez mais fundo na mina, e um glorioso tesouro será o resultado. Com uma fé correta, o conhecimento divino tornar-se-á conhecimento humano.” – *Parábolas de Jesus*, p. 113.

“Sempre será revelada nova luz sobre a Palavra de Deus àquele que está em ligação viva com o Sol da Justiça. Ninguém deve chegar à conclusão de

que não há mais verdade a ser revelada. Aquele que busca a verdade com diligência e oração, encontrará preciosos raios de luz que ainda hão de brilhar da Palavra de Deus. Ainda estão dispersas muitas joias, que devem ser reunidas para se tornarem propriedade do povo remanescente de Deus.” – *Conselhos Sobre a Escola Sabatina*, p. 34 (traduzido do original inglês).

Quando irradia nova luz das páginas sagradas para recompensar o sincero indagador da verdade, essa luz não anula a antiga. Ao contrário, funde-se com a antiga, levando-a a brilhar mais intensamente com fulgor acrescido. Por conseguinte, “a vereda do justo é como a luz da aurora, que vai brilhando mais e mais, até ser dia perfeito” (Prov. 4:18).

Embora os filhos de Deus devam estar prontos a aceitar luz progressiva, ninguém deve dar ouvidos a qualquer voz, ainda que piedosa e plausível, que afaste das doutrinas fundamentais da Bíblia.

“Não devemos aceitar as palavras daqueles que vêm com uma mensagem que contradiz os pontos especiais da nossa fé. Eles acumulam uma grande quantidade de textos das Escrituras, e amontoam-nos como prova à volta das teorias que apregoam. Isto tem-se repetido vez após vez no decorrer dos últimos cinquenta anos. Embora as Escrituras sejam a Palavra de Deus, que deve ser respeitada, a aplicação das mesmas, se tal aplicação desviar um só pilar que seja dos fundamentos que Deus manteve nestes cinquenta anos, é um erro grave. Aquele que as aplica dessa maneira desconhece a demonstração maravilhosa do Espírito Santo, que concedeu poder e força às antigas mensagens que chegaram ao povo de Deus.” – *Counsels to Writers and Editors*, p. 32.

A Importância de Manter a Unidade

É importante mantermos “a unidade da fé” (Efé. 4:13), e, de igual modo importante, procurarmos “guardar a unidade do Espírito pelo vínculo da paz” (versículo 3). Esta unidade requer que os líderes da igreja exerçam cuidado e busquem aconselhamento.

“Deus está a guiar um povo para fora do mundo colocando-o sobre a exaltada plataforma da verdade eterna, os mandamentos de Deus e a fé de Jesus. Ele disciplinará e habilitará o Seu povo. Eles não estarão em divergência, um crendo uma coisa e outro tendo fé e opiniões inteiramente opostas, movendo-se cada um deles independentemente do conjunto. Por meio da diversidade dos dons e governos que Ele colocou na Igreja, todos chegarão à unidade da fé. Se alguém forma o seu próprio conceito

de verdade bíblica sem ter em conta a opinião dos seus irmãos, e justifica o seu procedimento alegando que tem o direito de ter opiniões pessoais independentes, e depois as impõe aos outros, como pode estar a cumprir a oração de Cristo? ...

Embora tenhamos uma obra individual e individual responsabilidade perante Deus, não devemos seguir o nosso próprio critério independente, sem tomar em consideração as opiniões e sentimentos dos nossos irmãos, pois esse proceder provocaria desordem na Igreja. Os ministros devem respeitar a opinião dos seus irmãos; mas as suas relações mútuas, assim como as doutrinas que ensinam, deveriam ser submetidas à prova da lei e do testemunho; então, se os corações forem dóceis, não haverá divisões entre nós. Alguns são inclinados a ser desordenados, e estão a apartar-se dos grandes marcos da fé; mas Deus está a atuar nos Seus ministros para que sejam um na doutrina e no espírito.” – *Testemunhos Para Ministros*, pp. 29 e 30 (traduzido do original inglês).

Tendo em conta estas considerações, é evidente que o púlpito deve ser reservado para a pregação das verdades da Palavra Divina e para a apresentação de planos e estratégias denominacionais para o avanço da obra de Deus, e não para pontos de vista e opiniões pessoais. (Ver pp. 37, 131 e 132.)

Oradores Não Autorizados – Em circunstância alguma deve um pastor, ancião ou outro oficial convidar estranhos ou quaisquer pessoas não autorizadas a realizar serviços religiosos. Indivíduos que tenham sido afastados do ministério ou que tenham sido excluídos de membros noutros lugares, ou pessoas insidiosas sem nenhuma autoridade da igreja não devem ter acesso ao púlpito. Aqueles que são dignos de confiança terão a possibilidade de se identificarem apresentando credenciais apropriadas.

Por vezes, é aceitável que membros do governo ou dirigentes cívicos se dirijam a uma congregação, mas todos os demais devem ser excluídos do púlpito, a menos que lhes seja concedida autorização pela Associação. Todos os pastores, anciãos e presidentes de Associação devem impor esta regra. (Ver pp. 37, 131 e 132.)

A Escola Sabatina e o Culto Solene

Escola Sabatina – A Escola Sabatina, um dos nossos serviços religiosos mais importantes, é a igreja a estudar. Todos os Sábados, os nossos

membros e milhares de amigos interessados reúnem-se na Escola Sabatina para estudar sistematicamente a Palavra de Deus. Todos os membros da igreja devem ser encorajados a assistir à Escola Sabatina e a trazer visitas.

Cada Escola Sabatina deve esforçar-se por proporcionar programas apropriados para as diversas faixas etárias. Encontram-se disponíveis materiais e recursos na Associação, União e Divisão.

A Escola Sabatina deve promover atividades missionárias locais e mundiais, a oferta para as missões e dedicar tempo significativo para o estudo da Bíblia. (Ver Notas, n.º 1, p. 200.)

Anúncios e Promoções Departamentais – Deve ser dada a maior atenção à extensão e ao tipo de anúncios e promoções departamentais feitos durante os serviços religiosos no dia de Sábado. Se tratam de assuntos não especificamente ligados ao culto de Sábado ou ao trabalho da igreja, os pastor e os oficiais devem excluí-los, mantendo, mesmo neste ponto, um espírito adequado de culto e de observância do Sábado.

Há muitas igrejas que publicam boletins impressos indicando a ordem do culto e também os anúncios da semana. Onde isto se faz, há pouca ou nenhuma necessidade de anúncios feitos oralmente. Onde isto não é feito, muitas igrejas fazem os anúncios antes de começar o serviço do culto. (Ver Notas, n.º 2, pp. 200 e 201.)

Também deve ser dada a devida atenção para que os vários departamentos promovam os seus programas, mas deve exercer-se muito cuidado para salvaguardar o tempo necessário ao estudo e à pregação da Palavra de Deus.

O Culto Solene – O culto solene no dia de Sábado é a mais importante reunião da igreja. Semanalmente, é nesse momento que os membros se reúnem para, unidos, adorar Deus, num espírito de louvor e gratidão, para ouvir a Palavra de Deus, para obter forças e graça a fim de enfrentar as lutas da vida e para conhecer a vontade de Deus a seu respeito no serviço de conquista de almas. O serviço deve caracterizar-se por reverência, simplicidade e pontualidade.

São Requeridos Aptidão, Estudo e Planeamento – “Não será vosso dever usar de competência, estudo e planeamento na questão da direção de reuniões religiosas – na forma como elas devem ser conduzidas de modo a que façam o maior bem, e deixem a melhor das impressões em todos os que a elas assistem?” – *Review and Herald*, 14 abril de 1885.

“O nosso Deus é um Pai terno e misericordioso. O Seu serviço não deveria ser olhado como triste e penoso ao coração. Deveria ser um prazer adorar o Senhor e tomar parte na Sua obra. ... Cristo, e Ele crucificado, devia ser o tema de contemplação, de conversação e da nossa mais alegre emoção. ... ao expressarmos a nossa gratidão, estamos a aproximar-nos do culto das hostes celestiais. ‘Aquele que oferece louvor glorifica’ a Deus. Sal. 50:23. Vamos, pois, com reverente alegria, perante o nosso Criador, ‘com ação de graças e voz de melodia’. Isaías 51:3.” – *O Caminho para a Esperança*, pp. 107 e 108, ed. P. SerVir.

Formato do Culto Solene – O culto solene de Sábado de manhã tem duas partes principais: a resposta da congregação em louvor e adoração, expressa em cânticos, orações e ofertas, e a mensagem da Palavra de Deus. (Ver Notas, n.º 3, p. 201 e 202.)

Não há um formato estabelecido ou uma ordem para o culto público. Uma ordem mais breve para o serviço é mais adequada ao verdadeiro espírito de adoração. Devem ser evitados longos preliminares. As atividades introdutórias não devem tomar tempo destinado à pregação da Palavra de Deus. (Sobre formatos sugeridos para o culto, ver Notas, n.º 2, pp. 200 e 201.)

Culto Missionário da Igreja – O primeiro Sábado de cada mês é o Sábado Missionário da Igreja. Este serviço de culto centra-se no evangelismo leigo e pode apresentar planos e atividades de vários departamentos. “Deus confiou às nossas mãos uma obra por demais sagrada, e necessitamos de nos reunir para receber instrução, a fim de estarmos habilitados a realizar essa obra.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 6, p. 32 (traduzido do original inglês). (Ver Notas, n.º 4, pp. 202 e 203.)

Oração Pública – “Cristo transmitiu aos Seus discípulos a ideia de que as suas orações deviam ser breves, exprimindo exatamente o que desejavam, e nada mais.... Um ou dois minutos é tempo suficiente para qualquer oração habitual.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 2, p. 581 (traduzido do original inglês).

“Os que oram e falam devem pronunciar bem as palavras e falar com clareza, em tons claros e distintos. Quando feita no devido modo, a oração

é uma força para o bem. É um dos meios empregados pelo Senhor para comunicar ao povo os preciosos tesouros da verdade.... Que o povo de Deus aprenda a falar e a orar de maneira a representar devidamente as grandes verdades que possui. Os testemunhos dados e as orações feitas devem ser claros e distintos. Dessa forma, Deus será glorificado.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 6, p. 382.

Fornecimento de Literatura no Sábado – O Sábado é, geralmente, a ocasião oportuna para o secretário do Ministério Pessoal colocar literatura nas mãos dos membros. Devem ser evitados métodos objetáveis que desviem a atenção do verdadeiro culto e reverência.

Serviço da Comunhão

Habitualmente, o serviço da Comunhão celebra-se uma vez por trimestre. O serviço inclui o rito do lava-pés seguida da Santa Ceia. Esta deve ser, para a congregação, para o pastor e anciãos, uma das ocasiões mais sagradas e jubilosas. O serviço tem normalmente lugar durante a hora do culto, mas pode ser marcado para outras ocasiões.

Rito do Lava-Pés – “Depois, tendo lavado os pés aos discípulos, disse: ‘Eu vos dei o exemplo, para que como Eu vos fiz, façais vós também.’ (João 13:15) Nestas palavras, Cristo não estava, apenas, a ordenar a prática da hospitalidade. Significavam mais do que lavar os pés dos hóspedes para remover o pó das viagens. Cristo estava aqui a instituir um serviço religioso. Por este ato do nosso Senhor, esta cerimónia ... tornou-se num rito sagrado. Devia ser observado pelos discípulos, para que conservassem sempre em mente as Suas lições de humildade e serviço.

Este ritual é a preparação indicada por Cristo, para o serviço sacramental. Enquanto alimentarmos orgulho, divisões e luta por superioridade, o coração não pode entrar em comunhão com Cristo. Não estamos preparados para receber a comunhão do Seu corpo e do Seu sangue. Por isso Jesus indicou que se observasse primeiro o memorial da Sua humilhação.” – *O Desejado de Todas as Nações*, p. 556 e 557, ed. P. SerVir.

No ato de lavar os pés aos discípulos, Cristo realizou uma purificação mais profunda, a de lavar do coração a mancha do pecado. Os comungantes sentem-se indignos de aceitar os sagrados emblemas antes de passarem pela

experiência da purificação que os torna totalmente limpos (João 13:10). Jesus desejava “lavar do seu coração a discórdia, o ciúme e o orgulho. ... O orgulho e o interesse egoísta criaram dissensão e ódio, mas tudo isto Jesus lavou ao lavar-lhes os pés. ... Olhando para eles, Jesus podia dizer: ‘Vós estais limpos’.” – *O Desejado de Todas as Nações*, p. 555, ed. P. SerVir.

A experiência espiritual que está no âmago do lava-pés ergue-o acima de uma prática vulgar para o tornar num rito sagrado. Transmite uma mensagem de perdão, aceitação, segurança e solidariedade, primeiramente de Cristo para o crente, mas também entre os próprios crentes. Esta mensagem exprime-se numa atmosfera de humildade.

A Santa Ceia – Os anjos declaram que Jesus, o Redentor deste mundo, é santo. De igual modo, são santos os símbolos que representam o Seu corpo e o Seu sangue. Uma vez que o próprio Senhor Jesus escolheu os símbolos profundamente significativos do pão sem fermento e do fruto da vide não fermentado e usou os meios mais simples para lavar os pés dos discípulos, deve haver a maior relutância na introdução de símbolos e meios alternativos, exceto em condições de emergência, para que se não perca o significado original deste serviço. Do mesmo modo, no desenrolar do serviço e nas funções tradicionais desempenhadas pelo pastor, anciãos, diáconos e diaconisas, deve haver cuidado para que a substituição e a inovação não tornem vulgar o que é sagrado.

O serviço da Santa Ceia é hoje tão sagrado como era quando instituído por Jesus Cristo. Jesus continua a estar presente quando este rito sagrado é celebrado. “É nestas ocasiões, indicadas por Ele mesmo, que Jesus Se encontra com o Seu povo, e o revigora pela Sua presença.” – *O Desejado de Todas as Nações*, p. 563, ed. P. SerVir.

Pão Sem Fermento e Vinho não Fermentado (Sumo de Uva) – “Cristo está ainda à mesa em que fora posta a ceia pascal. Diante d’Ele estão os pães asmos usados na Páscoa. O vinho pascal, não afetado pela fermentação, está sobre a mesa. Jesus usa estes símbolos para representar o Seu próprio sacrifício imaculado. Nada que estivesse corrompido pela fermentação, símbolo do pecado e da morte, podia representar o ‘Cordeiro imaculado e incontaminado.’ I Pedro 1:19.” – *O Desejado de Todas as Nações*, p. 560, ed. P. SerVir.

Nem o vinho nem o pão continham elementos de fermentação porque, na véspera do primeiro dia da Páscoa hebraica, todo o fermento, ou fermentação, tinha sido retirado das suas casas (Êxo. 12:15, 19; 13:7). Por conseguinte, unicamente o sumo de uva não fermentado e o pão não levedado são apropriados para uso no serviço da Comunhão, e deve ser exercido grande cuidado para providenciar estes elementos. Em zonas isoladas, onde não se encontra sumo de uva ou de passas de uva ou sumo concentrado, a sede da Associação dará conselhos ou assistência.

Um Memorial da Crucificação – “Quando recebemos o pão e o vinho simbolizando o corpo partido de Cristo e o Seu sangue derramado, em imaginação unimo-nos à cena da comunhão no cenáculo. Parece-nos que estamos a atravessar o jardim consagrado pela agonia d’Aquele que levou sobre Si os pecados do mundo. Testemunhamos a luta mediante a qual foi obtida a nossa reconciliação com Deus. Cristo crucificado apresenta-Se entre nós.” – *O Desejado de Todas as Nações*, p. 566, ed. P. SerVir.

Uma Proclamação da Segunda Vinda – “A santa ceia aponta para a segunda vinda de Cristo. Foi instituída para conservar viva esta esperança na mente dos discípulos. Sempre que se reunissem para comemorar a Sua morte, voltavam a contar como Ele, ‘tomando o cálice, e dando graças, deulho, dizendo: Bebei dele todos; porque isto é o Meu sangue, o sangue do Novo Testamento, que é derramado por muitos, para remissão dos pecados. E digo-vos que, desde agora, não beberei deste fruto da vide até àquele dia em que o beba de novo convosco no reino do Meu Pai.’ Nos seus problemas, encontravam conforto na esperança da volta do seu Senhor. Para eles era particularmente especial o pensamento: ‘Todas as vezes que comerdes este pão e beberdes este cálice anunciais a morte do Senhor, até que venha.’ I Coríntios 11:26.” – *O Desejado de Todas as Nações*, p. 564, ed. P. SerVir.

Anúncio do Serviço da Comunhão – O serviço da Comunhão pode apropriadamente ser incluído como parte de qualquer serviço de culto cristão. Contudo, a fim de lhe dar a devida ênfase e de o tornar acessível ao maior número de membros, ele é normalmente parte do serviço de culto no penúltimo Sábado de cada trimestre.

No Sábado anterior, deve ser feito um anúncio do serviço, chamando a atenção para a importância do próximo serviço de Comunhão, de modo a que

todos os membros preparem o coração e corrijam quaisquer diferenças não resolvidas que tenham uns com os outros. Quando, no Sábado seguinte, se aproximam da mesa do Senhor, podem então receber a bênção envolvida. Os ausentes no dia do anúncio devem ser convidados também a participar.

Celebração do Serviço da Comunhão – *A Duração do Serviço* – O tempo não é o fator mais significativo no serviço da Comunhão. No entanto, o número de participantes pode ser aumentado e o impacto espiritual ser melhorado (1) se se eliminarem todos os elementos estranhos ao serviço de culto nesse dia solene, (2) se se evitarem demoras antes e depois do lava-pés e (3) se as diaconisas tiverem preparado antecipadamente os símbolos na mesa da comunhão.

Preliminares – A parte introdutória do serviço deve ser breve, incluindo apenas anúncios curtos, um hino, uma oração, a oferta e um breve sermão antes da separação para o lava-pés e regresso para a Santa Ceia.

Lava-pés – Cada igreja deve ter um plano para atender às necessidades dos seus membros para o serviço do lava-pés. (Ver Notas, n.º 5, p. 203.)

O Pão e o Vinho – A seguir ao lava-pés, a congregação reúne-se de novo para participar do pão e do vinho. (Ver Notas, n.º 6, pp. 203 e 204.)

Celebração – A Comunhão deve ser sempre uma experiência solene, nunca tristonha. Corrigiram-se erros, perdoaram-se pecados e a fé foi reafirmada. É tempo de celebração. A música deve ser vibrante e jubilosa. O serviço deve terminar com júbilo, com um número musical, por exemplo, ou com um cântico pela congregação, seguindo-se a despedida.

À medida que a congregação vai saindo, é frequente levantar-se uma oferta destinada aos pobres.

Depois do serviço, os diáconos e diaconisas limpam a mesa, recolhem os utensílios e, respeitosamente, eliminam o pão e o vinho *abençoados* que sobraram. Em caso nenhum devem estes símbolos ser destinados a consumo ou a uso vulgar.

Quem Pode Participar – A Igreja pratica a “Comunhão aberta”. Podem participar todos os que dedicaram a vida ao Salvador. As crianças podem aprender o significado do serviço ao observarem outros participantes. Depois de terem tido instrução formal nas classes batismais e de terem feito a sua entrega a Jesus no batismo, elas estão, desse modo, preparadas para participar no serviço.

“O exemplo de Cristo proíbe que se exclua alguém da ceia do Senhor. É verdade que o pecado conhecido exclui o culpado. O Espírito Santo ensina isto claramente (I Coríntios 5:11). Mas para além disso, ninguém deve julgar. Deus não entregou a ninguém a responsabilidade de decidir quem poderá apresentar-se nessas ocasiões. Pois quem pode ler o coração? Quem é capaz de distinguir o joio do trigo? ‘Examine-se, pois, o homem a si mesmo, e assim coma deste pão e beba desse cálice.’ Pois, ‘qualquer que comer este pão, ou beber este cálice do Senhor indignamente, será culpado do corpo e do sangue do Senhor.’ ‘Porque o que come e bebe indignamente, como e bebe para sua própria condenação, não discernindo o corpo do Senhor.’ I Coríntios 11:28, 27, 29.... Podem entrar pessoas que não são, no íntimo, servos da verdade e da santidade, mas que desejem tomar parte no serviço. Não devem ser proibidas. Há ali testemunhas que estiveram presentes quando Jesus lavou os pés dos discípulos e de Judas. Olhos mais do que humanos contemplam a cena.” – *O Desejado de Todas as Nações*, pp. 562 e 563, ed. P. SerVir.

Todos os Membros Devem Assistir – “Ninguém se deve excluir da comunhão por estar presente, talvez, alguém que seja indigno. Todo o discípulo é chamado a participar publicamente e a dar assim testemunho de que aceita Jesus como seu Salvador pessoal. É nessas ocasiões, indicadas por Ele mesmo, que Jesus Se encontra com o Seu povo, e o revigora pela Sua presença. Corações e mãos indignas podem mesmo dirigir a cerimónia, mas Jesus está ali para ministrar aos Seus filhos. Todos quantos ali chegam com a sua fé baseada n’Ele, serão grandemente abençoados. Todos quantos negligenciam esses períodos de privilégio divino serão prejudicados. Deles poder-se-ia dizer: ‘Nem todos estais limpos’. (João 13:11)” – *O Desejado de Todas as Nações*, p. 563, ed. P. SerVir.

Quem Pode Dirigir o Serviço de Santa Ceia – O serviço da Comunhão deve ser dirigido por um pastor ordenado ou por um ancião ordenado. Os diáconos, embora ordenados, não podem dirigir o serviço.

Comunhão para Quem Não Pode Estar Presente – Se alguns membros estiverem doentes ou, por quaisquer outras razões, não puderem

estar presentes no serviço da Comunhão, o pastor ou ancião, se possível acompanhado e assistido por um diácono ou uma diaconisa, poderá dirigir um serviço especial nos lares desses membros.

Reunião de Oração

As Reuniões de Oração Devem Ser Interessantes – “As reuniões de oração devem ser as mais interessantes a ser realizadas, mas são muitas vezes fracamente dirigidas. Muitos assistem às pregações, mas negligenciam as reuniões de oração. Nisso também se exige reflexão. Precisamos de buscar sabedoria de Deus, e de fazer planos para dirigir essas reuniões de maneira a torná-las interessantes e atrativas. As pessoas têm fome do pão da vida. Se o encontrarem na reunião de oração, ali irão para recebê-lo.

Palestras e orações longas e fastidiosas são inadequadas em qualquer parte, e especialmente na reunião de oração. É permitido aos que são desinibidos e que estão sempre prontos a falar, que impeçam o testemunho dos tímidos e retraídos. Geralmente, os mais superficiais têm mais a dizer. As suas orações são longas e mecânicas. Cansam os anjos e as pessoas que os ouvem. As nossas orações devem ser breves e específicas. As petições longas e cansativas devem ser reservadas para o aposento particular, caso alguém queira fazer uma oração desse tipo. Deixem que o Espírito de Deus entre no vosso coração, e Ele eliminará toda a árida formalidade.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 4, pp. 70 e 71 (traduzido do original inglês).

Devem ser feitos esforços acima do habitual para assegurar o sucesso da reunião de oração. A reunião deve começar a horas, mesmo que só estejam presentes duas ou três pessoas. Deve haver um breve estudo das Escrituras, ou uma leitura do Espírito de Profecia, de uns 15 a 20 minutos, seguido de orações, testemunhos e oração final.

O plano da reunião deve variar de semana para semana.

Se os membros não puderem reunir-se no lugar habitual para a reunião de oração, reuniões feitas nos lares poderão trazer grande benefício.

Reuniões Administrativas

Na estrutura da Igreja Adventista do Sétimo Dia, a igreja local atua segundo funções definidas. No contexto dessas funções, a Reunião Administrativa é a assembleia geral da igreja local. (Ver p. 30) Os membros em situação regular devem ser animados a estar presentes e têm direito a voto. Um membro sob censura não tem o direito de participar nem por voz nem por voto.

A Reunião Administrativa deve ser realizada pelo menos uma vez por ano. O pastor, ou o Conselho depois de consulta e do apoio do pastor, convoca a reunião. As reuniões administrativas são geralmente anunciadas uma ou duas semanas antes, num serviço de culto regular de Sábado, referindo-se em pormenor a hora e o local. O pastor, um ancião convidado pelo pastor, ou, nalguns casos, o presidente da Associação, atua como presidente da Reunião Administrativa.

Cada igreja decide qual o quorum necessário para as futuras reuniões.

Não são permitidos votos por procuração nem por carta.

Os assuntos mais importantes devem ser decididos numa Reunião Administrativa regular ou especialmente convocada para o efeito.

A Reunião Administrativa tem autoridade sobre o Conselho de igreja e pode delegar neste responsabilidades além das já atribuídas pelo *Manual da Igreja*. (Ver pp. 145-147.)

A agenda da Reunião Administrativa deve incluir relatórios sobre o trabalho da igreja. A agenda deve incluir, pelo menos uma vez por ano, relatórios sobre as atividades da igreja. Com base nesses relatórios, e a fim de obter aprovação, deve ser apresentada uma proposta de plano de ação, incluindo um orçamento anual, para o ano seguinte. Sempre que possível, os relatórios e os planos para o ano seguinte devem ser apresentados por escrito. (Ver Notas, n.º 7, pp. 204 e 205.)

A fim de manter um espírito de cooperação entre a igreja e a Associação, a igreja deve aconselhar-se com os oficiais da Associação a respeito de todos os assuntos de maior importância.

Os oficiais da Associação e da União (presidente, secretário e tesoureiro), ou alguém por eles designado, podem assistir sem direito a voto (a menos que este lhe seja concedido pela igreja) a qualquer reunião administrativa de qualquer igreja no respetivo território. Não é exigida nenhuma decisão para conceder o direito de voto a qualquer daqueles oficiais se o mesmo já for membro dessa congregação.

O Conselho de Igreja e as Suas Reuniões

Definição e Função – Todas as igrejas devem ter um órgão operativo cujos membros tenham sido eleitos numa Reunião Administrativa da igreja. O seu principal objetivo é ter um plano ativo de discipulado em ação,

o qual inclui o cuidado espiritual da igreja e o trabalho de planejar e de promover o evangelismo.

Incluídas nas responsabilidades do Conselho de igreja estão:

1. Um plano ativo de discipulado.
2. O evangelismo em todas as suas fases.
3. O cuidado espiritual e o acompanhamento dos membros.
4. A manutenção da pureza doutrinária.
5. A defesa das normas cristãs.
6. A recomendação de alterações na condição dos membros da igreja.
7. Supervisionar as finanças da igreja.
8. A proteção e o cuidado das propriedades da igreja.
9. Coordenação dos departamentos da igreja.

O mandato evangélico de Jesus diz-nos que fazer discípulos, o que inclui batizar e ensinar, é a principal função de igreja (Mat. 28:18-20). Essa é também, por conseguinte, a principal função do Conselho de igreja, o qual serve como principal comissão da igreja. Quando o Conselho dedica os seus primeiros interesses e as suas mais elevadas energias a envolver todos os membros na proclamação das boas-novas e em fazer discípulos, é atenuada ou evitada a maior parte dos problemas, fazendo-se sentir uma forte e positiva influência na vida espiritual e no desenvolvimento dos membros.

O Cuidado Espiritual – O amor de Cristo pela Igreja deve ser manifestado dentro da Igreja pelos Seus seguidores. O verdadeiro discipulado envolve não só o ensino da Bíblia (Mat. 28:20), mas também um compromisso fervoroso de amar incondicionalmente os nossos companheiros de fé. Isto era o âmago da mensagem de Cristo para os Seus discípulos, ao enfrentar a cruz (João 15:9-13). A ordem de Cristo para eles aplica-se a nós: que “nos amemos uns aos outros”. A poderosa perspectiva de Ellen G. White sobre esta cena histórica continua a ser vital para nós: “Este amor é a prova do seu discipulado” – *O Desejado de Todas as Nações*, p. 580, ed. P. SerVir.

Por isso, é uma das funções primordiais do Conselho assegurar que os membros são cuidados e acompanhados num relacionamento pessoal e dinâmico com Jesus Cristo.

Discipulado – O propósito da Igreja como corpo de Cristo é discipular os membros, de forma intencional, para que eles continuem num relacionamento frutífero e ativo com Cristo e com a Sua Igreja.

O discipulado baseia-se num relacionamento duradouro, para toda a vida, com Jesus. O crente dedica-se a “estar em Cristo” (João 15:8), a receber formação para ter um discipulado frutífero através da partilha de Jesus com outras pessoas, assim como a levar outros membros a serem, também, discípulos fiéis.

A Igreja, individual e coletivamente, partilha a responsabilidade de garantir que cada membro permanece como parte do corpo de Cristo.

Membros – O Conselho é nomeado pelo membros de igreja na altura da nomeação regular dos oficiais. (Ver pp. 77.) Além dos pastores nomeados pela Associação, a igreja deve eleger um Conselho representativo que inclua os seguintes oficiais:

Anciãos

Primeiro diácono

Primeira diaconisa

Tesoureiro

Secretário

Coordenador de interessados

Diretor dos Serviços Adventistas à Comunidade ou da Sociedade de Dorcas

Coordenador dos Homens Adventistas

Diretor dos Ministérios da Juventude Adventista

Diretor dos Jovens Seniores

Diretor do Clube de Companheiros

Diretor do Clube de Desbravadores

Diretor do Clube de Tições

Coordenador da Escola Bíblica

Diretor dos Ministérios das Crianças

Coordenador da Música da igreja

Presidente do Conselho de Comunicação ou Secretário de Comunicação

Secretário da Educação/diretor da escola ou professor principal

Diretor dos Ministérios da Família

Diretor dos Ministérios da Saúde

Diretor da Associação Lar e Escola

Diretor e Secretário dos Ministérios Pessoais

Diretor/coordenador dos Ministérios nos Campus Públicos

Coordenador dos Ministérios das Publicações

Diretor da Liberdade Religiosa
 Diretor da Escola Sabatina
 Diretor dos Ministérios da Mordomia
 Diretor/a dos Ministérios das Mulheres.

Nalguns casos, dependendo do número de membros de igreja, o Conselho pode não incluir todos os cargos desta lista ou pode incluir outros membros adicionais. O pastor nomeado pela Associação para servir na igreja é sempre membro do Conselho de igreja.

Oficiais – O presidente do Conselho de igreja é o pastor nomeado pela Associação. Se o pastor preferir não atuar nessa capacidade ou se não lhe for possível estar presente, poderá providenciar para que um ancião dirija como presidente.

O secretário de igreja atua como secretário do Conselho e é responsável pelo registo, apresentação e conservação das atas das reuniões.

Reuniões – Visto o trabalho do Conselho de igreja ser vital para a vida, a saúde e o crescimento da igreja, é recomendável que se reúna pelo menos uma vez por mês, e com mais frequência se necessário. É bom fixar a hora da reunião mensal para a mesma semana e o mesmo dia de cada mês.

A reunião do Conselho é anunciada no serviço regular de culto de Sábado, e todos os membros do Conselho devem estar presentes.

Cada igreja deve determinar numa Reunião Administrativa qual o número de membros do Conselho que devem estar presentes para haver quorum nas futuras reuniões.

Não são permitidos votos por procuração nem por carta.

O Trabalho do Conselho de Igreja – O Conselho é responsável por: 1. Garantir que existe na igreja um plano ativo, permanente de discipulado, que inclui o cuidado espiritual e os ministérios de evangelismo. Este é o ponto mais importante a que o Conselho deve dar atenção.

2. Estudar as listas de membros e pôr em prática planos para recuperar membros que se separaram da igreja.

3. Dar formação aos dirigentes locais sobre como encorajar um crescimento espiritual intencional em si mesmos e nos outros.

4. Evangelizar o território missionário da igreja. Uma vez por trimestre uma reunião inteira deve ser dedicada a fazer planos para evangelismo. O

Conselho deve analisar as recomendações da Associação para programas e métodos evangelísticos e para a sua implementação localmente. O pastor e o Conselho devem iniciar e desenvolver planos para reuniões evangelísticas públicas.

5. Coordenar programas missionários para todos os departamentos da igreja, embora cada departamento desenvolva os seus planos missionários dentro da sua própria esfera. Para evitar os conflitos relativos ao momento de os pôr em prática, a competição para garantir voluntários e para conseguir os melhores resultados, a coordenação é essencial. Antes de completar e anunciar planos para qualquer programa, cada departamento deve submeter os seus planos ao Conselho para aprovação. Os departamentos também fazem um relatório ao Conselho sobre o progresso dos seus programas evangelísticos. O conselho pode sugerir a forma como os programas departamentais podem contribuir para a preparação, condução e acompanhamento posterior de uma campanha evangelística pública.

6. Encorajar o Departamento dos Ministérios Pessoais a alistar todos os membros e crianças nalguma forma de trabalho missionário. Devem ser realizadas classes de formação em várias linhas de trabalho missionário.

7. Encorajar o coordenador de interessados a assegurar-se de que cada interessado seja pessoal e prontamente acompanhado por pessoas leigas designadas para isso.

8. Encorajar cada departamento a relatar, pelo menos trimestralmente, ao Conselho e aos membros, numa Reunião Administrativa, ou em reunião de Sábado, o que diz respeito ao cuidado espiritual e ao evangelismo.

9. Receber regularmente os relatórios. O Conselho de igreja deve analisar os pormenores dos assuntos administrativos da igreja e receber regularmente os relatórios do tesoureiro sobre as finanças da igreja. O Conselho deve analisar o registo de membros e indagar sobre a situação espiritual de todos eles, providenciando para que sejam visitados os membros doentes, os desanimados e os apostatados. Periodicamente, os outros oficiais da igreja devem apresentar relatórios da sua atuação.

10. Promover a educação Adventista.

Comissões do Conselho de Igreja – O Conselho de igreja não deve consentir que outros assuntos interfiram com o planeamento do evangelismo. Caso outros assuntos ocupem demasiado tempo, o

Conselho deve nomear comissões para atender a áreas específicas da administração da igreja, como questões de finanças ou de projetos de construção. Caberá a essas comissões fazer recomendações ao Conselho. (Ver Notas, n.º 8, p. 205.)

Comissão de Finanças

Todas as igrejas devem ter um planejamento financeiro consultativo e um processo de orçamentação voltados para a missão e com uma base ampla, tendo uma estrutura de comissão que pode dar uma análise pormenorizada do planejamento financeiro e da orçamentação em curso. Nalguns casos, isso pode tomar a forma de uma Comissão de Finanças. Noutros casos, em igrejas mais pequenas, este processo pode ser tratado diretamente pelo Conselho da igreja. Se a igreja estabelece uma Comissão separada para este propósito, as responsabilidades devem incluir analisar os pedidos de orçamento e a análise do orçamento geral anual, assim como uma análise da posição financeira da igreja, indicada nas declarações financeiras. A aprovação do orçamento e da análise da declaração financeira deve, depois, ser recomendada ao Conselho da igreja e avançar para a reunião administrativa da igreja, para implementação.

Reuniões do Conselho Escolar

A escola da igreja é normalmente supervisionada por um Conselho escolar da igreja. A igreja elege um presidente que dirige as reuniões e um secretário que conserva as atas das reuniões e dos votos. Este Conselho deve reunir-se com regularidade. O presidente pode convocar reuniões especiais. Algumas igrejas preferem ter o Conselho de igreja, ou uma subcomissão do Conselho de igreja, a atuar também como Conselho escolar. (Ver também pp. 99 e 100.)

Reuniões da Associação Lar e Escola

A Associação Lar e Escola deve reunir-se mensalmente e coordenar as atividades do lar, da escola e da igreja. Deve ser prestada atenção à educação dos pais, bem como auxiliar a escola a obter os recursos de que necessita, como sejam pais a colaborar nas salas de aulas, livros, materiais didáticos e equipamento. Há materiais auxiliares para dirigentes do Lar e Escola disponíveis no Departamento de Educação da Associação. (Ver também p. 98.)

Reuniões da Juventude

Os dirigentes dos vários grupos de jovens da igreja devem marcar reuniões regulares que envolvam os jovens da igreja em atividades com sentido, que os liguem mais intimamente à igreja e os preparem para serviço útil. (Ver também pp. 114-120.)

Reuniões dos Ministérios dos Jovens Seniores (Companheiros e Jovens Seniores) – As reuniões dos Ministérios dos Jovens Seniores devem ter lugar com regularidade e devem concentrar-se no desenvolvimento das características espirituais, mentais e físicas da juventude da igreja. As reuniões também proporcionam interação social cristã e programas de testemunho, os quais apoiam os planos da igreja para a conquista de almas. Sobre recursos, ver Notas, n.º 9, p. 206.

Reuniões dos Ministérios nos Campus Públicos – Onde a igreja tenha nomeado um diretor/coordenador dos Ministérios nos Campus Públicos, devem ser organizadas reuniões para atender às necessidades especiais dos estudantes das instituições públicas de ensino superior, em consulta com e com o apoio do Conselho dos Ministérios da Juventude Adventista.

Reuniões dos Ministérios dos Juvenis Adventistas (Tições e Desbravadores) – As reuniões dos Ministérios dos Juvenis Adventistas são semelhantes, no propósito, às dos Ministérios dos Jovens Seniores, envolvendo, no entanto, os jovens mais novos. As reuniões do Clube de Tições providenciam programas para as crianças da pré-escola e do primeiro ciclo do ensino básico, a fim de complementar e fortalecer o envolvimento parental do desenvolvimento dos filhos na infância, enquanto as reuniões do Clube de Desbravadores proporcionam atividades especializadas no interior e ao ar livre, para o desenvolvimento integral das crianças dos 10 aos 15 anos de idade. As reuniões e outras atividades devem ser realizadas em harmonia com as normas da Associação indicadas nos manuais e em coordenação com outras organizações da igreja relacionadas com os jovens e com a família.

CAPÍTULO 11

Finanças

O plano bíblico para sustento da obra de Deus é por meio dos dízimos e ofertas do Seu povo. O Senhor diz: “Trazei todos os dízimos à casa do tesouro, para que haja mantimento na minha casa” (Mal. 3:10). A Igreja, desde os seus primeiros dias, tem seguido este plano.

“O sistema dos dízimos e das ofertas destinava-se a impressionar a mente dos homens com uma grande verdade – a verdade de que Deus é a fonte de todas as bênçãos sobre as Suas criaturas, e de que Ele tem direito à gratidão do homem pelas boas dádivas da Sua providência.” – *Patriarcas e Profetas*, p. 479, ed. P. SerVir.

“Os dízimos e ofertas trazidos a Deus são um reconhecimento do direito que Deus tem sobre nós pela criação, bem como o reconhecimento desse Seu mesmo direito pela nossa redenção. Pelo facto de que tudo o que temos provém de Cristo, tais ofertas devem fluir de nós para Deus. Devem lembrar-nos sempre o direito que a nossa redenção Lhe confere, o maior de todos os direitos, e que inclui todos os demais.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 6, p. 479.

“O dízimo é sagrado, reservado por Deus para Si mesmo. Tem de ser trazido ao Seu tesouro, para ser empregue em manter os obreiros do Evangelho no seu trabalho.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 9, p. 249.

“Ele deu ao Seu povo um plano para o levantamento de fundos suficientes para tornar o trabalho autossustentável. O plano divino do sistema do dízimo é belo na sua simplicidade e equidade. Todos podem lançar mão dele com fé e ânimo, pois é divino na sua origem. Nele se aliam a simplicidade e a utilidade.... Todo o homem, mulher e jovem podem tornar-se tesoureiros do Senhor e agentes para atender àquilo que é exigido ao tesouro. Diz o apóstolo: ‘Cada um de vós ponha de parte o que puder ajuntar, conforme a sua prosperidade’. (I Cor. 16:2).” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 3, pp. 388 e 389.

“Deus tem feito depender a proclamação do Evangelho do trabalho e dos donativos do Seu povo. As ofertas voluntárias e os dízimos constituem o meio de manutenção da obra do Senhor. Dos bens confiados aos homens, Deus reclama uma parte – o dízimo. No entanto, deixa a todos a liberdade

de decidirem se desejam, ou não, dar mais do que isso.” – *Atos dos Apóstolos*, p. 51, ed. P. SerVir.

“Deus deu orientação especial quanto ao emprego do dízimo. Ele não quer que a Sua obra seja entravada por falta de meios.... A porção que Deus reservou para Si não deve ser desviada para qualquer outro desígnio que não aquele por Ele especificado. Ninguém se sinta na liberdade de reter o dízimo, para empregá-lo segundo o seu juízo. Não devem servir-se dele numa emergência, nem usá-lo segundo lhes pareça justo, mesmo no que possam considerar obra do Senhor.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 9, p. 247.

Mordomia

Os cristãos são mordomos de Deus, a quem foram confiados os Seus bens e, como Seus associados, são responsáveis por os gerir de harmonia com as Suas diretrizes e os Seus princípios. O conselho divino é que, como Seus mordomos, “cada um se ache fiel” (I Cor. 4:2). Embora o tema da mordomia englobe muitos aspetos da vida e da experiência cristãs, não há dúvida de que a mordomia dos nossos meios é vitalmente importante. Ela abarca toda a família da Igreja e implica o nosso reconhecimento da soberania de Deus, da propriedade divina de todas as coisas e da concessão da Sua graça sobre o nosso coração.

Embora este aspeto da mordomia cristã tenha a ver com as nossas posses materiais, ele influencia, no entanto, a nossa experiência cristã. O Senhor requer de nós determinadas coisas, a fim de Ele poder fazer determinadas coisas por nós. A nossa obediência voluntária ao que o Pai celestial requer de nós coloca esta faceta da mordomia num elevado plano espiritual. Deus não requer arbitrariamente que O sirvamos ou que O reconheçamos por meio das nossas ofertas. Mas, Ele faz assim para que, quando atuamos de harmonia com Ele nestas coisas, grandes bênçãos espirituais fluam para o nosso coração.

“Deus deseja que todos os Seus mordomos sejam exatos no seguir os planos divinos. Eles não os devem alterar para praticar alguns atos de caridade ou dar algum donativo ou oferta quando e como eles, os agentes humanos, acharem oportuno. É uma prática lamentável da parte dos homens procurarem melhorar o plano de Deus, inventando expedientes, calculando médias dos seus bons impulsos sobre isto e aquilo, contrapondo-

-as às reivindicações divinas. Deus requer de todos que ponham a sua influência do lado do Seu próprio plano.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 9, p. 248.

Dízimo

Em reconhecimento do plano bíblico e do solene privilégio e responsabilidade que recaem sobre os membros como filhos de Deus e como membros do Seu corpo, a Igreja, todos são exortados a devolver fielmente à tesouraria da denominação o dízimo, um décimo dos seus ganhos ou dos seus rendimentos pessoais.

O dízimo não deve ser aplicado de maneira nenhuma pela igreja local, mas deve ser retido em custódia e enviado ao tesoureiro da Associação. Desta forma, o dízimo de todas as igrejas flui para a tesouraria da Associação, e percentagens do mesmo são remetidas para o nível administrativo imediatamente acima, de acordo com os procedimentos operacionais da Conferência Geral e da Divisão, a fim de atender às despesas da condução da obra de Deus nas respetivas esferas de responsabilidade e atividade.

Estas normas foram desenvolvidas para recolha e distribuição de fundos em todo o mundo e para a gestão dos assuntos administrativos da causa. Os aspetos financeiros e administrativos da obra são de enorme importância. Não podem ser separados da proclamação da mensagem da salvação. São realmente parte integral da mesma.

Benevolência Sistemática e Unidade – O plano financeiro da Igreja tem um propósito mais amplo do que aquele que se vê nos seus relatórios financeiros e estatísticos. O sistema de partilha de fundos com os campos mundiais, tal como delineado pelos Procedimentos Operacionais (*Working Policy*) da Conferência Geral, preenche o maravilhoso propósito de unir o trabalho espiritual da Igreja em todo o mundo.

Como Deve Ser Usado o Dízimo – O dízimo é considerado sagrado para a obra do ministério, para o ensino da Bíblia e para apoiar a administração da Associação no cuidado das igrejas e nos esforços missionários do campo. O dízimo não deve ser despendido noutros trabalhos, no pagamento de dívidas institucionais ou da igreja, nem em programas de construção, exceto no que seja aprovado pelos Procedimentos Operacionais (*Working*

Policy) da Conferência Geral. Para mais informação sobre o uso do dízimo, ver Notas, n.º 1, p. 206.

“Foi-me dada uma mensagem muito clara e definida para o nosso povo. É-me ordenado dizer-lhes que estão a cometer um erro em aplicar os dízimos para vários fins, os quais, embora bons em si mesmos, não são aquilo em que o Senhor disse que o dízimo deve ser aplicado. Os que assim o empregam estão a afastar-se do plano de Deus. Ele os julgará por essas coisas.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 9, p. 248 (traduzido do original inglês).

Como Deve Ser Tratado o Dízimo – O dízimo pertence ao Senhor e deve ser entregue como um ato de adoração na tesouraria da Associação através da igreja onde a pessoa é membro. Em caso de circunstâncias anormais, os membros devem consultar os oficiais da Associação.

Os Oficiais da Igreja e da Associação Devem Dar o Exemplo – Espera-se que os anciãos e outros oficiais, bem como o pastor e os funcionários institucionais e da Associação, deem bons exemplos de liderança na entrega do dízimo. Ninguém deve continuar como oficial da igreja ou como funcionário da Associação se não estiver em conformidade com este padrão de liderança.

Ofertas

Além do dízimo, as Escrituras salientam a nossa obrigação de trazer ofertas ao Senhor. A retenção de ofertas é considerada nos mesmos termos que a retenção do dízimo e é chamada roubo (Mal. 3:8). Os membros têm contribuído liberalmente, desde os primeiros tempos da Igreja, com ofertas que têm abençoado e feito prosperar a obra de Deus.

Além do calendário tradicional do programa de ofertas, em que cada oferta recolhida se destina a um propósito específico, a Conferência Geral aprovou o sistema de ofertas combinado e o plano de dádivas pessoal. O Conselho da Divisão está autorizado a decidir que plano(s) será(ão) seguido(s) no seu território.

Ofertas da Escola Sabatina – O método sistemático de dádivas regulares mais amplamente usado na Igreja, e o mais bem-sucedido,

é o das ofertas da Escola Sabatina, as quais se destinam à obra missionária mundial.

Outras Ofertas – São recolhidas, de tempos a tempos, outras ofertas para o trabalho missionário mundial e para projetos gerais e locais. Quando qualquer oferta é recolhida, todo o dinheiro recebido, a menos que indicado doutro modo pelo doador, será contado como parte dessa oferta especial.

Ofertas Especiais para os Campos – O suporte financeiro da obra mundial da Igreja assenta no sistema de orçamento. São atribuídas aos vários campos dotações com base nas necessidades orçamentadas. Este é um método justo e equitativo de distribuição dos fundos.

Quando são feitos donativos especiais, fora do plano do orçamento regular, para um campo em particular, cria-se uma disparidade em detrimento de outros campos. Se esses donativos forem dados com o propósito de dar início a um novo trabalho, esse trabalho assim começado poderá definir quando o donativo especial se esgotar, ou esse trabalho terá de ser incluído no orçamento para obter apoio no futuro. Desta forma, outros campos, talvez com maiores necessidades, mas sem oportunidade de as tornar conhecidas, ficariam privados da sua parte equitativa dos fundos gerais, os quais teriam de ser desviados para esse trabalho começado por meio de donativos especiais.

A história tem comprovado a sabedoria de levar os membros a darem generosa e lealmente as suas ofertas e donativos através dos canais regulares, sabendo que todos os campos partilham dos benefícios das suas dádivas.

Assistência aos Pobres e Necessitados – Recolhem-se ofertas para os pobres e necessitados, com vista a dar assistência a membros que precisam de ajuda. Deve manter-se um fundo de reserva para esses casos de emergência. Além disso, a igreja deve assumir uma atitude benevolente para com todos os necessitados, podendo o Conselho de igreja fazer dotações desse fundo para apoio do trabalho de saúde e assistência junto de famílias na comunidade.

Orçamento da Igreja para Despesas Locais – O método mais satisfatório de provisão para despesas locais é o plano de orçamento. Antes do princípio do novo ano orçamental, o Conselho de igreja deve preparar um orçamento das despesas com atividades de igreja no ano que se avizinha. O orçamento deve inscrever todas as receitas e despesas, incluindo as relacionadas com todos os departamentos. Deve providenciar para gastos previstos, como pagamento de serviços, seguros, manutenção, serviço de limpeza, fundos para os pobres e necessitados e despesas da escola da igreja. (Para um modelo de orçamento, ver Notas, n.º 2, pp. 206 e 207.)

O orçamento deve ser apresentado à igreja para análise e aprovação, e para que se façam planos garantindo que haverá fundos para equilibrar o orçamento durante o ano próximo. Os fundos para atender ao orçamento de despesas da igreja podem ser recolhidos através de ofertas ou de contribuições. Os membros devem ser estimulados a apoiar a sua igreja local na proporção da sua situação financeira pessoal.

Aconselhamento Financeiro em Geral

Regulamentação da Solicitação de Fundos – A solicitação de fundos rege-se pelas seguintes normas:

1. Nenhuma Associação, igreja ou instituição fará planos de trabalho que requeiram solicitação de fundos fora do seu próprio território, sem primeiramente obter aconselhamento ou arranjo especial. Qualquer solicitação dentro do próprio território deverá estar em harmonia com os regulamentos locais, da União, da Divisão e da Conferência Geral. Não é concedida autoridade a nenhum funcionário denominacional que represente interesses especiais numa parte do campo para solicitar auxílio em qualquer outra parte do campo ou em qualquer outra Associação, sem acerto com e sem autorização escrita dos oficiais da Associação onde a recolha de fundos deverá ter lugar.

2. Os seguintes princípios protegem as igrejas de solicitação não autorizada, fraudulenta e não-denominacional:

- a. Os pastores e oficiais de igreja não concederão o privilégio do púlpito para recolha de fundos a pessoas que não tenham sido reconhecidas ou recomendadas pela Associação. (Ver p. 133.) Nenhuma autorização será concedida para solicitação de fundos, quer publicamente quer em privado, sem esse reconhecimento.

b. Todos os fundos provenientes de contribuições para qualquer causa, em resposta a apelos, serão movimentados através dos canais regulares da igreja.

c. Os oficiais da Associação e da igreja tomarão as medidas que venham a ser necessárias para impedir solicitações públicas não autorizadas ou ilegais.

3. Nenhuma campanha, além da Campanha Anual das Missões (ou equivalente), utilizando folhetos de apelo e recipientes com etiquetas de apelo autorizadas, será realizada para solicitação de dinheiro destinado a trabalho missionário quer nacional quer no estrangeiro. As Uniões e Associações devem evitar a violação desta norma.

4. Pede-se que os obreiros em serviço noutras divisões, de visita às suas igrejas de origem ou que, de qualquer outro modo, comuniquem com o seu país de origem, solicitem apenas fundos destinados a projetos incluídos no orçamento de dotações, agindo em cooperação com igrejas e Associações na recolha de fundos requeridos para satisfazer as dotações de que depende a nossa obra mundial. Todos esses fundos serão movimentados através dos canais regulares da igreja.

Métodos Questionáveis para Recolha de Fundos – A igreja local deve tomar uma posição firme contra métodos questionáveis de recolha de dinheiro.

“Para obtenção de dinheiro para fins religiosos, a que meios recorrem muitas igrejas? Bazares, jantares, quermesses e até a rifas e coisas semelhantes. Frequentemente, o lugar consagrado para o culto divino é profanado por festas em que se come e bebe, compra e vende e as pessoas se divertem. O respeito pela casa de Deus e a reverência pelo Seu culto são minimizados na mente dos jovens. Enfraquecem-se as barreiras do domínio próprio. O egoísmo, o apetite, o amor à ostentação são estimulados e fortalecidos na medida em que são praticados.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 9, p. 91.

“À medida que a obra de Deus se amplia, aparecerão pedidos de auxílio cada vez mais frequentemente.... Se os professos cristãos levassem fielmente a Deus os seus dízimos e ofertas, o tesouro divino estaria cheio. Não haveria então necessidade de recorrer a festas, rifas ou reuniões de divertimento a fim de angariar fundos para manter a proclamação do Evangelho.” – *Atos dos Apóstolos*, pp. 238 e 239, ed. P. SerVir.

Dízimos e Ofertas Não São Um Fundo de Reserva Pessoal – Os dízimos e as ofertas doados pelos membros à Igreja não criam um fundo de reserva para futuro benefício dos doadores. Esses fundos deverão ser aplicados nos propósitos normais para que foram dados.

Financiamento de Planos de Construção – As igrejas que ponderem a compra ou a construção de uma igreja ou de outros edifícios, ou que incorram em dívidas de qualquer tipo, devem aconselhar-se com os oficiais da Associação antes de assumirem obrigações financeiras desse tipo. Na compra ou na construção de imóveis para a igreja, em caso nenhum serão assumidos compromissos ou iniciados trabalhos de construção sem ter sido dada autorização pelos Conselhos da Associação e da União. Estes Conselhos só darão a sua aprovação depois de se terem assegurado eles próprios de que os arranjos financeiros estão em conformidade com as normas estabelecidas. Ao prestar aconselhamento financeiro, o Conselho da Associação deve considerar o tamanho da congregação, a sua capacidade financeira e a localização do edifício.

Movimentação e Prestação de Contas dos Fundos – A recolha e a movimentação de fundos para a obra do Senhor são uma responsabilidade sagrada. O canal apropriado para a circulação destes fundos é, em primeiro lugar, dos membros para a igreja local, onde o tesoureiro recebe os fundos. (Ver pp. 90-93.) O tesoureiro desembolsa fundos destinados a objetivos da igreja local. O tesoureiro conserva em custódia e passa para o tesoureiro da Associação os fundos destinados à Associação ou a objetivos gerais. O tesoureiro da igreja local atua sob a direção do Conselho de igreja. Os tesoureiros, a qualquer nível (igreja local, Associação, União, ou Divisão/ Conferência Geral) não agem independentemente. Desembolsam fundos unicamente por voto ou autoridade dos Conselhos responsáveis.

Auditoria – Todos os livros de registos contabilísticos, desde os da igreja local até aos da Conferência Geral, estão sujeitos a verificação de contas por parte de auditores nomeados para o efeito. Esta regra, que também se aplica a todas as instituições ligadas à denominação, provê o máximo de segurança na movimentação de fundos. (Ver p. 93.)

CAPÍTULO 12

Normas de Vida Cristã

Sublime Chamado de Deus em Cristo Jesus

A vida do cristão não é uma ligeira modificação ou melhoria, mas é uma completa transformação da natureza. Isto quer dizer morte para o eu e para o pecado e ressurreição para uma nova vida, como uma nova pessoa em Cristo Jesus.

O coração do cristão torna-se, pela fé, o lugar de habitação de Cristo. Isto resulta de “contemplar Cristo, observar Cristo, tendo o nosso querido Salvador como o nosso melhor e honrado Amigo, a fim de que não O entristeçamos e ofendamos por qualquer ação”. – *Testemunhos para Ministros*, p. 387. Dessa forma, os cristãos têm “a companhia da presença divina”, e, ao nos apercebermos dessa presença, “são os nossos pensamentos levados cativos a Jesus Cristo” (*Testemunhos para Ministros*, p. 388) e os nossos hábitos acomodados ao padrão divino.

Devemos ter em mente que “como escudo contra a tentação, e inspiração à pureza e à verdade, nenhuma influência pode igualar a sensação da presença de Deus”. – *Educação*, p. 255.

“Nenhum aspeto da nossa conduta escapa à Sua observação. Não podemos esconder os nossos caminhos dos olhos do Altíssimo. ... Cada ato, cada palavra, cada pensamento, é tão distintamente notado, como se apenas houvesse uma pessoa no mundo inteiro, e a atenção do Céu nela estivesse centralizada.” – *Patriarcas e Profetas*, p. 183, ed. P. SerVir.

O amor de Deus estende-se a toda a gente, e aos Seus filhos em particular. O Seu ouvido está sempre atento às súplicas do Seu povo, aqueles que se desviaram do mundo e se entregaram a Ele. Deste sagrado relacionamento brotam um respeito e uma reverência que se manifestam todos os dias e em todo o lugar.

Como cristãos, somos membros da família real, filhos do Rei celestial. Por conseguinte, não devemos dizer qualquer palavra nem realizar qualquer ato que traga desonra ao “bom nome que sobre vós foi invocado” (Tiago 2:7). Somos reformadores. Em todos os aspetos da vida, “estudem cuidadosamente o carácter divino-humano, e perguntem-se constantemente: ‘O que faria Jesus no meu lugar?’ Esta deve ser a medida do nosso dever.” – *A Ciência do Bom Viver*, p. 377, ed. P. SerVir.

Através da Igreja remanescente Deus vai demonstrar ao Universo inteiro que o evangelho é adequado para salvar homens e mulheres do poder do pecado. Como membros dessa Igreja, devemos realçar uma vez mais os grandes padrões bíblicos e renovar a fidelidade a esses princípios dados por Deus. É nosso dever aproximarmo-nos desses elevados padrões da vida cristã e afastarmo-nos do mundo. Com esse objetivo devemos dar ouvidos à admoestação do Senhor: “Não ameis o mundo, nem o que no mundo há. Se alguém ama o mundo, o amor do Pai não está nele” (I João 2:15).

Estudo da Bíblia e Oração

A vida espiritual é mantida pelo alimento espiritual. Devemos conservar o hábito do estudo devocional da Bíblia e da oração se nos quisermos aperfeiçoar em santidade. Numa época em que somos inundados com comunicações vindas da imprensa escrita, da rádio, da televisão, da Internet e de outros modernos meios de comunicação social, quando milhares de vozes se querem fazer ouvir, devemos fechar os olhos e os ouvidos a muito do que procura entrar na nossa mente e dedicarmo-nos ao Livro de Deus, o Livro dos livros, o Livro da vida – a Bíblia. Se deixarmos de ser o povo do Livro, estamos perdidos e a nossa missão terá falhado. É unicamente na medida em que falamos com Deus diariamente em oração e damos ouvidos à Sua voz que podemos ter a esperança de viver a vida que “está escondida com Cristo, em Deus” (Col. 3:3) e de terminar a Sua obra.

A oração é uma conversa em dois sentidos, na qual ouvimos Deus e falamos com Ele. “A oração é abrir o coração a Deus como a um amigo.” “Mediante a oração sincera somos colocados em união com a mente do Infinito”, e “Sem oração incessante e vigilância diligente, estamos em perigo de crescer em descuido e de nos desviarmos do caminho certo.” – *Aos Pés de Cristo*, pp. 109, 114, 111, ed. P. A..

O lar é a pedra angular da Igreja. Um lar cristão é uma casa de oração. “Pais e mães, por mais prementes que sejam os vossos afazeres, não deixem de reunir a vossa família em torno do altar de Deus.... Os que querem viver uma vida paciente, amorável e feliz, devem orar.” – *A Ciência do Bom Viver*, p. 298, ed. P. SerVir.

Relacionamento com a Comunidade

Ainda que “a nossa cidade está nos céus, de onde também esperamos

o Salvador, o Senhor Jesus Cristo” (Fil. 3:20), estamos ainda no mundo, como parte integrante da sociedade humana, e devemos partilhar com os nossos concidadãos certas responsabilidades nos problemas comuns da vida. Onde quer que vivamos, como filhos de Deus, devemos ser reconhecidos como cidadãos admiráveis pela nossa integridade cristã e pela nossa atuação para o bem comum.

Embora a nossa mais elevada responsabilidade seja para com a Igreja e a comissão evangélica, devemos apoiar com o nosso serviço e os nossos meios, tanto quanto seja possível e em consonância com as nossas crenças, esforços em favor da ordem e de melhoramentos sociais. Ainda que nos devamos conservar afastados dos conflitos políticos e sociais, devemos manter sempre, com tranquilidade e firmeza, uma posição decidida e clara a favor da justiça e do direito nas questões cívicas, bem como uma adesão plena às nossas convicções religiosas. Cabe-nos a responsabilidade sagrada de sermos cidadãos leais das nações às quais pertencemos, dando “a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus” (Mat. 22:21).

Guarda do Sábado

O Sábado é um testemunho do amor de Deus pela Humanidade. É um memorial do poder de Deus na criação original e é também um sinal do Seu poder para recriar e santificar a nossa vida (Eze. 20:12), e a sua observância é uma evidência da nossa lealdade para com Ele e da nossa comunhão com Ele.

O Sábado tem um lugar especial na nossa vida. O sétimo dia da semana, do pôr-do-sol de sexta-feira ao pôr-do-sol de Sábado (Lev. 23:32), é uma dádiva de Deus, um sinal da Sua graça no tempo. É um privilégio, um encontro especial com Aquele que nos ama e a Quem nós amamos, um tempo sagrado posto de lado pela eterna Lei de Deus, um dia de deleite para adoração a Deus e para partilha uns com os outros (Isa. 58:13). É com alegria e gratidão que damos as boas-vindas ao Sábado.

“O Sábado, façam dele o mais agradável, o mais abençoado dia de toda a semana.” – *A Fé Pela Qual Eu Vivo*, p. 35 [MM 2006].

“O Sábado ... é tempo que pertence a Deus, não a nós; quando o transgredimos, roubamos Deus.... Deus deu-nos seis dias para fazermos o nosso trabalho e reservou apenas um para Si. Este deve ser um dia de bênçãos para nós – dia em que ponhamos de parte todas as nossas atividades seculares, e centralizemos os nossos pensamentos em Deus e no Céu....

“Não devemos dizer aos nossos filhos que não devem estar alegres no Sábado, que é errado andar ao ar livre. Não! Cristo conduzia os discípulos para fora, para a beira do lago, no dia de Sábado, e ensinava-os. Os Seus sermões de Sábado nem sempre eram pregados em recintos fechados.” – *Nos Lugares Celestiais*, p. 149 [MM 2011].

“O amor de Deus, porém, estabeleceu um limite às exigências do trabalho. Sobre o Sábado Ele pôe a Sua misericordiosa mão. No Seu próprio dia, Ele reserva à família oportunidade para a comunhão com Ele, com a Natureza, e de uns com os outros.” – *Educação*, p. 251.

As horas do Sábado pertencem a Deus e só para Ele devem ser usadas. A nossa satisfação pessoal, as nossas palavras, negócios e pensamentos não devem ter lugar na observância do dia do Senhor (Isa. 58:13). Reunamo-nos no círculo da família ao pôr-do-sol e, com oração e cânticos, demos as boas-vindas ao Sábado, e terminemos o dia com oração e expressões de gratidão pelo Seu maravilhoso amor. O Sábado é um dia especial para adoração nos nossos lares e igrejas, um dia de alegria para nós e para os nossos filhos, um dia em que podemos aprender mais de Deus mediante a Bíblia e o grandioso compêndio da Natureza. É uma ocasião para visitarmos os doentes e trabalharmos pela salvação de almas. Devemos pôr de lado os afazeres habituais dos seis dias de trabalho e não desempenhar nenhuma tarefa desnecessária. Não devemos consentir que os meios de comunicação seculares ocupem o nosso tempo no santo dia de Deus.

“O Sábado não se destina a ser um período de inútil inatividade. A lei proíbe o trabalho secular no dia de repouso do Senhor; aquilo que constitui o ganha-pão deve cessar; nenhum trabalho que vise prazer ou proveitos mundanos é lícito nesse dia; mas, como Deus cessou o Seu labor de criar e repousou no Sábado e o abençoou, assim deve o homem deixar as ocupações da vida diária e dedicar essas horas sagradas a um repouso saudável, ao culto e a boas obras.” – *O Desejado de Todas as Nações*, pp. 162 e 163, ed. P. SerVir.

Um programa de atividades de harmonia com o espírito da verdadeira guarda do Sábado fará deste dia abençoado o mais feliz e o melhor de toda a semana, tanto para nós próprios como para os nossos filhos – um verdadeiro antegozo do nosso descanso celestial.

Reverência no Lugar de Culto

Os cristãos que valorizam a onipotência de Deus, a Sua santidade e

o Seu amor manifestarão sempre um espírito de profunda reverência para com Deus, a Sua Palavra e o culto de adoração que Lhe é dirigido. “A humildade e a reverência devem caracterizar o comportamento de todos os que vão à presença de Deus.” – *Patriarcas e Profetas*, p. 217, ed. P. SerVir. Reconheceremos que “a hora e o lugar de oração são sagrados, porque Deus Se encontra ali”. – *Obreiros Evangélicos*, p. 178. Iremos à casa de culto, não de maneira negligente, mas em espírito de meditação e oração, evitando toda a conversação desnecessária.

Como pais, devemos instruir reverentemente os nossos filhos sobre como se devem comportar na “casa de Deus” (I Tim. 3:15). Uma instrução fiel e a disciplina dos jovens no lar, na Escola Sabatina e na igreja, a respeito da reverência para com Deus e com o Seu culto, farão muito para conservar a sua lealdade nos anos posteriores.

Os pastores que sentem a santidade do serviço de Deus promoverão reverência, simplicidade, boa ordem e decoro na igreja, tanto pelo seu exemplo como pela instrução e pela conduta no púlpito.

Saúde e Temperança

O nosso corpo é o templo do Espírito Santo (I Cor. 6:19). “Tanto o vigor mental como o espiritual dependem em grande parte da força e atividade físicas; o que quer que promova a saúde física promoverá o desenvolvimento de um espírito robusto e um caráter bem equilibrado.” – *Educação*, p. 195.

Por este motivo, vivemos inteligentemente de acordo com princípios de saúde de exercício físico, respiração, luz solar, ar puro, uso de água, sono e descanso. Por convicção, escolhemos comer de forma saudável, vestir roupas adequadas, praticar higiene, procurar recreação apropriada e escolher livremente seguir os princípios de saúde, domínio próprio e regime alimentar saudável. Por isso, abtemo-nos de todas as formas de álcool, tabaco e substâncias adictivas. Esforçamo-nos por preservar o nosso equilíbrio físico e psicológico evitando qualquer excesso.

A reforma da saúde e o ensino sobre saúde e temperança são partes inseparáveis da mensagem da Igreja. Veio até nós instrução através da mensageira do Senhor de “que os que estão a guardar os Seus mandamentos devem levados a ter um relacionamento sagrado com Ele e, por meio de temperança no comer e no beber, devem conservar a mente e o corpo na condição mais favorável para o serviço”. – *Conselhos sobre*

Saúde, p. 132 (traduzido do original inglês). E ainda que “é desígnio do Senhor que a influência restauradora da reforma da saúde seja parte do último grande esforço para proclamar a mensagem do evangelho”. – *Medicina e Salvação*, p. 259.

Pertencemos a Deus, corpo, alma e espírito. Por conseguinte, é nosso dever religioso observar as leis da saúde, tanto para nosso próprio bem-estar e felicidade como para prestarmos um serviço mais eficiente a Deus e à sociedade. O apetite deve ser mantido sob controle. Deus proveu uma abundante variedade de alimentos suficiente para satisfazer todas as necessidades nutricionais. “Frutas, cereais e verduras, preparados de maneira simples, ... juntamente com leite ou nata, fazem o mais saudável regime.” – *Conselhos Sobre o Regime Alimentar*, p. 92.

Quando pomos em prática os princípios do viver saudável, não sentimos necessidade de estimulantes. A lei da Natureza proíbe que usemos substâncias intoxicantes e narcóticos de qualquer espécie. Desde os primeiros dias deste movimento que a abstinência do uso de álcool e tabaco tem sido uma condição para se ser membro da Igreja. (Ver pp. 49, 51, 67, 102, 189.)

Deus concedeu-nos uma grande luz sobre os princípios da saúde, e a investigação científica moderna tem confirmado abundantemente esses princípios.

Vestuário

Como cristãos Adventistas do Sétimo Dia fomos chamados a sair do mundo. A nossa religião deve ter uma influência modeladora em todas as nossas atividades. Os nossos hábitos devem ter origem em princípios e não em exemplos do mundo. Costumes e modas podem mudar, mas os princípios de conduta correta permanecem os mesmos. Nos primeiros tempos da nossa história, Ellen G. White escreveu que o propósito do vestuário cristão é “proteger o povo de Deus da corruptora influência do mundo, bem como promover a saúde física e moral”. – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 4, p. 634. Ela aconselha também que devemos evitar exibição espalhafatosa e excessiva ornamentação, tendências e modas extremas, particularmente as que transgridem as leis da modéstia, e que as nossas roupas devem ser, sempre que possível, “de boa qualidade, de cores próprias e adequadas ao uso”, e não apenas “para ostentação”. O nosso vestuário

deve caracterizar-se por modéstia, “beleza”, “graça”, e pela “conveniência da simplicidade natural”. – *Mensagens aos Jovens*, pp. 351 e 352.

O povo de Deus deve contar-se sempre entre os conservadores na questão do vestuário, e não permitirá que “lhes preocupe a mente o problema do vestuário”. – *Evangelismo*, p. 273.

“Vestir-se com simplicidade e abster-se de ostentação de joias e ornamentos de toda a espécie está em harmonia com a nossa fé.” – *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 3, p. 366. É claramente ensinado nas Escrituras que o uso de joias é contrário à vontade de Deus. O apóstolo Paulo admoesta-nos a vestirmo-nos “em traje honesto, com pudor e modéstia, não com tranças, ou com ouro, ou pérolas, ou vestidos preciosos” (I Tim. 2:9). O uso de ornamentos de joalheria é um convite à atenção e não se coaduna com a abnegação cristã. Nalguns países e culturas, o costume do uso da aliança de casamento é considerado imperativo, tendo-se tornado, na mente das pessoas, um critério de virtude, pelo que não é considerado um ornamento. Nessas circunstâncias, não condenamos essa prática.

Lembremo-nos de que não é o adorno exterior que exprime o verdadeiro caráter cristão, mas “o homem encoberto no coração, no incorruptível traje de um espírito manso e quieto, que é precioso diante de Deus” (I Pedro 3:3 e 4). Devemos evitar o uso de cosméticos contrários ao bom gosto e aos princípios da modéstia cristã.

Devemos manter o asseio e o comportamento cristão ao procurarmos permanentemente agradar e representar corretamente Cristo, nosso Senhor. Os pais cristãos devem, pelo exemplo, instrução e autoridade, levar os filhos e filhas a vestirem-se modestamente e a ganharem, assim, o respeito e a confiança daqueles que os conhecem. Consideremo-nos a nós mesmos bem vestidos unicamente quando respeitamos os requisitos da modéstia, usando vestuário de bom gosto e conservador.

Simplicidade

A simplicidade tem sido uma característica fundamental da Igreja desde o seu início. Devemos continuar a ser um povo chamado a viver uma vida simples. O aumento da pompa na religião está sempre em paralelo com um declínio no poder espiritual. Assim como “a vida de Jesus apresentava assinalado contraste” em relação à exibição e ostentação do Seu tempo (*Educação*, p. 77), também a simplicidade e o poder da nossa mensagem devem estar em assinalado contraste com o exibicionismo mundano dos

nossos dias. O Senhor condena “o dispêndio desnecessário e extravagante de dinheiro para satisfazer o orgulho e o amor da ostentação.” – *Testemunhos para Ministros*, p. 179. Em harmonia com estes princípios, simplicidade e economia devem caracterizar as nossas cerimónias de fim de curso, os casamentos e todos os outros serviços da Igreja.

Meios de Comunicação Modernos

Tal como o nosso corpo, também o nosso ser interior precisa de alimento saudável para renovação e fortalecimento (II Cor. 4:6). A nossa mente é a medida da nossa pessoa. O alimento para a mente é da máxima importância para o desenvolvimento do caráter e para o cumprimento dos objetivos da vida. Por esse motivo, devemos avaliar cuidadosamente os nossos hábitos mentais. O que escolhemos ler, ouvir e ver, seja nos livros ou revistas, seja na rádio ou televisão, na Internet ou noutros meios de comunicação modernos, molda e influencia o nosso caráter.

Os livros e outra literatura contam-se entre os meios mais valiosos de educação e cultura, mas têm de ser bem escolhidos e corretamente utilizados. Existe grande abundância de boa literatura, mas, de igual modo, existe uma torrente de literatura, frequentemente disfarçada de maneira atrativa, a qual prejudica a mente e a moral. As histórias de aventuras extravagantes e de devassidão moral, sejam reais ou de ficção, como quer que sejam apresentadas, são impróprias para os cristãos de qualquer idade.

“Os que condescendem com o hábito de como que ‘devorar’ uma história excitante estão simplesmente invalidando a sua força mental e inabilitando o espírito para o pensamento e a investigação vigorosos.” – *Conselhos aos Professores, Pais e Estudantes*, p. 120. Juntamente com outros resultados perniciosos do hábito da leitura de ficção, é-nos dito que esta “incapacita a alma para a contemplação dos grandes problemas do dever e do destino” e “cria um desgosto [uma aversão] pelos deveres práticos da vida”. – *Conselhos aos Professores, Pais e Estudantes*, p. 344.

A rádio, a televisão e a Internet mudaram todo o ambiente do nosso mundo moderno e puseram-nos em fácil contacto com a vida, com o pensar e com as atividades de todo o globo. Podem ser grandes agentes educacionais, através dos quais podemos ampliar o nosso conhecimento dos acontecimentos mundiais e assistir a importantes debates e ao melhor da música.

Infelizmente, porém, os modernos meios de comunicação conseguem também trazer para as suas audiências apresentações quase contínuas de

teatralidade e outras representações com influências que não são nem sãs nem enobrecedoras. Se não formos criteriosos, estes meios trarão programas sórdidos diretamente para os nossos lares.

A segurança para nós próprios e para os nossos filhos encontra-se na determinação de seguir, com a ajuda de Deus, a admoestação do apóstolo Paulo: “Quanto ao mais, ... tudo o que é verdadeiro ... honesto ... justo ... puro ... amável ... de boa fama, se há alguma virtude, e se há algum louvor, nisso pensai” (Fil. 4:8).

Recreação e Divertimento

Recreação é um refrescar intencional das forças físicas e mentais. Uma mente vigorosa e saudável não requer diversão mundana, mas encontrará uma renovação de forças na boa recreação.

“Muitos dos divertimentos populares do mundo hoje, mesmo entre aqueles que dizem ser cristãos, tendem para os mesmos fins que os dos pagãos. Em boa verdade, poucos há, entre eles, que Satanás não torne responsáveis pela destruição de almas. Por meio da representação teatral, ele tem agido durante séculos para despertar a paixão e glorificar o vício. Satanás usa a ópera, com a sua fascinante exibição e música sedutora, o baile de máscaras, a dança, o jogo [de cartas], para derrubar as barreiras do princípio e abrir a porta à satisfação sensual. Em cada reunião onde é alimentado o orgulho e satisfeito o apetite, onde a pessoa é levada a esquecer-se de Deus e a perder de vista os interesses eternos, Satanás está a atar as suas correntes em redor da alma.” – *Patriarcas e Profetas*, pp. 417, ed. P. SerVir. (Ver p. 189.)

Devemos evitar tudo o que dramatize, apresente graficamente ou sugira os pecados e crimes da Humanidade – homicídio, adultério, roubo e males similares, os quais, em grande medida, são responsáveis pelo desmoranar da moralidade. Em vez disso, devemos ter prazer no grande mundo da Natureza criada por Deus e no romance dos agentes humanos e das obras divinas.

As danças sociais são uma outa forma de diversão com uma má influência. “O divertimento da dança ... é uma escola de depravação, uma terrível maldição para a sociedade.” – *Mensagens aos Jovens*, p. 399. (Ver II Cor. 6:15-18; I João 2:15-17; Tiago 4:4; II Tim. 2:19-22; Efé. 5:8-11; Col. 3:5-10.)

A recreação é essencial. Mas, em vez de nos unirmos às multidões que são “mais amigos dos deleites do que amigos de Deus” (II Tim. 3:4), devemos esforçar-nos por fazer as nossas amizades e divertimentos centrados em Cristo e na igreja.

Música

“Fazia-se com que a música servisse um santo propósito, de forma a erguer os pensamentos para aquilo que é puro, nobre e edificante, e despertar na alma devoção e gratidão para com Deus.” – *Patriarcas e Profetas*, p. 545, ed. P. SerVir. Jesus “mantinha comunhão com o Céu através de cânticos”. – *O Desejado de Todas as Nações*, p. 51, ed. P. SerVir.

A música é uma das artes mais sublimes. A boa música não só nos dá prazer como eleva a nossa mente e cultiva as nossas melhores qualidades. Deus recorreu com frequência a cânticos espirituais para tocar o coração de pecadores e levá-los ao arrependimento. Em contrapartida, a música degradada destrói a moralidade e afasta-nos do relacionamento com Deus.

Devemos exercer grande cuidado na escolha da música nos nossos lares, nas reuniões sociais, nas escolas e nas igrejas. Qualquer melodia que tenha alguma coisa em comum com o jazz, rock ou formas híbridas com elas relacionadas, ou qualquer letra que exprima sentimentos fúteis ou triviais, deve ser rejeitada. (Ver p. 103.)

Conclusão

Rodeados dos perigos dos últimos dias, tendo a responsabilidade de levar rapidamente ao mundo a última oferta de salvação, e estando perante um juízo que vai culminar com o estabelecimento da justiça universal, consagramo-nos de corpo, alma e espírito a Deus, determinados a manter os elevados padrões de vida que devem caracterizar aqueles que aguardam o regresso do seu Senhor.

CAPÍTULO 13

Casamento, Divórcio e Novo Casamento**Relacionamentos Sociais**

Deus concede-nos o instinto social para nosso prazer e benefício. “Mediante o contacto mútuo a mente é polida e refinada; por meio do intercâmbio social formam-se relações e amizades que dão em resultado uma unidade de coração e uma atmosfera de amor que são agradáveis aos olhos do Céu.” – *Testemunhos para a Igreja*, vol. 6, p. 172.

O companheirismo respeitoso entre rapazes e raparigas é benéfico para ambos. Esse companheirismo deve ser conduzido num plano elevado e observando as convenções sociais que foram prescritas para nossa proteção. É propósito de Satanás perverter todas as coisas boas, e a perversão do melhor conduz frequentemente àquilo que é o pior.

Hoje em dia, os ideais que tornam esses relacionamentos sociais seguros e felizes estão a desmoronar-se a um ritmo alarmante. Sob a influência da paixão não controlada por princípios morais e religiosos, o convívio entre os sexos degenerou, em grande medida, em liberdade e permissividade, perversões sexuais, incesto e abuso sexual de crianças.

Milhões têm abandonado os padrões bíblicos de conduta e estão a trocar as sagradas experiências do casamento e da paternidade pelos frutos amargos e pesados do pecado. Estes males estão não só a destruir a estrutura familiar da sociedade, mas a desagregação da família, por sua vez, promove e ocasiona estes e outros males. As consequências em vidas distorcidas de crianças e jovens são desoladoras. Os efeitos sobre a sociedade são simultaneamente desastrosos e cumulativos.

Estes males tornaram-se mais visíveis e ameaçadores para os ideais e propósitos do lar cristão. O adultério, a pornografia, as agressões de todo o tipo (incluindo agressões sexuais dos cônjuges, de crianças e de idosos) o incesto e as práticas homossexuais e lésbicas contam-se entre as perversões do plano original de Deus e revelam a ruína da Humanidade. Quando a intenção de passagens claras das Escrituras (ver Êxo. 20:14; Lev. 18:22, 29; 20:13; I Cor. 6:9; I Tim. 1:10; Rom. 1:20-32) é negada e as suas advertências são rejeitadas a favor de opiniões humanas, prevalece muita incerteza e confusão. Desde tempos e civilizações antigas que o plano de

Satanás tem sido sempre levar as pessoas a esquecerem-se de que Deus é o seu Criador e de que, quando Ele criou a Humanidade à Sua própria imagem, “macho e fêmea os criou” (Gén. 1:27).

Embora a Palavra de Deus nos alerte para os resultados degradantes da obsessão do mundo pelo sexo e pela procura de prazeres sensuais, Cristo veio destruir as obras de Satanás e restabelecer o relacionamento dos seres humanos com o seu Criador. Ainda que caídos em Adão e cativos do pecado, quando estamos em Cristo, recebemos pleno perdão e o direito de escolher de novo o melhor caminho para a renovação completa. Mediante a cruz e o poder do Espírito Santo, todos podemos ser libertos das garras das práticas pecaminosas ao sermos restaurados à imagem do nosso Criador.

Como pais e guias espirituais dos jovens, devemos desenvolver uma compreensão compassiva para com os seus problemas, procurar providenciar-lhes um ambiente social cristão, e aproximar-nos espiritualmente deles de modo a podermos transmitir-lhes os ideais, a inspiração e o poder do Cristianismo.

Sejam quais forem os erros dos nossos pais ou dos nossos companheiros, é nossa responsabilidade e privilégio conhecer e apegar-nos aos mais elevados ideais da varonilidade e da feminilidade cristãs. É possível formarmos um carácter cristão que nos protegerá contra o mal e que fará de nós influências enobrecedoras na sociedade, através do estudo reverente da Bíblia, de uma familiaridade profunda com as obras da Natureza, da proteção rigorosa das capacidades sagradas do corpo, de um propósito diligente, de constância na oração e do ministério sincero e abnegado em favor dos outros.

As reuniões sociais, tanto para jovens como para adultos, devem ser ocasiões de agradável companheirismo e de melhoria das capacidades da mente e da alma, e não de diversão superficial e leviana. Boa música, conversação elevada, boas recitações, projecções fixas ou animadas apropriadas, jogos cuidadosamente selecionados pelo seu valor educativo e, acima de tudo, a elaboração e a realização de planos de trabalho missionário serão uma bênção e um estímulo na vida de todos. O Departamento dos Ministérios da Juventude da Conferência Geral publicou informação e sugestões práticas muito úteis para organização de reuniões sociais e para orientação noutros relacionamentos sociais.

Os nossos lares são, de longe, os melhores lugares para reuniões sociais. Nos grandes centros, onde seja impossível realizar reuniões deste tipo em

lares e onde não haja um centro social nosso, devemos procurar um lugar livre de influências destrutivas das normas cristãs, de preferência a um lugar vulgarmente utilizado para diversões comerciais e desportos, como são os salões sociais e os ringues de patinagem, que poderão sugerir uma atmosfera contrária aos padrões cristãos.

Acompanhamento de Jovens por Adultos

Este acompanhamento, o feliz e cordial convívio entre os mais velhos e os mais novos, é uma das influências mais sadias na vida das crianças e jovens. “Há o risco de pais e professores ... deixarem de se pôr suficientemente em relações sociais com os filhos ou alunos.” – *Conselhos aos Professores, Pais e Estudantes*, p. 68. É dever dos nossos lares, das escolas e de outras instituições cuidar da moral e da reputação dos que nos são confiados. Como pais, devemos apoiar firmemente os regulamentos das instituições que servem os nossos jovens e crianças, e instituir salvaguardas semelhantes nos nossos lares. A fim de tornar isto possível, devemos aprender como ser companheiros bem-vindos junto dos nossos filhos. No entanto, cabe principalmente aos próprios jovens fazer desta convivência um relacionamento feliz e digno.

Namoro

O namoro é reconhecido como um período de preparação durante o qual um homem e uma mulher, que se sentem já mutuamente atraídos, se familiarizam mais um com o outro como preparação para o casamento futuro.

“Os que pensam casar-se devem ponderar cada sentimento e observar todas as manifestações do caráter da pessoa com quem pensam unir o destino da sua vida. Que cada passo em direção à aliança matrimonial seja caracterizado pela modéstia, pela simplicidade, pela sinceridade e por um propósito sincero de agradar a Deus e de O honrar. O casamento afeta a vida futura tanto neste mundo como no vindouro. Um Cristão sincero não fará planos que Deus não possa aprovar.” – *A Ciência do Bom Viver*, p. 271, ed. P. SerVir.

Não seguir estes princípios no namoro cristão pode conduzir a uma tragédia. A união entre marido e mulher em ideais e propósitos é um requisito para um lar feliz e bem-sucedido. As diferenças entre as partes a

respeito de religião podem ensombrar a felicidade do lar e levar a confusão, perplexidade e fracasso na educação dos filhos. A Bíblia aconselha: “Não vos prendais a um jugo desigual com os infieis” (II Cor. 6:14).

“O vínculo da família é o mais íntimo, o mais terno e sagrado de todos na Terra. Destinava-se a ser uma bênção para a Humanidade. E assim o é sempre que se entre para o pacto matrimonial inteligentemente, no temor de Deus, e tomando em devida consideração as suas responsabilidades.” – *O Lar Adventista*, p. 18 (tradução do original inglês).

A adoração a Deus, a guarda do Sábado, a recreação, o companheirismo, o uso de recursos financeiros e a educação dos filhos são componentes de relacionamentos familiares felizes. Dado que as divergências nestas áreas podem levar a uma deterioração desses relacionamentos, ao desânimo e até à perda completa da experiência cristã, uma preparação adequada para o casamento deve incluir aconselhamento pastoral pré-matrimonial nestas áreas.

“Andarão dois juntos, se não estiverem de acordo?” Amós 3:3. A felicidade e prosperidade da relação matrimonial depende da unidade dos cônjuges. Mas entre o crente e o descrente há uma diferença radical de gostos, inclinações e propósitos. Estão a servir dois senhores, entre os quais não pode haver concórdia. Por mais puros e corretos que sejam os princípios de um, a influência de um companheiro ou companheira incrédula terá a tendência para afastar de Deus.” – *Patriarcas e Profetas*, p. 144, ed. P. SerVir.

O Espírito de Profecia aconselha consistentemente contra o casamento entre “o crente e o descrente” e também adverte contra o unir-se a companheiros cristãos que “não aceitaram a verdade para este tempo”. – *Testemunhos para a Igreja*, vol. 5, p. 364. Os casamentos têm mais probabilidades de perdurar, e a vida familiar de preencher o plano divino, se marido e mulher estiverem unidos e ligados por valores espirituais e estilos de vida comuns. Por estas razões, a Igreja desaconselha fortemente o casamento entre um Adventista do Sétimo Dia e um membro de outra religião e insiste firmemente com os seus pastores para que não realizem esses casamentos.

A Igreja reconhece que é prerrogativa de cada membro individual tomar a decisão final relativa à escolha de um cônjuge. Contudo, a Igreja espera que, caso o membro escolha um cônjuge que não é membro da Igreja, o

casal compreenda e tenha em consideração que não deve esperar que o pastor Adventista do Sétimo Dia, que assumiu o compromisso de defender os princípios acima delineados, realize esse casamento.

Se algum membro se envolver num casamento assim, a igreja deve demonstrar amor e solicitude com o propósito de encorajar o casal no sentido de uma completa união em Cristo.

Casamento

O casamento é uma instituição divina estabelecida pelo próprio Deus antes da Queda, quando tudo, incluindo o casamento, era “muito bom” (Gén. 1:31). “Portanto, deixará o varão o seu pai e a sua mãe, e apegar-se-á à sua mulher, e serão ambos uma carne” (Gén. 2:24). “Deus celebrou o primeiro casamento. Assim esta instituição tem como seu originador o Criador do Universo. ‘Venerado ... seja o matrimónio’; foi esta uma das primeiras dádivas de Deus ao homem, e é uma das duas instituições que, depois da queda, Adão trouxe consigo aquém das portas do Paraíso.” – *O Lar Adventista*, pp. 25 e 26.

Era intenção de Deus que o casamento de Adão e Eva fosse o modelo para todos os casamentos futuros, e Cristo apoiou este conceito original: “Não tendes lido que aquele que os fez, no princípio, macho e fêmea os fez, e disse: Portanto, deixará o homem pai e mãe, e se unirá a sua mulher, e serão dois numa só carne? Assim, não são mais dois, mas uma só carne. Portanto, o que Deus ajuntou, não o separe o homem” (Mat. 19:4-6). O casamento, deste modo instituído por Deus, é uma relação monógama, heterossexual entre um homem e uma mulher.

Como tal, o casamento é um compromisso público, legalmente válido e vitalício de um homem e de uma mulher um para com o outro e do casal para com Deus (Marcos 10:2-9; Rom. 7:2). Paulo indica que o compromisso que Cristo tem para com a Igreja é um modelo do relacionamento entre marido e mulher (Efé. 5:31 e 32). Deus queria que o casamento fosse tão permanente como o relacionamento de Cristo com a Igreja.

A intimidade sexual dentro do casamento é uma dádiva sagrada de Deus à família humana. É parte integrante do casamento, e reservada unicamente para o casamento (Gén. 2:24; Prov. 5:5-20). Esta intimidade, planeada para ser partilhada exclusivamente entre marido e mulher, promove uma proximidade crescente, felicidade e segurança, e providencia a perpetuação da raça humana.

A unidade no casamento alcança-se mediante o respeito e o amor mútuos. Nenhum é superior (Efé. 5:21-28). “O casamento, uma união vitalícia, é símbolo da união entre Cristo e a Sua Igreja. O espírito que Cristo manifesta para com a Igreja é o que marido e mulher devem manifestar um para com o outro.” – *Testemunhos para a Igreja*, vol. 7, p. 46. A Palavra de Deus condena a violência nos relacionamentos pessoais (Gén. 6:11, 13; Sal. 11:5; Isa. 58:4 e 5; Rom. 13:10; Gál. 5:19-21). O espírito de Cristo é amar e aceitar, procurar fortalecer e erguer os outros, em vez de os maltratar ou rebaixar (Rom. 12:10; 14:19; Efé. 4:26; 5:28 e 29; Col. 3:8-14; I Tes. 5:11). Entre os seguidores de Cristo, não há lugar para controlo tirânico e para abusos de poder (Mat. 20:25-28; Efé. 6:4). A violência no contexto do casamento e da família é abominável (ver *O Lar Adventista*, p. 343).

“Nem o marido nem a mulher devem tentar dominar. O Senhor estabeleceu o princípio que deve orientar neste assunto. O marido deve amar a mulher como Cristo amou a Igreja. E a mulher deve respeitar e amar o marido. Ambos devem cultivar o espírito de cortesia, resolvidos a nunca ofender ou prejudicar o outro.” – *Testemunhos para a Igreja*, vol. 7, p. 47.

A entrada do pecado afetou adversamente o casamento. Quando Adão e Eva pecaram, perderam a unidade que tinham conhecido com Deus e um com o outro (Gén. 3:6-24). O seu relacionamento ficou marcado pelo sentimento de culpa, vergonha, acusação e dor. Onde quer que o pecado reine, os seus tristes efeitos sobre o casamento incluem alienação, infidelidade, negligência, maus tratos, perversão sexual, domínio de um cônjuge pelo outro, violência, separação, deserção e divórcio.

Casamentos que envolvam mais do que um marido e uma mulher também são uma expressão dos efeitos do pecado sobre a instituição do casamento. Esses casamentos, embora praticados nos tempos do Velho Testamento, não estão em harmonia com o desígnio divino. O plano de Deus para o casamento requer que o Seu povo vá além dos costumes da cultura popular que estejam em conflito com o ponto de vista bíblico.

O conceito cristão de casamento inclui o seguinte:

1. *Ideal Divino a Ser Restaurado em Cristo* – Ao redimir o mundo do pecado e das suas consequências, Deus procura restaurar o casamento ao seu ideal original. Isto deve acontecer na vida daqueles que nasceram de novo no reino de Cristo, aqueles cujo coração está a ser santificado pelo

Espírito Santo e que têm, como primeiro propósito na vida, a exaltação do Senhor Jesus Cristo. (Ver também I Pedro 3:7; *O Maior Discurso de Cristo*, p. 60, ed. P. SerVir.)

2. *Unidade e Igualdade a Ser Restauradas em Cristo* – O evangelho realça o amor e a submissão do marido e da mulher um ao outro (I Cor. 7:3 e 4; Efé. 5:21). Para o marido, o modelo de liderança é o amor abnegado e o serviço que Cristo dedica à Igreja (Efé. 5:24 e 25). Tanto Pedro como Paulo falam da necessidade de respeito no relacionamento do casamento (I Pedro 3:7; Efé. 5:22 e 23).

3. *Graça Disponível para Todos* – Deus procura restaurar à perfeição e reconciliar consigo mesmo todos os que não atingiram o padrão divino (II Cor. 5:19). Isto inclui os que passaram pela experiência da quebra de relacionamentos no casamento.

4. *O papel da Igreja* – Moisés, no Velho Testamento, e Paulo, no Novo Testamento, lidaram com problemas causados por casamentos desfeitos (Deut. 24:1-5; I Cor. 7:11). Ambos, ainda que defendendo e confirmando o ideal, trabalharam construtivamente e numa atitude redentora com aqueles que não corresponderam ao padrão divino. De igual modo, a Igreja de hoje é chamada a defender e a confirmar o ideal de Deus para o casamento e, ao mesmo tempo, a ser uma comunidade perdoadora, reconciliadora e restauradora, manifestando compreensão e compaixão quando ocorre uma rutura.

Divórcio

O divórcio é contrário ao propósito original de Deus ao criar o casamento (Mat. 19:3-8; Marcos 10:2-9), mas a Bíblia não está em silêncio a este respeito. Uma vez que o divórcio surgiu como parte da experiência humana caída, foi dada legislação bíblica para limitar os danos causados (Deut. 24:1-4). A Bíblia procura permanentemente elevar o casamento e desencorajar o divórcio, descrevendo as alegrias do amor e da fidelidade matrimoniais (Prov. 5:18-20; Cant. 2:16; 4:9-5:1), referindo o relacionamento, semelhante ao do casamento, de Deus com o Seu povo (Isa. 54:5; Jer. 3:1), salientando as possibilidades de perdão e renovação conjugal (Ose. 3:1-3) e indicando a aversão de Deus ao divórcio e a miséria que este provoca (Mal. 2:15 e 16). Jesus restaurou a perspetiva da criação para o casamento como um compromisso vitalício entre um homem e uma mulher e entre o casal e Deus (Mat. 19:4-6; Marcos 10:6-9). Muita

instrução bíblica ratifica o casamento e procura corrigir problemas que tendem a enfraquecer ou a destruir os fundamentos do casamento (Efé. 5:21-33; Heb. 13:4; I Pedro 3:7).

O casamento fundamenta-se nos princípios do amor, lealdade, exclusividade, confiança e apoio defendidos por ambos os cônjuges em obediência a Deus (Gén. 2:24; Mat. 19:6; I Cor. 13; Efé. 5:21-29; I Tes. 4:1-7). Quando são violados esses princípios, as Escrituras reconhecem que circunstâncias trágicas podem destruir o casamento.

A graça divina é o único remédio para o mal provocado pelo divórcio. Quando o casamento falha, os ex-cônjuges devem ser animados a analisar a sua experiência e a procurar a vontade de Deus para a sua vida. Deus providencia consolo àqueles que foram magoados. Deus também aceita o arrependimento de indivíduos que cometem os mais destrutivos pecados, mesmo os que arrastam consigo consequências irreparáveis (II Sam. 11; 12; Sal. 34:18; 86:5; Joel 2:12 e 13; João 8:2-11; I João 1:9).

A Escritura reconhece o adultério e a prostituição (Mat. 5:32) e o abandono por um cônjuge descrente (I Cor. 7:10-15) como fundamento para divórcio.

Não há nenhum ensino direto nas Escrituras a respeito de novo casamento depois do divórcio. Contudo, há um subentendimento claro nas palavras de Jesus em Mateus 19:9, que permitiria o novo casamento da pessoa que permanece fiel, mas cujo cônjuge foi infiel ao voto matrimonial.

Posição da Igreja Sobre Divórcio e Novo Casamento

Reconhecendo os ensinamentos bíblicos sobre o casamento, a Igreja está ciente de que, em muitos casos, os relacionamentos no casamento estão abaixo do ideal. O problema do divórcio e do novo casamento só pode ser visto na sua verdadeira luz quando encarado na perspectiva do Céu e contra o pano de fundo do Jardim do Éden.

No centro do plano sagrado de Deus para o nosso mundo estava a criação de seres feitos à Sua imagem, que se multiplicariam e encheriam a Terra e viveriam juntos em pureza, harmonia e felicidade. Deus criou Eva a partir do lado de Adão e deu-lha como sua mulher. Desta forma foi instituído o casamento – Deus, o Autor da instituição e o Oficiante no primeiro casamento. Depois de o Senhor ter revelado a Adão que Eva era verdadeiramente osso dos seus ossos e carne da sua carne, nunca poderia

surgir qualquer dúvida na mente dele de que os dois eram uma só carne. E também não poderia surgir qualquer dúvida na mente de qualquer um desse sagrado par de que era intenção de Deus que o seu lar perdurasse para sempre.

A Igreja adere sem reservas a este ponto de vista sobre o casamento e o lar, acreditando que o abaixamento desta elevada perspectiva é, na mesma medida, um abaixamento do ideal celestial. A crença de que o casamento é uma instituição divina baseia-se nas Sagradas Escrituras. Em conformidade com esta posição, todos os pensamentos e argumentação no difícil campo do divórcio e do novo casamento devem ser constantemente harmonizados com o sagrado ideal revelado no Éden.

A Igreja acredita na Lei de Deus e também na misericórdia perdoadora de Deus. Acredita que a vitória e a salvação podem tão certamente ser obtidas tanto por aqueles que transgrediram na questão do divórcio e do novo casamento como por aqueles que falharam em qualquer outra das sagradas normas de Deus.

Nada do que aqui é apresentado tem a intenção de minimizar a misericórdia de Deus ou o Seu perdão. A Igreja, no temor do Senhor, apresenta aqui os princípios e as práticas que devem ser aplicados a esta questão do casamento, do divórcio e do novo casamento.

Embora o casamento tenha sido inicialmente realizado unicamente por Deus, reconhece-se que atualmente as pessoas vivem sob governos civis; por conseguinte, o casamento tem simultaneamente aspetos divinos e aspetos civis. Os aspetos divinos são regidos pelas leis de Deus, e os civis pelas leis do estado.

Em harmonia com estes ensinamentos, as declarações que se seguem representam a posição da Igreja:

1. Quando Jesus disse “Não o separe o homem”, Ele estabeleceu uma norma de conduta para a Igreja, sob a dispensação da graça, a qual transcende todos os decretos civis que possam ir além da Sua interpretação da Lei divina que rege a relação matrimonial. Nestas palavras, Ele apresenta uma regra, a que os Seus seguidores devem aderir mesmo que o estado ou os costumes prevalecentes consintam uma maior liberdade. “No Sermão da Montanha, Jesus declarou plenamente que não podia haver dissolução do laço matrimonial, a não ser por infidelidade ao voto conjugal.” – *O Maior Discurso de Cristo*, p. 59, ed. P. SerVir. (Ver também Mat. 5:32; 19:9.)

2. Infidelidade ao voto matrimonial tem sido geralmente considerada como significando adultério ou fornicação. No entanto, a palavra usada no Novo Testamento para fornicação inclui algumas outras irregularidades sexuais (I Cor. 6:9; I Tim. 1:9 e 10; Rom. 1:24-27). Por conseguinte, as perversões sexuais, como o incesto, abuso sexual de crianças e práticas homossexuais, também são reconhecidas como uso incorreto das funções sexuais e violação da intenção divina para o casamento. Como tal, constituem também causa para separação ou divórcio.

Embora as Escrituras permitam o divórcio pelas razões acima mencionadas, bem como pelo abandono por parte de um cônjuge descrente (I Cor. 7:10-15), devem ser feitos esforços sinceros, pela igreja e pelos envolvidos, no sentido de se conseguir uma reconciliação, incitando os cônjuges a manifestarem um para com o outro um espírito semelhante ao de Cristo, de perdão e de reabilitação. A igreja é instada a relacionar-se afetuosamente e numa atitude redentora com o casal, a fim de ajudar no processo de reconciliação.

3. No caso de não se efetuar a reconciliação, o cônjuge que permaneceu fiel ao cônjuge que violou o voto matrimonial tem o direito bíblico de obter o divórcio e também o de voltar a casar.

4. O cônjuge que tenha violado o voto matrimonial (ver as secções 1 e 2 acima) será sujeito à disciplina da igreja local. (Ver pp. 66-70.) Se este cônjuge se mostrar genuinamente arrependido, poderá ser posto sob censura durante um determinado período de tempo, em vez de ser excluído como membro. O cônjuge que não dê provas de total e sincero arrependimento será excluído de membro. No caso de a transgressão ter sido causa de vergonha pública para a causa de Deus, a igreja, a fim de manter os seus elevados padrões e bom nome, poderá excluir o indivíduo de membro.

Qualquer destas formas de disciplina será aplicada pela igreja de maneira a procurar alcançar os dois objetivos da disciplina – corrigir e redimir. No evangelho de Cristo, a vertente redentora da disciplina está sempre associada a uma transformação real do pecador numa nova criatura em Jesus Cristo.

5. O cônjuge que tenha violado o voto matrimonial e que se tenha divorciado não tem o direito moral de se voltar a casar enquanto o cônjuge que permaneceu fiel ao voto matrimonial continuar vivo, permanecer sem casar e se mantiver casto. A pessoa que o fizer será excluída de membro. A pessoa com quem esta casar, se for membro, também será excluída de membro.

6. Reconhece-se que, por vezes, as relações matrimoniais se deterioram ao ponto de ser melhor que marido e mulher se separem. “Todavia, aos casados, mando, não eu, mas o Senhor, que a mulher se não separe do marido. Se, porém, se apartar, que fique sem casar, ou que se reconcilie com o marido; e que o marido não deixe a mulher” (I Cor. 7:10 e 11). Em muitos casos, a custódia dos filhos, o ajustamento de direitos de propriedade, ou até a proteção pessoal podem tornar necessária uma mudança do estatuto matrimonial. Nestes casos, pode ser permissível obter em certos países o que é conhecido como separação legal. No entanto, nalguns sistemas legais tal separação só pode ser obtida através do divórcio.

Uma separação ou divórcio resultante de fatores como violência física ou em que não esteja envolvida “infidelidade ao voto matrimonial” (ver secções 1 e 2 acima) não dá a nenhum dos cônjuges o direito bíblico de casar de novo, a menos que, entretanto, o outro cônjuge tenha voltado a casar, tenha cometido adultério ou fornicação ou tenha morrido. Se um membro assim divorciado voltar a casar sem esses fundamentos bíblicos, será excluído de membro, e a pessoa com quem casar, se for membro, também será excluída. (Ver pp. 66-70.)

7. Um cônjuge que tenha violado o voto matrimonial e que se tenha divorciado e sido excluído de membro e se tenha voltado a casar, ou qualquer indivíduo que se tenha divorciado por outras razões que não as referidas nas secções 1 e 2 acima e se tenha voltado a casar e que tenha sido excluído de membro, será considerado desqualificado para a condição de membro, exceto nos termos indicados abaixo.

8. O contrato matrimonial não só é sagrado, mas é também mais complexo quando, por exemplo, envolve crianças. Daí que, num pedido de readmissão à condição de membro, as opções disponíveis ao arrependido possam ser seriamente limitadas. Antes de ser tomada uma decisão final pela igreja, o pedido de readmissão deve ser apresentado, pela igreja através do pastor ou do dirigente distrital, ao Conselho da Associação, para aconselhamento e recomendação de passos que o arrependido, ou arrependidos, possam dar para obterem a readmissão.

9. A readmissão à condição de membros dos que tenham sido excluídos por razões apresentadas nas secções anteriores deverá normalmente ser feita na base do rebatismo. (Ver pp. 53, 72 e 73.)

10. Quando uma pessoa que foi excluída de membro é readmitida

como membro, conforme delineado na secção 8, deve ser exercido todo o cuidado para salvaguardar a unidade e harmonia da igreja não atribuindo a essa pessoa responsabilidade como dirigente, especialmente num cargo que requeira o rito da ordenação, a não ser depois de aconselhamento cuidadoso junto da administração da Associação.

11. Nenhum pastor tem o direito de officiar na cerimónia de segundo casamento de qualquer pessoa que, segundo o estipulado nos parágrafos anteriores, não tenha o direito bíblico de voltar a casar.

Ministério da Igreja Local Junto das Famílias

A Igreja, como agência redentora de Cristo, deve ministrar junto dos seus membros em todas as suas necessidades e atender a cada pessoa de modo a que todos possam desenvolver-se e ter uma experiência cristã madura. Isto é particularmente verdade quando os membros enfrentam decisões para a vida toda, como sejam as do casamento, e experiências lamentáveis como a do divórcio. Quando o casamento de um casal está em perigo de se desfazer, todos os esforços devem ser feitos pelos cônjuges e por aqueles que, na igreja ou na família, ministram em seu favor, de modo a conseguir a reconciliação em harmonia com os princípios divinos para a reabilitação de relacionamentos afetados (Oseias 3:1-3; I Cor. 7:10 e 11; 13:4-7; Gál. 6:1).

Há recursos disponíveis através da igreja ou de outras organizações, os quais podem ser úteis aos membros no desenvolvimento de um lar cristão sólido. Esses recursos incluem: (1) programas de orientação para casais no período de noivado, (2) programas de formação para casais e respectivas famílias, e (3) programas de apoio a famílias desfeitas e indivíduos divorciados.

O apoio pastoral é vital na área da instrução e orientação no caso de casamento, e de reabilitação e restauração no caso de divórcio. A função pastoral neste último caso é tanto de disciplina como de assistência. Essa função inclui tomar conhecimento de informação relevante, parte da qual pode ser sensível, devendo ser tratada com grande discrição. Esta preocupação ética, porém, não deve ser motivo para se ignorarem decisões disciplinares estabelecidas acima, nas secções 1-11.

Assim como Deus perdoa, também os membros devem perdoar e aceitar aqueles que falharam (Isa. 54:5-8; Mat. 6:14 e 15; Efé. 4:32). A Bíblia

incita a ter paciência, compaixão e perdão na atenção cristã em relação àqueles que erraram (Mat. 18:10-20; Gál. 6:1 e 2). Enquanto as pessoas estiverem sob disciplina, quer por censura quer por exclusão da condição de membros, a igreja, como instrumento da missão de Deus, fará todos os esforços para manter contacto com esses membros através de cuidadosa atenção e apoio espiritual.

CAPÍTULO 14

Crenças Fundamentais dos Adventistas do Sétimo Dia

Os Adventistas do Sétimo Dia aceitam a Bíblia como seu único credo e mantêm certas crenças fundamentais como sendo o ensino das Sagradas Escrituras. Estas crenças, tal como aqui apresentadas, constituem a compreensão que a Igreja tem e a sua expressão dos ensinamentos da Escritura. Pode esperar-se que surja alguma revisão destas declarações numa Assembleia Administrativa da Conferência Geral, sempre que a Igreja seja levada pelo Espírito Santo a uma compreensão mais ampla da verdade bíblica ou encontre uma linguagem melhor para expressar os ensinamentos da Santa Palavra de Deus.

1. As Sagradas Escrituras

As Sagradas Escrituras, o Velho e o Novo Testamentos, são a Palavra de Deus escrita, dada por inspiração divina por intermédio de santos homens de Deus, que falaram e escreveram movidos pelo Espírito Santo. Nesta Palavra, Deus transmitiu ao homem o conhecimento necessário para a salvação. As Sagradas Escrituras são a revelação suprema, com autoridade e infalível da Sua vontade. Constituem o padrão do caráter, a prova da experiência, o autorizado revelador de doutrinas e o registo fidedigno dos atos de Deus na História. (Sal. 119:105; Prov. 30:5 e 6; Isa. 8:20; João 17:17; I Tes. 2:13; II Tim. 3:16 e 17; Heb. 4:12; II Pedro 1:20 e 21.)

2. A Trindade

Há um só Deus: Pai, Filho e Espírito Santo, uma unidade de três Pessoas coeternas. Deus é imortal, onipotente, onisciente, acima de todos e onipresente. Ele é infinito e está além da compreensão humana, mas é conhecido por meio da Sua autorrevelação. Deus, que é amor, é para sempre digno de culto, adoração e serviço por parte de toda a criação. (Gén. 1:26; Deut. 6:4; Mat. 28:19; João 3:16; II Cor. 1:21 e 22; 13:14; Efé. 4:4-6; I Pedro 1:2.)

3. O Pai

Deus, o Pai eterno, é o Criador, o Originador, o Mantenedor e o

Soberano de toda a Criação. Ele é justo e santo, compassivo e clemente, tardio em irar-Se, e grande em constante amor e fidelidade. As qualidades e poderes manifestados no Filho e no Espírito Santo são também os do Pai. (Gén. 1:1; Deut. 4:35; Sal. 110:1, 4; João 3:16; 14:9; ; I Cor. 15:28; I Tim. 1:17; I João 4:8; Apoc. 4:11.)

4. O Filho

Deus, o Filho eterno, incarnou em Jesus Cristo. Por meio d'Ele foram criadas todas as coisas, é revelado o caráter de Deus, efetuada a salvação da Humanidade e julgado o mundo. Sendo para sempre verdadeiro Deus, Ele tornou-Se também verdadeiramente homem, Jesus o Cristo. Foi concebido do Espírito Santo e nasceu da virgem Maria. Viveu e experimentou a tentação como um ser humano, mas exemplificou perfeitamente a justiça e o amor de Deus. Pelos Seus milagres manifestou o poder de Deus e foi confirmado como o Messias prometido por Deus. Sofreu e morreu voluntariamente na cruz pelos nossos pecados e em nosso lugar, foi ressuscitado dentre os mortos e ascendeu ao céu para ministrar no santuário celestial em nosso favor. Virá outra vez, em glória, para o livramento final do Seu povo e para a restauração de todas as coisas. (Isa. 53:4-6; Dan. 9:25-27; Lucas 1:35; João 1:1-3, 14; 5:22; 10:30; 14:1-3, 9, 13; Rom. 6:23; I Cor. 15:3 e 4; II Cor. 3:18; 5:17-19; Fil. 2:5-11; Col. 1:15-19; Heb. 2:9-18; 8:1 e 2.)

5. O Espírito Santo

Deus, o Espírito eterno, participou ativamente com o Pai e o Filho na Criação, encarnação e redenção. Inspirou os escritores da Bíblia. Encheu de poder a vida de Cristo. Atrai e convence os seres humanos; e os que se mostram receptivos são renovados e transformados por Ele à imagem de Deus. Enviado pelo Pai e pelo Filho para estar sempre com os Seus filhos, Ele concede dons espirituais à Igreja, dá-lhe poder para testemunhar de Cristo e, em harmonia com as Escrituras, guia-a em toda a verdade. (Gén. 1:1 e 2; II Sam. 23:2; Sal. 51:11; Isa. 61:1; Lucas 1:35; 4:18; João 14:16-18, 26; 15:26; 16:7-13; Atos 1:8; 5:3; 10:38; Rom. 5:5; I Cor. 12:7-11; II Cor. 3:18; II Pedro 1:21)

6. A Criação

Deus revelou nas Escrituras o relato autêntico e histórico da Sua ativi-

dade criadora. Ele criou o Universo, e numa criação recente em seis dias fez o Senhor “os céus e a Terra, o mar e tudo o que neles há”, e descansou no sétimo dia. Assim, estabeleceu o Sábado como perpétuo memorial da obra criadora que tinha realizado e completado durante seis dias literais, que, juntamente com o Sábado, constituíram a mesma unidade de tempo que hoje chamamos semana. O primeiro homem e a primeira mulher foram feitos à imagem de Deus como obra-prima da Criação, foi-lhes dado domínio sobre o mundo e atribuiu-se-lhes a responsabilidade de cuidar dele. Quando o mundo foi concluído era “muito bom”, e proclamava a glória de Deus. (Gén. 1-2; 5: 11; Êxo. 20:8-11; Sal. 19:1-6; 33:6, 9; 104; Isa. 45:12, 18; Atos 17:24; Col. 1:16; Heb. 1:2; 11:3; Apoc. 10:6; 14:7.)

7. A Natureza do Homem

O homem e a mulher foram feitos à imagem de Deus com individualidade, poder e liberdade de pensar e agir. Embora criados como seres livres, cada um é uma unidade indivisível de corpo, mente e espírito, dependentes de Deus quanto à vida, respiração e tudo o mais. Quando os nossos primeiros pais desobedeceram a Deus, negaram a sua dependência d'Ele e caíram da sua elevada posição. A imagem de Deus neles foi desfigurada, e tornaram-se sujeitos à morte. Os seus descendentes partilham dessa natureza caída e das suas consequências. Nasceram com fraquezas e tendências para o mal. Mas Deus, em Cristo, reconciliou consigo o mundo e, por meio do Seu Espírito, restaura nos mortais penitentes a imagem do seu Criador. Criados para a glória de Deus, são chamados a amá-l'O e a amarem-se uns aos outros, e a cuidar do seu ambiente. (Gén. 1:26-28; 2:7, 15; 3; Sal. 8:4-8; 51:5, 10; 58:3; Jer. 17:9; Atos 17:24-28; Rom. 5:12-17; II Cor. 5:19 e 20; Efé. 2:3; I Tes. 5:23; I João 3:4; 4:7 e 8, 11, 20.)

8. O Grande Conflito

Toda a Humanidade está agora envolvida num grande conflito entre Cristo e Satanás, quanto ao caráter de Deus, à Sua Lei e à Sua soberania sobre o Universo. Este conflito originou-se no Céu quando um ser criado, dotado de liberdade de escolha, por exaltação própria, se tornou Satanás, o adversário de Deus, e conduziu à rebelião uma parte dos anjos. Ele introduziu o espírito de rebelião neste mundo, ao induzir Adão e Eva em pecado. Este pecado humano resultou na deformação da imagem de Deus

na Humanidade, no transtorno do mundo criado e na sua consequente devastação por ocasião do dilúvio mundial, como é apresentado no relato histórico de Gênesis 1-11. Observado por toda a criação, este mundo tornou-se o palco do conflito universal, a partir do qual será finalmente vindicado o Deus de amor. Para ajudar o Seu povo neste conflito, Cristo envia o Espírito Santo e os anjos leais, para o guiar, proteger e amparar no caminho da salvação. (Gén. 3; 6-8; Job 1:6-12; Isa. 14:12-14; Eze. 28:12-18; Rom. 1:19-32; 3:4; 5:12-21; 8:19-22; I Cor. 4:9; Heb. 1:14; I Pedro 5:8; II Pedro 3:6; Apoc. 12:4-9.)

9. A Vida, a Morte e a Ressurreição de Cristo

Na vida de Cristo, de perfeita obediência à vontade de Deus, e no Seu sofrimento, morte e ressurreição, Deus proveu o único meio de expiação para o pecado humano, de modo a que os que aceitem essa expiação pela fé possam ter vida eterna, e toda a criação compreenda melhor o infinito e santo amor do Criador. Esta expiação perfeita vindica a justiça da Lei de Deus e a benignidade do Seu caráter; pois ela condena o nosso pecado e providencia o meio para sermos perdoados. A morte de Cristo é substituinte e expiatória, reconciliadora e transformadora. A ressurreição de Cristo proclama a vitória de Deus sobre as forças do mal, e assegura a vitória final sobre o pecado e a morte aos que aceitam a expiação. Ela proclama a soberania de Jesus Cristo, diante d'O qual se dobrará todo o joelho, no Céu e na Terra. (Gén. 3:15; Sal. 22:1; Isa. 53; João 3:16; 14:30; Rom. 1:4; 3:25; 4:25; 8:3 e 4; I Cor. 15:3 e 4, 20-22; II Cor. 5:14 e 15, 19-21; Fil. 2:6-11; Col. 2:15; I Pedro 2:21 e 22; I João 2:2; 4:10.)

10. A Experiência da Salvação

Em infinito amor e misericórdia, Deus fez com que Cristo, que não conheceu pecado, Se tornasse pecado por nós, para que n'Ele fôssemos feitos justiça de Deus. Guiados pelo Espírito Santo, sentimos a nossa necessidade, reconhecemos a nossa pecaminosidade, arrependemo-nos das nossas transgressões e temos fé em Jesus como Senhor e Salvador, como Substituto e Exemplo. Esta fé salvadora advém do divino poder da Palavra e é o dom da graça de Deus. Por meio de Cristo somos justificados, adotados como filhos e filhas de Deus, e libertados do domínio do pecado. Por meio do Espírito, nascemos de novo e somos santificados; o Espírito renova a

nossa mente, escreve a amorosa Lei de Deus no nosso coração, e recebemos o poder para levar uma vida santa. Permanecendo n'Ele, tornamo-nos participantes da natureza divina e temos a certeza da salvação agora e no Juízo. (Gén. 3:15; Isa. 45:22; 53; Jer. 31:31-34; Eze. 33:11; 36:25-27; Hab. 2:4; Marcos 9:23 e 24; João 3:3-8, 16; 16:8; Rom. 3:21-26; 5:6-10; 8:1-4, 14-17; 10:17; 12:2; II Cor. 5:17-21; Gál. 1:4; 3:13 e 14, 26; 4:4-7; Efé. 2:4-10; Col. 1:13 e 14; Tito 3:3-7; Heb. 8:7-12; I Pedro 1:23; 2:21 e 22; II Pedro 1:3 e 4; Apoc. 13:8.)

11. *O Crescimento em Cristo*

Jesus, mediante a Sua morte na cruz, triunfou sobre as forças do mal. Aquele que subjugou os espíritos demoníacos durante o Seu ministério na Terra, quebrou-lhes o poder e assegurou a sua destruição final. A vitória de Jesus dá-nos a vitória sobre as forças do mal que ainda procuram controlar-nos, ao caminharmos com Ele em paz, alegria e na certeza do Seu amor. Agora o Espírito Santo vive em nós e capacita-nos. Dedicados permanentemente a Jesus como nosso Salvador e Senhor, somos libertados do fardo das nossas ações do passado. Deixamos de viver em trevas, temendo as forças do mal, na ignorância e na falta de sentido da nossa maneira de viver anterior. Nesta nova liberdade em Jesus, somos chamados a crescer à semelhança do Seu caráter, comungando com Ele diariamente em oração, alimentando-nos da Sua Palavra, meditando sobre ela e sobre a Sua providência, cantando-Lhe louvores, congregando-nos para adoração e participando na missão da Igreja. Também somos chamados a seguir o exemplo de Jesus, ministrando compassivamente às necessidades físicas, mentais, sociais, emocionais e espirituais da Humanidade. Ao nos entregarmos em amoroso serviço pelos que estão à nossa volta e em testemunho da Sua salvação, a Sua presença constante connosco mediante o Espírito Santo transforma cada momento e cada tarefa numa experiência espiritual. (I Cró. 29:11; Sal. 1:1 e 2; 23:4; 77:11 e 12; Mat. 20:25-28; 25:31-46; Lucas 10:17-20; João 20:21; Rom. 8:38 e 39; II Cor. 3:17 e 18; Gál. 5:22-25; Efé. 5:19 e 20; 6:12-18; Fil. 3:7-14; Col. 1:13 e 14; 2:6, 14 e 15; I Tes. 5:16-18, 23; Heb. 10:25; Tiago 1:27; II Pedro 2:9; 3:18; I João 4:4.)

12. *A Igreja*

A Igreja é a comunidade de crentes que confessam Jesus Cristo como

Senhor e Salvador. Em continuidade com o povo de Deus nos tempos do Velho Testamento, somos chamados para fora do mundo; e unimo-nos para adoração, para companheirismo, para instrução na Palavra, para a celebração da Ceia do Senhor, para o serviço a toda a Humanidade e para a proclamação mundial do evangelho. A Igreja recebe a sua autoridade de Cristo, o qual é a Palavra incarnada revelada nas Escrituras. A Igreja é a família de Deus; adotados por Ele como filhos, os seus membros vivem com base no novo concerto. A Igreja é o corpo de Cristo, uma comunidade de fé, da qual o próprio Cristo é a Cabeça. A Igreja é a noiva pela qual Cristo morreu para que pudesse santificá-la e purificá-la. Na Sua volta triunfal, Ele a apresentará a Si mesmo Igreja gloriosa, os fiéis de todos os séculos, a aquisição do Seu sangue, sem mácula, nem ruga, mas santa e irrepreensível. (Gén. 12:1-3; Êxo. 19:3-7; Mat. 16:13-20; 18:18; 28:19 e 20; Atos 2:38-42; 7:38; I Cor. 1:2; Efé. 1:22 e 23; 2:19-22; 3:8-11; 5:23-27; Col. 1:17 e 18; I Pedro 2:9.)

13. *O Remanescente e a Sua Missão*

A Igreja universal compõe-se de todos os que verdadeiramente creem em Cristo; mas, nos últimos dias, um tempo de apostasia generalizada, um remanescente tem sido chamado a guardar os mandamentos de Deus e a fé de Jesus. Este remanescente anuncia a chegada da hora do Juízo, proclama a salvação por meio de Cristo e anuncia a aproximação do Seu segundo advento. Esta proclamação é simbolizada pelos três anjos de Apocalipse 14; coincide com a obra do julgamento no Céu e resulta numa obra de arrependimento e reforma na Terra. Todos os crentes são convidados a ter uma parte pessoal neste testemunho mundial. (Dan. 7:9-14; Isa. 1:9; 11:11; Jer. 23:3; Miq. 2:12; II Cor. 5:10; I Pedro 1:16-19; 4:17; II Pedro 3:10-14; Judas 3, 14; Apoc. 12:17; 14:6-12; 18:1-4.)

14. *Unidade no Corpo de Cristo*

A Igreja é um corpo com muitos membros, chamados de toda a nação, tribo, língua e povo. Em Cristo somos uma nova criação; distinções de raça, cultura, educação e nacionalidade, e diferenças entre grandes e pequenos, ricos e pobres, homens e mulheres, não devem ser motivo de divisão entre nós. Somos todos iguais em Cristo, O qual, por um só Espírito nos uniu numa comunhão com Ele e uns com os outros; devemos servir e ser servidos sem parcialidade ou reserva. Mediante a revelação de Jesus

Cristo nas Escrituras partilhamos a mesma fé e esperança e trabalhamos num mesmo testemunho para todos. Esta unidade encontra a sua fonte na unidade do Deus triuno, que nos adotou como Seus filhos. (Sal. 133:1; Mat. 28:19 e 20; João 17:20-23; Atos 17:26 e 27; Rom. 12:4 e 5; I Cor. 12:12-14; II Cor. 5:16 e 17; Gál. 3:27-29; Efé. 2:13-16; 4:3-6, 11-16; Col. 3:10-15.)

15. *O Batismo*

Pelo batismo confessamos a nossa fé na morte e na ressurreição de Jesus Cristo, e damos testemunho da nossa morte para o pecado e do nosso propósito de andarmos em novidade de vida. Assim reconhecemos Cristo como Senhor e Salvador, tornamo-nos Seu povo e somos recebidos como membros pela Sua Igreja. O batismo é um símbolo da nossa união com Cristo, do perdão dos nossos pecados e de que recebemos o Espírito Santo. É por imersão na água e depende de uma afirmação de fé em Jesus e de evidência de arrependimento do pecado. Segue-se à instrução nas Sagradas Escrituras e à aceitação dos seus ensinamentos. (Mat. 28:19 e 20; Atos 2:38; 16:30-33; 22:16; Rom. 6:1-6; Col. 2:12 e 13.)

16. *A Santa Ceia*

A Santa Ceia é uma participação nos emblemas do corpo e do sangue de Jesus como expressão de fé n'Ele, nosso Senhor e Salvador. Nesta experiência de comunhão, Cristo está presente para Se encontrar com o Seu povo e para o fortalecer. Ao participarmos, proclamamos jubilosamente a morte do Senhor até que Ele venha de novo. A preparação para a Ceia inclui exame de consciência, arrependimento e confissão. O Mestre instituiu o serviço do lava-pés para representar renovada purificação, para expressar a disposição em servir-nos uns aos outros em humildade semelhante à de Cristo e para unir os nossos corações em amor. O serviço da comunhão está aberta a todos os crentes cristãos. (Mat. 26:17-30; João 6:48-63; 13:1-17; I Cor. 10:16 e 17; 11:23-30; Apoc. 3:20.)

17. *Dons e Ministérios Espirituais*

Deus concede a todos os membros da Sua Igreja, em todas as épocas, dons espirituais que cada membro deve empregar em amoroso ministério para o bem comum da Igreja e da Humanidade. Sendo concedidos por intermédio do Espírito Santo, o qual distribui a cada membro como Lhe

apraz, os dons proveem todas as aptidões e ministérios de que a Igreja necessita para cumprir as suas funções divinamente ordenadas. De acordo com as Escrituras, esses dons abrangem ministérios como fé, cura, profecia, proclamação, ensino, administração, reconciliação, compaixão e serviço abnegado e caridade para ajuda e encorajamento das pessoas. Alguns membros são chamados por Deus e dotados pelo Espírito para funções reconhecidas pela Igreja em ministérios pastorais, evangelísticos, apostólicos e de ensino especialmente necessários para habilitar os membros para o serviço, para edificar a Igreja com vista à maturidade espiritual e para promover a unidade da fé e o conhecimento de Deus. Quando os membros utilizam esses dons espirituais como fiéis dispenseiros da multiforme graça de Deus, a Igreja é protegida contra a influência demolidora de falsas doutrinas, tem um crescimento que provém de Deus e é edificada na fé e no amor. (Atos 6:1-7; Rom. 12:4-8; I Cor. 12:7-11, 27 e 28; Efé. 4:8, 11-16; I Tim. 3:1-13; I Pedro 4:10 e 11.)

18. *O Dom de Profecia*

As Escrituras afirmam que um dos dons do Espírito Santo é a profecia. Este dom é uma característica identificadora da Igreja remanescente e acreditamos que foi manifestado no ministério de Ellen G. White. Os seus escritos falam com autoridade profética e proporcionam conforto, orientação, instrução e correção à Igreja. Eles também tornam claro que a Bíblia é a norma pela qual deve ser provado todo o ensino e experiência. (Núm. 12:6; II Cró. 20:20; Amós 3:7; Joel 2:28 e 29; Atos 2:14-21; II Tim. 3:16 e 17; Heb. 1:1-3; Apoc. 12:17; 19:10; 22:8 e 9.)

19. *A Lei de Deus*

Os grandes princípios da Lei de Deus estão corporificados nos Dez Mandamentos e exemplificados na vida de Cristo. Expressam o amor, a vontade e os propósitos de Deus acerca da conduta e das relações humanas, e são válidos para todas as pessoas, em todas as épocas. Estes preceitos constituem a base do concerto de Deus com o Seu povo e a norma no julgamento efetuado por Deus. Por meio da ação do Espírito Santo, eles revelam o pecado e despertam o senso da necessidade de um Salvador. A salvação é inteiramente pela graça, e não pelas obras, e o seu fruto é

obediência aos Mandamentos. Esta obediência desenvolve o caráter cristão e resulta numa sensação de bem-estar. É evidência do nosso amor ao Senhor e da nossa solicitude pelos nossos semelhantes. A obediência da fé demonstra o poder de Cristo para transformar vidas, e fortalece, portanto, o testemunho cristão. (Êxo. 20:1-17; Deut. 28:1-14; Sal. 19:7-14; 40:7 e 8; Mat. 5:17-20; 22:36-40; João 14:15; 15:7-10; Rom. 8:3 e 4; Efé. 2:8-10; Heb. 8:8-10; I João 2:3; 5:3; Apoc.12:17; 14:12.)

20. *O Sábado*

O bondoso Criador, após os seis dias da Criação, descansou no sétimo dia e instituiu o Sábado para todas as pessoas, como memorial da Criação. O quarto mandamento da imutável Lei de Deus requer a observância desse Sábado do sétimo dia como dia de descanso, adoração e ministério, em harmonia com o ensino e a prática de Jesus, o Senhor do Sábado. O Sábado é um dia de deleitosa comunhão com Deus e uns com os outros. É um símbolo da nossa redenção em Cristo, um sinal da nossa santificação, uma prova da nossa lealdade e um antegoço do nosso futuro eterno no reino de Deus. O Sábado é o sinal perpétuo do eterno concerto de Deus com o Seu povo. A jubilosa observância deste tempo sagrado, de uma tarde a outra tarde, do pôr-do-sol ao pôr-do-sol, é uma celebração dos atos criadores e redentores de Deus. (Gén. 2:1-3; Êxo. 20:8-11; 31:13-17; Lev. 23:32; Deut. 5:12-15; Isa. 56:5 e 6; 58:13 e 14; Eze. 20:12, 20; Mat. 12:1-12; Marcos 1:32; Lucas 4:16; Heb. 4:1-11.)

21. *A Mordomia*

Somos dispenseiros de Deus, a quem foram confiados por Ele tempo e oportunidades, capacidades e posses, e bênçãos da Terra e dos seus recursos. Somos responsáveis perante Ele pelo seu uso adequado. Reconhecemos o direito de propriedade da parte de Deus por meio de fiel serviço a Ele e aos nossos semelhantes, e pela devolução dos dízimos e pela dádiva de ofertas para a proclamação do Seu evangelho e para a manutenção e o crescimento da Sua Igreja. A mordomia é um privilégio que Deus nos concede para desenvolvimento no amor e para vitória sobre o egoísmo e a cobiça. O mordomo regozija-se nas bênçãos que advêm aos outros como resultado da sua fidelidade. (Gén. 1:26-28; 2:15; I Cró. 29:14; Ageu 1:3-11; Mal. 3:8-12; Mat 23:23; Rom. 15:26 e 27; I Cor. 9:9-14; II Cor. 8:1-15; 9:7.)

22. *A Conduta Cristã*

Somos chamados a ser um povo piedoso que pensa, sente e age de acordo com os princípios bíblicos em todos os aspetos da vida pessoal e social. Para que o Espírito recrie em nós o caráter do nosso Senhor, só nos envolvemos nas coisas que produzirão na nossa vida pureza, saúde e alegria semelhantes às de Cristo. Isto significa que as nossas diversões e entretenimentos devem corresponder aos mais altos padrões de gosto e de beleza cristãos. Embora reconheçamos diferenças culturais, o nosso vestuário deve ser simples, modesto e asseado, adequado para aqueles cuja verdadeira beleza não consiste no adorno exterior, mas no ornamento imperecível de um espírito manso e tranquilo. Significa também que, sendo o nosso corpo o templo do Espírito Santo, devemos cuidar dele inteligentemente. Juntamente com adequado exercício e repouso, devemos adotar a alimentação mais saudável possível e abster-nos dos alimentos imundos identificados nas Escrituras. Visto que as bebidas alcoólicas, o tabaco, o uso irresponsável de medicamentos e os narcóticos são prejudiciais ao nosso corpo, também devemos abster-nos dessas coisas. Em vez disso, devemos empenhar-nos em tudo o que submeta os nossos pensamentos e o nosso corpo à disciplina de Cristo, O qual deseja a nossa integridade, alegria e bem-estar. (Gén. 7:2; Êxo. 20:15; Lev. 11:1-47; Sal. 106:3; Rom. 12:1 e 2; I Cor. 6:19 e 20; 10:31; II Cor. 6:14-7:1; 10:5; Efé. 5:1-21; Fil. 2:4; 4:8; I Tim. 2:9 e 10; Tito 2:11 e 12; I Pedro 3:1-4; I João 2:6; III João 2.)

23. *O Casamento e a Família*

O casamento foi divinamente estabelecido no Éden e confirmado por Jesus como união vitalícia entre um homem e uma mulher, em amoroso companheirismo. Para o cristão, o compromisso matrimonial é com Deus bem como com o cônjuge, e só deve ser assumido entre um homem e uma mulher que partilham da mesma fé. Amor, honra, respeito e responsabilidade mútuos constituem a estrutura dessa relação, a qual deve refletir o amor, a santidade, a intimidade e a constância da relação entre Cristo e a Sua Igreja. No tocante ao divórcio, Jesus ensinou que a pessoa que se divorcia do cônjuge, a não ser por causa de relações sexuais ilícitas, e se casa com outra, comete adultério. Embora algumas relações de família fiquem aquém do ideal, os cônjuges que se dedicam um ao outro, em

Cristo através do casamento podem alcançar amorosa unidade por meio da orientação do Espírito e do cuidado da Igreja. Deus abençoa a família e pretende que os seus membros se ajudem uns aos outros a alcançar completa maturidade. Aumentar a intimidade familiar é uma das marcas distintivas da mensagem final do evangelho. Os pais devem educar os filhos a amar o Senhor e a obedecer-Lhe. Pelo seu exemplo e pelas suas palavras, devem ensinar-lhes que Cristo é um guia amoroso, terno e solícito, que deseja que eles se tornem membros do Seu corpo, a família de Deus, que inclui tanto pessoas casadas como solteiras. (Gén. 2:18-25; Êxo. 20:12; Deut. 6:5-9; Prov. 22:6; Mal. 4:5 e 6; Mat. 5:31 e 32; 19:3-9, 12; Marcos 10:11 e 12; João 2:1-11; I Cor. 7:7, 10 e 11; II Cor. 6:14; Efê. 5:21-33; 6:1-4.)

24. O Ministério de Cristo no Santuário Celestial

Há um santuário no Céu, o verdadeiro tabernáculo que o Senhor erigiu, não o homem. Nele, Cristo ministra em nosso favor, tornando acessíveis aos crentes os benefícios do Seu sacrifício expiatório oferecido uma vez por todas na cruz. Ele foi empossado como nosso grande Sumo-sacerdote e começou o Seu ministério intercessor, que era tipificado pela obra do sumo-sacerdote no lugar santo do santuário terrestre, por ocasião da Sua ascensão. Em 1844, no fim do período profético dos 2300 dias, Ele iniciou a segunda e última etapa do Seu ministério expiatório, que era tipificado pela obra do sumo-sacerdote no lugar santíssimo do santuário terrestre. É uma obra de juízo investigativo, a qual faz parte da eliminação final de todo o pecado, prefigurada pela purificação do antigo santuário hebraico, no Dia da Expição. Nesse serviço típico, o santuário era purificado com o sangue do sacrifício de animais, mas as coisas celestiais são purificadas com o perfeito sacrifício do sangue de Jesus. O juízo investigativo revela aos seres celestiais quem dentre os mortos adormeceu em Cristo, e é, portanto, n'Ele considerado digno de ter parte na primeira ressurreição. Também torna manifesto quem, dentre os vivos, permanece em Cristo, guardando os mandamentos de Deus e a fé de Jesus, estando, portanto, n'Ele, preparado para a transladação ao Seu reino eterno. Este julgamento vindica a justiça de Deus em salvar os que creem em Jesus. Declara que os que permanecem leais a Deus receberão o reino. A conclusão do ministério de Cristo assinalará o fim do tempo da graça para os seres humanos, antes do Segundo Advento. (Lev. 16; Núm. 14:34; Eze. 4:6; Dan. 7:9-27; 8:13

e 14; 9:24-27; Heb. 1:3; 2:16 e 17; 4:14-16; 8:1-5; 9:11-28; 10:19-22; Apoc. 8:3-5; 11:19; 14:6 e 7, 12; 20:12; 22:11 e 12.)

25. *A Segunda Vinda de Cristo*

A segunda vinda de Cristo é a bendita esperança da Igreja, o grandioso clímax do evangelho. A vinda do Salvador será literal, pessoal, visível e mundial. Quando Ele voltar, os justos mortos serão ressuscitados e, juntamente com os justos que estiverem vivos, serão glorificados e levados para o Céu, mas os ímpios irão morrer. O cumprimento quase completo da maioria das profecias, juntamente com a condição atual do mundo, indica que a vinda de Cristo está iminente. O momento exato desse acontecimento não foi revelado, e somos, portanto, exortados a estar preparados em todo o tempo. (Mat. 24; Marcos 13; Lucas 21; João 14:1-3; Atos 1:9-11; I Cor. 15:51-54; I Tes. 4:13-18; 5:1-6; II Tes. 1:7-10; 2:8; II Tim. 3:1-5; Tito 2:13; Heb. 9:28; Apoc. 1:7; 14:14-20; 19:11-21.)

26. *Morte e Ressurreição*

O salário do pecado é a morte. Mas Deus, o único que é imortal, concederá vida eterna aos Seus remidos. Até àquele dia, a morte é um estado inconsciente para todas as pessoas. Quando Cristo, que é a nossa vida, aparecer, os justos ressuscitados e os justos vivos serão glorificados e levados ao encontro do seu Senhor. A segunda ressurreição, a ressurreição dos ímpios, ocorrerá mil anos mais tarde. (Job 19:25-27; Sal. 146:3 e 4; Ecl. 9:5 e 6, 10; Dan. 12:2, 13; Isa. 25:8; João 5:28, 29; 11:11-14; Rom. 6:23; I Cor. 15:51-54; Col. 3:4; I Tes. 4:13-17; I Tim. 6:15 e 16; Apoc. 20:1-10.)

27. *O Milénio e o Fim do Pecado*

O milénio é o reinado de mil anos de Cristo com os Seus santos no Céu, entre a primeira e a segunda ressurreições. Durante esse tempo, serão julgados os ímpios mortos; a Terra estará completamente desolada, sem habitantes humanos vivos, mas ocupada por Satanás e pelos seus anjos. No fim desse período, Cristo com os Seus santos e a Cidade Santa descerão do Céu à Terra. Os ímpios mortos serão então ressuscitados e, com Satanás e os seus anjos, cercarão a cidade; mas fogo de Deus os consumirá e purificará a Terra. O Universo ficará, assim, eternamente livre do pecado e dos pecadores. (Jer. 4:23-26; Eze. 28:18 e 19; Mal. 4:1; I Cor. 6:2 e 3; Apoc. 20; 21:1-5.)

28. A Nova Terra

Na Nova Terra, em que habita a justiça, Deus proverá um lar eterno para os remidos e um ambiente perfeito para vida, amor, alegria e aprendizagem eternos na Sua presença. Pois aqui o próprio Deus habitará com o Seu povo, e o sofrimento e a morte terão passado. O grande conflito estará terminado e não voltará a existir pecado. Todas as coisas, animadas e inanimadas, declararão que Deus é amor; e Ele reinará para todo o sempre. Ámen. (Isa. 35; 65:17-25; Mat. 5:5; II Pedro 3:13; Apoc. 11:15; 21:1-7; 22:1-5.)

Notas

Estas notas contêm material explicativo a respeito da forma como a igreja deve proceder numa determinada questão. A igreja pode adotar maneiras alternativas de tratar desses assuntos. Esses métodos alternativos devem estar de harmonia com os princípios da organização e do funcionamento da Igreja geralmente aceites.

Notas do CAPÍTULO 8

1. ***Cerimónia de Casamento*** (ver p. 81) – Nalguns países ou estados, o pastor tem de estar legalmente nomeado e registado a fim de realizar a cerimónia de casamento. Em muitos países, o pastor pode realizar a cerimónia na igreja, mas o contrato matrimonial é legalmente assinado pelo conservador do registo civil, que habitualmente se senta na secretaria da igreja e ouve a fórmula aprovada da declaração matrimonial. Noutros países ainda, o pastor não pode de maneira nenhuma realizar a cerimónia, pois esta é reconhecida como uma responsabilidade do estado e é considerada como um contrato civil. Nesses casos, os membros normalmente retiram-se para uma casa ou para um lugar de culto, onde o pastor realiza uma cerimónia especial para pedir a bênção do Senhor sobre o casal. (Ver pp. 171-179.)

2. ***Formação e Apetrechamento de Anciãos*** (ver p. 82) – Embora caiba ao pastor a principal responsabilidade da formação de anciãos, as Associações são incentivadas a marcar reuniões periódicas destinadas a essa formação. A fim de apoiar um relacionamento de equipa pastor-ancião, os pastores devem também assistir a essas reuniões de formação. Os diretores de grupos, que atuam em lugar de anciãos, também devem ser convidados.

3. ***Formação e Apetrechamento de Diáconos e Diaconisas*** (ver pp. 84, 86) – Embora caiba ao pastor a principal responsabilidade da formação de diáconos e diaconisas, a Associação Ministerial da Associação é encorajada a fazer reuniões periódicas para a formação de diáconos e diaconisas.

4. ***Cuidado e Manutenção da Propriedade da Igreja*** (ver p. 88) – Os diáconos e diaconisas devem assegurar que o edifício da igreja seja

mantido limpo e em boas condições e que os terrenos adjacentes sejam mantidos limpos e atrativos. Isto inclui também assegurar que é feito o trabalho de limpeza. Em igrejas grandes, onde seja necessário empregar um encarregado de limpezas, os diáconos devem recomendar ao Conselho de igreja uma pessoa adequada, o qual vota empregar esse auxiliar, ou que poderá autorizar os diáconos a arranjam um encarregado das limpezas. Deve ser obtida autorização do Conselho para todas as grandes despesas de reparação. Todas as contas respeitantes a reparações, bem como as de despesas correntes, como água, eletricidade e gás, devem ser apresentadas ao tesoureiro, que fará os pagamentos.

5. O Secretário Mantém os Registos (ver p. 88) – As atas do Conselho devem ser registadas no livro de registos da igreja, ou noutro sistema apropriado de registo adotado pela igreja, indicando a hora e a data da reunião, o número dos que assistiram e um relatório de todos os votos feitos. O secretário deve fazer também uma lista de todas as comissões nomeadas na reunião, fornecendo ao presidente do Conselho uma lista dos membros de cada comissão, juntamente com os termos de referência e uma síntese do trabalho que lhes tenha sido pedido realizar. O livro de registos da igreja pode ser adquirido na Livraria Adventista ou, nalguns países, na casa publicadora.

O livro de registos da igreja contém um lugar para registo dos membros, incluindo colunas para indicar como e quando os membros foram recebidos ou excluídos. Este registo deve ser mantido cronologicamente, devendo também ser registados, na secção onde são conservadas as atas de votos sobre membros, os dados justificativos de cada entrada. O registo de membros deve ser mantido com exatidão e atualidade a fim de apresentar a situação oficial dos membros.

6. Correspondência com Membros (ver p. 89) – O secretário deve corresponder-se frequentemente com membros ausentes e deve transmitir-lhes notícias dos progressos da igreja, animando-os, por sua vez, a relatarem as suas atividades cristãs em cada trimestre.

7. Dinheiro para Encomendas Pessoais de Literatura (ver p. 92) – Onde não exista uma Livraria Adventista, os membros podem colocar

dinheiro para encomendas pessoais de literatura, livros, folhetos, revistas e assinaturas de revistas num envelope, com um formulário de encomenda corretamente preenchido, e entregá-lo ao secretário dos Ministérios Pessoais. O tesoureiro, depois, envia tanto a encomenda como o pagamento de toda essa literatura para a Livraria Adventista ou para a casa publicadora, de acordo com o sistema adotado pela Associação. No final de cada trimestre, o secretário dos Ministérios Pessoais apresentará à igreja, na sua reunião administrativa trimestral, um relatório sobre a situação das contas com a Livraria Adventista e/ou com a casa publicadora, entregando ao tesoureiro uma cópia desse relatório. (Ver p. 110 e 111.)

8. *A Salvaguarda de Crianças* – A igreja deve ser um lugar seguro para as nossas crianças. Todos os que estão envolvidos com crianças, que são menores, devem preencher todas as normas e requisitos legais e da Igreja. A fim de salvaguardar as nossas crianças, as igrejas são instadas a adotar regras que garantam a necessária segurança e proteção das crianças. Entre essas regras estarão incluídas as seguintes:

a. *Norma dos Dois Adultos* – Manter dois adultos sempre presentes nas salas de aulas ou de atividades das crianças.

b. *Porta Aberta* – Desaconselhar contactos privados ou só de um adulto e uma criança, favorecendo a norma da porta aberta em todas as situações. Onde não seja possível seguir a norma da porta aberta, deve ser colocado um segundo adulto à porta.

c. *Inspecção Rigorosa de Voluntários* – Todos os voluntários devem obrigatoriamente preencher um formulário de informação, as suas referências devem ser verificadas e, se requerido legalmente, devem apresentar uma certidão de registo criminal.

d. *Norma dos Seis Meses* – Deve ser imposto um período de espera de seis meses para membros recentemente batizados ou transferidos que indiquem disponibilidade para trabalhar com crianças.

e. *Formação* – Deve ser dada formação regular a monitores e voluntários a fim de os ajudar a compreender e a proteger as crianças e a saber como fortalecer-lhes a fé.

Os dirigentes da igreja local devem consultar a Associação a fim de se certificarem dos procedimentos e requisitos da Associação, incluindo requisitos legais locais, para indivíduos que trabalhem com crianças.

Há recursos adicionais disponíveis no Adventist Risk Management (Gabinete Adventista de Gestão de Risco) em www.adventistrisk.org.

9. **Recursos dos Ministérios da Criança** (em Inglês) (ver p. 96) – *The Children's Ministries Handbook: A Step-by-Step Guide for Children's Leaders Around the World* (2005); *The Children's Ministries Coordinator: A Step-by-Step Guide for Organizing Children's Ministries in the Local Church* (2005); e *Pastor's and Elder's Handbook for Children's Ministries* (2005). Silver Spring, Md.: Children's Ministries, General Conference of Seventh-day Adventists. Para mais informações, contactar o diretor dos Ministérios das Crianças da Associação local (em Portugal: <http://www.familia.adventistas.org.pt>; e-mail: crianca@adventistas.org.pt) e www.gcchildmin.org.

10. **Recursos dos Ministérios da Família** (em Inglês) (ver p. 102) – *Caring for Families Today: A Guide for Family Ministries* (2009). Silver Spring, Md.: Family Ministries, General Conference of Seventh-day Adventists. Para mais informações, contactar o diretor dos Ministérios da Família da Associação local (em Portugal: www.familia.adventistas.org.pt; e-mail: familia@adventistas.org.pt) e www.adventist-familyministries.org.

11. **Recursos dos Ministérios da Saúde** (em Inglês) (ver p. 103) – CELEBRATIONS (um esboço de 12 programas de apresentações essenciais dos Ministérios da Saúde, inclui textos e PowerPoints), CHARTERS (uma série de conferências com PowerPoints para apresentação a ouvintes leigos), *Foundations for Health Ministry* (84 conferências sobre saúde básica para dirigentes dos Ministérios da Saúde), *Breathe Free* (currículo para deixar de fumar), *Youth Alive* (um programa para desenvolver resiliência na nossa juventude), *Vegetarian Cuisine Instructor's Course* (um manual exaustivo de como fazer), *Birthing Companions* (para dar apoio a jovens mulheres grávidas durante a sua gravidez), *Regeneration* (um programa de 12 passos para recuperação de vícios ou dependências), e *My Vegetarian Food Pyramid* (posters grandes ou pequenos). (Em Portugal: Existe o programa em 12 Passos *O Caminho Para Uma Vida Plena*. www.adventistas.org.pt; email: saude@adventistas.org.pt).

12. **Recursos dos Assuntos Públicos e da Liberdade Religiosa** (ver p. 105) – Para mais informação, contactar o diretor dos Assuntos Públicos e

Liberdade Religiosa da Associação local (em Portugal: www.aidlr.org.pt) ou visitar www.parl.org e www.aidlr.org.

13. **Recursos dos Ministérios das Publicações** (em Inglês) (ver p. 106) – *Literature Ministry Training Manual* (volumes 1-3 com apresentações em PowerPoint); *The Publishing Ministry and the Church* (brochura); *Student Literature Evangelism Manual*; *Miracles of Grace* (um livro de 365 testemunhos de colportores ao redor do mundo); *The Literature Evangelist* (uma revista trimestral dos Ministérios das Publicações da Conferência Geral). Para mais informação, contactar o diretor das publicações da Associação ou da União (em Portugal, e-mail: artur.guimaraes@adventistas.org.pt). Pode também ir a www.publishing.gc.adventist.org.

14. **Recursos da Escola Sabatina e dos Ministérios Pessoais** (ver pp. 106- 112) – Trimensários para o estudo das Lições da Escola Sabatina para várias idades: Adultos e Dinamizador, Rol do Berço, Jardim de Infância, Primários, Juvenis e Adolescentes, Auxiliares para as diferentes idades, Comentários de Ellen White, Apontamentos da Semana e Boletim Missionário. Para o material dos Ministérios Pessoais, cursos, lições, folhetos, visite o sítio do IBED: www.institutoonline.pt. Para mais informação, contactar o diretor da Escola Sabatina e dos Ministérios Pessoais da Associação local (em Portugal: www.evangelismo.adventistas.org.pt; e-mail: evangelismo@adventistas.org.pt). Pode-se ir também a www.sabbathschoolpersonalministries.org ou a GraceLink.net, JuniorPowerPoints.org, RealTimeFaith.net, CornerstoneConnections.net, CQBibleStudy.org, ou SabbathSchoolU.org, para material em Inglês. (No caso dos Ministérios em Favor das Pessoas com Deficiência, em Portugal temos, entre outros, o Centro Ellen Keller, a Associação de Cegos Louis Braille, a Associação de Surdos de Portugal ou a APPCDM.)

15. **Serviços Adventistas à Comunidade** (ver p. 111) – Alguns territórios continuam a ter uma Sociedade de Dorcas ativa e os Homens Adventistas, ou outros nomes alternativos (em Portugal, temos a ASA) para o ministério social oriundos da igreja local que foram aprovados oficialmente pelas unidades administrativas regionais da igreja. Nesses casos, a igreja deve nomear um coordenador dos Serviços Adventistas à Comunidade (não um diretor), para coordenar todos os serviços realizados

pelos departamentos da igreja local, serviços, e diáconos e diaconisas, que têm os seus diretores individuais.

Os diretores de Dorcas, dos Homens Adventistas, de outras organizações aprovadas dos ministérios sociais da igreja local e os coordenadores dos Serviços Adventistas à Comunidade ao nível local participam, como membros do Conselho dos Ministérios Pessoais, sob a tutela do Departamento dos Ministérios Pessoais, como indicado neste Manual da Igreja.

Quando a obra dos serviços à comunidade é organizada pela primeira vez num território, é recomendado seguir o modelo dos Serviços Adventistas à Comunidade, que envolve todos os membros de igreja numa ampla variedade de serviços à comunidade baseados nas necessidades sentidas. Para mais informação, vá a www.sabbathschoolpersonalministries.org e clique no separador Serviços Adventistas à Comunidade.

16 – **Recursos dos Ministérios da Mordomia** (ver p. 113) – *Steps to Discipleship* (2009). Silver Spring, Md.: Stewardship Ministries, General Conference of Seventh-day Adventists. Para mais informação, contactar o departamento dos Ministérios da Mordomia da Associação local (em Portugal, e-mail: mordomia@adventistas.org.pt), da União, ou da Divisão ou visitar www.adventiststewardship.com.

17. **Recursos dos Ministérios da Mulher** (ver pp. 113 e 114) – Certificação de liderança níveis 1-4; materiais para Dia de Oração, Dia de Ênfase das Mulheres e Dia de Ênfase na Prevenção de Maus-Tratos; *Pastor's and Elder's Handbook for Women's Ministries* (em Inglês). Para mais informação, contactar o diretor dos Ministérios das Mulheres da Associação local (em Portugal: www.familia.adventistas.org.pt; e-mail: mulher@adventistas.org.pt) e visitar www.adventistwomensministries.org.

18. **Plano Organizacional da Juventude Adventista** (ver pp. 114-116) – Informação pormenorizada a respeito do plano organizacional da Juventude Adventista está disponível junto do diretor dos Ministérios da Juventude da Associação. Cada igreja deve estudar o seu próprio perfil de juventude e família, os seus recursos, pessoal ativo, instalações e relações com a escola, procurando desenvolver o melhor ministério da juventude em consonância com estes fatores.

Nalguns lugares pode ser escolhida uma outra designação, como “clube” ou “sociedade”, mas o nome “Juventude Adventista” deve ser sempre usado para que se identifique claramente a organização.

19. *Recursos dos Ministérios da Juventude* (ver p. 120) – Para muitos mais materiais e mais informação, deve visitar o nosso sítio na Web em www.gc-youthministries.org ou enviar e-mail para youth@gc.adventist.org. (Em Portugal: www.juventudeadventista.org.pt).

Notas do CAPÍTULO 9

1. *Lista Exemplificativa de Dirigentes da Igreja* (ver p. 123). A Comissão de Nomeações seleciona membros para servirem como oficiais numa variedade de cargos. Uma igreja pequena poderá ter uma pequena lista de oficiais. Uma igreja grande poderá ter uma longa lista de oficiais. Esta é uma lista que poderá ser tida em consideração:

- Ancião(s)
- Diacono(s)
- Diaconisa(s)
- Secretário
- Tesoureiro e assistente(s)
- Coordenador de Interessados
- Conselho da igreja
- Conselho da escola da igreja
- Diretor dos Serviços Adventistas à Comunidade ou da Sociedade de Dorcas
- Secretário-tesoureiro dos Serviços Adventistas à Comunidade ou da Sociedade de Dorcas
- Diretor e associado(s) dos Ministérios da Juventude Adventista
- Conselheiro dos Ministérios da Juventude Adventista
- Secretário-tesoureiro e assistente dos Ministérios da Juventude Adventista
- Diretor da Música dos Ministérios da Juventude Adventista
- Pianista ou organista da Juventude Adventista
- Diretor dos Jovens Seniores
- Diretor do Clube de Companheiros
- Diretor do Clube de Desbravadores e vice-diretor
- Diretor do Clube de Tições
- Coordenador da Escola Bíblica
- Coordenador dos Ministérios da Criança

Dirigente do coro ou dirigente dos cânticos ou coordenador da música

Organista ou pianista da igreja

Secretário de Comunicação ou do Conselho de Comunicação

Secretário de Educação/diretor da escola da igreja/ professor principal

Diretor/es dos Ministérios da Família

Diretor dos Ministérios da Saúde

Coordenador do Ministério a Favor de Pessoas com Deficiências

Diretor dos Ministérios Pessoais

Secretário dos Ministérios Pessoais

Diretor dos ministérios da oração

Diretor/coordenador dos Ministérios nos Campus Públicos

Coordenador dos Ministérios das Publicações

Diretor da Liberdade Religiosa

Diretor/es da Escola Sabatina e vice-diretor/es

Secretário da Escola Sabatina e vice-secretário/s

Diretores das divisões da Escola Sabatina, incluindo as dos Adultos e de Extensão

Secretário do Fundo de Investimento da Escola Sabatina

Diretor dos Ministérios da Mordomia

Diretor da Escola Cristã de Férias

Diretor/a dos Ministérios da Mulher

Pessoal adicional considerado necessário

Oficiais da Associação Lar e Escola (diretor e secretário-tesoureiro):

Se a escola for mantida por uma só igreja, a Comissão de Nomeações da igreja faz recomendações ao Conselho Escolar, que, por sua vez, fará as nomeações. Se a escola for mantida por mais de uma igreja, o Conselho Escolar será o responsável por todo o processo. (Ver pp. 101, 102.)

Notas do CAPÍTULO 10

1. *Escola Sabatina* (ver p. 135) – A duração habitual da Escola Sabatina é uma hora e dez minutos. Isto, porém, não impede uma Associação de adotar um período de tempo mais longo ou mais curto, embora seja importante ter tempo suficiente para promover com regularidade as atividades missionárias e as responsabilidades da Igreja mundial, bem como a oferta

para as missões, além de, pelo menos, trinta minutos para o estudo da Bíblia.

2. **Formatos do Serviço de Culto** (ver pp. 134-136) – Os formatos do serviço de culto variam de país para país e de cultura para cultura. A seguir apresentam-se sugestões de dois formatos:

Ordem Mais Extensa do Culto

Prelúdio musical

Anúncios

Entrada dos participantes no serviço

Doxologia

Invocação (oração)

Leitura bíblica

Hino de louvor

Oração

Hino ou música especial

Oferta

Hino de consagração

Sermão

Hino

Bênção

A congregação fica de pé ou sentada durante uns momentos de oração silenciosa

Poslúdio musical

Ordem Mais Breve do Culto

Anúncios

Hino

Oração

Oferta

Hino ou música especial

Sermão

Hino

Bênção

Congregação fica de pé ou sentada para oração silenciosa

3. **Formas do Serviço de Culto** (ver p. 135) – Quando os participantes entram e se ajoelham, a congregação deve, de cabeça curvada, implorar a presença e a bênção de Deus. A quietude em espírito de adoração prepara o caminho para os passos que se seguem.

As duas principais divisões do serviço de culto são:

a. Resposta congregacional em louvor e adoração, expressa em cântico, oração e ofertas.

b. A mensagem da Palavra de Deus.

Aquele que conduz os adoradores à presença de Deus mediante a oração pastoral deve fazê-lo com um sentimento de reverência, tendo a noção da importância que a mesma tem. Habitualmente, a pessoa que ora ajoelha-se de frente para a congregação, e a congregação, na medida do possível, ajoelha-se por sua vez de frente para o indivíduo que está a orar. A oração deve ser breve, mas deve incluir adoração, agradecimento e menção das necessidades pessoais dos adoradores, bem como do campo mundial.

A oferta é uma parte essencial da hora de culto. Embora sejamos aconselhados a adorar “o Senhor na beleza da santidade”, somos também exortados a trazer “oferendas” e a entrar “nos Seus átrios” (Sal. 96:9, 8). Por isso, a entrega das nossas ofertas a Deus tem, muito naturalmente, o seu lugar como parte do serviço de culto.

É apropriado ter música especial e um hino devocional.

A seguir vem o que devia ser uma das partes mais importantes da hora do culto – o alimento espiritual da congregação de Deus. Resultados abençoados e para glória de Deus surgem sempre que a congregação é verdadeiramente alimentada e sente que “Deus visitou o Seu povo” (Lucas 7:16). Aquele que traz a mensagem deve sentir plenamente a santidade do seu trabalho e deve estar perfeitamente preparado.

O ancião colabora com o pastor da igreja no planeamento da ordem do serviço. Se a igreja não tiver um pastor regular, o ancião é o responsável pelo serviço e deve ou dirigi-lo ou arranjar alguém que o faça. De tempos a tempos, pode ser realizada uma reunião de testemunhos e louvor, ou pode ser dado tempo para que certos membros relatem as experiências que tenham tido no trabalho missionário.

4. **Horas das Reuniões** (ver p. 135) – A fim de fortalecer e desenvolver o espírito missionário entre os nossos membros, poderão ser realizadas reuniões auxiliares dos Ministérios Pessoais numa ou mais das seguintes maneiras:

a. A reunião semanal de dez minutos sobre os Ministérios Pessoais, realizada cada Sábado, normalmente depois do final da Escola Sabatina e antes do serviço de pregação.

b. Uma reunião a meio da semana, combinada com a reunião de oração semanal. Nessa ocasião, a primeira parte da reunião deve ser dedicada a uma mensagem devocional, seguida de um período de orações, lembrando que a adoração é fundamental no desenvolvimento espiritual e na preparação para o serviço. O tempo restante pode ser dedicado à formação para serviço evangelístico leigo. É apresentada instrução sobre a conquista de almas, e é concedida aos membros oportunidade de apresentarem e analisarem problemas com que se tenham confrontado no evangelismo leigo.

As reuniões dos Ministérios Pessoais devem ocorrer em ocasiões adequadas às condições locais. O Conselho dos Ministérios Pessoais deve fazer planos cuidadosos para tornar as reuniões dos Ministérios Pessoais da igreja ocasiões de reavivamento espiritual e de formação prática, e deve providenciar para que essas reuniões sejam realizadas com a mesma regularidade e continuidade que as demais reuniões da igreja.

5. **Lava-Pés** (ver p. 139) – Devem ser preparadas áreas separadas para o lava-pés de homens e mulheres. Onde escadas ou distância sejam um problema, devem ser feitos arranjos especiais para os que tenham deficiência. Nos lugares onde seja socialmente aceitável e onde o vestuário seja de molde a que não haja situações de imodéstia, podem ser feitos preparativos separados para que marido e mulher, ou pais e filhos batizados, possam partilhar em conjunto a cerimónia do lava-pés. A fim de encorajar pessoas tímidas ou sensíveis, que possam considerar uma experiência embaraçosa a escolha de alguém para o lava-pés, alguns dirigentes da igreja devem ser apontados para ajudar essas pessoas a encontrarem pares para a cerimónia.

Todos devem lavar muito bem as mãos antes de regressarem para participarem na Santa Ceia. Os que estiverem a dirigir a cerimónia devem fazer isto publicamente por razões higiénicas.

6. Pão e Sumo de Uva (ver p. 139) – Durante o reagrupar da congregação, pode ser cantado um hino enquanto os pastores ou anciãos oficiantes tomam os seus lugares perto do pão e do vinho (sumo de uva não fermentado) e os diáconos e diaconisas ocupam também os seus lugares.

A toalha que cobre o pão deve então ser removida.

Pode ler-se uma passagem adequada das Escrituras, como I Coríntios 11:23 e 24; Mateus 26:26; Marcos 14:22 ou Lucas 22:19; ou deve ser apresentado um breve sermão neste momento da cerimónia, em vez de antes. Isto pode ser particularmente eficaz se o sermão realçar o significado do pão e do vinho, de modo a que a mensagem esteja ainda fresca na mente dos participantes quando os emblemas estiverem a ser distribuídos.

Os oficiantes normalmente ajoelham-se enquanto está a ser pedida a bênção sobre o pão. A congregação pode ajoelhar-se ou permanecer sentada.

É habitual a maior parte do pão a ser servido estar já partida, com uma pequena porção deixada em cada bandeja para os anciãos e/ou pastores partirem. (Todos os que mexem no pão devem lavar muito bem as mãos antes de regressarem à cerimónia da comunhão.) Os pastores e anciãos entregam as bandejas que contêm o pão aos diáconos, os quais servem então a congregação, embora, em pequenas congregações, seja possível o pastor ou os anciãos servirem todos os participantes.

Enquanto isto se passa, pode haver uma escolha de música especial, testemunhos, um resumo do sermão, leituras seleccionadas, cânticos pela congregação ou música meditativa.

Os participantes devem conservar a sua porção do pão até que os pastores ou anciãos oficiantes tenham sido servidos. Depois de todos estarem sentados, o dirigente convida todos a participarem do pão em conjunto. Enquanto o pão está a ser comido, devem ser feitas orações silenciosas.

Seguidamente, o pastor lê uma passagem apropriada, como I Coríntios 11:25 e 26; Mateus 26:27-29; Marcos 14:23-25 ou Lucas 22:20. Os dirigentes ajoelham-se enquanto se faz a oração sobre o vinho. Uma vez mais, os diáconos servem a congregação. Neste momento, podem ser continuadas atividades como as sugeridas durante a distribuição do pão. Depois de os pastores ou anciãos oficiantes terem sido servidos, todos os adoradores participam juntos do vinho.

Um método opcional é o pão ser abençoado e partido; a seguir, o pão e o vinho são colocados na mesma bandeja e distribuídos à congregação.

O adorador retira ambos da bandeja ao mesmo tempo. O pão é comido, seguido de oração silenciosa. Depois de feita a oração sobre o vinho, este é bebido, seguindo-se uma oração silenciosa. Quando os bancos ou cadeiras estão apetrechados com suportes para os cálices, a recolha destes é desnecessária até que esteja terminada a cerimónia.

7. Reuniões Administrativas (ver p. 142) – Os relatórios podem incidir sobre as seguintes atividades:

a. Um relatório do secretário apresentando o número atual de membros da igreja e o número de membros recebidos e dos transferidos para outras igrejas. Deve ser feita referência também, indicando o número, mas não necessariamente os nomes, dos que foram desligados da comunidade de crentes durante o ano, bem como o daqueles que faleceram. Os membros podem ter interesse em ouvir uma breve declaração sobre as decisões do Conselho da igreja nas suas reuniões.

b. Um relatório do diretor dos Ministérios Pessoais com uma descrição das atividades missionárias, incluindo atividades de Serviços à Comunidade, juntamente com planos para o trabalho futuro. A isto deve seguir-se um relatório da parte do secretário dos Ministérios Pessoais.

c. Um relatório do tesoureiro a mostrar o montante de dízimo recebido e enviado para a Associação, uma informação das ofertas para as missões recebidas e enviadas, e uma informação apresentando os fundos da igreja local recebidos e despendidos.

d. Um relatório dos diáconos e das diaconisas respeitante às visitas feitas a membros, às respetivas atividades em favor dos pobres e a outro trabalho de apoio.

e. Um relatório do secretário da Juventude delineando as atividades em trabalho missionário e noutras áreas, realizadas pela juventude da igreja.

f. Um relatório do secretário da Escola Sabatina indicando o número de membros e outros assuntos respeitantes à Escola Sabatina.

g. Um relatório do tesoureiro sobre o estado financeiro da escola da igreja, com pormenores referentes às suas necessidades em equipamento e a outros assuntos.

h. Um relatório do diretor ou do professor da escola da igreja a referir assuntos como matrículas, progresso educacional da escola, batismos entre os alunos e os resultados da participação das crianças em empreendimentos denominacionais.

i. Um relatório do diretor da Associação Lar e Escola referindo as atividades e as necessidades dessa organização.

j. Um relatório do secretário de Comunicação referindo a imprensa,

a rádio, a televisão e outras atividades de comunicação que envolvam a igreja e a comunidade.

8. Outras Comissões do Conselho de Igreja – (ver p. 147) – Os diretores de outras Comissões nomeadas pelo Conselho devem apresentar relatórios periodicamente. Por exemplo, numa igreja grande, o Conselho pode nomear uma Comissão do planeamento evangelístico constituída pelos diretores dos departamentos missionários da igreja, tendo um ancião como presidente. Esta Comissão apresentará relatórios ao Conselho e assumirá também a tarefa de coordenação de departamentos em programas missionários.

9. Recursos da Juventude Adventista (ver p. 148) – Estão disponíveis, nos departamentos dos Ministérios da Juventude da Divisão, da União e da Associação, materiais para ajudar a liderança dos Ministérios da Juventude Adventista. Incluído nesses materiais está o *Youth Ministry Accent*, um jornal trimestral publicado pelo Departamento dos Ministérios da Juventude da Conferência Geral. Podem ser obtidos junto do departamento dos Ministérios da Juventude da Associação e da Livraria Adventista, folhetos disponíveis sobre uma vasta gama de tópicos para auxiliar os Ministérios da Juventude.

Notas do CAPÍTULO 11

1. Recursos dos Ministérios da Mordomia (ver p. 152) – *Steps to Discipleship* (2009). Silver Spring, Md.: Ministérios da Mordomia, Conferência Geral dos Adventistas do Sétimo Dia. Para mais informação, contactar o departamento dos ministérios da mordomia da Associação local, (em Portugal, e-mail: mordomia@adventistas.org.pt), União ou Divisão, ou visitar www.adventiststewardship.com.

2. Exemplo de Orçamento Anual* (ver p. 154).
Proposta de Orçamento Operacional da Igreja

Receitas Previstas –

Coletas para despesas da Escola Sabatina	€ 1500.00
Fundo de igreja para Pobres	375.00
Ofertas sistemáticas para o Orçamento da igreja	27 055.00

Fundo de Beneficência	<u>300.00</u>
Total de Receitas	<u>€ 29 230.00</u>
Despesas Previstas	
Reparações e pintura do edifício da igreja €	2250.00
Combustível para aquecimento	2350.00
Encarregado de limpezas e produtos	1475.00
Seguro do edifício e recheio	750.00
Fundo de igreja para Pobres	1450.00
Materiais da Escola Sabatina	1250.00
Despesas de emergência	2000.00
Eletricidade	3220.00
Água	360.00
Gás	550.00
Papelaria e outros artigos	500.00
Lavandaria	75.00
Subsídio para a Escola da igreja	8000.00
Despesas de beneficência	1000.00
Evangelismo e abertura de igrejas	<u>4000.00</u>
Total de despesas previstas	<u>€ 29 230.00</u>
Saldo	<u>00 000.00</u>

* Podem acrescentar-se colunas adicionais (como o Orçamento do ano anterior e o Movimento real do ano passado) para efeitos de comparação, mas estas não foram incluídas neste exemplo devido às limitações de espaço.

Índice Remissivo

A

- Abuso sexual, 69, 75, 171, 180
- Acompanhantes para os jovens, 173
- Aconselhamento: familiar, 103
 - ao propor revisão do Manual de Igreja, 20
 - matrimonial, 103
 - onde obter, 20
 - pré-matrimonial, 103, 174
 - sobre disciplina por exclusão, 71
 - sobre fidelidade nas ofertas e dízimos, 92
- Acordo,
 - Atividades e reuniões da JA, feitas de, com regulamentos da Assoc., 120, 150, 151
 - declaração de, na organização de igrejas, 44
 - cópia arquivada na Assoc., 44
- Distribuição das ofertas, feita de, com regulamentos, 105, 112
- Divisão de trabalho entre anciãos, de, com experiência, 85
- Entre igrejas, na escolha do presidente do Conselho escolar, 102
- Envio do dízimo, feito de, com estatutos da CG, 155
- Envio de pagamentos para a publicadora, feito de, com sistema da Assoc., 199
- Experiência cristã de crianças, de, com idade, 97
- Mudanças feitas de, com ideias de homens, 79
- Mudar de crença religiosa, de, com consciência pessoal, 106
- Nomeação de vice-diretores da Escola Sabatina, de, com necessidade, 110
- Organização de igreja, feita de, com os princípios, 41
- Povo piedoso, de, com os princípios do Céu, 193
- Preservação de documentos financeiros, de, com sistema autorizado pela Assoc. local, 95
- Votação dos delegados, de, com as suas convicções, 128

Adoração, 42

- a Deus, não tratada com negligência, 132
- bênçãos da, 74
- como congregação, 189
- comportamento no lugar de, 132
- crescimento em Cristo e, 189
- de ídolos, 70
 - motivo para disciplina, 70
- desenvolvimento espiritual e, 207
- dízimo, ato de, 156
- espírito de, 206
- felicidade familiar e, 174
- individual, 132
- música como, 110, 133
- no céu, 131
- no culto, 138
- no Sábado, 163, 164, 193
- oração e, 206

- reverência e, 165
- Trindade, digna de, 185
- Adultério,
 - e novo casamento, 181, 194
 - posição da Igreja sobre, 178-182
 - evitar cenas que dramatizem ou mostrem, 169
 - fundamento para divórcio, 178, 180
 - motivo para disciplina, 70
 - perversão do plano de Deus, 171
- Advento, primeiro, de Cristo, 186
- segundo, de Cristo, 52, 54, 141, 186, 190, 195
- Advogados não podem representar os membros, 73
- Álcool, 52, 54, 70, 105, 165, 166, 194
- Aliança de casamento, 167
- Alimentos imundos, 51, 52, 54, 105, 194
- Ancião(s), igreja local: 81-86
 - arranjos para a cerimônia batismal, 83
 - associações de Liberdade Religiosa, 107
 - atividade [dos anciãos] é local, 83
 - auxiliam na planificação da ordem do culto solene, 207
 - auxiliam o pastor, 36, 82
 - auxiliam o pastor na ordenação de diáconos, 87
 - cerimônia de tomada de posse, 122
 - comissão de nomeações, 123
 - conselho de, 50
 - cooperam com a Associação, 84
 - cooperam com o evangelista, 55
 - cooperam com o tesoureiro, 84
 - devem considerar importante correspondência da Assoc., 85
 - devem dar o exemplo na devolução do dízimo, 80, 156
 - devem estar livres para atuar eficazmente, 85
 - devem promover fidelidade no dízimo, 84
 - diretor de música trabalha com, 106
 - dirigem os serviços religiosos da igreja, 81, 83
 - dirigentes da igreja, 203
 - dirigentes religiosos da igreja, 81
 - duração de funções, 80, 81
 - ex-pastores eleitos como, 39
 - formação e apetrechamento dos, 85, 197
 - pastor principal responsável pela, 85
- função, 81
- Juventude Adventista,
 - conselheiro da, 119
- limitação de autoridade, 86
- membros do Conselho da Escola Sabatina, 109
- membros do Conselho da igreja, 36, 146
- membros do Conselho dos Ministérios Pessoais, 112
- membros que mudam de residência devem informar os, 74
- ministro licenciado nomeado como, 37, 82
- não fazer do púlpito um fórum, 134
- não podem convidar pessoas não autorizadas para dirigir cultos, 136

- não podem receber ou remover membros, 86
- não podem realizar cerimónias de casamento, 83, 84
- não são delegados *ex officio*, 80
- nomeação, 203
- nomeação de líderes, exceção, 80
- ordenação, 42, 81, 82
- pastores nomeados como, 37
- podem dirigir reuniões
 - administrativas, 83, 72, 145
- podem examinar candidatos ao batismo, 51
- podem presidir ao Conselho de igreja, 82
- podem ser renomeados, 81
- podem solicitar registos da igreja, 91
- podem visitar a classe batismal, 55
- posteriormente nomeados
 - diáconos, 88
- presidem a comissão de planeamento evangelístico, 210
- primeiro, 85, 95, 127
 - apresenta à igreja o assunto da nomeação dos delegados à Assemb. Admin., 85, 127
 - presidente da Associação é, 35, 44, 62
 - verifica envio dos nomes dos delegados, 85
- promovem a obra mundial, 85
- promovem a oração, 84
- promovem o estudo da Bíblia, 84
- promovem o relacionamento com Jesus, 84
- promovem todas as linhas de atuação, 84
- relacionamento com a Assoc., 84
- relacionamento com o pastor, 81, 82
- responsáveis pela igreja local, 83
- serviço da comunhão, 83, 139-144, 207, 208
- transferência de membros, auxiliam na, 58-61
- Anúncios durante as reuniões de Sábado, 85, 137, 142, 205, 206
- Apelar, direito de, 33, 38, 47, 57, 64, 76
 - para fundos, 113, 158, 159
- Reformados, funcionários, 39, 81
- Número musical, 142
 - poslúdio, 205
 - prelúdio, 205
 - seleção de, e de diretores de música, 106
- Aptidão moral e religiosa dos oficiais da igreja, 77, 78
- Associação Lar e Escola, 100, 204
 - conselho diretor da, 100, 101
 - diretor da, 100, 101, 204
 - apresenta relatório em reunião administrativa, 210
 - membro do Conselho de igreja, 147
 - membro *ex officio* do Conselho da Assoc. Lar e Escola, 101
- oficiais, 100, 204
- propósito, 100
- reuniões, 134
- revisão dos fundos da, 101

- secretário-tesoureiro, 101, 204
- Associação Ministerial, 85
- Associação, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 57, 58, 60, 61, 62, 71, 72, 74, 76, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 110, 111, 112, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 127, 128, 129, 136, 137, 141, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 155, 156, 158, 159, 160, 181, 199, 200, 201, 202, 205, 209, 210, 212
- avalia reintegração de membros, 182
- Assembleia da, 30, 31, 39, 42, 45, 47, 61, 62, 74, 80, 85, 91, 127, 128
- delegados à, 30, 62, 80, 85, 91, 127, 128
- Auditor da, 95, 160
- Conselho da, 35- 48, 57, 62, 76, 80, 82, 83, 95, 102, 127-129, 160, 181
- definição, 21, 31
- departamentos da, 36, 85, 101, 106, 110, 111, 210
- diretores departamentais da, 35, 36, 38, 84
- fundos da, 85, 92, 158-160
- uso do dizimo, 155
- igreja da, 41-44, 58, 61, 62
- recebe membros de igreja dissolvida, 46-48
- não pode estabelecer testes de comunhão, 71
- funcionários da, 35-39, 62, 156
- oficiais da, 62, 82, 84, 145
- assinam credenciais, 39
- nomeados na Assembleia da, 127
- responsabilidades dos, 128
- presidente da, 35-38, 44, 57, 60, 62, 72, 83, 86, 136, 145
- recepção e exclusão de membros, 33, 55, 57, 60, 70-76, 80, 86, 88, 183
- regulamentos da, 17, 19, 27, 32, 39, 74, 101, 112, 120, 127, 150, 151, 158, 173. Ver também *Regulamentos*.
- relações entre oficiais da, 35-38
- com anciãos e pastores, 82-84
- com secretário local, 91
- com tesoureiro local, 92, 95
- relatórios para a,
- do secretário local, 91
- da Assoc. Lar e Escola, 101
- seção, 21
- secretário, 47, 62, 91
- termos usados, 21, 31
- tesoureiro, 43, 47, 62, 85, 92, 95, 145, 155, 160. Ver também *União*.
- Assuntos Públicos e Liberdade Religiosa, 106
- Delegações, 107
- presidente das, locais, 107
- diretor; igreja local, 106, 147, 179, 200, 204
- recursos, 107, 200
- Atividades da Juventude Adventista, 118, 150
- Atividades missionárias, 37, 43, 85,

96, 109, 113, 117, 137, 148, 158,
159, 172, 205, 207, 209, 210.

Ver *Ministérios Pessoais*

Ausente(s), membro(s), 61, 74, 91,
142, 198

Autoridade, 27, 28, 30, 31

administrativa, 127

cargos de, 78

credenciais caducas, 39

da Associação, 42-48, 47, 127

limitação, 127

da Conferência Geral, 18, 19, 31,
33, 71

mais elevada, 31, 33

da Igreja, 18-20, 29-33, 33, 65-70,
78, 82, 127, 128, 136, 189

da IASD, 18, 19, 31-33

da Igreja primitiva, 32, 77

da reunião administrativa, 145

de Cristo, 188, 189

de Deus, 23-32, 50

de instituições, 32

de ministros licenciados, 37

de funcionários denominacionais,
158, 159

de pais cristãos, 167-169

do Conselho da igreja, 50, 61, 72,
92-96, 101, 126

do ancião, 81, 83

limitação, 86

do diretor de grupo organizado, 43

do Manual da Igreja, 18, 19

do presidente da Associação, 35

do secretário da igreja, 60, 61,
90, 91

do tesoureiro da igreja, 92-96

dos diretores departamentais, 35,
36

para falar, 37, 39, 136

testes adicionais de comunhão, 71

B

Batismo: aliança, 53

candidato(s), 49-55, 90

cerimônia de, 83, 88, 90

certificado de, 53

classes batismais, 50, 55, 143

compromisso, 51, 53, 54

convertidos por evangelista, 55

crenças fundamentais, 41, 191

de crianças, 49, 143

de estudantes, 210

de ex-membros, 55, 56, 75, 76, 181

de João, 55, 56

deve ser oficiado pelo pastor, 36

deveres das diaconisas, 55, 90

deveres dos diáconos, 55, 88

exame público antes do, 50, 51

exigência do evangelho, 49-51

instrução antes do, 50

modo do, 50

por imersão, 41, 50, 55, 191

preparativos para, 55

pré-requisito para ser membro, 49

quem pode administrar, 83, 86

rebatismo, 55-57, 75, 181

roupão (bata) para, 55, 90

significado, 50

símbolo da união com Cristo, 191.

Ver também *Rebatismo*; *Profissão de fé*.

votação de aceitação pelo, 55

voto, 51-53
Bazares, 159
Bebidas alcoólicas. Ver *Álcool*.
Bíblia, 23, 31, 51-54, 63, 111, 133, 134, 135, 162, 165, 174, 177-182
 classe bíblica do pastor, 109
 clubes de, 98, 109
 ensino da, 155
 escola bíblica por correspondência, 113
 estudo da, 51, 53, 54, 84, 137, 162, 172, 205
 evangelismo, 113
 instrutores, 38
 lição da Escola Sabatina, 109-111, 201
 normas da, 75, 146, 173
 princípios da, 18, 52, 54
 profecia da, 52, 54, 192, 195
 regra da, 51, 53, 65
 verdade da, 107, 136, 185, 186
Bibliotecário: Associação Lar e Escola, 100
Breve volta de Cristo. Ver *Advento, segundo, de Cristo*.

C

Cabeça da igreja, 23
Calendário de ofertas, 112, 156
Campanha das Missões, 113, 159
Campo. Ver *Associação*.
Campos, ofertas especiais para, 157
Candidatos ao batismo. Ver *Batismo, candidatos*.
Cantar com espírito e entendimento, 133

Cantores, 106, 110, 133
Cargos da igreja vagos, como preencher, 102, 123-127
 entre nomeações, 127
Cartas de transferência, 41, 48, 58-61
 a igreja deve ter a aprovação do membro para votar, 61
 Conselho da igreja não pode conceder, 61
 concedidas somente aos membros que estão em condição regular, 45, 46, 60
 método para conceder, 58, 59
 secretário emitirá as, 59
 validade de seis meses, 59
Cartas, jogo de, 169
Casamento, 70, 83, 171, 175, 194
 aconselhamento (orientação) pré-matrimonial, 103, 174
 aliança, 167
 bodas do Cordeiro, 26
 centro da família, 103
 cerimônia, 83, 197
 companheirismo, 176, 194
 compromisso vitalício, 175-177, 194
 constância, 175, 194
 definição de, pela Ig., 104
 desfeitos, 177
 Deus celebrou primeiro, 175, 178
 diretor de igreja não pode realizar, 86
 duplo aspeto do, 179
 efeitos de pecado, 176

- ensinos bíblicos (instrução bíblica) sobre, 178
 - entre o crente e o incrédulo, 174, 175
 - fundamentos do, 178
 - graça disponível a todos, 177, 178
 - ideal divino a ser restaurado em Cristo, 176
 - intimidade sexual, 175
 - monogâmico, heterossexual, 175
 - namoro e, 173
 - novo [casamento], 70, 171, 178
 - posição da Ig sobre, 179-182
 - origem do, 175
 - papel da igreja, 175, 177, 179, 182
 - pode ser destruído, 177, 178
 - programas para fortalecimento do, 103
 - propósito original, 174-176
 - divórcio contrário ao, 177
 - respeito no, 177
 - reabilitação e restauração, 176, 177, 182
 - simplicidade e economia na cerimônia de, 168
 - unidade, 173, 176, 177
 - violência no, 176
- Celestial, Pai. Ver *Pai celestial*.
- Censura, 70, 71, 145, 180, 183
 - transferência de membros sob, 73
- Cerimônia: batismal, 55
 - anciãos podem realizar, 83
 - diaconisas ajudam na, 90
 - diáconos ajudam na, 88
 - diáconos não podem realizar, 88
 - diretor de igreja não pode realizar, 86
 - de boas-vindas, 55
 - de casamento, 83, 197
 - diáconos não podem realizar, 88
 - diretor de igreja não pode realizar, 86
 - simplicidade na, 167
 - de dedicação de crianças, 82
 - de ordenação: de anciãos, 81
 - de diaconisas, 89
 - de diáconos, 87
 - de Santa Ceia, 42
 - diáconos não podem realizar, 88
 - diretor de igreja não pode realizar, 86
 - de tomada de posse, 122
 - de unção, 82
 - do lava-pés, 81, 83, 139, 140, 142, 191, 207
- Certificado de Batismo e Compromisso, 53
- Certificação, para trabalhar com crianças, 98, 111, 199-121
- Céu, 24-26, 63-65, 72, 104, 161, 163, 164, 170, 171, 178, 187, 188, 190, 193, 195
 - a nossa recompensa, 196
 - casa de Deus, porta do, 131
 - Deus do, 27
 - mensageiros do, 132
- Classe(s): batismal, 50, 55, 143
 - bíblicas do pastor, 109
 - da Escola Sabatina, 71, 109
 - de formação missionária, 148
 - progressivas, 121
- Clube de Companheiros, 118, 120

- diretor, 118, 120
 - membro do Conselho JA local, 120
 - membro do Conselho de igreja, 146, 203
 - nomeado pela igreja, 203
- reuniões, 150
- vice-diretor, 120
- Clube de Desbravadores, 118, 120
 - certificação, 121
 - verificação de antecedentes, 121
 - diretor, 118, 203
 - membro do Conselho de igreja, 121, 147
 - membro do Conselho JA local, 121
 - nomeado pela igreja, 121
 - instrutores de classes progressivas, 121
 - recursos materiais, 121
 - reuniões, 150
 - vice-diretor(es), 121
- Clube dos Tições, 118, 121
 - certificação, 121
 - verificação de antecedentes, 121
 - diretor, 118
 - nomeado pela igreja, 203
 - membro do Conselho da JA local, 121
 - membro do Conselho de igreja, 146
 - reuniões, 150
 - vice-diretor(es), 121
- Clubes da Bíblia na Vizinhança, 98, 109
- Comissão de Nomeações, 42, 44, 123-127
 - comissão preparatória para escolher, 123, 124
 - como e quando é escolhida, 123, 124
 - como funciona o processo, 124
 - considerações são confidenciais, 126
 - infração, motivo de exclusão em futura, 126
 - deve ter o assentimento dos prováveis oficiais, 125
 - lista de oficiais a ser considerada pela, 125, 203
 - membros podem comparecer perante, 125
 - sem o pastor, 124
 - objeções ao relatório, 126
 - organização de uma nova igreja, 42-44
 - pastor atua como presidente, 124
 - quem deve ser membro, 125
 - relatório apresentado à igreja, 126
 - tamanho, 123
 - trabalho, 125
- Comissão (ões): da Assembleia, 127
 - de construção, 89, 90
 - de inspeção da escola da igreja, 102
 - de credenciais, 38
 - do Manual da Igreja da Conferência Geral, 20
- Comissão preparatória, 123, 124. Ver também *Comissão de Nomeações*.

- Conselhos: da Associação Lar e Escola, 100-102
 da Divisão, 31, 37, 83, 156
 da União, 47, 160
 de Comunicação, 99, 147, 203
 diretor da Assoc., 41, 57
 nomeia pastores, 82, 83
 analisa pedido de
 reintegração, 76, 181
 nomeia revisor de contas, 95
 pode escolher presidente da Assoc. Lar e Escola, 102
 nomeado pela Assembl. Admin., 127-129
 autoriza planos de construção, 160
 diretor do Centro de Serviços à Comunidade, 114
 Executivo da Conferência Geral, 18-20, 31-33
 dos Ministérios da Juventude Adventista, 117-122, 150
 dos Ministérios da Criança, 98
 dos Ministérios da Família, 104,
 dos Ministérios das Mulheres, 115, 116
 dos Ministérios Pessoais, 112, 114.
 Ver também *Departamentos da igreja*.
 presidente da Assoc. tem acesso a todos, 35
 Compromisso: batismal, 51, 53, 54
 Certificado de Batismo e, 53
 matrimonial, 194
 Verificação de antecedentes, 98, 111, 120-122, 199
 Comunhão, serviço da. Ver *Serviço da Comunhão*.
 Comunicação, 98
 comissão central de, 100
 conselho de, 99
 secretário de, 99
 apresenta relatório na Reunião Admin., 210
 membro do Cons. de ig., 147
 nomeado pela ig., 203,
 diretor de, da Associação, 99, 100
 moderna, 162, 168
 Comunitários, serviços. Ver *Serviços à Comunidade/Sociedade de Dorcas*.
 Conselho: Anual da CG, 20, 33
 da divisão, 31
 analisa alargamento de funções do ministro licenciado, 37
 decide plano de ofertas, 156
 ig. expulsa pode apelar para, 47
 da Escola Sabatina, 93, 110
 escolhe moderadores, 111, 125
 oficiais do, 109
 dos Ministérios das Publicações, 107, 108
 dos Ministérios Pessoais, 96, 105, 112-114, 207
 dos Ministérios da Saúde, 105
 Conduta: cristã, 193
 desordenada, 70
 na igreja, 131-133
 Conferência Geral: administração, 30
 Assembleia da, 17, 19, 20, 31-33, 71, 185
 autoridade da, 18, 19, 31, 71, 185

- Autoridade da, 33
- Comissão do Manual da Igreja, 20
- Conselho Executivo, 19, 20, 31-33, 47
- definição, 31
- divisões. Ver *Divisões da CG*
- Escola Sabatina e Ministérios Pessoais, 108, 111
 - programas e materiais, 110, 111
- fundo e/ou ofertas, 154-157
- livros de registos contabilísticos, 160
- membros constituintes, 31
- Ministérios da Juventude, 172, 210
- Ministérios da Mordomia Cristã, 201, 212
- Ministérios das Publicações, 201
- organização, 30, 31
- planos e regulamentos da, para
 - recolha e uso de fundos, 155-159
- regulamentos, para fazer alterações no *MI*, 19
- tesoureiro da, 160
- Confidencial: informação sobre pedófilo é, 60
 - assuntos financeiros dos membros são, 84, 96
 - do diretor dos Min. da Fam., 104
 - trabalho da Com. de Nom. é, 126
- Conjugal, separação. Ver *Separação conjugal*.
- Conquista de almas, 37, 38, 52, 54, 112, 113, 116, 118, 120, 137, 150, 207
- Conselho de: Diaconisas, 89
 - Diaconos, 87, 89
- Conselho da igreja: aprova os moderadores da Escola Sabatina, 111
 - autoridade, 50, 61, 72, 101, 126
 - controla uso de fundos, 92-95
 - definição, 146
 - elege os diretores das divisões da Escola Sabatina, 110
 - sucessor para um cargo da igreja vago, 127
 - função, 146
 - membros, 146, 147
 - não pode conceder cartas de transferência, 61
 - não pode desviar fundos, 94
 - não pode receber ou remover membros, 61, 73
 - pastor, presidente do, 36, 147
 - período das reuniões, 147
 - pode examinar candidatos ao batismo, 50
 - pode servir como conselho escolar, 149
 - quórum para, 148
 - responsabilidades, 146
 - reuniões, 147-149, 210
 - trabalho do, 148
 - votos por procuração ou carta, 148
- Conselho: da Juventude Adventista, 118, 119
 - de Anciãos, 50, 109
 - Escolar conjunto, 102
- Conselho Diretor: Associação, 41-48, 76, 127-129
 - Associação Lar e Escola, 100-103
 - nomeia delegados da ig. da Assoc., 62
- Conselho escolar, 101, 102, 149, 204
 - duração do cargo, 102

- funções, 101
- membros, 101, 102
- oficiais, 102
- periodicidade de nomeação, 102
- presidente, 102, 149
- qualificações dos membros, 101
- representando duas ou mais igrejas, 101, 102
- representando uma única igreja, 101
- responsabilidades dos oficiais, 102, 103
- reuniões, 102, 149
- secretário, 102, 149
- vagas, 102
- Conselho executivo: da Conferência Geral, 20, 31, 32
 - autoridade final, 33
 - da divisão, 31, 37, 83, 156
 - da união, 47
- Coordenador: da Escola Bíblica, 113, 147, 203
 - da música, 106, 147, 203
 - de interessados, 96, 113, 147, 148, 203
 - dos Homens Adv., 146
 - dos Min. da Criança, 98, 109, 111
 - dos Min. das Public., 108, 204
 - dos Min. Pes. com deficiência, 114, 203
- Coro, 106, 118, 203
 - celestial, 133
- Corpo de Cristo. Ver *Igreja: corpo de Cristo*.
- Corpo, templo do Espírito Santo, 52, 54, 165, 194
 - humano, símbolo de organização, 28
- Correspondência com os membros, 91, 198
 - do Conselho de ig., 102
 - entre membros e igrejas, 91
 - vinda da Assoc., 85
- Cosméticos, 167
- Credenciais e licenças, 38-39, 81, 89, 122, 127, 128, 136
 - caducadas, 39
 - ex-pastores sem, 39
- Crenças Fundamentais, 31, 41, 50-53, 57, 69, 185-196
- Criação, 17, 24, 32, 52, 54, 103, 115, 121, 153, 163, 177-178, 185-188, 193
 - de Assoc. de Saúde e Temp., 105
 - nova, 190
- Criança(s), dedicação de, 82
 - ensino de reverência às, 132
- Ministérios da, 97, 98
 - recursos, 200
 - coordenador dos, 98, 109, 110
 - salvaguarda das, 199
- Cristo, 17, 23-33, 35, 45, 49-54, 57, 61-64, 67, 69, 71, 72, 77-80, 97, 103, 104, 114-115, 117-120, 131, 136, 138-141, 143, 153, 161, 164, 167, 170, 172, 175-183, 186-196
- Crucificação, memorial da, 141
- Culto (solene) serviço de, 36, 71, 74, 106, 113, 125, 126, 131 133, 137, 139, 206
 - aptidão, estudo e planejamento são requeridos, 138
 - formas do, 138, 206

formatos do, 205, 206
 música, 106, 110, 136
 ordem do, 138, 205
 reverência, 137, 159, 161, 165
 ensinada às crianças, 132
 evitar desvios da, 139
 na casa de, 131
 revelada pelo pregador, fruto
 do amor a Deus, 206
 Culto público, 106, 138
 Cultos da igreja. Ver *Reuniões e
 serviços religiosos*
 Cultos, de sábado, 125, 131-139
 anúncios, 137
 da reunião administrativa, 145
 da reunião do Conselho, 147
 do serviço de Comunhão, 142
 forma do culto, 138
 relatório da Com. de Nom. é apre-
 sentado no, 126
 santidade, 159
 Cursos: de formação de moderadores,
 111
 de saúde, 105

D

Dança, 169
 Decoro, 106, 132, 165
 Deficiente. Ver *Ministério em Favor
 de Pessoas com Deficiências*.
 Delegação. Ver *Associação*.
 Delegados: nomeação, 127
 às assembleias da CG, 17, 20, 128
 às assembleias da Assoc., 62, 85,
 127, 128
 às assembleias da União, 128

conselho diretor nomeia, da ig. da
 Assoc., 62
 às assemb. da União, 128
 credenciais, 128
 dever dos, 128
ex officio, 80
 ofic. da ig. não são, 128
 função dos, 30
 número de, 127
 secretário envia os nomes para o
 escritório da Associação, 85, 128
 Departamentos: da Assoc., 35, 36
 Ass. Publ. Lib. Relig., 106
 Comunicação, 99
 Educação, 101, 134, 149
 Escola Sabatina, 110, 111
 Min. Criança, 97, 98, 200
 Min. Família, 103, 104, 200
 Min. Juventude, 116
 Min. Mulher, 115, 116, 201
 Min. Publicações, 107, 108, 201
 Min. Saúde, 104, 105, 200
 Ministérios Pessoais, 112-114,
 201
 Mordomia cristã, 114, 115, 201
 da igreja, 96-122
 anciãos promovem, 84
 anúncios dos, 137
 cooperam com a Assoc., 84
 Assuntos Públicos e Liberdade
 Religiosa, 106, 107
 diretor membro do Cons.
 de ig. 147
 recursos, 200
 Comunicação, 98-100
 secretário de, apresenta

- relatório em Reu. Adm., 210
- Com. Nom. nomeia, 203
- membro do Cons. de ig., 147
- Educação, 100-103
 - Com. Nom. nomeia secretário de, 203
 - diretor da Associação Lar e Escola apresenta relatório em Reu. Adm., 210
 - secretário de, membro do Cons. de ig., 147
 - tesoureiro apresenta relatório da escola da ig. em Reu. Adm., 210
- Escola Sabatina, 85, 92, 97, 98, 106, 108-112
 - Com. Nom. nomeia oficiais, 204
 - diretor membro do Cons. de ig., 147
 - recursos, 112, 137, 201, 205
 - secretário apresenta relatório em Reu. Adm., 210
- Juvenis Adventistas, 119, 150, 211
- Juventude Adventista, 106, 116-119, 202, 210
 - diretor, membro do Cons. de ig., 146
 - Com. Nom. nomeia, 203
 - reuniões da, 149, 150
 - secretário apresenta relatório em Reu. Adm., 210
 - tesoureiro guarda fundos, 93
- Ministérios das Publicações, 107, 108
 - coordenador, membro do Cons. de ig., 147
 - Com. Nom. nomeia, 204
 - recursos, 201
- Ministérios da Juventude, 116-121, 202, 210
 - CG prepara progs. para, 172
 - recursos, 202
 - reuniões, 150
- Ministérios da Criança, 97, 98, 179
 - director, membro do Cons. de ig., 147
 - Com. Nom. nomeia, 203
 - recursos, 200
- Ministérios da Família, 103, 104
 - diretor membro do Cons. de ig., 147
 - Com. de Nom. nomeia, 203
 - recursos, 200
- Ministérios da Mulher, 115, 116
 - diretor membro do Cons. de ig., 147
 - Com. Nom. nomeia, 204
 - recursos, 201
- Ministérios da Saúde, 104, 105
 - diretor membro do Cons. de ig., 147
 - Com. Nom. nomeia, 203
 - recursos, 201
- Ministérios Pessoais, 112-114
 - diretor membro do Cons.

- de ig., 147
- apresenta relatório em
 - Reu. Adm., 209
 - Com. Nom. nomeia, 204
- horas das reuniões, 207
- recursos, 201
- Mordomia Cristã, 154, 193,
 - anciãos promovem, 84
 - diretor membro do Cons. de ig., 147
 - Com. Nom. nomeia, 204
 - recursos, 201, 212
- Departamentos, anciãos promovem, 84
- diretores dos, da Assoc., 35, 36
 - presidente da Assoc. dirige, 38
- diretores dos, da ig., membros do
 - Cons. de ig., 146, 147
 - Com. Nom. nomeia, 203
- Despesas: da Escola Sabatina, ofertas para, 93, 112
- da igreja local, 93, 158, 197
 - orçamento, 212
- Destruição dos ímpios, 196
- Deus: Autor do casamento, 178
 - Espírito Santo, 185, 186
 - Filho, 185, 186
 - Pai, 185, 186
 - Soberano, 185, 186
- Dez Mandamentos, 52, 54, 192. Ver também *Lei de Deus*.
- Dia das Visitas, 109
- Diaconisas, 89, 90
 - auxiliam na cerimónia batismal, 55, 90
 - auxiliam no serviço da Comunhão, 90, 139-144, 207, 208
- cerimónia de tomada de posse, 122
- cerimónia de ordenação, 42, 89
- Primeira, 89
 - membro do Cons. de ig., 146
 - apresenta relatório em Reu. Adm., 209
- Conselho de, 89
- Comunhão para os que não podem comparecer, 144
- cuidado dos doentes e dos pobres, 90
- cuidado e conservação do património da igreja, 90, 197
- deveres, 90
- jovens, 117
- nomeação, 203
- trabalham com o Ministério de Serviços à Comunidade/Sociedade de Dorcas, 113
- visitam membros e visitas, 89, 209
- Diáconos, 86-89
 - aptidão moral e religiosa, 77
 - auxiliam na cerimónia batismal, 55, 88
 - auxiliam no serviço da comunhão, 88-90, 139-144, 208, 209
 - auxiliam nos serviços religiosos e reuniões, 88
 - cerimónia de tomada de posse, 122
 - cerimónia de ordenação, 42, 87
 - Primeiro, 87
 - membro do Cons. de ig., 146
 - apresenta relatório em Reu. Adm., 209
 - comunhão para os que não podem

- comparecer, 144
- Conselho de, 87
- contagem das ofertas, 95
- cuidado dos doentes e dos pobres, 88, 90, 209
- cuidado e conservação da propriedade da igreja, 89, 90, 197
- devem ser ordenados, 87
- deveres dos, 88
- jovens, 117
- não estão autorizados a presidir, 88, 144
- nomeação, 203
 - bênção para a ig., 87
- trabalham com o Ministério dos Serviços à Comunidade/Sociedade de Dorcas, 113
- visitam membros e visitas, 88
- Dias de Decisão, 109
- Direito dos membros: de apelar, 38, 57, 76
 - de serem ouvidos em sua própria defesa, 73
- Diretor: Cons., da Associação, 127
 - distrital, 36
 - pode inspecionar livros de tesouraria, 95
 - anuncia nomeações, 123, 124
 - avalia pedido de readmissão, 181
- de grupo, 43, 48
- de igreja, 86
 - não pode presidir ordenanças, 86
- da Assoc. Lar e Escola, 100, 101
 - apresenta relatório em Reu. Adm., 210
 - membro do Cons. de ig., 147
 - Com. Nom. nomeia, 204
- da Escola Cristã de Férias, 98
 - membro do Cons. da Esc. Sab., 109
- da escola da igreja, 101
 - apresenta relatório em Reu. Adm., 210
 - membro ex officio do Cons. da Assoc. Lar e Escola, 101
 - secretário do Cons. da Assoc. Lar e Escola, 102
 - membro do Cons. dos Min. JA da ig, 118
- da Escola Primária, 101
- da Escola Sabatina, 109, 110
 - membro do Cons. da ig., 147
 - Com. Nom. nomeia, 204
- da Juventude Adventista, 116, 117, 119
 - Com. Nom. nomeia, 203
 - membro do Cons. da ig., 146
- da Liberdade Religiosa, 106
 - membro do Cons. de ig., 147
 - Com. Nom. nomeia, 204
- das Divisões da Escola Sabatina, 109-111
 - da divisão de jovens, membro do Cons. JA, 118
- de Música, 106
 - Com. Nom. nomeia, 203
 - membro do Cons. de ig., 147
 - da Esc. Sab., Cons. da, pode nomear, 110
 - não é membro do Cons.

- da, 109
- do Clube de Companheiros, 120
 - Com. Nom. nomeia, 203
 - membro do Cons. de ig., 147
 - membro do Cons. JA local, 120
- do Clube de Desbravadores, 121
 - Com. Nom. nomeia, 203
 - membro do Cons. de ig., 147
 - membro do Cons. JA, 118
- do Clube de Tições, 121
 - Com. Nom. nomeia, 203
 - membro do Cons. de ig., 146
 - membro do Cons. JA local, 120
- dos Juvenis Adventistas, 119, 211
 - Com. Nom. nomeia, 203
- dos Ministérios da Criança, 98
 - Com. Nom. nomeia, 203
 - membro do Cons. da Esc. Sab., 109
 - membro do Cons. de ig., 147
- dos Ministérios da Família, 103, 104
 - Com. Nom. nomeia, 203
 - membro do Cons. de ig., 147
- dos Ministérios da Mulher, 115, 116
 - Com. Nom. nomeia, 204
 - membro do Cons. da ig., 147
- dos Ministérios da Saúde, 104, 105
 - Com. Nom. nomeia, 203
 - membro do Cons. de ig., 147
 - membro do Cons. Min. JA local, 117, 118
- dos Ministérios da Mordomia Cristã, 114, 115
 - Com. Nom. nomeia, 204
 - membro do Cons. de ig., 147
- dos Ministérios Pessoais, 112-114
 - apresenta relatório em Reu. Adm., 209
 - Com. Nom. nomeia, 204
 - membro do Cons. de ig., 147
 - membro do Cons. Min. JA local, 117, 118
- dos Serviços à Comunidade/Sociedade de Dorcas, 113
 - Com. Nom. nomeia, 203
 - membro do Cons. de ig., 147
- lista exemplificativa de, da igreja, a nomear, 203, 204
- Disciplina, 63-76, 182
 - aplicada pela Assoc., 38
 - autoridade da igreja, 65
 - Conselho da igreja não pode excluir membros, 73
 - direito de apelar, 76
 - direitos fundamentais dos membros, 73
 - e união de igrejas, 44, 45
 - exclusão de membros a seu pedido, 74
 - expulsão de igrejas por, 46
 - membros não devem ser excluídos por razões pecuniárias, 74
 - membros não excluídos por falta de frequência, 74
 - membros não podem ser representados por advogados, 73
 - membros sob, 46, 57, 58, 60
 - notificação aos membros excluídos, 75
 - objetivos, 180
 - o grupo não tem o direito de

- administrar, 44
- os não consagrados opõem-se à, 66
- plano de Deus, 64, 65
- por censura, 70, 71
- por exclusão de membro, 71
- por voto da maioria, 72, 73
- princípios gerais, 63-69
- procedimento, 70-76
- promover a unidade da igreja, 66
- prudência em julgar o caráter e a motivação, 72
- razões para, 69, 70
- reconciliação das divergências, 67, 68
- reintegração após a, 75, 76
- resolução de queixas: de membros
 - contra a igreja, 68
 - da igreja contra membros, 69
- responsabilidades da igreja, 47, 48, 65
- Reu. Adm. devidamente convocada, 72, 86
- sem testes adicionais de comunhão, 71
- tempo oportuno para, 72
- transferência de membros sob censura, 73, 74
- Tratar com membros em transgressão, 63
- violação do voto matrimonial
 - está sujeita a disciplina, 180
- Discipulado cristão, 23, 172
 - Deus/Cristo, 23, 100, 139, 140, 163, 164
 - igreja, 23, 41, 42, 51-58, 63-65, 108, 131, 189, 190
- Dissolvendo igrejas, 45-48
 - alternativa para, 47, 48
 - cuidado dos membros, 47, 48
 - patrimônio da igreja, fundos, registros, 47, 48
 - por disciplina, 46
 - por perda de membros, 45
 - procedimentos a seguir, 45-48
- Distrital, pastor, 43, 48
- Distrital, dirigente, 36
 - apresenta ao Cons. da Assoc. pedido de readmissão de membro excluído, 181
 - fala à ig. das nomeações, 123
 - membro *ex officio* da Com. Nom. 124
 - pode inspecionar livros de tesouraria, 95
 - preside Com. Nom., 124
 - preside Com. Prep., 124
- Divergências: em crenças, 162, 174
 - entre membros, 67-69
 - entre organizações, 33
 - entre pessoas, 173-178, 193, 194
 - na igreja, 66, 190
 - na religião, 174
 - reconciliação de, 67, 68
- Diversões, 168-170
- Divertimento, 160, 193, 194
- Dívidas, 155, 160
 - de outras instituições, 32
- Divisão de extensão, 109, 110, 111
 - sCom. Nom. nomeia diretor, 204
 - ofertas, 112
- Divisão infantil, Esc. Sab., 98, 109
 - recursos, 200

- Divisões da Conferência Geral,
29, 30, 35, 39, 43, 54, 77, 93, 99,
102, 116, 123, 137-142, 177, 185
- Divisões da Escola Sabatina, 99-
102, 180
- Divórcio, 64, 156-161, 171
posição da igreja sobre, 157-161
- Dízimo: anciãos promovem a
devolução, 77
como deve ser usado, 137, 138
como é devolvido, 84-88, 138,
184
dever bíblico, 139, 140, 170
dever de todos, 136, 137
dos novos membros, 48
envelope, 86, 87
fundos da Associação, 85
não é para depósito pessoal, 142
não é uma prova de discipulado,
65
não pode ser usado pela igreja
local, 85, 137, 138
número de devoluções, 87
ofertas, além do, 136, 139, 140
oficiais da igreja e da Associação
devem dar o exemplo na
devolução do, 74, 139
propriedade de Deus, 136, 170
registro de, deve ser confidencial,
87, 88
relação do membro da igreja, 48,
68, 137, 138, 170
responsabilidades dos
tesoureiros, 40, 84, 85, 86
sagrado, 136. Ver também
Fundos; Ofertas.
- Dízimos e ofertas, 48, 68, 84, 86,
136, 137, 142, 170
- Dávias sistemáticas e unidade, 138
- Doentes: cuidado, 76, 81, 83
visitas, 134, 146
- Dois mil e trezentos dias, 171, 172
- Dom de profecia, 48, 50, 169
- Dons espirituais, 26, 27, 48, 49, 74,
105, 106, 109, 122, 124, 164, 168,
169. Ver também *Espírito Santo.*
- Doutrina, defesa de pontos, 120-122
- Doutrinas, crenças fundamentais,
30, 38, 116-49, 52, 64, 163-173
- Drogas, 48, 50, 64, 96, 147, 170,
171
- Duração do cargo para os oficiais,
74
- E**
- Edifícios da igreja. Ver
Propriedades da igreja.
- Educação, 91-94
Conselho Escolar, 92, 94
- Envelopes de dízimos e ofertas, 86,
87
- Escola Cristã de Férias, 90, 99-101
diretor, 90, 99-101, 180
- Escola da igreja (ensino primário),
92, 93
diretor, 92, 93, 107, 185
- Escola Sabatina, 78, 85, 89, 91, 97,
99-102, 177, 178
classes, 109
conselho, 85, 99-102, 114
departamento da Associação
(Campo), 100, 101

- departamento da Conferência Geral, 99
- diretor, 100, 101, 180
- diretor, Associação, 100, 178
- diretor associado, 99, 100, 180
- divisão de extensão, 102
- divisão infantil, 90
- divisões, 100-102, 180
- Escola Cristã de Férias, 90, 99-101, 180
- evangelismo, 99
- fundos, 85
- horários das reuniões, 182
- igreja em estudo, 99
- importância, 99
- Inversão, 100, 102, 180
- lição, 100
- líderes das divisões, 90, 101, 180
- assistente, 100, 101
- membros, 123
- membros do coro, 97
- moderadores, 102
- música, 101
- ofertas, 78, 85, 102
- oferta para despesas, 85, 102
- oficiais, 100, 101
- ramo do trabalho missionário, 99
- recursos, 102, 177, 178
- relatórios, 184
- reunião de moderadores, 101
- secretário, 100, 102, 180, 184
- secretário-assistente, 100, 180
- secretário-tesoureiro, 85
- Escola, diretor. Ver *Diretor*.
- Escola. Ver *Escola da igreja*; *Conselho escolar*.
- Escrituras Sagradas, Ver *Bíblia*; *Escrituras*.
- Escrituras, 19, 46, 120, 121, 148, 158, 159, 163, 164, 167, 168, 171
- Espírito de Profecia, 19, 21, 58, 130, 155
- Espírito Santo, 51, 63, 71, 72, 88, 117, 121, 128, 146, 153, 157, 163-170
- dons do, 27, 164, 168, 169. Ver também *Dons espirituais*.
- Estatutos e Regulamentos, 32, 39, 127**
- Estrutura da igreja, 88, 130
- Evangelismo, 35, 98-104, 124, 131-134, 182, 186
- Evangelista, 33-35, 50, 98, 177, 178
- Evangelística(s): campanha(s), 34, 35, 133, 182, 186
- planeamento, 34, 88, 133, 169
- Ex officio*, 74, 92, 96, 99, 113, 116
- Exame: antes do batismo, 46, 47
- público, 46
- Exclusão de igrejas, 41-44
- alternativa para, 44
- cuidado dos membros, 43, 44
- disciplina, 42, 43
- patrimônio da igreja, fundos, registros, 43, 44
- perda de membros, 42
- procedimentos a seguir, 43
- Exclusão de membros. Ver *Remoção da qualidade de membro*.
- F**
- Família, ministério da, para a igreja local, 94, 95, 161, 162

Fé, profissão de. Ver *Profissão de fé*.

Fim do mundo, 173

Finanças, 136-142

conselhos gerais, 140-142

modelo de orçamento anual da igreja, 186

projetos de construção, 141, 142

relacionamento com os membros deve ser confidencial, 77, 88

Formação (missionária), atividades de, 35, 78, 88, 98-103, 107, 124, 133, 138, 153, 180, 182, 184

Fornicação, 64, 158-161, 171

Fraude, 62, 64, 141

Fundos: Associação, 77, 85, 87

Associação Lar e Escola, 92

Campanha Anual, 35

campanha das missões, 103, 141

cuidado, na dissolução ou expulsão de uma igreja, 43, 44

despesas da igreja local, 40, 44, 84, 85, 137, 140, 142, 184

dízimo, 40, 48, 50, 68, 74, 77,

84-88, 136-142, 170, 184

em custódia, 85, 86

escola da igreja, 85, 86

Escola Sabatina, 85, 102

gerais, 139, 140

igreja, 85-87, 136-145

Inversão, 100, 102

manutenção e conservação, 84, 85

métodos questionáveis de angariar, 141, 142

Ministérios da Saúde, 85

missionários, 85, 102, 138, 141

organizações auxiliares, 85, 86

para os pobres e necessitados, 140

pedidos pessoais de literatura, 86, 175

recibos, 87

regulamentos para a solicitação de, 140, 141

relatórios, 184

Serviços à Comunidade/

Sociedade de Dorcas, 85

salvaguardando o propósito dos, 86

solicitação, 141

tesoureiro da igreja local cuida dos, 84-88, 142

uso e prestação de contas dos, 142. Ver também *Ofertas*;

Dízimos.

G

Grupo, organização de um, 39, 40

Grupos: familiares, 39

pequenos, 39, 40

H

Homicídio, 64, 151

Homossexuais, práticas, 64, 152, 159

Hora de Histórias, 90, 99

Hospitalidade, 119, 125

Humildade, ordenança da. Ver *Lava-pés*.

I

Ídolos, adoração de, 64

Igreja local: ancião da. Ver *Ancião da igreja local*.

Associação Lar e Escola, 92, 93, 134

autoridade, 18-20, 28, 30, 31, 60, 167

carta. Ver *Cartas de transferência*.

censura. Ver *Censura*.

Clube de Companheiros, 107-110, 135

Clube de Desbravadores, 107, 108, 110, 135

Clube dos Tições, 107, 108, 110, 111, 135

como um todo, 17-32, 38-44, 58-70, 136-142, 158-161, 166-169, 171-173

completa em Cristo, 24, 25

Conferência Geral, 17-20, 36, 65, 99-102, 116, 138-141, 142, 153, 163, 176, 177, 185

coopera com a Associação, 78

corpo de Cristo, 22, 27, 33, 45, 52, 60-66, 122, 167, 168

Cristo, cabeça da, 26, 167

cultos. Ver *Reuniões e cultos*.

definição, 20, 29, 30

departamentos e organizações, 88-111, 123, 132-135, 141

despesas, 85, 140, 174, 186

diretores. Ver *Diretores da igreja local*.

disciplina. Ver *Disciplina*.

dissolvendo, 41-44

divisões, 19, 29, 30, 35, 38, 39, 43, 54, 77, 92, 99-102, 107, 116, 123, 138-142, 177, 180, 185

edifícios. Ver *Propriedades da igreja*.

escola da, 91-94, 134

diretor, 93, 107, 185

educação, 91-94

fundos, 85, 86

professor, 185

propósito, 92,

situação financeira, 184, 185

subsídio, 186

tesoureiro, 87, 93

estatísticas, relatórios, 40, 55, 138

fundos. Ver *Fundos*.

fundos para as missões. Ver *Fundos, missionários*.

igreja-mãe, 40

Juvenis Adventistas, 109, 135

Juventude Adventista, 106-109, 134, 135,

local: orçamento, 140, 186

Manual da, 17-20

manutenção. Ver *Manutenção da igreja*.

membro. Ver *Membro, igreja*.

membros: como tratar os, 22, 23, 58-70

não estabelecer provas ele discipulado, 65

nenhum muro de separação na, 22, 23

nomeação de delegados da Associação pela, 29, 78, 116,

- 117
 nomeação de oficiais, 33-40, 65, 73-76, 79-84, 88, 92, 93, 95, 99, 100-106, 104-111, 130-132, 185
 nomeação de diáconos, bênção para a, 87
 objeto do cuidado de Cristo, 23, 24
 ofertas para as missões. Ver *Ofertas, missionárias*.
 oficiais. Ver *Oficiais da igreja local*.
 ordem e disciplina. Ver *Disciplina; Ordem*.
 organização, 29, 39-40. Ver também *Organização*.
 pastores apontados pela Associação, 21, 34, 40, 76, 114, 132
 propósito de Deus para, 22, 27, 28
 propriedades. Ver *Propriedades da igreja*.
 registros, 33, 39, 41, 43, 44, 53, 67, 84, 87, 88, 142, 175. Ver também *Registos da igreja*.
 relatórios. Ver *Relatórios*.
 responsabilidade, 59, 60
 reuniões missionárias. Ver *Ministérios Pessoais*.
 reuniões, Ver *Reuniões e cultos*.
 ritos. Ver *Batismo; Serviço da Comunhão*.
 secretário. Ver *Secretaria da igreja local; nomes específicos de organizações auxiliares*.
 seguro, 62, 140, 186
 significado, 22
 tempo para o processo de disciplina, 66
 tesoureiro. Ver *Tesoureiro, igreja local*.
 União de, 20, 29, 43
 unindo, 41
 Imersão. Ver *Batismo*.
 Imortalidade, 47, 48, 49
 Impios, fim dos, 173
 Imundos, alimentos, 47, 48, 50, 96, 171
 Incesto, 64, 152, 159
 Infidelidade ao voto conjugal, 157-161
 Instituições: de saúde, 30
 função, 30
 Instrução: antes do batismo, 46-50
 doutrinária, antes do batismo, 45-47, 128
 Interação social, 106, 134, 135, 150-154
 Internet, 144, 149, 150
 Inversão, fundos de, 102
 Escola Sabatina, 100, 102
 secretário, 99, 100, 180
- J**
 Jesus Cristo. Ver *Cristo*.
 Jogos, 153
 de azar, 64
 Joias, 148. Ver também *Aliança de casamento*.
 Jovem, líder da divisão de jovens da Escola Sabatina, 107

Jovens, reuniões de, 134, 135
 Clube de Companheiros, 135
 Clube de Desbravadores, 138
 Clube dos Tições, 135
 Juvenis Adventistas, 135
 Juventude Adventista, 134, 135
 Juvenis Adventistas, 109, 110, 135
 certificado, 109
 comprovante de antecedentes, 109
 conselheiro, 109
 currículo escolar, 109
 diretor, 179
 objetivos, 109
 propósito, 135
 reuniões, 135
 sala de aula, 109, 185
 Juventude Adventista (JA), 106-108, 178
 alvo, 106
 associado, 108, 178
 atividades, 108, 109, 134
 conselheiro, 107, 108, 178
 conselho, 107-110
 diretor, 106, 107, 108, 109, 132, 178
 diretor de música, 178
 diretor do coro, 108
 fundos, 85
 membros do coro, 97
 músicos, 97, 108
 oficiais, 108, 109
 pianista/organista, 108, 178
 plano organizacional, 178
 recursos, 178, 185
 reuniões, 134, 135

secretário-tesoureiro, 108, 178
Youth Ministry Accent, 185. Ver também *Juvenis Adventistas*; *Juventude Adventista*; *Sociedade de Homens Adventistas*.

Juízo, 151, 166, 167, 169
 de homens, 17, 32, 43, 58, 59, 60, 66, 72, 73, 90, 92, 113, 114, 120, 122, 129, 137 investigativo, 171, 172
 Julgamento da igreja, 60

L

Lava-pés, ordenança do, 81, 83, 125-129, 168, 182, 183
 preparativos para, 128, 182, 183
 Lavar as mãos antes da Santa Ceia, 183
 Lei de Deus, 23, 24, 64, 159, 165, 166, 169
 Leitura, 72, 149
 Liberdade Religiosa. Ver *Assuntos Públicos e Liberdade Religiosa*.
 Licenças, e credenciais. Ver *Credenciais e Licenças*.
 Licor. Ver *Álcool*.
 Lista de membros afastados, não pode ser mantida, 57
 Literatura, 86, 98, 99, 125, 149, 175
 distribuição, 98, 103
 evangelismo, 98, 99
 pedidos pessoais, 86, 175
 suprimento, no Sábado, 125
 Livraria adventista, 86, 101, 103, 175, 185
 Livros: da igreja, revisão, 87, 142

da secretaria, revisão, 40, 53-56, 83, 84, 175, 184
 da tesouraria, 85-88
 revisão, 87
 de atas da igreja, 32, 84, 175
 do Céu, 24
 e materiais didáticos, 134
 e revistas, 86, 100, 149, 175
 Luz, nova. Ver Nova luz.

M

Mandamentos, Dez, 47, 49, 169. Ver também *Lei de Deus*.

Manual da Igreja, 17-21

 autoridade e função, 18, 19
 comissão, 19
 desenvolvimento histórico, 17, 18
 orientação sobre questões relacionadas com o, 20
 procedimento para mudanças, 19, 20
 termos usados, 20, 21

Manutenção da igreja, 85, 174, 186

Material impresso, 144, 149

Membro, 45-57

 admitido por profissão de fé, 47, 52
 advogados não podem representar, 67
 aprovação do, quando a carta de transferência é enviada, 56
 ausente, 67, 68, 83, 175
 batismo: pré-requisito para ser, 45, 47
 cartas de transferência para, 54,

56, 80

com base espiritual, 45

conselho da igreja, 34, 90, 131-133

coro, 97

correspondência com, 78, 83

da igreja da Associação, 56

de grupos organizados, 39, 40

de igrejas dissolvidas ou

excluídas, 42, 43, 56

desaparecido, 52, 68

disciplina, 58-70. Ver também Disciplina.

durante a transferência, 54, 55

é necessário o voto da igreja para acrescentar ou remover, 83

é necessário votar na reunião

administrativa, 130, 131

exame público para, 46

faltoso, lidando com, 58-70

local, 73, 74

morte de, 56, 67, 83, 115

não aceite, 55

não manter lista de membros

afastados, 57

nenhum muro de separação, 22, 23

notificação, pessoas removidas da igreja, 68

novo, 50

pagamentos feitos pelo, 86, 87

pessoas divorciadas, 157-161

provas de discipulado, 66

qualificações, 45-47

que comete erros, como tratar, 58-70

- que muda de residência e não informa, removido como desaparecido, 68
- readmissão de pessoas removidas da condição de, 69
- rebatismo, ex-membro, 51, 53, 161
- recebimento, 50, 52, 53, 55, 56
- receção, 47-50
- remoção da qualidade de, 64-70
- tem o direito de ser ouvido em sua própria defesa, 67
- transferência, 38, 39, 53-56, 67, 83, 176
- uma única lista de, 57
- Messias, 164
- Meios de Comunicação, 144, 149, 150
- Milénio, 173
- Ministério em Favor de Pessoas com Deficiências, 104
 - coordenador, 179
- Ministérios da Juventude, 106-111, 135, 179
 - Conferência Geral, 153, 185
 - certificado, 109
 - comprovante de antecedentes, 109
 - conselho, 107-111, 135
 - líder/diretor, 108-111, 179
 - recursos, 111, 178. Ver também: *Juventude Adventista, Juvenis Adventistas, Clube de Companheiros, Clube de Desbravadores, Clube de Tições.*
- Ministérios da Criança, 89, 90
 - certificado, 90, 101
 - comprovante de antecedentes, 90, 101
 - coordenador, 90, 99-101, 176, 179
 - diretor, 132, 176
 - propósito, 89
 - recursos, 90, 176
- Ministérios da Família, 94, 95
 - conselho, 95
 - diretor(es), 95, 132
 - objetivo, 94
 - recursos, 95, 176, 177
- Ministérios da Mulher, 105, 106
 - conselho, 105, 106
 - da Associação, diretora, 106, 178
 - diretora, 105, 106, 132, 178
 - objetivos, 105
 - recursos, 106, 178
- Ministérios da Saúde, 95, 96
 - atividades/programas, 96
 - conselho, 96
 - conselhos do Espírito de Profecia, 146, 147
 - diretor, 96, 107, 132, 179
 - diretor, Associação, 96
 - fundos, 85
 - oferta mundial do Sábado pró-Ministérios da Saúde, 96
 - ofertas, 96
 - promoção, 96
 - recursos, 96, 177
 - sociedade, 96
 - sociedade de temperança, 96
- Ministérios da Mordomia Cristã, 77, 132, 137, 170, 178, 180, 185

- diretor, 132
 - recursos, 178, 185
- Ministérios Pessoais, 102-104, 182-184
 - centro de assistência social
 - adventista, 104
 - conselho, 88, 96, 103, 182-184
 - coordenador da Escola Bíblica, 103, 132, 179
 - diretor, 100, 103, 107, 132, 179, 184
 - diretor, Associação, 100
 - formação (missionária),
 - atividades de, 103, 184
 - Homens Adventistas, 103
 - membros do Conselho da igreja, 132
 - ministério em favor de pessoas com deficiências, 104, 179
 - oficiais, 103
 - primeiro sábado do mês, 124
 - recursos, 102, 177, 178
 - reuniões, 103, 182
 - secretário, 99, 125, 175, 179, 184
 - Serviços à Comunidade/
 - Sociedade de Dorcas, 85, 104, 132, 179, 184
 - trabalho, 99-101
- Ministérios: Comunicação, 90, 91
 - Criança, 89, 90
 - de Oração, 76
 - Educação, 91-94
 - Escola Sabatina, 99-102
 - Família, 94, 95
 - Juventude, 106-111
 - Mordomia Cristã, 105
 - Mulher, 105, 106
 - Música, 97
 - para as famílias, 161, 162
 - Pequenos Grupos, 39, 103
 - Pessoais, 102-104
 - Publicações, 98, 99
 - Assuntos Públicos e Liberdade Religiosa, 97, 98
 - Saúde, 95, 96
- Ministro: licenciado, 35, 76
 - não estabelecer provas de discipulado, 65
 - termos usados, 20, 21. Ver também *Pastor*.
 - Missão. Ver *Associação*.
- Moderadores da Escola Sabatina, 101, 102, 114
- Morte: condição na, 172
 - de Cristo, 45-49, 127, 165-168
 - de membros da igreja, 42, 56, 66, 83, 115
 - deixará de existir, 173
 - e ressurreição, 172
 - para o eu, 143
 - símbolo do batismo, 168
 - sujeição à, 165
- Mundo, fim do. Ver *Fim do mundo*.
- Música, 59, 97, 101, 108, 120, 128, 149-153, 180-183
 - cantar com espírito e entendimento, 133
 - coordenadores, 97, 132, 179
 - diretores, 99, 101, 108, 179
 - especial, 180-183
 - poder da, 120, 151
 - sacra, 97

Músicos, 97, 101, 108

N

Namoro, 154, 155

Não comparecimento, membros não podem ser removidos por, 67, 68

Narcóticos, abster-se do uso. Ver *Drogas*.

Necessitados, cuidado dos, 82, 83, 140, 186

Nenhum muro de separação, 22, 23

Nomeação: anulação da nomeação, 65

de delegados, 29, 78, 116, 117
do Conselho Escolar da igreja, 92, 93

de oficiais da igreja, 33-40, 65, 72-76, 79-84, 88, 93, 95, 97, 100-106, 110-117, 130-132, 185
duração do cargo, 74, 93. Ver também *Comissão de Nomeações*.

Normas de vida cristã, 63, 64, 143-151

alto chamado de Deus em Cristo Jesus, 143, 144

Estudo da Bíblia e oração, 144
meios de comunicação modernos, 149, 150

música, 151

recreação e divertimento, 150, 151

relacionamento com a comunidade, 144, 145

reverência no lugar de adoração, 146

saúde e temperança, 147

vestuário, 148, 149

Notificação às pessoas removidas da comunhão da igreja, 68

Nova luz, 120, 121

Nova Terra, 173

Novo casamento após o divórcio, 64, 158-161

ensinos bíblicos sobre, 159, 160

posição da Igreja sobre, 158-161

Novo nascimento, 45

Novos membros, recebimento, 50

Nutrir, 89, 97, 98, 105, 125, 131, 149, 170, 171

O

Objecções: ao enviar cartas de transferência, 53

feitas antes da Comissão de Nomeações, 114
relatório da Comissão de Nomeações, 114, 115

Objeto supremo do cuidado de Cristo, 23, 24

Obra missionária mundial, 78, 86, 99, 102, 105, 123, 139, 140, 141

Obra mundial: financiamento, 78, 86, 123, 139, 140

Obreiros: aposentados, 37, 75
bíblicos, 35, 36

da Associação, 33-37

membro da igreja, 56, 57

Observância do Sábado, 145, 146, 154

Ofertas: além do dízimo, 139, 140
calendário de, 102, 139

- combinadas, 102, 139
- de gratidão pelo aniversário, 102
- de igrejas dissolvidas, 43, 44
- despesa, 102, 140
- divisão de extensão, 102
- dízimos e, 40, 48, 50, 68, 84, 87, 136-141, 170
- Escola Sabatina, 85, 99, 102, 139
- especiais para os Campos, 77
- gerais, 87, 128, 137, 139, 140, 181, 182
- missionárias, 86, 99, 102, 123, 139, 140, 184, Ver também *Fundos*.
- mundial do sábado pró-
- Ministérios da Saúde, 96
- não são fundo de investimento pessoal, 142
- outras, 139, 140
- para os pobres e necessitados, 128, 140
- plano de dádvas pessoal, 139.
- Ver também *Fundos*; *Dízimo*.
- Oficiais da igreja local, 17, 20, 28, 29, 34, 39, 41, 52, 69-90, 92, 99-103, 106-115, 123, 132, 134, 138, 141, 179, 180
 - alimentam e protegem a igreja, 72
 - anciãos, 28-40, 47, 50, 53-56, 66, 68-81, 84, 87, 96-102, 107-116, 120-122, 125-133, 138, 174-179, 182-185
 - aptidão moral e religiosa, 71
 - Associação Lar e Escola, 92, 132, 134, 180, 185
 - cerimónia de admissão, 111
 - conselho da igreja, 132, 133
 - cooperam com a Associação, 78
 - coordenador de interessados, 88, 103, 132, 133, 179
 - dar exemplo na devolução do dizimo, 77
 - diaconisas, 39, 50, 82, 83, 104, 107, 111, 126-129, 132, 174, 179, 185
 - diáconos, 28, 39, 50, 71, 72, 75, 79-81, 86, 87, 104, 107, 111, 126-129, 132, 174, 179, 183, 184
 - da Escola Sabatina, 99, 100, 132, 180
 - diretor de música, 97, 100, 101, 108, 179
 - diretores da igreja, 67, 75, 79, 90, 101, 103-107, 176, 179, 180, 184
 - distribuição de responsabilidade, 74
 - duração do cargo, 74, 115
 - e das associações, 56, 57, 75, 78, 116, 117, 131, 138, 140, 141
 - e das uniões, 131
 - hospitalidade, 119
 - Juventude Adventista, 108, 132, 179, 185
 - não deve haver pressa na escolha de, 72, 73
 - não são delegados *ex officio*, 116
 - nomeação, 34-39, 65, 73-76, 80, 95, 112-117, 131, 132
 - os que se opõem à unidade não estão aptos para, 73

- os que se recusam a cooperar, é arriscado escolher, 73
- qualificações, 71-74, 78-81
- readmissão, 74
- relações com a Associação, 78
- relatórios, 84, 87, 91, 130, 131, 134, 138, 184, 185
- removido da condição de membro, 65-69, 74
- renomeação, 74, 75, 80-81
- respeito aos pastores, 72
- responsabilidades, 72-88
- secretaria, 39, 40, 44, 53-56, 67, 68, 78, 83, 84, 116, 132, 133, 175, 179, 184
- secretário de comunicação, 91, 132, 179, 185
- tesoureiro, 39, 44, 53, 78, 81-88, 93, 102, 132, 134, 142, 170, 175, 179, 184
- Ópera, 150
- Oração: pública, 124, 125
- uma conversa com Deus, 144
- Oradores não autorizados nos nossos púlpitos, 36, 120-122, 141
- Orçamento da igreja, patrimônio, 186
- Ordem: atributo de Deus, 17, 23, 26, 79
- na igreja, 17-20, 26, 27, 41, 59, 60, 62-64, 67, 69, 118, 144, 146
- Ordenação: de anciãos locais, 37, 39, 75, 77, 80, 161
- de diaconisas, 39, 82, 161
- de diáconos, 39, 80, 161
- do pastor, 28, 29, 34-37, 76, 161
- Organista, 100, 101, 108, 179
- Organização, 26-32, 38-41
- Associação, 116, 117
- base bíblica para, 26, 27
- baseada em princípios divinos, 26-32
- de um novo grupo, 39, 40
- de uma nova igreja, 38, 39
- denominacional, 29-32
- função das instituições, 138
- modelo do Novo Testamento, 28
- necessidade, 27
- presente forma, 28, 29
- propósitos, 27, 28
- união e dissolução, 38-44
- Organizações: administrativas, relacionamentos entre, 29, 30, 116, 117, 142
- autoiniciativa, desaprovada, 61
- auxiliares, 88-111
- conservação da propriedade da igreja, 44
- Ostentação, evitar a, 120, 141, 148-150
- P**
- Padrões morais. Ver *Normas de vida cristã*.
- Pagamento feito pelos membros, 86, 87
- Pai: eterno, 163
- celestial, 137
- Palavra Sagrada. Ver *Bíblia; Escrituras*.
- Pão e vinho, 81, 83, 126-129, 183, 184

- diaconisas preparam, 83
- disposição, 83, 128
- símbolo, 126, 127
- Pão sem fermento, 81, 83, 126, 127
- Pastor comissionado, 76, 77
- Pastor: assuntos preliminares na escolha de delegados para a Assembleia da Associação local, 116
 - atua como conselheiro para os departamentos e organizações auxiliares, 88, 89
 - coopera com: a Associação, 78
 - o coordenador da Escola Bíblica, 103
 - o coordenador de interessados trabalha com, 88
 - o coordenador dos Ministérios da Criança, 90
 - o coordenador dos Ministérios das Publicações, 98
 - o diretor de Liberdade Religiosa, 97
 - o diretor de Música, 97
 - o diretor dos Ministérios de Mordomia Cristã, 105
 - a diretora dos Ministérios da Mulher, 105, 106
 - o diretor da Juventude Adventista, 108
- definição/termos, usados, 20, 21
- deve dar o exemplo na devolução do dízimo, 139
- devem instruir os candidatos nos ensinamentos fundamentais, 45
- devido respeito, 72
- distrital, 40, 44
- é o principal responsável pelo programa de comunicação da igreja, 91
- evangelista, 34
- ex-pastor, sem credenciais, 37
- instrutor bíblico, 35, 36
- licenciado. Ver *Ministro*.
- líder espiritual e conselheiro, 34
- membro do: Conselho dos Ministérios da Juventude Adventista, 107
 - conselho da Escola Sabatina, 100
 - conselho dos Ministérios das Publicações, 98
 - conselho dos Ministérios Pessoais, 99
 - conselho escolar, 92
- ministério designado por Deus, 34
- não deve: convidar pessoas não autorizadas para dirigir cultos, 122
 - conceder o púlpito para pedidos de verbas a pessoas não autorizadas, 141
 - estabelecer provas de discipulado, 65
 - incluir anúncios e programas de departamentos não relacionados com o culto ou obra da igreja, 123
 - fazer do púlpito um fórum para defender pontos

- polêmicos de doutrina, 120
- realizar casamentos entre crentes e incrédulos, 154, 155
- realizar cerimônia de novas núpcias de pessoas que não tenham o direito para o novo casamento, 161
- não é nomeado pela igreja local, 114
- ordena anciãos, diáconos, diaconisas, 75, 80, 82
- ordenado, 34, 35, 38, 41, 66, 75-82, 129
- pode convocar, em caso de emergência, uma reunião de qualquer conselho ou organização, 89
- pode revisar os livros financeiros da igreja, 87
- pode ser removido por voto do Conselho Diretor da Associação, 34, 35, 114
- prepara anciãos, 78
- preside: associação de Liberdade Religiosa (igreja local), 98
- Comissão de Nomeações, 39, 112, 113
- Comissão preparatória, 113
- conselho da igreja, 34, 75, 132, 133
- conselho dos Ministérios da Saúde, 95
- reuniões administrativas, 66, 76, 77, 130
- provê aconselhamento pré-matrimonial, 154
- realiza/dirige: Serviço da Comunhão, 129
- cerimônia de admissão, 111
- cerimônia de casamento, 77
- cerimônia de ordenação, 75
- relacionamento com a igreja local, 33, 34, 38, 75, 76
- responsável perante a Associação, 34, 78
- termos usados, 20, 21
- Pastores e outros oficiais da igreja, 33-37
- Patinagem, pistas de, 153
- Pecado(s), 25, 46, 47, 48, 50, 63, 95, 119, 125-128, 143, 152, 153, 156, 157, 165-173
- dos membros que devem ser disciplinados, 58-70, 63, 64
- perdão dos, 46-50, 124, 126, 127, 158, 168
- responsabilidade da igreja ao lidar com, 60, 66
- vitória sobre o, 127, 150, 164
- Perdão, 23, 48, 50, 58, 59, 126, 157, 159, 162, 165, 168
- Perdoar, 162
- Pianista, 108, 179
- Plano pessoal de dádivas, 139
- Pobres, 79-85, 128, 140, 167, 184, Ver também *Necessitados, cuidado dos*.
- Pôr do sol, sexta e Sábado, 145, 146, 170
- Pornografia, 64, 152
- Posição regular. Ver *Situação regular*.

Práticas lésbicas, 152. Ver também *Homossexuais, práticas*.
 Pré-matrimonial, aconselhamento, 94, 95, 154
preservação de docs. financeiros, 95
 Presidente da Associação, 33-36, 39, 40-42, 52, 55, 66, 76, 77, 79, 123, 130, 131
 Primeiro sábado do mês, 124
 Primeiro-ancião, 78
 Princípios de saúde, 147
Procedimentos Operacionais, 21, 39, 101, 155.
 Procuração, votos por, não são aceites, 130, 133
 Profanação, 64
 Profecia: dom de, 48, 49, 169
 Espírito de. Ver *Espírito de Profecia*.
 Professores: escola da igreja, 93, 109, 154, 176, 185
 Profissão de fé, 47, 49, 52, 55
 Promiscuidade, 64
 Promoções departamentais durante os cultos de Sábado, 123
 Propósito dos cultos e reuniões da igreja, 118
 Propriedades da igreja: compra, 142
 construção, 142
 equipamentos (seguro), 186
 manutenção, cuidado e conservação, 81, 83, 131, 174
 proteção, 44, 131
 Proteção para as crianças, 175, 176
 Provas de , 65
 Publicações, Ministérios das, 98,

99, 132
 colportor-evangelista (venda), 98
 comissão, 98, 99
 coordenador, 98, 99, 132
 membros da igreja (distribuição), 98
 missionárias, 99
 propósito, 98
 recursos, 99, 177
 Púlpito: não deve ser usado para angariar fundos não denominacionais, 141
 não é um fórum, 120-122
 nova luz deve ser testada, 120, 121
 quem pode ter acesso, 36, 120-122

Q

Quermesses, 159

R

Rádio e televisão, 144, 149, 185
 Razões pelas quais o membro deve ser disciplinado, 64, 160
 Readmissão dos removidos da condição de membro, 68, 69
 Rebatismo, 51-52, 69, 161
 e apostasia, 51
 e Ellen G. White, 51, 52
 impróprio, 52
 indivíduos vindos de outras comunidades cristãs, 51
 mencionado especificamente numa única passagem bíblica, 51
 não pode ser solicitado, 51

- não se deve insistir, 51
 outro compromisso cristão, 50, 51
 readmissão como membro da igreja deve ser feita em conexão com, 69, 161
 tenha sido previamente batizado, 50, 51
- Recibos, 86, 87, 186
- Recompensa dos justos. Ver *Céu*.
- Reconciliação, 43, 54, 61, 94, 127, 160, 162, 168, 169
- Recreação, 111, 147, 150, 151, 154
- Recursos: *Adventist Risk Management*, 176
- Assuntos Públicos e Liberdade Religiosa, 98, 177
 - casamento e família, 161, 162
 - Escola Sabatina e Ministérios Pessoais, 102, 123, 177, 178
 - financeiros, 154
 - Juventude Adventista, 135, 178, 185
 - Ministérios da Criança, 89, 176
 - Ministérios da Família, 94, 95, 176, 177
 - Ministérios da Mulher, 105, 106, 178
 - Ministérios da Mordomia Cristã, 178, 185
 - Ministérios das Publicações, 98, 177
 - Ministérios da Saúde, 96, 177
 - Ministérios da Juventude, 111, 178
- Registos da igreja, 33, 39, 41, 43, 44, 53, 57, 66, 67, 84, 87, 88, 142, 175
- Regulamentos: da Conferência Geral, 20, 137, 138
- da divisão, 92, 138
 - financeiros, 140, 141
- Regulamentos e regras aceites para a vida da igreja, 17, 18, 19, 26, 118, 119
- Rei celestial, 46, 143
- Relacionamento: casamento, 155-161
- com a comunidade, 144, 146
 - entre membros, 26, 27, 87, 88
 - entre organizações, 18, 19, 108, 144, 146
 - escola, 180
 - pessoal, 43, 54, 94, 156, 169
 - social, 152, 153
- Relatórios, do(a) ou para o (a):
- Associação Lar e Escola, 185
- Comissão de Nomeações, 112, 114, 115
 - conselho da igreja, 46, 133
 - coordenador de interessados, 88
 - departamentos da igreja, 131
 - diáconos e diaconisas, 184
 - diretor da escola, 185
 - Juventude Adventista, 108, 184
 - Ministérios Pessoais, 103, 175, 184
 - relatório estatístico, 40, 55, 138
 - relatório trimestral, 100
 - secretaria da igreja, 40, 54, 78, 175, 184
 - secretário da Escola Sabatina,

- 184,
- secretário de Comunicação, 185
- tesouraria da igreja, 93, 184, 185
- Remoção da qualidade de membro, 64-70
 - a pedido do membro, 68
 - cônjuge que não se arrependeu, 160
 - cônjuge que se casa novamente sem as bases bíblicas, 161
 - conselho da igreja não pode remover, 67
 - disciplina, 65
 - é necessário o voto da maioria, 66
 - igreja deve manter contato com os membros removidos, 162
 - na igreja primitiva, 30, 31
 - não pode ser removido por não comparecimento, 67
 - não pode ser removido por razões financeiras, 68
 - não pode ser removido sem que as instruções de Cristo sejam cumpridas, 58, 59
 - notificação ao membro, 68
 - numa reunião devidamente convocada, 66
 - oficiais da igreja, 74
 - preenchimento de cargos por motivo de, 115
 - readmissão de pessoas removidas da condição de membro, 52, 53, 69, 161
 - reunião administrativa, relatório da, 184
 - voto para remoção de membros, 42, 56, 64, 66-68, 83
- Remoção: de nomes dos membros, 42, 65-69
 - de um pastor do corpo ministerial, 34, 35
- Representativa, forma de governo da igreja, 28
- Respeito aos pastores e oficiais da igreja, 72
- Responsabilidades: ao lidar com o pecado, 63
 - da Igreja mundial, 180
 - da igreja organizada, 38
 - da Juventude Adventista, 108
 - do conselho da igreja, 131
 - do conselho de Comunicação, 91
 - do ancião da igreja local, 75-79
 - do membro da igreja, 46
 - dos administradores da Associação, 33-36
 - dos oficiais da igreja, 39
 - para com a comunidade, 144, pastorais, 75, 76
- Ressurreição, 143, 165, 172
- Resumo das crenças fundamentais, 163-173
- Reunião de Oração, 36, 144, 207
 - deve ser interessante, 144
- Reuniões administrativas, 130, 131, 184, 185
 - a agenda deve incluir os relatórios sobre a obra da igreja, 130, 131
 - anunciada com uma semana de antecedência, 130

assembleia da igreja local é chamada, 29
 assuntos principais da igreja devem ser decididos em, 130
 cartas de renúncia encaminhadas às, 68
 cartas de transferência encaminhadas às, 44
 decisão de recomendar a expulsão apresentada numa, 43
 devem ser realizadas pelo menos uma vez por ano, 130
 diáconos não estão autorizados a presidir, 81
 diretor de igreja, responsável por, 79
 fundos gastos com autorização, 85
 membros eleitos, 131
 membros removidos podem ser recebidos novamente pela, 69
 membros: disciplinados pela, 66
 não podem ser removidos sem voto da, 66
 podem votar para ter nomeações a cada dois anos, 74
 o diretor da igreja não pode presidir às reuniões quando membros são disciplinados, 78, 79
 o pastor ou a comissão da igreja convoca, 130
 o pastor ou o presidente da Associação geralmente atua como presidente, 76, 130

o presidente da Associação tem acesso às, 33
 oficiais da Associação e da União podem participar de qualquer reunião administrativa: de qualquer igreja no seu território, 131
 outras reuniões, serviços religiosos e, 118-135
 período de readmissão determinado pelas, 69
 quórum do Conselho da igreja determinado pela, 133
 relatórios para, 87, 91, 100, 103, 113-115, 133, 175, 184, 185
 se não houver membros suficientes para convocar, 42
 secretário da igreja e, 83, 84
 tem autoridade acima da Comissão da igreja, 130
 Reuniões missionárias, 103
 Reuniões no meio da semana, 182.
 Ver também *Culto de oração*.
 Reverência, 118, 146
 Revisão dos livros da igreja, 86, 87, 92, 142
 Revistas e livros, 86, 98, 149, 175
 Rifas, 141, 142
 Ritos da igreja. Ver *Batismo*; *Serviço da Comunhão*.
 Roubo, 139, 151
 Roupão (bata): batismal, 50, 82
 coro, 97

S

Sábado, 34, 40, 47, 49, 102, 103,

- 112-114, 123, 124, 127, 130, 133,
164, 170, 182
 observância, 145, 146
 simplicidade, 149
 transgressão, 64
 um encontro especial com Deus,
 145, 146
- Salão social, 153
- Salvação, 27, 47, 49, 89, 107, 118,
138, 146, 151, 159, 163-169
- Salvaguardando: a unidade da
igreja, 61
 o propósito dos fundos, 86
- Santa Ceia. Ver *Serviço da
Comunhão*.
- Santificação, 170
- Santificado, 157, 166
- Santificar, 41, 145, 167
- Santuário: celestial, 47, 49, 164,
171, 172
 purificação do, 171, 172
 terrestre, 26, 118, 171, 172
- Satanás, 17, 24, 27, 33, 46, 150,
152, 153, 165, 173
- Saúde: e temperança, 95, 96, 147
 princípios de, 147
 reforma da, 147
- Saúde, Ministérios da, 96
- Seção. Ver *Associação*.
- Secretaria da igreja local, 83, 84
 cartas de transferência, 53-57, 83
 corresponde-se com os
 membros, 67, 68, 83, 175
 é necessário o voto da igreja para
 acrescentar ou remover nomes,
 56, 57, 66, 83
 envia os nomes dos delegados
 para o escritório da Associação,
 78, 84
 importância da função, 83
 mantém as atas das reuniões e
 os registros de membros, 39, 40,
 84, 175
 membros da comissão da igreja,
 132
 membros que mudam de
 residência devem informar, 68
 nomeação, 178, 179
 parte da equipa de liderança do
 novo grupo, 44
 prepara as atas, 84, 184
 prepara credenciais dos
 delegados, 116
 secretário da comissão da igreja,
 133
 secretário das reuniões
 administrativas, 84
- Secretário da igreja. Ver *Secretaria
da igreja local; nomes específicos
de organizações auxiliares*.
- Segunda: ressurreição, 172
 vinda. Ver *Advento, segundo, de
Cristo*.
- Seguro: pedido, 62
 provisão para, 140, 186
 regulamentos, igreja, 186
- Sem fermento: fruto da vide, 126,
127
 pão, 83, 126
 sumo de uva, 16, 127
 sumo de uva-passa, 126, 127.
 Ver também *Vinho*.

Separação: conjugal, 156, 160, 161
nenhum muro de, 22, 23

Serviço da Comunhão, 51, 52, 125-129, 168, 182-184

anúncio, 127

arranjos, 82, 127, 128

celebração, 125, 127, 128

crianças batizadas podem participar, 143

deveres das diaconisas, 82, 83

deveres dos diáconos, 81

direção, 76, 127, 128

duração do serviço, 127, 128

e membros sob censura, 65

e rebatismo, 51, 52

lava-pés, 81- 83, 125-129, 168, 182, 183

lavar as mãos, 183

materiais necessários, 39

memorial da crucificação, 127

oferta para os pobres, 128

pão e vinho, 81, 83, 126-128, 183, 184

pão sem fermento e vinho sem fermento para, 81, 83, 126, 127, 183, 184

para os que não podem comparecer, 129

preliminares, 128

proclamação da segunda vinda, 127

quem pode dirigir, 34, 76, 81, 129

quem pode participar, 128, 129, 168

Santa Ceia, 79, 81, 125-129,

167, 168, 182-184

sumo de uva, 126, 183, 184

sumo de uva-passa, 127

todos os membros devem participar, 129

Serviços à Comunidade/Sociedade de Dorcas, 104, 132, 179

centro de assistência social, 104

diretor, 104, 132, 179

diretor-assistente, 104

e Sociedade de Homens

Adventistas, 103

fundos, 85

relatório das atividades, 184

secretário-tesoureiro, 104, 179

Serviços religiosos e outras reuniões, 118-135

administração da igreja, Ver *Reuniões Administrativas*.

anúncios durante os cultos de Sábado, 123

assembleia, 29, 118

Associação Lar e Escola, 92, 132, 134

formação (missionária), 124

Clube de Companheiros, 135

Clube de Desbravadores, 110, 135

Clube dos Tições, 135

comissões, 134

comunicação, 91

Conselho da igreja, 130-134

conselho escolar, 92, 93, 134

culto solene, 123, 124

deveres das diaconisas, 82, 83

deveres dos diáconos, 81-83

Escola Sabatina, 99, 100, 123, 180
 forma do, 124, 180, 181, 182
 formas do, 180, 181
 horários, 182
 hospitalidade durante os, 119
 igreja, 120-125
 Juvenis Adventistas, 135
 Juventude Adventista, 134, 135
 Ministérios da Família, 94, 95
 Ministérios da Saúde, 95
 Ministérios Pessoais, 103, 182
 missionárias no meio da semana, 182
 oração, 34, 129, 130, 132
 oração pública durante, 124, 125
 oradores não autorizados, 122
 para pessoas com deficiências, princípios gerais, 118, 119
 primeiro Sábado do mês, 124
 promoções dos departamentos durante os cultos de Sábado, 123
 propósito, 118
 quinze ou vinte minutos
 semanalmente, 130
 reavivamento, 43, 182
 reuniões de moderadores da Escola Sabatina, 101
 reverência durante, 118, 119, 146
 serviço da Comunhão, 125-129
 suprimento de literatura no Sábado, 125
 unidade, importância da conservação, 121, 122
 Sétimo dia, 47 49, 145, 146, 164, 170. Ver também *Sábado*.

Sexual(is) abuso, 64, 69, 152, 159
 faculdades, 160
 intimidade, 156
 irregularidades, 159
 perversões, 64, 152, 156, 159
Silêncio no local de adoração, 132
 Simplicidade, 149
 Situação regular, 38, 40, 42, 44, 55, 56, 65, 73, 100, 113, 114, 130
 Sociais, relacionamentos, 152, 153
 Sociedade de Homens Adventistas, 103
 coordenador, 132
 Solicitação de fundos, 140, 159
 Sumo de uva, 126, 127, 183, 184

T

Tabaco, abstinência, 48, 50, 64, 96, 147, 170, 171
 Teatrais, representações, 120, 150
 Televisão, 144, 149, 150, 185
 Temperança, saúde e, 95, 96, 147
 princípios de, 147
 sociedades de, 96
 Tempo oportuno para o processo de disciplina, 66
 Termos usados no *Manual da Igreja*, 20, 21
 Terra, Nova, Ver *Nova Terra*.
 Tesoureiro: Associação, 56, 57, 78, 131, 142
 Associação Lar e Escola, 92, 93, 180
 Clube de Desbravadores, 110
 conselho escolar, 92, 93
 dinheiro para pedidos pessoais

de literatura, 86
 divisão/Conferência Geral, 142
 escola da igreja, 87
 fundos da Associação, 85
 fundos da igreja local, 85
 fundos em custódia, 85, 102, 142, 184
 fundos para a Escola Sabatina, 85
 fundos para organizações auxiliares, 85, 86
 igreja local, 84-88
 Juventude Adventista, 108, 179
 membro, 132
 método adequado para que os membros efetuem pagamentos, 86
 método apropriado de remeter fundos para a Associação, 87
 nomeação, 40, 178, 179
preserva docs. financeiros, 95
 providencia recibos para os membros, 87
 relações com os membros são confidenciais, 88
 relatórios, 134, 184
 revisão dos livros, 87, 142
 salvaguardar o propósito dos fundos, 86
 Serviços à Comunidade/Sociedade de Dorcas, 104, 180
 União, 142
 Transferência de membros, 44, 52-57
 método alternativo, 54
 sob censura, 67

Transferência, carta de. Ver *Cartas de transferência*.

Transgressão do Sábado, 64
 Trindade, 163

U

Unção, cerimônias de, 76
 União de igrejas, 20, 29, 43
 União-associação/missão: assembleia, 29, 116
 autoridade, 43, 116
 definição, 20, 21, 29
 fundos, 138, 142
 oficiais, 131
 Unidade: na igreja, 25, 28, 33, 61, 73, 94, 101, 121, 122, 138, 152, 161, 162, 167-169, 171
 no casamento, 155-158
 no lar, 94
 Unindo igrejas, 41
 Uva-passa, sumo de, 126, 127

W

Working Policy. Ver *Procedimentos Operacionais*

V

Vestuário, 50, 97, 148, 149, 170, 171
 Vida cristã, normas de, 143-152
 Vinho, 71, 81, 83, 126, 127, 128, 183, 184
 disposição, 83, 128
 não fermentado, 126, 127, 183.
 Ver também *Pão e vinho*.
 Violência física, 64, 156, 161

Voto: batismal, 47-50

matrimonial, 64, 77, 159-161

Votos por procuração não são
aceites, 130, 133

Votos relativos ao(à): admissão
do candidato ao batismo como
membro, 50

acréscimo ou remoção de
membros, 42, 56, 59, 64-67, 79,
83

alterações editoriais no Manual
da Igreja, 19, 20

censura, 64, 65, 130

Comissão de Nomeações e
nomeações da igreja, 74, 112-
115

conselho da igreja e o trabalho
da zeladoria, 174

delegados para a assembleia da
Associação local, 116
organização: de um grupo, 39,
40

de uma nova igreja, 38, 39
participação dos oficiais da
Associação, 33, 131

por procuração, 130, 133
renovação de credenciais e
licenças, 37

retorno da igreja ao status de
grupo, 44

reuniões administrativas, 130,
131

status do ancião, 76

transferência de membros, 42,
44, 53-57

união de duas igrejas, 41

y

Youth Ministry Accent, 185

	31:13-17	193
	34:6, 7	186
Levítico		
	11:1-47	194
	16	195
	18:22, 29	171
	20:13	171
	23:32	163, 193
Gênesis		
	1:1	186
	1:1, 2	186
	1:26-28	187, 193
	1:27	172
	1:31	175
	2	187
	2:1-3	193
	2:7	187
	2:15	187
	2:18-25	194
	2:24	175, 178
	3	187, 188
	3:6-24	176
	6-8	188
	6:11, 13	176
	12:3	190
Êxodo		
	12:15, 19	141
	13:7	141
	18:21	77
	20:1-17	192
	20:8-11	187, 193
	20:12-19	
	20:14	171
Números		
	14:34	195
Deuteronômio		
	1:15	27
	5:12-15	193
	6:4	185
	6:5-9	195
	6:6-9	116
	24:1-4	177
	24:1-5	177
	28:1-14	192
II Samuel		
	11	178
	12	178
I Crônicas		
	29:14	193
Salmos		
	1:1, 2	189
	8:4-8	187
	11:5	176
	19:1-6	187
	19:7-14	192

23:4	189
33:6, 9	187
34:18	178
40:7, 8	192
50:23	138
51:5	187
51:10	187
77:11, 12	189
86:5	178
96:9, 8	206
104	187
119:105	185
133:1	190
146:3, 4	196

Provérbios

4:18	135
5:5-20	175
5:18-20	177
11:14	134
22:6	195
30:5, 6	185

Eclesiastes

9:5, 6	196
--------------	-----

Cantares de Salomão

2:16	177
4:9-5:1	177

Isaías

8:20	185
14:12-14	188
35	196
51:3	138
53	188

54:5	177
54:5-8	182
56:5, 6	193
58:4, 5	176
58:13	163, 164
58:13, 14	193
65:17-25	196

Jeremias

3:1	177
4:23-26	196

Ezequiel

4:6	195
20:12	163
20:12, 20	193
28:12-18	188
28:18, 19	196
36:25-27	189

Daniel

7:9-27	195
8:13, 14	195
9:24-27	195

Oseias

3:1-3	177
-------------	-----

Joel

2:12, 13	178
2:28, 29	192

Amós

3:3	174
-----------	-----

Ageu

1:3-11193

Malaquias

2:15, 16177

3:8156

3:8-12193

3:10153

4:1196

4:5, 6195

Mateus

5:5196

5:17-20192

5:31, 32194

5:32178, 179

6:14, 15182

7:2050

12:1-12193

15:21-2823

16:13-20190

16:1823, 27

18:10-20183

18:15-1732

18:15-1863

18:1632, 64

18:1764

18:1833, 65, 190

19:3-8177

19:3-9177, 194

19:4-6175, 177

19:6178

19:9178, 179

20:25-28176, 189

22:21163

22:36-40192

23:23193

24196

24:14196

24:43, 44196

26:17-30191

26:26208

26:27-29209

28:18-20146

28:1997, 185

28:19, 2029, 131, 190, 191

Marcos

1:32193

9:23, 24189

10:2-9175, 177

10:6-9177

10:11, 12195

13196

14:22208

14:23-25209

16:1529

Lucas

1:35186

4:16193

4:18186

7:16206

9:51-5623

10:17-20189

12:13, 1468

16:18195

17:5189

18:1698

21196

22:19208

22:20209

João

1:1-3, 14	186
1:35-40	56
2:1-11	194
3:3-8	189
3:16	186, 188, 189
4:4-42	23
4:23	131
5:22	186
5:28, 29	196
6:48-63	191
8:2-11	178
10:16	23
10:30	186
11:11-14	196
13:1-17	191
13:10	140
13:11	143
13:15	139
14:1-3	196
14:9	186
14:13	186
14:16-18, 26	186
15:7-10	192
15:26, 27	186
16:7-13	186
16:8	189
17:17	185
17:21	29
17:20-23	190
20:21	189

Atos

1:8	186
1:9-11	196
2:14-21	192

2:38	191
2:38-41	49
6:1-7	192
6:1-8	86
6:2	29
6:2-4	29
6:3	77
7:38	190
8:14	29
10:38	186
14:23	30
15:1-32	134
15:41	23
16:30-33	191
17:24-28	187
17:26, 27	190
18:25	56
19	56
19:1-7	55
20:17, 28-31	78
20:17-28	32
20:28	23, 24
22:16	191

Romanos

1:4	188
1:6, 7	23
1:19-32	188
1:20-32	171
1:24-27	180
3:21-26	189
3:25	188
4:25	188
5:6-10	189
5:12-17	187
5:12-21	188

6:1-6	191
6:3, 4	49
6:23	186, 196
7:2	175
8:1-4	189
8:3, 4	188, 192
8:14-17	189
8:19-22	188
8:38, 39	189
10:17	189
12:1, 2	194
12:2	189
12:4, 5	28, 190
12:4-8	192
12:10	176
12:18	68
13:10	176
14:19	176
15:26, 27	193
16:1, 2	89

I Coríntios

1:2	23
4:2	154
4:9	188
5:11	143
5:11, 13	33
6	68
6:1	67
6:2, 3	196
6:7	67, 68
6:9	171, 180
6:19	165
6:19, 20	194
7:3, 4	177
7:10, 11	181, 182, 195

7:10-15	178, 180
7:11	177
9:9-14	193
10:16, 17	191
10:31	194
11:23, 24	208
11:23-30	191
11:25, 26	209
11:26	141
11:28, 27, 29	143
12:4, 5	28
12:9-11, 27, 28	192
12:12	28
12:12-14	190
12:18	27
12:27, 28	28
12:28	23
13	178
13:4-7	182
14:40	17
15:3, 4	186
15:3, 4, 20-22	188
15:28	186
15:51-54	196
15:54	52, 54
16:1	23
16:2	153
16:19	23

II Coríntios

2:5-11	33
3:17, 18	189
3:18	186
4:6	168
5:10	190
5:14, 15, 19-21	188
5:16, 17	190

5:17-19	186
5:17-21	189
5:19	177
5:19, 20	187
6:14	177, 194
6:14-7:1	194
6:15-18	170
6:17, 18	50
8:1-15	193
10:5	194
10:8	32
11:28	24
13:14	185

Gálatas

1:2	30
1:4	189
3:13, 14	189
3:26	189
3:27, 29	190
3:28	23
4:4-7	189
5:19-21	176
5:22-25	189
6:1	32, 182
6:1, 2	183

Efésios

1:22, 23	190
2:5-10	189
2:8-10	192
2:19-22	190
2:20	32
3:6	23
3:8-11	190
3:10	23, 49

3:21	23
4:1-6	190
4:4-6	185
4:8, 11-16	192
4:11, 12	186
4:11-13	35
4:11-15	190
4:12	23
4:13	135
4:14-16	190
4:16	96
4:26	176
4:32	182
5:1-21	194
5:8-11	170
5:19, 20	189
5:21	177
5:21-28	176
5:21-29	178
5:21-33	178, 194
5:22, 23	177
5:23-27	190
5:24, 25	177
5:25-30	45
5:27	23
5:28, 29	176
5:29	23
5:31, 32	175
6:1-4	195
6:4	176
6:12-18	189

Filipenses

2:3	17
2:5-11	186
2:6-11	188

3:7-14	189
3:20	163
4:8	169, 194

Colossenses

1:13, 14	189
1:15-19	186
1:17, 18	190
1:18	28
2:6, 14, 15	189
2:12, 13	190
2:15	188
3:3	162
3:4	196
3:5-10	170
3:8-14	176
3:10-15	190

I Tessalonicenses

1:1	23
2:13	185
4:1-7	178
4:13-17	196
4:13-18	196
5:1-6	196
5:11	176
5:12, 13	78
5:16-18	189
5:21	32
5:23	189

II Tessalonicenses

1:7-10	196
2:8	196
3:11	78

I Timóteo

1:9, 10	180
1:10	171
1:17	185, 186
2:9	167
3:1, 2	32
3:1-13	192
3:2-13	77
3:5	24
3:7	77
3:8-13	86
3:15	23, 165
4:12	116
4:12-16	78
5:17	78
5:22	79
6:15, 16	196

II Timóteo

2:2	77
2:19-22	170
3:1-5	196
3:4	170
3:16, 17	185

Tito

1:5, 9	32
1:5-11	77
2:1, 7, 8	77
2:13	196
3:3-7	189

Hebreus

1:1-3	192
1:3	195
1:14	188
2:9-18	186

2:16, 17	195
4:1-11	193
4:12	185
4:14-16	195
6:4-6	56
8:1, 2	186
8:1-5	195
8:7-12	189
8:8-10	192
9:11-28	195
9:28	196
10:19-22	195
10:25	189
11:3	187
13:2	133
13:4	178
13:7, 17	78
13:17	32

Tiago

2:7	161
4:4	170
5:20	64

I Pedro

1:2	185
1:16-19	190
1:19	141
1:23	189
2:9	25
2:21, 22	188, 189
3:1-4	194
3:3, 4	167
3:7	177, 178
4:10, 11	192
5:1-3	32, 78

II Pedro

1:3, 4	189
1:20, 21	185
1:21	186
2:9	189
3:6	188
3:10-14	190
3:13	196
3:18	189

I João

1:9	178
2:2	188
2:6	194
2:15	162
2:15-17	170
4:1	32
4:4	189
4:7, 8, 11, 20	187
4:8	186
4:10	188
5:3	192

III João

2	194
---------	-----

Judas

3, 14	190
-------------	-----

Apocalipse

1:7	196
3:20	191
4:11	186
10:11	97
11:15	196
12:4-9	188
12:17	190, 192

14	190
14:6	97
14:6, 7	195
14:6-12	190
14:7	185
14:12	195
14:14-20	196
18:1-4	190
19:9	26
19:10	192
19:11-21	196
20	196
20:1-10	196
20:12	195
21:1-5	196
21:1-7	196
21:1-14	190
22:1-5	196
22:12	195

Índice das Citações do Espírito de Profecia e de Outras Fontes

<i>A Ciência do Bom Viver</i>	<i>Conselhos Sobre a Escola Sabatina</i>
352.104	10, 11108
359.173	34135
392, 393..162	115.108
490, 491..161	
<i>A Fé Pela Qual eu Vivo</i> (MM 1959)	<i>Conselhos Sobre o Regime Alimentar</i>
35163	92166
<i>Atos dos Apóstolos</i>	<i>Conselhos Sobre Saúde</i>
9.....49	132.166
49114	
51154	<i>Counsels to Writers and Editors</i>
6287	32135
62, 6386	
6587	<i>Decisões do Concílio de Outono</i>
187.78	1948, p. 19.19
199.80	
238, 239..159	<i>Educação</i>
<i>Aos Pés de Cristo</i>	77168
109, 111, 114162	195.165
123, 124..138	251.164
	255.161
<i>Conselhos aos Professores, Pais e Estudantes</i>	<i>Evangelismo</i>
68173	105.99
120.168	273.167
344.168	373.56
	375.56

<i>General Conference Bulletin</i>	<i>O Lar Adventista</i>
Jan. 29, 30, 1893, p. 24	18
	25, 26
<i>Medicina e Salvação</i>	35
259.	343.
<i>Mensagens aos Jovens</i>	<i>O Maior Discurso de Cristo</i>
196.	59
351, 352.	63
399.	64
<i>Nos Lugares Celestiais</i> (MM 1968)	<i>Obreiros Evangélicos</i>
149.	67
	178.
<i>O Colportor-Evangelista</i>	210.
4.	
20	<i>Orientação da Criança</i>
21	193.
91	
<i>O Desejado de Todas as Nações</i>	<i>Parábolas de Jesus</i>
51	71, 72
162, 163.	113.
436, 437.	386.
438.	
555.	<i>Patriarcas e Profetas</i>
556, 557.	144.
560.	183.
562, 563.	217.
563.	331.
564.	417.
566.	479.
	545.
<i>O Grande Conflito</i>	<i>Profetas e Reis</i>
495.	31

<i>Relatório da Conferência Geral</i>	242, 243..	67
Nº 8, p. 197 ..	274.	27
	293.	134
<i>Review and Herald</i>	364.	174
14 de abril de 1885 ..	491.	132
26 de dezembro de 1882 ..	492	133
	494.	132
<i>SDABC (Comentário Bíblico</i>	617.	79
<i>Adventista)</i>	619, 620..	29
Vol. 6, p. 698 ..		68
<i>Testemunhos Para a Igreja, vol. 1</i>	<i>Testemunhos Para a Igreja, vol. 6</i>	
207.	32	138
400.	36	99
	91	50
	95, 96	51
<i>Testemunhos Para a Igreja, vol. 2</i>	172.	171
581.	382.	139
	430.	104
<i>Testemunhos Para a Igreja, vol. 3</i>	479.	153
269.		
270, 271..	<i>Testemunhos Para a Igreja, vol. 7</i>	
366.	46	176
388, 389..	47	176
428.	225.	24
445.	260.	63
	261-263 ..	65
<i>Testemunhos Para a Igreja, vol. 4</i>	263.	69
17		
70, 71 ..	<i>Testemunhos Para a Igreja, vol. 8</i>	
71	236, 237..	30
406, 407..	240.	66
634.		
<i>Testemunhos Para a Igreja, vol. 5</i>	<i>Testemunhos Para a Igreja, vol. 9</i>	
107.	91	159
238.	143, 144..	133
	216-218 ..	68

247.	154
248.	155, 156
249.	153
260.	33
261.	18
262.	127

Testemunhos Para Ministros

15 ..	24
16, 17 ..	25
17-19 ..	26
26 ..	29
29, 30 ..	136
52, 53 ..	35
179.	168
387.	161
388.	161
489.	28, 29